

# Etnicidade, Identidades & Processos Migratórios

Pensando a produção historiográfica recente

Caroline von Mühlen  
Rodrigo Luis dos Santos  
(Orgs.)



No início dos anos 2000, algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores, vinculados ao núcleo gaúcho da Associação Nacional de História (ANPUH/RS), cujos trabalhos de pesquisa lançavam seu olhares sobre a temática das migrações e estudos relacionados com a etnicidade, tiveram a iniciativa de se agruparem e formar um Grupo de Trabalho. Surgira, deste modo, o GT Estudos Étnicos da ANPUH/RS. Dentre os nomes que integraram esse grupo de pesquisadores, ao longo da primeira década do século XXI, podem ser citados Regina Weber, Jane Mattos, Carlos Bartel, entre outros. Reuniões, debates, eventos, simpósios temáticos... ao longo deste período, diversas atividades foram realizadas, estimulando a troca de ideias e a motivação de novas e aprofundadas pesquisas dentro do campo temático migratório e seus inúmeros e possíveis desdobramentos. Contudo, a partir de 2012, o GT Estudos Étnicos entrou em um período de inatividade. Evidentemente, houve uma continuidade de pesquisas sobre o tema, assim como a realização de diversas atividades correlatas. Mas, por seu turno, essas eram iniciativas advindas de grupos de pesquisadores, programas de pós-graduações universitárias ou entidades. Mas sentia-se a falta de um grupo representativo inserido na principal entidade de historiadores do estado, a ANPUH-RS. Desta forma, o trabalho que aqui apresentamos é uma publicação mais consistente, contemplando quatro eixos temáticos principais: Processos Migratórios, Identidades e Representações, Sociedade e Memória. Os capítulos que integram cada um destes eixos temáticos apresentam considerações importantes, que além de evidenciar os temas aos quais as autoras e autores vem se dedicando, possibilitam debates teóricos e metodológicos, o contato com diferentes fontes, a multiplicidade de abordagens e o incentivo a novas pesquisas.



**Etnicidade, identidades  
e processos migratórios**



# ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

---

## Diretores da série:

### **Caroline von Mühlen**

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Rodrigo Luis dos Santos**

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoiti/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

### **Editor Técnico:**

Lucas Margoni  
PUCRS, Brasil

---

## Comitê Editorial e Científico:

### **Daniel Luciano Gevehr**

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT e do Instituto Superior de Educação Ivoiti)

### **Tiago Weizenmann**

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **Márcia Solange Volkmer**

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

### **José Edimar de Souza**

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

### **Marcos Antônio Witt**

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

# Etnicidade, identidades e processos migratórios

Pensando a produção historiográfica recente

**Organizadores:**

Caroline von Mühlen  
Rodrigo Luis dos Santos

*φ editora fi*

**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Étnicos e Migrações - 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

MÜHLEN, Caroline von; SANTOS, Rodrigo Luis dos (Orgs.)

Etnicidade, identidades e processos migratórios: pensando a produção historiográfica recente [recurso eletrônico] / Caroline von Mühlen; Rodrigo Luis dos Santos (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

369 p.

ISBN - 978-85-5696-444-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Etnicidade; 3. Identidade; 4. Migrações; 5. Historiografia; I. Título II. Série

---

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

# Sumário

|                           |           |
|---------------------------|-----------|
| <b>Apresentação .....</b> | <b>11</b> |
|---------------------------|-----------|

Caroline von Mühlen; Rodrigo Luis dos Santos

## 1ª parte

### Processos Migratórios

|               |           |
|---------------|-----------|
| <b>1.....</b> | <b>17</b> |
|---------------|-----------|

***Diferentes pessoas em trânsito: o percurso dos migrantes contemporâneos do Vale do Paranhana (RS)***

Dilani Silveira Bassan; Daniel Luciano Gevehr

|               |           |
|---------------|-----------|
| <b>2.....</b> | <b>37</b> |
|---------------|-----------|

**Migrações contemporâneas e as tensões em torno do patrimônio edificado da cidade de Urussanga-SC**

Liziane Acordi Rocha; Michele Gonçalves Cardoso

|               |           |
|---------------|-----------|
| <b>3.....</b> | <b>55</b> |
|---------------|-----------|

**A legitimação de terras ocupadas por indígenas e caboclos no norte rio-grandense na segunda metade do século XIX: ações e reações**

Kalinka de Oliveira Schmitz

|               |           |
|---------------|-----------|
| <b>4.....</b> | <b>71</b> |
|---------------|-----------|

**A “marcha para o oeste” do governo Vargas no sudoeste do Paraná**

Angélica Dalla Rizzarda

|               |           |
|---------------|-----------|
| <b>5.....</b> | <b>95</b> |
|---------------|-----------|

**As políticas migratórias do final do século XIX e o beneficiamento de empresas particulares: o caso da companhia metropolitana no sul de Santa Catarina**

Nathália Pereira Cabral; Michele Gonçalves Cardoso

|   |     |
|---|-----|
| 6.....  | 115 |
| <b>Brasil e Alemanha: migrações e transferências de saberes em dois momentos (século XIX e XX)</b>  |     |
| Eduardo Relly; Danielle Heberle Viegas  |     |
| 7.....  | 135 |
| <b>Fluxos migratórios no processo de formação do atual Rio Grande do Sul: breve exercício metodológico (Rio Pardo, 1755 - 1785)</b>                               |     |
| Leandro Rosa de Oliveira  |     |
| 8.....  | 157 |
| <b>Percursos teórico-metodológicos de pesquisa interdisciplinar sobre migrações contemporâneas: trajetória, inserção social e saúde no vale do Paranhana (RS)</b> |     |
| Daniel L. Gevehr; Dilani S. Bassan; Edemilson P. dos Santos; Samanta A. Richter   |     |

**2ª parte**  
**Identities e Representações**

|   |     |
|---|-----|
| 9.....  | 177 |
| <b>Criciúma e a criação de identidade multiétnica</b>                                   |     |
| Ariel Alves Medeiros  |     |
| 10.....   | 193 |
| <b>As igrejas de Novo Hamburgo entre a tradição colonial e a modernidade industrial</b> |     |
| Yara Fernanda Chimite   |     |
| 11.....   | 215 |
| <b>Migração e metamorfose na obra de Yoko Tawada</b>                                    |     |
| Cláudia Fernanda Pavan  |     |
| 12.....   | 233 |
| <b>O Haikai como instrumento de aculturação dos imigrantes japoneses no Brasil</b>      |     |
| Tomoko Kimura Gaudioso; André Luís Ramos Soares   |     |

**3ª parte**  
**Sociedade**

|   |     |
|---|-----|
| 13.....   | 251 |
| <b>Agricultura familiar no sul catarinense: a invisibilidade do trabalho feminino</b> |     |
| Rayane Layra De Souza   |     |

|   |     |
|---|-----|
| 14 .....  | 269 |
| <b>Por uma sociologia durkheimiana das Festas do Divino Espírito Santo no Brasil Meridional</b>                                       |     |
| Ana Carine Cerva  |     |
| 15.....   | 289 |
| <b>Harmonia e unidade étnica em xequê: imigrantes alemães nos processos-criminais (Vila de São João de Santa Cruz, RS, 1879-1905)</b> |     |
| Jéssica Fernanda Arend  |     |
| 16.....   | 313 |
| <b>L'italia Sulla Tavola: a cultura alimentar de imigrantes italianos nas cidades brasileiras (1946-1976)</b>                         |     |
| Leonardo de Oliveira Conedera   |     |

4<sup>a</sup> parte  
Memória

|   |     |
|---|-----|
| 17.....   | 333 |
| <b>O lembrado, o esquecido e o enaltecido: construção de memórias e vestígios do passado-presente em Estrela-RS</b>     |     |
| Bibiana Werle   |     |
| 18 .....  | 353 |
| <b><i>Memórias, registros biográficos e percursos de vida: os afrodescendentes no Vale do Paranhana (RS/Brasil)</i></b> |     |
| Daniel Luciano Gevehr; Greice Caroline Santellano.....  | 353 |



# Apresentação

*Caroline von Mühlen*

*Rodrigo Luis dos Santos*

No início dos anos 2000, algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores, vinculados ao núcleo gaúcho da Associação Nacional de História (ANPUH/RS), cujos trabalhos de pesquisa lançavam seu olhares sobre a temática das migrações e estudos relacionados com a etnicidade, tiveram a iniciativa de se agruparem e formar um Grupo de Trabalho. Surgira, deste modo, o *GT Estudos Étnicos* da ANPUH/RS. Dentre os nomes que integraram esse grupo de pesquisadores, ao longo da primeira década do século XXI, podem ser citados Regina Weber, Jane Mattos, Carlos Bartel, entre outros.

Reuniões, debates, eventos, simpósios temáticos... ao longo deste período, diversas atividades foram realizadas, estimulando a troca de ideias e a motivação de novas e aprofundadas pesquisas dentro do campo temático migratório e seus inúmeros e possíveis desdobramentos.

Contudo, a partir de 2012, o GT Estudos Étnicos entrou em um período de inatividade. Evidentemente, houve uma continuidade de pesquisas sobre o tema, assim como a realização de diversas atividades correlatas. Mas, por seu turno, essas eram iniciativas advindas de grupos de pesquisadores, programas de pós-graduações universitárias ou entidades. Mas sentia-se a falta de um grupo representativo inserido na principal entidade de historiadores do estado, a ANPUH-RS.

E, nesse sentido, em 20 de maio de 2017, em reunião ocorrida no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na cidade de São

Leopoldo, com o apoio da Diretoria 2016-2018 da ANPUH-RS – e aqui fazemos um agradecimento especial ao então presidente, Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS, pelo incentivo e confiança – um grupo de pesquisadores iniciou a refundação do Grupo de Trabalho, que foi rebatizado com o nome de *GT Estudos Étnicos e Migrações*, abarcando perspectivas históricas e contemporâneas dos estudos étnicos e migratórios.

Uma das primeiras iniciativas tomadas pela coordenação eleita para o GT Estudos Étnicos e Migrações foi a realização de um evento. O mesmo ocorreu em outubro de 2017, no Palácio do Ministério Público, em Porto Alegre, com o título *I Jornada de Estudos Étnicos e Migrações: perspectivas históricas e atuais*. Foram, em dois dias de evento, 30 apresentações de comunicações. Destes trabalhos, alguns foram publicados em um dossiê temático na Revista *Ágora*, do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, no primeiro semestre de 2018.

Em abril de 2018, foi realizada a II Jornada de Estudos Étnicos e Migrações, cujo tema era *Pensando a produção historiográfica recente*. No que tange a publicação dos trabalhos apresentados, foi optado, inicialmente, lançar as comunicações no formato de anais de evento. Contudo, a qualidade das comunicações, assim como ocorrera com a primeira edição, permitiu que se pensasse em uma outra modalidade de publicada: como capítulos em um ebook!

Desta forma, o trabalho que aqui apresentamos é uma publicação mais consistente, contemplando quatro eixos temáticos principais: *Processos Migratórios, Identidades e Representações, Sociedade e Memória*. Os capítulos que integram cada um destes eixos temáticos apresentam considerações importantes, que além de evidenciar os temas aos quais as autoras e autores vem se dedicando, possibilitam debates teóricos e metodológicos, o contato com diferentes fontes, a multiplicidade de abordagens e o incentivo a novas pesquisas.

Aproveitamos este texto de apresentação para agradecer aos participantes do evento pelo interesse no mesmo. E, ao grupo de pesquisadoras e pesquisadores que integram este ebook com seus textos, a confiança no trabalho realizado.

E, por fim, desejamos a todas e todos uma prazerosa e profícua leitura!



**1ª parte**

**Processos Migratórios**



*Diferentes pessoas em trânsito:*  
**o percurso dos migrantes contemporâneos do  
Vale do Paranhana (RS)**

*Dilani Silveira Bassan<sup>1</sup>*

*Daniel Luciano Gevehr<sup>2</sup>*

**Texto e contexto da pesquisa**

As questões relacionadas às migrações já são bastante antigas, mas têm sido um debate frequente e atual, dado o movimento que vem ocorrendo, principalmente nos países em que as guerras têm sido motivo de expulsão de populações. Esse processo, que envolve a saída do local de origem e a busca por melhores condições de vida em um novo local de moradia, é abordado pelas diferentes ciências (Demografia, Economia, Sociologia, História, Geografia, entre outras), as quais buscam, a partir de distintas perspectivas teóricas, conhecer mais detalhadamente os processos migratórios da população mundial.

Os indivíduos constroem suas identidades a partir de características sociais e culturais distintas e em contato com um determinado território. Em função das aspirações individuais, de

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela UNISC e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FACCAT. E-mail: [dilanib@faccat.br](mailto:dilanib@faccat.br).

<sup>2</sup> Doutor em História pela UNISINOS e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FACCAT. E-mail: [danielgevehr@faccat.com](mailto:danielgevehr@faccat.com).

questões políticas ou econômicas, que imprimem uma certa plasticidade aos territórios, esses indivíduos não necessariamente permanecem fixos no local de origem e passam a movimentar-se por diferentes espaços de acordo com suas percepções e necessidades de trabalho e estudo, entre outros fatores. O movimento migratório pode envolver uma decisão individual ou de grupos, classes sociais e ser impulsionado por fatores de ordem econômica ou social.

Desta forma a pesquisa tem como objetivo geral: identificar as razões, motivações que levaram os indivíduos a migrar para a região do Vale do Paranhana. O período de análise delimitado é de 1990 a 2014, sendo que este foi definido por representar uma fase importante do processo de transformação deste território, ao revelar mudanças demográficas, sociais e econômicas significativas para a compreensão das dinâmicas territoriais da região.

A região do Vale do Paranhana, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre, sendo essa composta por 98 municípios. O critério de escolha da região atendeu a um recorte da mesorregião metropolitana de Porto Alegre, em que o Vale do Paranhana é composto por seis municípios: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, que registrava em 2014, uma população de 196.158 habitantes, em uma área de aproximadamente 1.424,7 km<sup>2</sup> (FEE, 2015).

Foram entrevistados um total de 40 migrantes. O perfil dos migrantes entrevistados revelou que desse total, 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Ao tratar-se do local de residência, se a condição de domicílio é rural ou urbana, a pesquisa demonstrou que 92,5% dos entrevistados são residentes de áreas urbanas e 7,5%, da área rural. Em relação a idade observa-se que no grupo feminino predominou a idade entre 26 e 33 anos de idade. Já no grupo masculino houve um predomínio nas idades que variam de 42 a 49 anos (15%) e 50 anos ou mais (15%). Ao observar os dados relacionados ao grau de escolaridade dos entrevistados, foi possível verificar que a maioria tem nível superior (37,5%) e pós-

graduação (42,5%), os demais entrevistados possuem nível fundamental e médio, somando 20% do total. Com relação a renda verificou-se que o maior percentual está no grupo que recebe de 1 a 3 salários mínimos (37,5%). Em segundo lugar, tem-se os migrantes que recebem de 6 a 10 salários mínimos (25%).

Para atender ao objetivo proposto nesta pesquisa perguntou-se aos entrevistados como era a sua vida no local de origem, como foram levantados dados sobre as motivações, razões que motivaram a migração, como ele percebeu sua partida e como foi a chegada no lugar de destino.

Diante das mudanças na dinâmica espacial e no comportamento dos movimentos populacionais, é preciso apontar mecanismos explicativos que considerem as particularidades das migrações. Talvez não haja uma razão majoritária para explicar os movimentos no território, pois estes não se constituem mais como movimentos de massa, mas sim, uma fragmentação dos fluxos e lógicas socioeconômicas distintas.

### **Analisando as entrevistas**

Entre os questionamentos feitos aos entrevistados, o primeiro tratou do local de nascimento ou origem, mais especificamente, em relação a situação no local de origem, antes da mudança. Observou-se, na análise das entrevistas, que a maioria dos entrevistados residia principalmente em cidades pequenas e do interior do Rio Grande do Sul e tinham um sentimento de pertencimento muito forte, principalmente em relação à família e aos amigos. Até mesmo aqueles que vieram de outros países ou estados revelaram igualmente uma grande afinidade com a família e os amigos no local de origem.

É importante destacar, também, a questão do enraizamento, ou seja, as motivações econômicas que envolvem o processo migratório. Conforme Granovetter (1985), a ação econômica está inserida no processo social; os indivíduos agem a partir de sistemas sociais concretos e contínuos, ou seja, as redes sociais representam

o enraizamento social das ações econômicas. O sentimento de pertencimento e bem-estar do migrante no local de destino só é possível por meio das redes sociais que irão possibilitar a redução das dificuldades de inserção e adaptação (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

A importância da relação familiar e das redes sociais fica evidente a partir das respostas abaixo que se referem à saída da origem, momento anterior a mudança. Outro ponto pode ser observado, e que chama atenção na fala dos entrevistados, diz respeito as relações laborais e condições difíceis exercidas no local de origem.

Bom, a vida inteira lá, até 1999, eu trabalhei na roça, tirando leite, enfim, toda a lida. Sim, na vida rural, e sempre era para alguém; lá no Paraná a gente chama de agregados, então, lá, a vida toda, minha família trabalhou para os outros, morando no barraco de lona preta que um tinha dado, no paiol, não sei mais o que... na estrebaria, então sempre foi em função de trabalhar para os outros, mas na roça (Entrevistada nº 1, mulher).

Eu morava no interior em Palmeira das Missões, em um lugar chamado Jaboticaba onde hoje é município. Geralmente ajudava meu pai, trabalhava de diarista, trabalhava por dia na lavoura e estudava; saí de lá com 18 anos e fui pra Alegrete para o exército; a maioria dos nossos jovens ia para o exército pra Alegrete. Meu pai saiu de lá e veio pra Parobé, e eu de Alegrete não tinha como voltar pra minha terra, daí vim pra cá (Entrevistado nº 4, homem).

Já para o entrevistado nº 5: “Trabalhar eu não trabalhava, eu era de menor, mas eu ajudava meus pais, na roça, em casa.” Observa-se que os migrantes citados acima trabalhavam na lavoura, ou seja, moravam em localidades rurais; ao entrevistá-los, percebeu-se que em função das dificuldades econômicas vivenciadas há uma explícita vontade desses migrantes de “mudar de vida”, de sair de uma situação de muito trabalho e pouca valorização, principalmente profissional. Mas, ao mesmo tempo em que demonstravam a vontade de deixar a vida no campo, também

transparecia o sentimento de amor por aquela terra e pelas pessoas que lá permaneceriam.

Com relação aos serviços de educação e saúde, a totalidade dos entrevistados afirmou que, embora muitos dos municípios em que viviam, fossem muito pequenos, tinham acesso à educação; alguns foram alunos de escolas multisseriadas. Ao tratar sobre os serviços de saúde, os respondentes disseram ser mais precário, muitas vezes bastante distante do município em que moravam; em algumas localidades, havia a presença de “postinhos” de saúde, mas, para tratamentos mais complexos, tinham que se deslocar para os centros urbanos, o que hoje ainda é bastante comum. Embora tendo acesso à educação, muitos dos entrevistados migraram buscando qualificação, pois nas localidades em que residiam, o nível educacional mais alto oferecido era o ensino médio.

Num terceiro momento, foi perguntado aos entrevistados como era a sua relação com a família e os amigos no lugar de origem. As respostas mencionadas abaixo mostram o quanto a família e os amigos são importantes e que para muitos dos migrantes foi difícil cortar esses laços.

Aquela região tem uma formação dos italianos, é uma cidade formada por italianos e lusitanos; eu sou descendente de açorianos e convivi com muitos italianos; tanto os italianos como os açorianos têm essa relação muito próxima da família, de domingos se reunirem na casa da vó, de todo mundo ir à missa junto, sair em passeios juntos, então os laços eram muitos próximos, muito apertados, laços muito afetivos entre as famílias (Entrevistado nº 4, homem).

Era perfeito, o que me faz ficar mais emocionada é minha família, minha mãe, meus irmãos, tios, toda minha família, meus amigos de infância, todos permaneceram na minha cidade natal, Palmeiras das Missões; eu vim para cá e deixei tudo para trás, em busca de um sonho, meu mestrado, ficava mais perto de Porto Alegre, e também por causa do meu marido que veio morar para cá, por causa do trabalho, então larguei tudo, vim sozinha (Entrevistada nº 10, mulher).

Para o entrevistado nº 4, os costumes e tradições foram incorporados naturalmente, pois já era um hábito familiar. Em relação à entrevistada nº 10, nota-se o sentimento de perda, um corte nos laços familiares e de amizades. Mesmo estando com o marido, ela finaliza dizendo “vim sozinha”, ou seja, a família representa a base, principalmente quando se tem que enfrentar situações novas. Nesse contexto, Granovetter (1992), vem reforçar a noção de laços ou vínculos, importantes no processo de inserção na sociedade receptora. Percebe-se que os vínculos familiares e as amizades são muito importantes para o grupo de entrevistados. Nota-se que existiam vínculos para além da família, as relações estabelecidas com amigos, com os grupos sociais, nesse caso citado, os grupos religiosos. Fica explícita a força das relações sociais na origem, conforme mencionam os entrevistados: “Todos se conheciam e participávamos ativamente de movimentos da igreja e da sociedade” (Entrevistada nº 17). Já para o entrevistado nº 11: “Excelente. Foram construídas boas relações de amizade que proporcionaram lembranças e oportunidades profissionais.” Em relação à entrevistada nº 14: “Muito boa. Lá no interior todo mundo se ajudava nas colheitas e por isso tínhamos muitas amizades além de parentes próximos.”

Os migrantes deixam clara a importância das relações sociais, o que se percebe é um sentimento de união, de confiança, de solidariedade, o que fortalece o pertencimento ao grupo e ao território. Na sequência, verifica-se que relações sociais e familiares ainda permanecem significativas com as pessoas que lá ficaram.

Na época, eu já havia migrado de Lajeado, no Vale do Taquari, para Sobradinho, no Vale do Rio Pardo. Estava recém-casado, com um filho pequeno. Mantinha os vínculos afetivos com meus familiares, que seguiram morando no Vale do Taquari, como até hoje. Em Sobradinho, não tinha muitos amigos, pois havia chegado há pouco tempo (Entrevistado nº 16, homem, Taquara).

Era bastante frequente, visto que morava com meus pais. Estava com eles nos períodos de intervalo entre minhas atividades de trabalho e o período das aulas. Com os amigos também muito

frequente, não apenas pelo estudo mas também pelas atividades voluntárias que eu exercia em diferentes espaços (Entrevistada n° 15, mulher).

Bem significativa; eu sempre morei com meus pais; eu tenho um irmão mais velho e uma irmã mais nova; nessa época meu irmão já era casado, eu convivi mais com minha irmã mais nova, sempre tive muitos amigos, participava de um grupo de jovens da pastoral da juventude rural, o qual me envolvia e formava um grande círculo, e essas eram as atividades assim de lazer, grupo de jovens...Não tinha muitas festas e grandes eventos, porque interior é tudo pequeno (Entrevistada n° 13, mulher).

Tinha hospital perto de casa. Não era cidade grande; lazer, a gente brincava com os amigos, tinha os amigos por perto, no colégio, e com a família também, sempre muito próxima. Era boa, família estava sempre presente, meus amigos moravam por perto, era bom (Entrevistado n° 5, homem).

A definição de redes sociais no processo migratório compreende os laços interpessoais que ligam os migrantes, nas áreas de origem e destino por graus de parentesco, amizade ou conterraneidade (MASSEY, 1988) e as declarações dos entrevistados reforçam essa ideia. As redes sociais constituem a base para o entendimento das migrações no que se refere aos fluxos ou à inserção do migrante no local de destino. É uma das estruturas mais importantes para a compreensão da organização social das migrações.

Alguns entrevistados apresentam situações diferentes em suas relações familiares. O entrevistado n° 6 estava sempre longe da família (esposa, filhos) em virtude do trabalho. Migrou para a região com o objetivo de ficar mais próximo de sua família e, conseqüentemente, mais tempo em casa. No momento de realização da entrevista, notou-se o quanto isso o deixaria preocupado e com sentimento de culpa, por não poder estar ao lado da família e acompanhar o desenvolvimento dos filhos. “Quanto à relação em virtude da profissão, era difícil, pois os horários e dias não combinavam. Quase sempre eu estava na

estrada, além de trabalhar à noite, era sempre em finais de semana (Entrevistado nº 6, homem).

Já para a entrevistada nº 7, o fato de estar longe da família há muito tempo, pois já havia migrado para outros lugares, fez com que a relação se mantivesse sempre distante como ela mesma afirma. A entrevistada não demonstrou desconforto, por estar longe de seus familiares. Pareceu algo muito natural, conforme segue em seu relato: “Como eu moro longe da família era a mesma que eu mantenho aqui, via telefone, via internet, e lá no outro lugar eu não tinha, até porque eu passei pouco tempo lá” (Entrevistada nº 7, mulher). Nessa perspectiva, Singer (1990) coloca que, para a adaptação do migrante ao local de destino é importante a solidariedade e a ajuda de migrantes mais antigos. Além disso, os laços de solidariedade familiar, de amigos que vieram da mesma origem e classe social, têm um significado essencial na integração do migrante à sociedade e à economia do lugar de destino.

### **Razões que influenciaram na trajetória migratória para o Vale do Paranhana**

A mobilidade sempre fez parte da vida do ser humano e pode partir de uma decisão individual e com motivação econômica ou envolver grupos, família, redes sociais, na migração. As teorias das migrações explicam a trajetória do migrante por meio de diferentes fatores. A teoria neoclássica afirma que os fatores *push-pull* (atração-repulsão) são responsáveis pela decisão de migrar, pois o migrante vai em busca de melhores condições de vida (melhores salários, oferta de trabalho). Porém, esta teoria é limitada em suas interpretações, não conseguindo explicar se seriam apenas os fatores econômicos os responsáveis pela migração, pois os atores têm informações limitadas e muitas vezes contraditórias sobre o destino.

Assim, pode-se considerar outros aspectos que influenciam a migração. Embora na teoria neomarxista a migração seja considerada forçada por imposição do mercado de trabalho, ela

ocorre em grupos sociais e ou núcleos familiares inteiros. Na teoria sociológica das migrações, as redes sociais são indutoras do fenômeno migratório. Alguns aspectos sociais, políticos, culturais e psicossociais também fazem parte das motivações para migrar. Porém, é preciso salientar que, implicitamente, os fatores econômicos, em conjunto com os demais aspectos citados, aparecem como motivadores da migração.

Esta pesquisa, a partir da entrevista com migrantes individuais procurou saber quais motivos levaram os indivíduos a migrarem. Como será observado nos relatos a seguir, a presença de migrações em grupos, principalmente familiares, se fez presente nas declarações dos entrevistados.

Primeiro que eu sempre pensei em ousar, mudar aquela realidade, mesmo tendo toda esta questão com a família, era muito sofrimento, às vezes tinha o que comer, às vezes não tinha o que comer. Cansamos de ficar meses comendo só feijão e pepino, então eu casei muito jovem, e com o casamento isso me deu uma abertura de sair, porque eu era menor, então a gente casou, e eu e meu marido fomos para São Paulo. Então casei jovem e saí muito nova da cidade onde morava, e quando a gente foi pra lá, não era mais na roça que a gente trabalhava, mas também estava vinculada, fui trabalhar de camareira, coisa que era acostumada a fazer com a mãe, e meu esposo cuidava de animais que tinha naquela pousada que fomos trabalhar. Ilha Bela, em São Paulo a gente morou (Entrevistada nº 1, mulher).

A entrevistada nº 1 deixou evidente sua vontade de migrar para melhorar as condições de vida. No entanto, logo após migrarem para São Paulo, decidiram que a vida lá era muito difícil e não havia possibilidade de estudar e de desenvolver profissionalmente; então migraram para o Vale do Paranhana. Na região, a entrevistada nº 1 começou a estudar e conseguiu uma oportunidade de trabalho na Faccat, local em que deu sequência aos seus estudos e onde hoje está cursando o mestrado.

A experiência migratória da entrevistada nº 1 mostra um fluxo muito comum no Brasil. Esse fluxo é marcado por migrantes que saíram de áreas rurais para grandes metrópoles, nesse caso específico, São Paulo. Posteriormente percebem a existência de muitas dificuldades e, como não conseguem melhores condições de vida e trabalho, decidem migrar para municípios de porte médio ou pequeno. Este movimento também está relacionado à mudança da dinâmica econômica nos grandes centros urbanos, marcados especialmente pelo processo de descentralização industrial, sendo que os polos de atração migratória mais recentes na última década passam a ser as cidades menores no entorno da região metropolitana.

Todaro (1980) coloca que a migração rural-urbana deve ser considerada em dois estágios. O trabalhador rural não qualificado que migra para uma área urbana, inicialmente estará no primeiro estágio, considerado urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados, empregados ocasionais, empregados do setor informal). Posteriormente, poderá conseguir um emprego permanente no setor moderno, o que seria então considerado o segundo estágio.

É uma característica das migrações do final do século XX e início do século XXI, o deslocamento das metrópoles para cidades pequenas e médias. As transformações socioeconômicas e políticas pelas quais vêm passando os espaços urbanos em nível nacional, regional e local, bem como as mudanças tecnológicas, contribuíram para intensificar os fluxos migratórios em direção a cidades de porte médio e pequeno, sendo estas representantes de uma parcela considerável do dinamismo regional. Esse fenômeno corrobora com as trajetórias realizadas por alguns dos entrevistados, que saíram de grandes metrópoles à procura de uma situação econômica e social mais satisfatória (BAENINGER, 2012).

Outra teoria que vem a contribuir para a análise é a teoria do mercado de trabalho dual, que, conforme Peixoto (2008), tem as seguintes características:

Segundo esta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais, ou apresentarem uma característica “dual”. O mercado “primário” detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira (através de um mercado interno de trabalho desenvolvido nas organizações), protecção social e bom estatuto social. Na prática, são as organizações públicas e algumas empresas privadas, sobretudo as de maior dimensão, que apresentam estas características. Por oposição, o mercado “secundário” é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de protecção social e baixo estatuto social (PEIXOTO, 2008, p.21).

Essa proposição pode ser representada pela grande parte dos entrevistados que saíram do meio rural em busca de trabalho no meio urbano. Alguns passaram a trabalhar em ofícios como: pedreiro, camareira, babá, doméstica, eletricista, nas indústrias de calçados, o que é bem característico do mercado de trabalho secundário citado por Peixoto (2008). Esse tipo de trabalho considerado secundário representa a força de atração exercida sobre os migrantes e, de certa forma, um meio de melhorar seu padrão de vida, visando à mobilidade social futura.

Já a Entrevistada nº 14, revela, em sua resposta, a decepção com a perda da lavoura, que conseqüentemente resultou em uma queda na renda da família, tendo que buscar trabalho na cidade para poder sobreviver: “Duas colheitas deram muito prejuízo e o jeito foi tentar trabalho na cidade”. Em relação ao entrevistado nº 4, a preocupação do pai era com a educação e formação dos filhos. Não queria que os filhos seguissem o mesmo caminho, sendo trabalhadores da construção civil, mas que procurassem, por meio do estudo, atividades mais intelectuais do que braçais.

Meu pai sempre pensou em achar um trabalho diferente pra nós, ele sempre dizia que serviço de construtor era um serviço muito pesado, desgastante e ele queria que a gente estudasse e procurasse um serviço menos braçal, mais leve, não muito pesado. E eu sempre fui mais dedicado a um serviço mais de análise, não

pesado, eu não gostava de pegar na enxada, ele dizia assim: você vai se dar bem em uma área que você precisa estudar (me dedicava aos estudos), e acabei vindo pra cá e me dedicando aos estudos, fiz a graduação e mestrado na UNISINOS; hoje sou aluno assistente lá da UFRGS, estou me inscrevendo para aluno PEC (Processo de Educação Continuada), tentando um doutorado na UFRGS, essa é a trajetória de formação. Mas a vinda pra cá foi por dois motivos, um deles pra procurar emprego para ter uma nova opção de trabalho e a outra pela educação que não tinha lá, ou você ia para o seminário pra estudar pra padre, o qual eu fui, nós somos três irmãos e os três seminaristas, ou tu ia para o seminário ou para o colégio agrícola para trabalhar e ter continuidade dos estudos, senão não tinha condições (Entrevistado n° 4, homem).

Conforme se pode verificar, a partir das informações dadas pelo entrevistado, as motivações partem da necessidade de conseguir trabalho, ou seja, o aspecto econômico sobressalta no processo migratório, e também como forma de abandonar o meio rural, sendo as relações laborais neste percebidas como muito onerosas, em alguns momentos, sem resultados favoráveis. Também se observa em alguns dos relatos a educação como um aspecto secundário na decisão de migrar. Para Ghizzo e Rocha (2008) a mobilidade, mais recentemente, tem sido efetivada a partir da relação capital e trabalho e tem representado condição vital para o trabalhador. Os entrevistados apontam esta realidade.

Primeiro lugar, eu vim embora pra cá em busca de trabalho e pra continuar estudando, porque lá em São José meus pais são agricultores, não tem nenhuma perspectiva, como comentei da farmácia que era a única farmácia do município, participei desse projeto, o projeto já tinha encerrado, eu já tinha terminado meu ensino médio, e com muita vontade de fazer muitas coisas e as possibilidades eram pequenas; então, foi quando uma tia minha, irmã da minha mãe e que mora aqui em Taquara, foi nos visitar e me convidou pra vir morar com ela, e já tinha trabalho arrumado pra trabalhar num escritório de contabilidade de um amigo deles e estava disposto a me ensinar já que eu não tinha experiência, e aí foi até comentado: “ah lá tem faculdade, lá em Taquara, vai

poder estudar..” foi o que me motivou a vir pra cá, foi no ano 2003 (Entrevistada n° 13, mulher).

Independente da migração ser individual ou familiar, a direção do movimento depende da herança migratória do grupo de relações primárias; isso significa que o fluxo migratório pode ser direcionado para lugares em que os indivíduos tenham familiares, amigos ou conterrâneos (DURHAN, 1978). Para a entrevistada n° 2, foi mais difícil a saída da origem, mas as motivações foram a família (marido e filhos). A opção em migrar foi motivada pelo sentimento de ausência na criação do filho e, morando em uma cidade do interior, a possibilidade de estar mais tempo presente seria uma possibilidade.

Para outro entrevistado, novamente pode-se constatar a presença da família como motivador da migração. O entrevistado n° 18 migrou da Argentina porque casou-se com uma brasileira e aqui veio constituir uma nova família. Porém, os vínculos na Argentina eram sólidos, com os pais e também com os filhos da primeira família. Conforme o entrevistado, foi difícil a separação dos filhos, como segue: “Foi difícil, por ter deixado meu pai lá, parentes, tios, e principalmente filhos, lá na Argentina, e por outro lado uma grande alegria vir para cá, o começo de uma nova vida e ter que deixar os afetos” (Entrevistado n° 18, homem).

No caso do entrevistado n° 19 foi uma migração baseada no núcleo familiar, pois o migrante era criança e não tinha poder de decisão, então teve que migrar com a família, conforme relata: “A partida foi com meus pais, e como a colônia na época era mais difícil, não tinha muito emprego, deu aquela debandada do pessoal pra fora, e eu tinha 4 anos, me levaram à força pra lá” (Entrevistado n° 19, homem).

As crianças não decidem migrar, seguem as decisões da família, porém isso não significa um problema ou violência contra a criança, mas sim, que a migração de crianças não é um ato voluntário, elas tendem a migrar acompanhadas de parentes, pais e

irmãos (CAMPOS, 2015). Para o entrevistado nº 5, a motivação principal foi a família, mas percebe-se que o fator econômico também foi levado em consideração. A decepção, contudo, mistura-se com o arrependimento ao chegar no destino, pois o que havia motivado a migração já não existia mais, ao evidenciar que o falecimento da avó e as questões econômicas não foram tão satisfatórias no local de destino.

Já para o entrevistado nº 6, a motivação foi buscar um pouco de qualidade de vida: “Os motivos foram a busca por trabalho que eu parasse um pouco mais em casa, menos em viagem, busca de novos horizontes mesmo” (Entrevistado nº 6, homem). A entrevistada nº 7 pareceu a mais racional das migrantes, pois suas respostas foram muito objetivas e não foi percebido nenhuma decepção ou arrependimento relacionado à migração. No relato, a migração surge como algo normal, que impulsionou a busca de conforto e comodidade.

Para o entrevistado nº 12, a saída do município de origem foi motivada pela procura de emprego como meio de sobrevivência da família. Novamente, sobressai a presença da motivação econômica como fator responsável pela migração. O relato do migrante explica que a família era muito grande, todos que já tivessem condições de trabalhar tinham que ajudar no “sustento da família”, evidenciando que a migração foi uma questão de sobrevivência.

Também foi um dos motivos já que era uma família grande. Sim, somos em nove... sete filhos, pai e mãe... Naquela época, as empresas... elas empregavam crianças com 10- 11 anos, quando eu vim pra cá no caso se eu precisasse trabalhar na verdade, não era uma coisa normal assim, aí era um tempo que tu fazias de 10 a 12 horas por dia. Também a gente veio com a família, porque nesta época Campo Bom já estava muito saturado a questão dos terrenos pra cá, e então o que acontece as pessoas começam a procurar outros lugares que trabalhavam que tinham empregos e que fosse mais fácil de comprar terreno, mas fácil de comprar casas, coisas assim, então nessa região aqui, Taquara , Três Coroas, Nova Hartz , estava muito pouco desenvolvido ainda, já existiam as empresas,

mas era uma escala menor; então especialmente minha família vir pra cá, porque naquela época, os terrenos eram baratos (Entrevistado n° 12, homem).

Brito (2007) coloca que, para conseguir melhorar seu padrão de vida, a alternativa é a migração para centros urbanos. Essa movimentação no espaço geográfico iguala-se à movimentação social organizada pelo conjunto de indivíduos que formam as relações primárias. As informações acumuladas por esse grupo permitem uma redução nos riscos da migração, auxiliando na adaptação à sociedade urbana, bem como, incentivam a manter as raízes com a origem. Parte dos entrevistados deixa claro esse vínculo com a origem, até porque, para alguns, os familiares e amigos ainda permanecem no local de origem.

Outras motivações levaram os entrevistados a migrar, em função de melhor qualidade de vida, incluindo a família e também em busca de oportunidades de melhorar sua qualificação profissional, especialmente o estudo.

Pessoais, especialmente em função da decisão da família em partir para o Rio Grande do Sul na busca de qualidade de vida (saúde para os avós), pois o clima era um fator que prejudicava, assim como, melhorar a renda e continuar os estudos (Entrevistado n° 11, homem).

Pessoal; foi sim, o mestrado, mas o maior motivo foi meu marido, ele veio embora, e eu fiz, no mesmo ano que ele veio, eu fiz a prova de seleção do mestrado e consegui bolsa, então foi o que me motivou mais de vir, aí eu um pouco ficava triste por estar longe da família, mas ao mesmo tempo feliz pela minha realização profissional, era um sonho meu (Entrevistada n° 10, mulher).

A razão é em função de melhorar o emprego, porque lá nessa cidade que eu morava não tinha muita expectativa pra morar, pra estudar, não tinha muita coisa, então a gente veio pra cá pra região em função do pai ter mais irmãos aqui, tem familiares, então pra gente trabalhar melhor, porque lá não tinha, lá é muito ruim, ou

trabalha em granja de arroz pra homem assim, e mulher é no comércio ou no lar assim (Entrevistada nº 9, mulher).

Olha, no meu caso, eu entrei no seminário, mas pensando hoje, meu pai não tinha como dar terra pra todo mundo, então ele deu terra para alguns e os outros tiveram que migrar, então foi uma questão, como ele não tinha condições de comprar terra pra todos, uns ficaram e os outros saíram, eram 5 filhos homens, aonde 1 ficou e os outros 4 migraram (Entrevistado nº 8, homem).

Conforme Truzzi (2008, p. 204), ocorre a “[...] *emigração porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa da emigração.*” Essa citação vem ao encontro do que foi dito pelo entrevistado nº 8. Muitas vezes, as condições no lugar de origem não são favoráveis a todos os indivíduos da família e, nesse caso, a saída é buscar outro lugar para construir seus projetos de vida. Outro aspecto a considerar refere-se à saída do meio rural e a busca por independência: uma das opções, naquele momento, era ir estudar em um seminário.

Uma das motivações mais interessantes e que fugiu das motivações principais elencadas pelos demais entrevistados, foi o relato da entrevistada nº 20, que migrou para Três Coroas em função da religião (o Budismo): ela e a família vieram residir nas terras do centro budista, a fim de ajudar nas obras de construção e ampliação do templo. É muito raro, na literatura e na prática, encontrar migrantes que se deslocam por uma motivação religiosa. É mais comum encontrar migrantes que saem de seus países de origem em função de perseguições religiosas.

Olha o meu pai conheceu o Budismo, e o "Rimpoche" (mestre) pediu ajuda voluntária por um ano, pra construir as construções do centro, e a gente veio, meu pai tirou o ano sabático dele, ele tinha empresa lá, mas ele já tinha fechado no ano de 1997, então ele veio aqui pra ajudar na construção dos templos, aqui em Três Coroas (Entrevistada nº 20, mulher).

Um outro aspecto que fugiu das motivações convencionais elencadas é a migração devido à violência no lugar de origem, conforme relato da migrante. A violência pode ser igualmente um fator condicionante no processo migratório; as altas taxas de violência têm sido um dos aspectos de redução populacional, principalmente em centros urbanos de porte médio e grande (GOLGHER, 2004). Ao analisar as motivações dos migrantes entrevistados em realizar essa trajetória, ficou caracterizada a presença de diferentes aspectos que não somente atreladas ao fator econômico. Chama a atenção a presença da família como um suporte para o processo migratório. Muitos dos entrevistados migraram por causa da família, em benefício dela, ou como forma de sobrevivência, no intuito de melhorar a qualidade de vida da família.

### **Considerações finais**

Ao concluir a presente pesquisa que teve por objetivo identificar as razões, motivações que levaram os indivíduos a migrar para a região do Vale do Paranhana, identifica-se algumas questões importantes na discussão das teorias sobre migrações, partindo do entendimento das contradições que cercam o conceito de migração e dos fatores motivacionais que levam o indivíduo a migrar.

Para o grupo de entrevistados, ficou claro que, embora tenham tomado suas decisões baseadas no caráter individual e racional, estes não deixaram de considerar a influência de familiares e parentes. Neste sentido a família é um fator motivador e determinante no fluxo migratório do grupo analisado.

As relações familiares, como família e parentes e as redes sociais aparecem de forma bastante significativa na trajetória migratória dos indivíduos que se dirigiram para a região e foram contundentes nas decisões de migrar.

O pertencimento do indivíduo a um território, a organização da sua vida, das suas relações familiares e pessoais, intensifica as

decisões relacionadas à migração. Associada a esta ideia, passou-se a considerar no processo migratório o componente das redes sociais. O indivíduo migra a partir de informações de amigos, vizinhos e familiares, sendo que a noção de pertencimento ao território ou enraizamento, responsável pela confiança entre os atores sociais, fica evidente a partir das entrevistas realizadas.

Outra razão vinculada a este contexto são as migrações rurais-urbanas. Pode-se constatar que, no Vale do Paranhana, os migrantes que se direcionaram para a região, saíram de áreas rurais. Estes afirmaram que necessitavam trabalhar em setores que pudessem lhes proporcionar melhores rendimentos em termos econômicos. Para os migrantes, as áreas rurais das quais eram originários não se transformaram economicamente e, dessa forma, não ofereciam melhores condições profissionais e salariais aos indivíduos, forçando-os a buscar alternativas em áreas urbanas, e conseqüentemente, oferecendo melhores opções de crescimento profissional, impulsionando o processo de mobilidade social desses migrantes.

A oportunidade oferecida pela região ao grupo de migrantes deu-lhes, com o passar do tempo, condições de estudar, conseguir um emprego melhor e de se distanciar das atividades ligadas à agricultura. Esses migrantes, contribuíram para a formação atual do território, utilizando a sua mão de obra em diferentes setores econômicos de cunho privado e também no setor público.

Observa-se que as migrações que eram direcionadas à região e tinham como principal motivação o aspecto econômico, já mostravam novas faces, mais voltadas aos aspectos de qualificação profissional e qualidade de vida. Os migrantes de períodos mais recentes (século XXI) já mostram um propósito diferente, estudar e qualificar-se profissionalmente.

Alguns aspectos díspares aparecem como razões para a migração. Um dos migrantes dirigiu-se para a região por motivação religiosa. Outro aspecto que aparece na região é o deslocamento motivado por questões de segurança. Hoje, este aspecto talvez merecesse uma atenção por parte das pesquisas como um fator

importante da decisão de migrar, principalmente para quem reside em grandes centros metropolitanos, onde a situação da violência tem aumentado.

Portanto, a partir destas constatações foi possível depreender que os migrantes buscaram a região do Vale do Paranhana para residir, trabalhar, estudar, progredir profissionalmente e ter qualidade de vida. Foi possível, então, identificar que a região vem construindo seu território a partir da inserção de migrantes que buscam seu desenvolvimento individual, mas que tem possibilidades intrínsecas para promover o desenvolvimento regional.

## Referências

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**. Ano XX, n. 39, p.77-100, jul./dez.2012.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Características demográficas e a voluntariedade da migração. *reMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 273-290, jul./dez. 2015.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Resumo Estatístico Municipal**. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. **Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas Espaço Plural**. Ano IX, nº 18, 1º Semestre, 2008, p. 101-110.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da Migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/153/6520019.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, volume 91, Issue 3, nov. 1985, p. 1-31.

\_\_\_\_\_. **The sociology of economic life**. Boulder: Westview, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 set. 2016.

MARANDOLA Jr, Eduardo. DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MASSEY, Douglas S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. **Population and Development Review**, Vol. 14, No. 3 (Sep., 1988), pp. 383-413.

PEIXOTO, João. **Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes**. **Migrações**, nº 2. Lisboa, 2008. p. 19-46.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política das urbanizações**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste (ETENE), 1980, p.145-172.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social. **Revista de sociologia da USP**, v. 20, nº 1. 2008.

## **Migrações contemporâneas e as tensões em torno do patrimônio edificado da cidade de Urussanga-SC**

*Liziane Acordi Rocha*<sup>1</sup>

*Michele Gonçalves Cardoso*<sup>2</sup>

O presente trabalho possibilitou investigar as possíveis relações entre as migrações internacionais na cidade de Urussanga-SC, iniciada com fluxo mais representativo na década de 1990, e as tensões e litígios em torno dos bens tombados. Urussanga está ancorada sobre um discurso étnico, fomentado por alguns fatores como as festividades (*Festa Ritorno Alle Origini*, Festa do Vinho, *Sagra dela polenta* e *Festa Madonna dei campi*) e acordos políticos (*Gemellaggio*), que estariam vinculados ao processo de colonização, durante a década de 1870, por grupos oriundos da Itália. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos de italianidade, justificativa que ocasionou a busca por uma

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, bolsista do Centro de Memória e Documentação da UNESCO-CEDOC, bolsista do Programa de Iniciação Científica PIC 2017-2019, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela FAEL. [lizi@unesc.net](mailto:lizi@unesc.net).

<sup>2</sup>Michele Gonçalves Cardoso. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Graduação em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC; Mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC e Doutorado em História pela mesma instituição. Professora do Departamento de História da UNESCO. [michelegc@unesc.net](mailto:michelegc@unesc.net)

descendência europeia que possibilitasse aos brasileiros/as descendentes, um caminho para a migração na contemporaneidade.

Estes fluxos migratórios efetivados ao longo das décadas de 1990 e 2000 eram configurados como temporários, pois com a migração facilitada pela dupla cidadania, esses indivíduos se deslocavam objetivando ganhos financeiros em um curto período de tempo. Desse modo, o retorno fazia parte do propósito da viagem, e os ganhos conquistados em países, como a Itália, foram em grande medida aplicados na cidade de origem. Com os ganhos obtidos um dos possíveis investimentos é na construção civil e investir próximos aos centros urbanos de certa forma uma alternativa almejada (ou não).

Urussanga possui hoje, um total de vinte e quatro (24) bens tombados em nível estadual e federal, sendo muitos deles na Praça Anita Garibaldi (centro da cidade) e entorno, com grande valor no mercado imobiliário. Portanto, o centro histórico preservado também foi motivo de interesse da construção civil, colocando em disputas valores identitários/étnicos e econômicos. Além das fontes historiográficas relacionadas a migração internacional e as tensões que envolvem o patrimônio cultural em Santa Catarina, analisamos os processos de tombamentos da cidade de Urussanga que estão disponíveis na Fundação Catarinense de Cultura. Nosso foco incidiu sobre as justificativas de impugnação promovidas pelos advogados dos proprietários, que nos propiciou compreender em que medida os bens tombados refletem no mercado imobiliário, sua relação com o retorno dos/as emigrantes e os discursos existentes em torno do Patrimônio Cultural.

Urussanga, se localiza a 185 km da capital Florianópolis, foi fundada enquanto núcleo colonial pelo Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, no dia 26 de maio de 1878. Durante a década de 1870, se intensificou em Santa Catarina a ocupação de terras para o interior do estado, ação fundamentada no discurso do ‘vazio demográfico’. Nesse contexto, temos as primeiras levas de ocupação em Urussanga, provenientes da Península Itálica, sobretudo da região de Vêneto. Estas famílias buscaram consolidar-se nesse espaço,

construindo suas primeiras residências no núcleo central, região que posteriormente se tornaria de interesse histórico. Esse conjunto de edificações foi tombado em nível estadual e federal, na década de 1990, sendo muitos deles localizados na Praça Anita Garibaldi (centro da cidade) e entorno, região que atualmente possui grande valor imobiliário.

Por volta de 1990, processou-se em Urussanga o ‘retorno’ dos/as descendentes de italianos para Europa por meio da obtenção da dupla cidadania, acionando o *Jus Sanguinis*<sup>3</sup> como “sinônimo de italianidade” (SAVOLDI, 1998, p.35). Esse “novo” movimento de migração transcorreu por contada da valorização de elementos étnicos, culturais e identitários que moldaram o imaginário em torno do discurso de italianidade. Que de acordo com Bauman (2005, p. 27):

Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional.<sup>4</sup>

Se pensamos em uma região com espaço demarcado por fronteiras visíveis e invisíveis, um emaranhado de histórias se cruzam, se definem e se movem, são locais dinâmicos repletos de mudanças temporais e modificações sobre os sujeitos. Refletir sobre os “espaços sociais” e analisar as lutas para definição de identidades ou diferenciações, podem estar relacionadas a ações de poder e

---

<sup>3</sup>*Jus Sanguinis* ou “direito de sangue”, é um direito evocado por indivíduos em países que passaram pelo processo de imigração, vinculados principalmente com países europeus como no caso da Itália. Pode ser ter o reconhecido do direito por descendência aquele que for filho/a de cidadão italiano conforme a Lei 91/92 em seu art. 1º, primeira parte que define como cidadão italiano nato “o filho de pai ou mãe cidadãos”. No mesmo artigo, na disposição *b* menciona que filhos/as em que pai ou mãe tenha sido apátrida não tem o direito à cidadania.

<sup>4</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005. Bauman ainda menciona que identidade não é algo natural, mas que nasceu “da crise do pertencimento”, que o Estado auxilia na remodelagem e criação de uma unidade imaginada e que fixam para dar sentido para um “nós”.

discursos, uma vez que essa identidade transmuda da representação para a realidade.

No início do século XX com a proclamação da República, em alguns espaços catarinenses, se processou uma ressignificação da identidade estadual que deveria representar características, valores e símbolos que se ligasse a “Pátria Mãe”. Nesse período, coube a grupos como Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC um papel chave, que formado por pessoas ligadas ao poder público, intelectuais e membros da elite catarinense, essas pessoas selecionaram memórias e (re)criavam eventos. Buscaram no passado referências “para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p.9).

Nas três fases da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Serpa (1996) analisou que as conjunturas nacionais tiveram influência na construção do discurso da identidade do estado. O grupo que compunha o IHGSC selecionou as memórias que representassem e diferenciassem as pessoas do Sul do restante do Brasil e que ao mesmo tempo reforçasse a identidade nacional. A historiografia que se consolidou nesse período perpassou pelo paradigma tradicional sobre a ótica de uma história “vista de cima”. Mesmo assim, é válido para se analisar os períodos de reconfiguração em Santa Catarina, as obras produzidas por um viés acadêmico<sup>5</sup>, bem como, de cunho memorialistas<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup>PIAZZA, Walter Fernando. Historiografia catarinense e fontes para a história. In: Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, v. 2, p. 05-15, 1994.

CABRAL, Oswaldo R., 1950 – “Os Açorianos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução econômica e social de Santa Catarina”. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense, II. Florianópolis: Imprensa Oficial.

<sup>6</sup>DALL'ALBA, João Leonir. Histórias do Grande Araranguá. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. 519 p.

\_\_\_\_\_. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

A memória se constitui como principal elemento para formação da identidade, seja coletiva ou individual. Mesmos as memórias individuais passam por relações já existentes, ou seja, “(...) mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK, 1989, p. 14). A mobilização e evocação de determinadas memórias foram propulsores nas representações da identidade, criando símbolos étnicos e de luta em um campo imagético. Que de acordo com Bauman (2005, p.19) “as “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.”

Ou como afirma Bourdieu (1989, p. 115),

[...] um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

Essas ações que estão em debates em nível estadual também reverberam em nível municipal, deste modo Urussanga como outras cidades do Estado passou por um processo de definição e demarcação de espaço (imaginário muitas vezes) e por um processo de colonização europeia. Ao pesquisar na história contada por memorialistas<sup>7</sup> da região fica evidente a seleção de memórias e de recortes temporais que classificam, nomeiam e definem indivíduos. A cidade ressignificou algumas memórias fomentando a imagem de

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Fernando Luís Vieira. Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina. 2. ed. Orleans, SC: Ed. do Autor, 2001. MARQUES, Agenor Neves. História de Urussanga. Urussanga, SC: Câmara Municipal, [19--]. MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 1985. Memorialistas como Luigi Marzano e o Padre Agenor Neves Marques tiveram um grande destaque na formação de identidade em Urussanga, seus escritos serviram de base para fundamentar uma “origem” na italianidade e respaldo para justificar ações de invisibilidade de memórias nas memórias indígenas.

elementos oriundos da Itália no Brasil, como algo puro e original. As tradições que compuseram o imaginário em Urussanga são compreendidas como um eterno passado no presente (HOBSBAWM e RANGER, 2008), constroem signos e símbolos e sacralizam locais.

Um outro fator que contribuiu para a configuração e demarcação de espaços que elencou valores éticos está ligado ao processo de proteção e valorização do Patrimônio cultural no Estado. Com a instauração do Decreto-lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937<sup>8</sup>, contribuiu-se para ressignificação da Patrimônio do País, e se ditava no seu “Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira: [...]”. Esse Decreto-lei vai ser mencionado em muitas justificativas de impugnação que iriam ocorrer nos processos de tombamentos em Urussanga. Com a Constituição Federal de 1988 com base em Cartas e Conferências internacionais e nacionais verificou-se uma alteração sobre o conceito no que tangia o Patrimônio Cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].

Ao analisar as leis federais referentes a preservação do patrimônio por meio do tombamento em Santa Catarina durante a década de 1990 se privilegiou “o talento construtivo de gerações de imigrantes e seus descendentes” (GONÇALVES, 2012, p 3), caracterizando por meio da arquitetura determinados estilos que diferenciasse cada grupo étnico (alemães e italianos), “[...]com destaque para a arquitetura enxaimel na região de colonização germânica, as casas térreas ou sobrados de pedra da região de

---

<sup>8</sup>Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

colonização italiana [...]“ (FONSECA, 2014, p. 74). O que delimitou e afunilou o patrimônio em Santa Catarina a um marcador de espaços e regiões. Uma alteração na lei estadual órgão responsável por promover a valorização e salvaguarda dos bens culturais em Santa Catarina. De acordo com Simon (2000, p. 17):

Em Santa Catarina, com a criação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 1979, foi proposto um projeto chamado “Inventário das Correntes Migratórias” e em 1983 foi iniciado o primeiro cadastramento do patrimônio, utilizando metodologia e técnicas tradicionais, das edificações de valor cultural nas áreas urbanas e rurais de Laguna, São Francisco do Sul, Joinville, São Bento do Sul, Urussanga e Nova Veneza.

Deste modo, partir da Lei n. 5.846, de 22 de dezembro de 1980, ficou estabelecido que ficaria a Fundação Catarinense de Cultura o órgão responsável em propiciar a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, foi possível iniciar de forma efetiva o processo identificação e cadastramento dos patrimônios no Estado. Os processos analisados fazem parte de um conjunto de bens tombados em Urussanga e que estão sobre a responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura. O projeto iniciado nesse período culminou no lançamento do Roteiro Nacional de Imigração, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), essa ação visou preservar e valorizar os bens em Santa Catarina. Essas ações fomentaram a interação do bem patrimonializado com o turismo na cidade, reforçando e ressignificando as identidades.

Podemos destacar as festas como subsídios dessas ações patrimoniais com discursos étnicos. A Oktoberfest em Blumenau com o *slogan* da “A maior festa alemã do Brasil”, ou Festa do vinho e *Ritorno Alle Origini* em Urussanga, tendem a criar símbolos e signos de uma formação de identidade italiana com características que estimularam o imaginário de que o Sul do país configuraria em

um pedaço da Europa no Brasil, nesse sentido o “[...] valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...]” (CHAUÍ, 2001, p. 9).

As festas no Estado de Santa Catarina que contribuíram para o discurso étnico, partiram de uma ideia de legitimação de grupo para materialização e consagração, permitindo um sentimento de unidade. Essa unidade em volta das ditas festas “típicas” como símbolos de uma determinada cultura, diversificando identidades e ressignificaram memórias. A festa *Ritorno Alle Origini* em Urussanga em uma tradução simples “retornar as origens”, buscou lembranças de um passado ausente e invisível e elementos que ofertassem a cidade um sentimento de unidade e de identidade.

A procura por uma identidade italiana não somente é construída por um viés cultural e social, mas político e econômico, principalmente. Esse sentido, Urussanga tem um diferencial, o *Gemellaggio* (PEREIRA, 2011), que se configura em um acordo entre o município e a cidade italiana de Longarone. Essas duas cidades de acordo com o projeto, seriam “cidades irmãs”, já que teriam migrado de Longarone um grande número de imigrantes e estes se fixaram em Urussanga. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos para uma identidade italiana. Em um documento expedido pela Associação Bellunese de Urussanga ao então prefeito Vandelei Olívio Rosso, a Associação apresenta o projeto *Gemellaggio*, como “resgate” das origens e reforçando a identidade ítalo-brasileira. Outra justificativa para tornar as duas cidades irmãs são as questões de cunho econômico e tecnológico. (DAMIANI, 1990).

Com o projeto *Gemellaggio* firmado na década de 1990 criou-se de acordo com Tomasi (2012, p. 34):

[...]oportunidades de emprego na Europa. Com isso, Urussanga, a cidade de imigração italiana do final do século XIX, tornou-se nas últimas duas décadas “terra de emigrantes”, visto que muitos urussanguenses veem a emigração para a Europa, em especial para a Itália e a Alemanha, como um projeto de vida e um meio de ascensão social.

Com a ação do *Gemellaggio* intensificou a migração internacional, levando a um expressivo número de homens e mulheres que buscaram nas suas “origens” uma identidade italiana que justificasse o direito a dupla cidadania. Oportunizou ainda acordos de trabalho, principalmente em sorveterias italianas, que de acordo com Tomasi (2011, p. 682):

Muitos desses ítalo-brasileiros saem de Urussanga com um emprego garantido na Itália, através do contrato de trabalho temporário tramitado por agenciadores. Esses urussanguenses permanecem parte do ano trabalhando na Europa, principalmente de fevereiro a outubro, sendo que muitos retornam nos meses de novembro para o Brasil. Alguns, no entanto, preferem permanecer na Itália após a temporada, procurando outros empregos, o que significa o não retorno a cidade de Urussanga durante todo o ano.

Esse movimento de ida ou de ‘retorno’ para a Itália tinha entre os objetivos a volta ao Brasil uma vez que o sentimento de “ser” italiano não os configurava “ser” italiano na Itália (mesmo com a dupla cidadania). Ao partirem rumo a terras dos nonos/as todo um leque de imaginários são acrescidos por meios de uma rede informações. E ao chegarem, confronto e estranhamentos com a realidade imaginária e realidade vivida produzem novas configurações, com isso uma:

[...] ruptura do mito de uma Itália encantadora, por suas paisagens e por seu comportamento humano, construído a partir de narrativas familiares ou de programas e filmes, impulsiona em direção a um novo olhar sobre o Brasil. Neste sentido, e olhando desde o exterior, em um processo de estranhamento, aquele país, que parecia tão distante, quando vivido exatamente em seu seio apresenta uma nova coloração, um novo encantamento. (BENEDUZI, 2014, p. 103).

Muitos dos/as migrantes contemporâneos não tinham como objetivo se fixar na Europa, mas apenas buscar recursos que possibilitassem uma melhora de vida. Durante o processo migratório e o retorno ao Brasil umas das ações destes migrantes

seria o investimento na construção civil. Do primeiro processo migratório legou à cidade um conjunto de bens edificados, ambicionada pela construção civil, como possibilidade de expansão do setor. Esse retorno contemporâneo fez com que um grande número de investimentos fosse feito na cidade de origem, principalmente no mercado imobiliário (CARDOSO, 2011).

A Construtora Fontana fundada em 1989 na cidade de Urussanga, passou a desenvolver seus empreendimentos em construções de verticalização, sendo algumas na própria cidade (CARDOSO, 2011). Essa verticalização na cidade modificou a paisagem e colou em xeque os bens edificados. O contraste entre o novo e o “velho” e/ou, o progresso e o passado, permeavam as disputas em torno dos tombamentos. Para se observar as tensões em torno dos bens e as ações da construção civil foram analisados os processos de tombamentos que estão sobre a responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura. Durante a pesquisa foram disponibilizados pelo órgão responsável sendo os mesmos fotografados e posteriormente, analisados para compreender as possíveis tensões e litígios em torno do campo do Patrimônio interligados as migrações contemporâneas e o interesse da construção civil sobre o espaço físico.

Dos 24 processos que estão sobre a responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura que fazem referência as edificações tombadas em Urussanga, foi possível estabelecer um parâmetro sobre a localização destas:

Tabela 1 - Disposição dos bens de acordo com a localização

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| Praça Anita Garibaldi        | 14 bens |
| Av. Presidente Vargas        | 3 bens  |
| Linha Rio América Baixo      | 1 bem   |
| Rua Américo Cadorin          | 1 bem   |
| Rodovia SC - 446 (km 11 e12) | 5 bens  |

Fonte: composta a partir dos processos de tombamentos da cidade de Urussanga que estão arquivados da Fundação Catarinense de Cultura.

Duas são igrejas, uma localizada na Praça Anita Garibaldi e a outra a Igreja de São Gervásio e São Protásio em Rio Maior/Urussanga. Os demais bens tombados são de tipos residencial/comercial e sendo um (1) de propriedade da prefeitura de Urussanga, um (1) administrado pela Ente Friulano Assistenza Social e Cultural e Emigranti (EFASCE) e os demais de propriedade particular.

Do conjunto de bens tombados doze (12) tiveram contestações ou ações de impugnação (esse recurso está previsto no Decreto-lei nº 25/37) feita por via autônoma ou por meio da contratação de advogados. Nas justificativas presentes nos processos de impugnação de forma sutil, mas expressiva se percebe a falta de conhecimento sobre os tombamentos “frequentemente compreendido como sinônimo de desapropriação ou “congelamento”, alimentando disputas que opõem a permanência do “passado” à lógica necessariamente destruidora do “progresso” (GONÇALVES, 2012,p.5). Pudemos perceber isso ao analisar os processos de tombamentos no qual, quatorzes (14) estão localizados na área central da cidade. Sendo essa área protegida pelos tombamentos (atendendo os requisitos do Decreto-lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937 tens a alteração para a Lei de Tombamento Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980), o centro da cidade passou a ser palco de tensões que evocam múltiplas temporalidades.

Entre algumas justificativas feitas pelos advogados Odivaldo Bonetti (representou em 3 processos de impugnação) e o advogado Mauro Felipe (esteve presente em 7 processos de impugnação), alegaram que os imóveis “não teriam características italiana” e/ou que “não possuem elementos memoráveis para a História do Brasil”<sup>9</sup>. Ao mencionar deveria haver uma característica única para arquitetura italiana e que as memórias selecionadas devem ser estar ligadas a um contexto amplo e de destaque nacional, os advogados

---

<sup>9</sup> No Processo P.T. 182/2000 o advogado Mauro Felipe, menciona que a construção teria sido construída após o período de colonização na cidade e que a mesma não teria sido residência de moradores pertencentes aos primeiros imigrantes italianos que se fixaram em Urussanga.

também mencionam a nacionalização de Getúlio Vargas<sup>10</sup> em 1938, que baniria questões étnicas no país

Ao analisar os processos de tombamentos de Urussanga disponibilizado pela Fundação, das justificativas feitas por parte dos dois advogados foi possível identificar similaridades entre ambas e entre as do mesmo advogado se diferenciavam em algumas linhas. Entre algumas justificativas de impugnação fazem alusão a falta de condições financeiras por parte dos proprietários/as em restaurar o bem e/ou o bem estaria em condições que seria “impossível” o restauro<sup>11</sup>. Prejuízos e revolta por parte dos proprietários são indícios da falta de conhecimento sobre o que tange o processo de tombamento e suas implicações são percebidas nos processos analisados<sup>12</sup>. É evidente o questionamento quanto a escolha dos bens e os critérios utilizados no tombados alegando “violência” (jurídica) por parte da Fundação, pois os proprietários não foram consultados quanto a seleção dos bens tombados. Não nos cabe julgar prós e contras uma vez que o próprio processo de tombamento elenca o direito de ações impugnatória e as justificativas tendem a favorecer o contestado.

Nas ações de impugnações situadas na Praça Anita Garibaldi o advogado Mauro Felipe menciona que a referida casa está em um local “estratégico” da cidade e o tombamento prejudicaria o desenvolvimento de Urussanga impedindo o “progresso”<sup>13</sup>. Não nos cabe mencionar todas, mas algumas já são suficientes para compreendermos que entre as justificativas propostas pelos advogados possuem elementos pertinentes em torno do Patrimônio e de cunho imobiliário.

---

<sup>10</sup> Em todos os processos de impugnação representados por Mauro Felipe é mencionado o período de nacionalização como justificativa para o não tombamento do bem.

<sup>11</sup> No Processo P.T. 184/2000, na justificativa é exposto que a proprietária uma Senhora idosa não possuiria condições financeiras para o restauro, estando o imóvel com problemas de cupim e os tijolos estariam se esfarelando. E que estando o bem tombado causaria dificuldades em vender o imóvel.

<sup>12</sup> Nesse processo P.T. 188/2000, além da revolta e do prejuízo por parte do proprietário é citado que os processos de tombamentos estariam causando um “caos” na cidade de Urussanga.

<sup>13</sup> No processo P.T. 187/2000, o “local estratégico” menciona pelo advogado se refere a Praça Anita Garibaldi.

Pelas justificativas podemos também observar as dificuldades por parte da Fundação Catarinense de Cultura em propiciar ações e políticas públicas que fomentem a preservação do Patrimônio Cultural. Um distanciamento entre o órgão responsável e a comunidade em questão é visivelmente percebida, ao promover o tombamento algumas pessoas foram surpreendidas com a ação demonstrando quase total desconhecimento sobre o assunto ao mencionarem que nas justificativas que o mesmo as impediria de vender a casa.

Urussanga acionando uma identidade italiana, principalmente ao facilitar o acesso a dupla cidadania propiciando uma migração contemporânea por meio de ligações econômica com cidades na Itália, (*Gemellaggio*), porém, o Patrimônio material não contemplaria esse discurso ao analisarmos os processos. Ainda entre as justificativas, o ato de tombamento prejudicaria o “progresso” da cidade, contudo, as tensões em torno dos bens tombados estão intimamente ligadas ao valor mercadológico que as resguarda, bem como a seleção de determinadas memórias coletivas.

A verticalização e o investimento na cidade por parte de brasileiros/as pode ser compreendido em um contexto geral (não homogêneo) do processo migratório internacional em busca de ganhos financeiros, desta forma, “se torna de fundamental importância expor as conquistas [...] demonstrar que a experiência foi bem sucedida [...] ajuda a fortalecer o imaginário da migração” (CARDOSO, 2011, p. 64). Alguns indícios de construções são aparentes em alguns processos de tombamentos como de um shopping center<sup>14</sup> e pedidos de demolição<sup>15</sup>. Possibilitar um

---

<sup>14</sup> O pedido por meio de ofício (Of. 155/03-SID, na data de 17 de junho de 2003) a Fundação Catarinense de Cultura do postulante está juntamente com o Processo de Tombamento P.T. 186/2000. O mesmo teria comprado dois imóveis tombados (P.T. 185/2000 e 186/2000), no pedido a ocupação seria em torno dos bens tombados em terrenos baldios, mas é mencionado o “desejo” por demolição para construção do Shopping Center.

<sup>15</sup> Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento. P.T. nº: 180/2000. O pedido de demolição menciona que no local seria construída um novo imóvel com

ambiente em que os ganhos conquistados durante o processo de migração para a Europa, sejam investidos na cidade, permeia as ações da administração pública.

O patrimônio pode ser entendido como um espaço de “luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos” (CABRAL, 2004, p.38). Discursos de progresso e desenvolvimento em contra partida com o “velho” ainda reverberam no imaginário. Concluimos que as tensões e litígios em torno do Patrimônio estão em constantes movimentos e são palco para disputas por espaços. E as identidades “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. (BAUMAN, 2005, p. 83).

## Referências

- ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando (Org.). **Os pequenos pontos de partida**: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI. Curitiba: PR: CRV, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi, tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BERTONHA, J. F. Le rappresentazioni degli italiani in Brasile. Centocinquanta anni di immigini, stereotipi e contraddizioni. *Diacronie: studi di storia contemporanea*, v. 5, p. 1-14, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 107 - 132.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Deloo25.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Deloo25.htm) . Acesso em: 13 nov. 2017.

CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate**, Campinas, SP, n.13, p.35-42, 2004.

CABRAL, Oswaldo R., 1950 - “Os Açorianos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução econômica e social de Santa Catarina”. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense, II. Florianópolis: Imprensa Oficial.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **De volta para a casa:** A inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009). 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 4. ed. São Paulo: Fund.PerseuAbramo, 2001.

DALL’ALBA, João Leonir. Histórias do Grande Araranguá. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. 519 p.

\_\_\_\_\_. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

FERREIRA, Fernando Luís Vieira. **Azambuja e Urussanga:** memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina. 2. ed. Orleans, SC: Ed. do Autor, 2001.

FONSECA, Karla Franciele da. **Patrimônio em contraste:** as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010). 2014. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis 2014, 2014.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 180/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 182/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 184/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 185/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 186/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 187/2000.

Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultura. Processo de Tombamento. P.T. nº: 188/2000.

ONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, Canoas, n. 19, p. 83-97, dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Patrimônio em litígio: conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses. **Anais do XIV encontro estadual de história – tempo, memórias e expectativas**, 2012, UDESC, Florianópolis, SC.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

MARQUES, Agenor Neves. **História de Urussanga**. Urussanga, SC: Câmara Municipal, [19--].

MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. Historiografia catarinense e fontes para a história. In: Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, v. 2, p. 05-15, 1994.

PEREIRA, Lara. Rodrigues. **O Gemellaggio entre Urussanga e Longarone: Irmandade Intercontinental**. *Temporalidades*, v. 5, p. 349/-360, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 2, n 3, 1989, p. 3-15.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 5.846, de 22 de dezembro de 1980.**

Disponível: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5846\\_1980\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5846_1980_Lei.html) .

Acessado em: 13 nov. 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto estadual n.7.439, de 24 de abril de 1979.

Disponível em: [www.alesc.gov.br](http://www.alesc.gov.br) . Acesso em 12 nov. 2017.

SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso:** a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Florianópolis, 1998. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFSC.

SERPA, ÉlioCantalcício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n.20, 1996, p.63-79.

SIMON, L. M. Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do Cadastro Técnico Multifinalitário e da Fotogrametria Digital – Estudo de Caso: Laguna. Dissertação. Mestrado em Engenharia Civil. Florianópolis: UFSC, 2000.

TOMASI, Julia Massucheti. **Ritornandoalleorigini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI.** Fronteiras (Florianópolis), v. 20, p. 33-52, 2012.

\_\_\_\_\_. “Il sogno italiano”: Os migrantes brasileiros de Urussanga (SC) na Itália a partir da rede social do Orkut (2004-2010). In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis. Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente [recurso eletrônico]. Florianópolis: UDESC/FAED - Programa de Pós-Graduação em História, 2011. p. 678-693.

URUSSANGA. Associação FamigliaBellunese. Ofício nº 001/90 de 21 de setembro de 1990. Longarone. Da Associação FamigliaBellunese ao gabinete da prefeitura.

URUSSANGA: as imagens da história. Urussanga, SC: [s.n.], [19--]. 3 v.



## **A legitimação de terras ocupadas por indígenas e caboclos no norte rio-grandense na segunda metade do século XIX: ações e reações**

*Kalinka de Oliveira Schmitz<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Para compreender a ocupação da região Norte do Rio Grande do Sul – a última do estado – é necessário colocar em pauta e discutir também os grupos que já se encontravam na área antes da chegada do colono. Buscar entender, através da análise da documentação, como o espaço territorial foi se moldando e alterando por impulsos como a aplicação da Lei de Terras de 1850 e depois o avanço da colonização – privatização das terras outrora públicas –, e como agiram os grupos afetados por todas essas mudanças. Nesse sentido será analisado se os grupos em questão usaram da possibilidade de iniciar um conflito para obter o que desejavam, que era a posse das terras ocupadas, dentro das suas reações aos acontecimentos.

A colonização sistemática realizada pela vinda de imigrantes europeus teve início no Brasil no ano de 1824, com a chegada de imigrantes alemães na região de São Leopoldo. A partir da segunda

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES pelo projeto Bases históricas dos conflitos agrários contemporâneos no norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina: indígenas, quilombolas e pequenos agricultores.

metade do século XIX, também outras etnias começariam a migrar para o Brasil, tais como italianos e poloneses principalmente.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que a colonização se voltou para a região do Planalto (ROCHE, 1969). Antes disso, a região era habitada por indígenas, caboclos e fazendeiros, que, apesar de terem ideias diferentes sobre a questão da propriedade da terra – apenas os estancieiros possuíam a documentação necessária para comprovar a propriedade de suas terras – coabitavam a área. Isso porque as propriedades abarcavam tanto áreas de mata quanto áreas de campo, e eram estas últimas que utilizadas para a pecuária. Portanto, as áreas de mata não tinham um uso específico dentro da economia das propriedades, sendo deixadas de lado, e com isso, permitindo a existência de agregados ou mesmo de intrusos, que faziam pequenas roças para subsistência.

Todavia, quando a colonização se volta para o Planalto, em um processo denominado por Jean Roche de enxamagem<sup>2</sup>, a maior parte das terras da região era considerada como devolutas. Apesar de oficialmente serem tomadas como terras devolutas, havia a incorporação dessas à propriedades particulares quando de suas medições. Esse processo se intensifica com a colonização, visto que aumenta a especulação agrária por conta da criação de núcleos coloniais e a consequente venda de lotes coloniais. Mas não somente os fazendeiros apossavam terras públicas. Também caboclos realizavam isso; o que diferenciava muitas vezes era o tamanho da área apossada. Com esses apossamentos, o estado acabava por perder terras sem receber nenhum valor, diferente do que aconteceria com a venda das mesmas. Com a tomada de medidas, principalmente após a Lei de Terras em 1850 e sua regulamentação em 1854, e as demarcações das áreas públicas, há uma diminuição

---

<sup>2</sup> Jean Roche denomina de enxamagem o processo migratório voltado para novas áreas férteis, novas fronteiras agrícolas, resultado do grande crescimento populacional e do esgotamento do solo da região das colônias velhas.

na apropriação indevida de terras públicas por parte de interessados em entrar na comercialização de lotes coloniais.

Se aproveitando então do crescente movimento migratório para o norte do Rio Grande do Sul, o governo passou a comercializar partes das terras devolutas, enquanto na parte que não seria vendida, o próprio estado realizaria a criação de colônias públicas, além de também destinar áreas para indígenas.

Logo, essa venda de terras para particulares “permitiu o aumento da população vinda de outras regiões, contudo, ampliou os conflitos com os posseiros, caboclos e indígenas, já ocupantes dos referidos terrenos” (NASCIMENTO, 2007, p. 101). Isso porque apesar das terras serem consideradas como devolutas, estas possuíam ocupantes que, apesar de tudo, não possuíam um título legal sobre a área utilizada. Sem esse título, acabavam muitas vezes por serem tirados das terras que ocupavam, causando alguns movimentos de resistência e ações contra os indivíduos que se tornavam legalmente os proprietários das terras, bem como os que haviam realizado a sua retirada.

Além da contribuição para os cofres do Tesouro estadual com a venda de terras públicas, nas palavras de Nascimento, “o objetivo governamental foi ordenar a ocupação da região, lucrar com o comércio de terras e tornar os habitantes locais conhecedores das técnicas modernas de produção e de convivência” (2007, p. 101). Por isso o interesse no assentamento de colonos e imigrantes, que desde o início da imigração em 1824 eram vistos como indivíduos que trariam elementos modernos para o contato com os caboclos, que eram considerados como não sendo completamente civilizados, e praticantes de uma agricultura rudimentar, que não permitia a produção de muitos excedentes para serem colocados no mercado interno.

A não inserção desses grupos na economia local e estadual, contudo, não pode ser considerada como uma regra vista a região ser grande exportadora de erva-mate, produto extraído principalmente por caboclos posseiros.

Mesmo sendo a última região do estado a ser povoada com imigrantes e descendentes destes, a região das matas do Rio Grande do Sul já abrigava indivíduos que estavam inseridos no setor econômico estadual através da extração e venda da erva-mate e outros produtos excedentes de sua produção para subsistência, o que vai contra a ideia de que quem vivia em regiões consideradas sertão seriam totalmente desconexos com o que era de “fora” (CHRISTILLINO, 2008).

Apesar disso, os colonos ainda eram vistos como indivíduos “superiores”, e por isso, ideais para contribuir ao desenvolvimento estadual. Esse pensamento também era presente nas discussões na região do Prata (GUAZELLI, 2008). Ou seja, a ideia de que o imigrante europeu e o contato deste com a população já existente (caboclos no caso do RS), permitiriam o desuso de práticas rudimentares de cultivo, e a adoção de práticas modernas, inserindo-se à lógica capitalista de produção.

No texto de Cesar Augusto Barcellos Guazelli, *Representações em conflito: a construção literária dos fronteiriços nos Estados Unidos da América e no Rio da Prata durante o século XIX*, o autor escreve que também nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi a questão racial é constantemente presente, onde “a dicotomia entre civilização e barbárie tem neles ampla relação de equivalências que termina necessariamente em ‘homem europeu’ e ‘homem americano’.” (2008, p. 260), onde os indivíduos brancos e europeus seria o elemento moderno e civilizado, em contraponto com nativos e indivíduos resultantes de uma miscigenação que seriam atrasados e ociosos, sem a preocupação da produção de bens para o mercado.

A imigração, por ser voltada para a parte do estado coberta por matas serviria também para levar a civilização a essa região considerada selvagem, bem como contribuir para o desenvolvimento das técnicas de agricultura praticada pelos caboclos e que era considerada pelos governantes como rudimentar.

Também a elite tinha interesses na vinda e no desenvolvimento da imigração e da colonização; Christillino (2008) afirma que o projeto de imigração encontrava apoio em uma parte da elite rio-grandense que estava interessada no desenvolvimento de um mercado de terras. Disso também se esperava uma maior tranquilidade pública, uma vez que a imigração viria para resolver a questão dos caboclos posseiros e extrativistas, que em movimentos de resistência contra a expulsão das terras que ocupavam, acabavam por trazer a insegurança para vilas e povoados.

O avanço da colonização e a fragilidade da fiscalização governamental permitiu toda uma movimentação de incorporação/apropriação de terras públicas por parte de particulares, que tinham interesse em lucrar com a futura venda de lotes coloniais. Dentre essas terras públicas que eram apossadas, estavam os ervais, que constituíam uma grande parte da renda de caboclos.

A privatização de áreas anteriormente devolutas ou de servidão pública – marcadamente os ervais – na região de estudo, alteraram em grande medida a propriedade da terra, e conseqüentemente os habitantes ou usuários dessas áreas. Nesse sentido, algo semelhante ocorreu com os camponeses ingleses estudados por E. P. Thompson (1998) no livro *Costumes em Comum*, onde as áreas de uso comum e de onde extraíam madeira, pasto para os animais e mesmo água para seu consumo foram paulatinamente cercadas, e os camponeses, proibidos de acessarem a área antes usada para seu sustento.

Os cercamentos realizados na Inglaterra ocorreram também por conta da valorização do preço da terra, se tornando lucrativo exercer a propriedade legal sobre elas, e assim, poder dispor das mesmas quando bem entendesse. No Rio Grande do Sul, o que fez a atenção se voltar para o apossamento de terras públicas também foi a alta no preço da terra, visando a posterior venda para a criação de núcleos coloniais. Em ambos os casos, a população pobre do campo se viu prejudicada, por não ter meios de fazer frente aos grandes

proprietários e assim, manter o seu direito de usar da terra, ou mesmo de legaliza-la como sua propriedade.

Mesmo tendo menos meios que os grupos que estavam privatizando essas áreas, os camponeses ingleses e os indígenas e posseiros rio-grandenses não ficaram passivos diante do que os prejudicava. E é justamente algumas ações/reações e argumentações desses grupos frente às alterações da propriedade da terra que iremos discutir nesse texto.

Desconsiderados como proprietários das terras que utilizavam pelos fazendeiros quando estes iniciavam o processo de legalização de propriedades, os caboclos, na posição de lindeiros ou mesmo posseiros de terras incorporadas, eram prejudicados tanto pela falta de recursos para regularizarem suas posses, quanto pela falta de conhecimento total da legislação que implicava na regularização, visto que a maioria vivia a grandes distâncias das vilas, onde as notícias poderiam demorar a chegar, e pouco frequentando a vila, pouco iam à igreja, que era onde se deveriam iniciar os processos de regularização das posses (ZARTH, 1997).

Os documentos analisados nesse trabalho são em sua maioria documentos produzidos pelas autoridades municipais em questão, e também relatórios produzidos por juízes comissários, que eram quem trabalhava nos processos de legitimação e revalidação de propriedades.

Enquanto os documentos analisados que se referem à ações dos caboclos posseiros frente às medições de suas terras e aos interesses de terceiros por elas são apenas da Câmara Municipal de Santo Antonio da Palmeira, os documentos utilizados que tratam sobre as medições na Freguesia de Nossa Senhora da Luz de Nonoai, envolvendo o aldeamento e o povoado são das Câmaras Municipais do município já citado acima e do município de Passo Fundo, uma vez que quando da emancipação de Palmeira, algumas áreas que pertenciam à Passo Fundo passaram ao município recém emancipado de Cruz Alta, dentre elas, a Freguesia de Nonoai.

## **Ações e reações na regularização da propriedade**

Para que houvesse condições de ocorrer a colonização em Santo Antonio da Palmeira, e mesmo por conta da necessidade da execução da Lei de Terras de 1850, iniciou-se a partir da década de 1860, os trabalhos para legitimação de posses e revalidações de terras concedidas pelo governo. A partir de então, se intensificam conflitos envolvendo os vários interessados pela posse da terra. Isso porque eram durante os trabalhos de legitimação e revalidação de propriedades que surgiam as sobreposições de propriedades existentes, conflitos de interesses sobre uma mesma área.

Esses trabalhos se desenvolveram de maneira lenta, tendo em vista a grande extensão territorial dos municípios e o reduzido número de pessoal encarregado desses serviços. Mesmo assim, os documentos permitem observar de que forma ocorreu a formação/reconfiguração da propriedade da terra, e como isso interferiu nas relações entre indígenas e caboclos, os posseiros e as autoridades, resultado das ações e reações desses grupos perante as mudanças que se avizinhavam.

Mesmo não tendo meios de regularizar as terras que ocupavam caboclos ervateiros não ficavam passivos frente às mudanças que estavam em curso. Numa tentativa de fazer frente ao que poderia lhes prejudicar, realizaram em alguns casos, abaixo-assinados e representações, onde, por meio da união de várias famílias, visto quererem demonstrar também a grande quantidade de pessoas que viviam em áreas passíveis de privatização, além do uso de vários argumentos em favor de sua causa.

Um abaixo-assinado do ano de 1876, feito pelos moradores da região de Campo Novo reclamava das medições que haviam sido realizadas ali, e de reclamações de moradores próximos àquela área, e que, de acordo com os posseiros, haviam se esquecido de que as terras em questão pertenciam ao governo municipal, com posses de mais de 20 anos, que deveriam ser respeitadas.

Seguindo na argumentação, afirmava-se que os posseiros deveriam ter suas propriedades legalizadas, pois eram responsáveis pela produção de “milhares de arrobas da dita erva para exportação” (CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, 1876, fl. 20-21). Tendo em vista que a venda de erva-mate era essencial para a economia do município da Palmeira, os caboclos ervateiros apelam para a importância de sua atividade para a situação econômica municipal, que dividida importância com a pecuária. Reforçando a afirmação de Christillino (2008), que afirma que a população ervateira estaria inserida na economia local e estadual através da exportação da erva-mate.

Percebemos que a área em questão é rica em ervais, um motivo a mais para terem interesses em privatizá-la. Contudo, caso ocorresse a privatização, alegava-se que a Câmara Municipal deixaria de arrecadar grande soma, visto que os ervateiros pagavam taxas à municipalidade pelo direito de extração da erva-mate, e que com a área privatizada não haveria mais o pagamento de taxas, diminuindo a arrecadação municipal.

A expulsão da população ervateira, mais de “3 mil almas” desse lugar, em favor de uns poucos indivíduos traria, então grave prejuízo tanto para população local, quanto para a municipalidade. Há, porém, que se considerar que apesar do elevado número de habitantes citados, há no documento apenas 41 assinaturas. Isso não reduz a importância desse documento, uma vez que podemos supor que não houvera mais assinaturas por conta do analfabetismo ou mesmo do receio de haver retaliações por conta dessa resistência à privatização de tal área. Outro abaixo-assinado mostra mais alguns aspectos interessantes nesse cenário de ação/reação protagonizado por caboclos posseiros, e que enviam esse abaixo-assinado para o imperador, o que pode dar a entender uma tentativa de justiça numa esfera maior do que a municipalidade, que era permeada pelos interesses pessoais dos funcionários públicos.

Nesse documento, afirma-se que é uma reação contra “os males que os oprimem como agricultores e fabricantes da erva-

mate” (CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, 1879, folhas avulsas 1-7); isso porque a área que estava sendo medida havia sido doada para uso comum no ano de 1861 em favor do povo que ali já residia. Os ervateiros lembravam como haviam sido prejudicados quando Maximilano Beschoren realizou medições de uma área contratado por José Joaquim Cordeiro, que havia se apossado da referida área apenas no ano de 1863, o que a tornava ilegal do ponto de vista da Lei de Terras de 1850.

Outro agravante desse caso, é que José Joaquim Cordeiro havia vendido tal área para o juiz comissário (funcionário público) que estava realizando a medição, e não havia a presença de um juiz comissário *ad hoc* no local. Partindo dessas constatações, os ervateiros reforçam as ilegalidades cometidas nos processo de legitimação de terras, e que, por conta do poder de algum dos envolvidos (como o juiz comissário), passava despercebido e assim, prejudicando quem tirava seu sustento dessas terras.

No documento anterior, por outro lado, os interessados faziam uso principalmente de argumentos na esfera econômica, nesse, os reclamantes se embasavam em argumentos geopolíticos. Em determinado momento, é afirmado que, caso as terras ocupadas por eles fossem de fato privatizadas, e o imperador não intervisse em favor dos posseiros, “se verá os pobres súditos na dura necessidade de mendigar o pão para suas famílias no País estranho ao Patrício que os viu nascer” (CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, 1879, folhas avulsas 1-7). Com a ameaça de abandonar o país, os ervateiros ameaçavam indiretamente a quantidade de braços que o Estado poderia dispor para a defesa de seu território, e principalmente, causando um despovoamento de regiões fronteiriças e estratégicas. Com o pouco tempo desde o encerramento da Guerra do Paraguai, as questões das fronteiras internacionais brasileiras ainda não estavam consolidadas, e requeriam grande atenção por parte do governo. Isso pode demonstrar o conhecimento da realidade que os cercava e a relação disso com a política e ações das diversas esferas governamentais.

Mesmo sendo em grande parte prejudicados pelas alterações na propriedade da terra e no avanço da colonização na região, os caboclos não passaram por esse processo de modo passivo. Preteridos do projeto de colonização e formação da pequena propriedade por conta de pensamentos que os consideravam incapazes de agir conforme se esperava, os caboclos passaram a trabalhar na abertura de estradas dos núcleos coloniais, além de serem contratados por colonos para o trabalho no lote colonial.

Os indígenas são um grupo que acabou sendo prejudicado desde o início da colonização portuguesa no estado. Ocupando milenarmente o Rio Grande do Sul, passaram ao longo dos séculos sendo expulsos e atacados por quem visse os seus interesses prejudicados pela sua presença. Como resposta à invasão de suas terras, eram responsáveis por ataques a tropas, comerciantes e fazendeiros próximos às áreas que habitavam, desencadeando insegurança e prejuízos. Tendo isso em mente, e também visualizando o avanço da colonização para regiões que sofriam com o ataque dos indígenas, iniciou-se uma discussão para que ocorresse o aldeamento da população indígena em uma área delimitada.

Sobre a visão do governo quanto à questão indígena, Marcon (1994) e Zarth (1997) divergem. O primeiro autor afirma que o governo não considerava a ocupação indígena como uma ocupação efetiva do território, e assim, conseqüentemente, não seria uma barreira populacional caso outros Estados avançassem sobre território brasileiro. Zarth por sua vez, afirma que os governos enxergavam os índios como elemento povoador da zona de fronteira com as repúblicas do Prata, e por conta disso, muito mais útil seria ter controle sobre essas populações do que a aniquilação dos mesmos.

Considerados mais hostis do que os índios guaranis, os kaingang apenas iniciaram conversações com missionários religiosos a partir da década de 1840, quando perceberam que negociar com os missionários e com o governo lhes renderiam

maiores benefícios do que a continuação das hostilidades (LAROQUE, 2009).

Com o início do aldeamento dos indígenas, a frequência de ataques a fazendas e comerciantes havia diminuído, apesar de não ter cessado. Ainda, é importante destacar que apesar da ideia do governo de aldear todas as parcialidades em toldos, isso não aconteceu. O que ocorrera fora uma constante negociação com as diferentes lideranças das parcialidades, onde cada parte cedia em alguns aspectos. Com os aldeamentos, se planejava tornar os índios mais civilizados, com educação e religiosidade; também para isso contribuiria a construção de estradas, onde a maior circulação de pessoas entraria em contato com os índios.

Um dos toldos criados foi o de Nonoai, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Luz de Nonoai. Dessa forma, no ano de 1873, teve início da discussão sobre a necessidade de realizar e concluir as delimitações do aldeamento de Nonoai, do povoado da referida Freguesia, e o que seria áreas de uso comum (CÂMARA MUNICIPAL PALMEIRA, 1873, fl 57). Dentre os motivos pelo qual se solicitava esse trabalho se encontrava a importância da delimitação entre as áreas de ação legal tanto das autoridades ligadas ao toldo, e as áreas de ação das autoridades do povoado. Outro aspecto importante utilizado como argumento seria de que, com a delimitação das áreas de cada grupo, a fiscalização e identificação de intrusão de caboclos seria facilitada.

### Sobre os limites entre o povoado e o aldeamento

A linha divisória da povoação e aldeamento o arroio do Tigre e para a servidão pública, ou uso comum dos moradores da capela de Nonoai os terrenos de campo e matos *não ocupados legitimamente*, situados entre os referidos arroio do Tigre a Oeste da povoação e rio Passo Fundo a Leste, Alto Uruguai ao Norte e pelo sul até a canhada entre dois capões de matos em frente à casa de Manoel Baptista Quevedo. (grifo da autora). PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1873, fl 57-58.

A presença de terras de servidão pública pode indicar a presença de ervais na área em questão, o que poderia suscitar posteriormente conflitos e tensões pela posse dessa importante fonte de renda que era a erva-mate. A citação de terras não ocupadas legitimamente pode confirmar a presença de caboclos, que poderiam viver da extração de erva-mate que poderia ter nos arredores; também a existência desse grupo de posseiros não legalizados poderia render preocupações caso estes optassem em algum momento em se intrusarem nas terras destinadas aos indígenas.

Os indígenas por sua vez, ficaram descontentes com os resultados das medições, quando esta havia discriminado as terras que pertenceriam propriamente ao aldeamento e as que seriam de servidão pública, apesar do cuidado do agrimensor em cumprir a portaria do pedido da medição (CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1879, fl. 255-256).

Dentre os interesses dos indígenas e da população do povoado, ainda haveria interesses de especuladores sobre as terras em questão. Os ânimos exaltados dos indígenas foram acalmados após várias conversações, algumas lideradas pelo major João Cipriano da Rocha Loures; a documentação (CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1879) aponta que, após terem seus ânimos acalmados, os indígenas teriam percebido que haviam se exaltado, ou por ignorância própria ou por influências de terceiros.

Ou seja, pode ter havido, entre as medições, interferência de terceiros, que se beneficiariam dependendo da forma como a medição seria executada. Lembrando que o arrendamento de terras pertencentes aos aldeamentos era proibido, mas que mesmo assim houve a presença de intrusos – caboclos ou colonos – cultivando terras que seriam de uso apenas dos indígenas.

Essa medição e delimitação das áreas do aldeamento e do povoado, que teve início no ano de 1873, fora concluída apenas no ano de 1879, e não ocorreu de forma tão tranquila. Indígenas discordavam de algumas ações tomadas pelo juiz comissário

encarregado da medição, pois estaria alterando o que eles entendiam como sua área; essas mudanças produzidas haviam deixado os indígenas agitados.

Tendo noção da importância que teria para o governo o sucesso da política de aldeamentos, além das vantagens que já haviam conseguido desde que iniciaram as conversações com o poder público pela aquiescência de se assentarem nos toldos, os indígenas, desgostosos dos rumos que as medições estavam tomando, e com a alegação de que estavam sendo prejudicados, estavam “com disposição a retirar-se para as matas, porque dizem eles que sem aqueles campos que o Governo lhes foram dados, não tinham garantias” (CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, 1879, fl. 1). Ao fazer uso dessa argumentação, de que caso continuassem se sentindo prejudicados eles voltariam às matas, os indígenas se utilizavam da situação tênue que era o aceite ou não em aldear-se, visto que alguns grupos de fato se aldearam, mas outros ficavam períodos nos aldeamentos e depois voltavam para as matas, como não havia um dispositivo que os fizessem aldear-se em definitivo. E não aldeando-se, os indígenas eram riscos para tropeiros, comerciantes e da população em geral que viviam próximos.

Também não podemos deixar de considerar que os indígenas desejavam ter essas garantias por parte do governo, visto que aldeados abriam mão de grande parte de seus costumes, e passavam a ter seu modo de vida e tradições alteradas. Sem essa segurança territorial, não haveria motivos para permanecerem aldeados. Ao mesmo tempo, também se afirmava que um confronto contra a população do povoado não estaria totalmente descartado, pelo fato de que seria a população do povoado que ganharia com os rumos que as medições estavam tomando.

Esse caso da delimitação territorial entre o aldeamento e o povoado de Nonoai pode ser considerado como a materialização da divisão desses espaços pertencentes a grupos que possuíam modos de vida diferentes um do outro, e que por conta disso, o convívio poderia se tornar algo complexo e conflituoso, que requeria tato por

parte dos governos municipais e estadual para que não chegasse ao extremo de um conflito. E depois, com a chegada dos colonos à região, apenas complexifica todo o processo de alteridade que ocorria entre os grupos que já habitavam a região.

## **Conclusão**

Por muito tempo, a imagem predominante quando se falava do completo povoamento do estado era a imagem do colono, indivíduo trabalhador e aventureiro, que ao migrar para as regiões de mata, levava consigo o progresso e desenvolvimento através do seu árduo trabalho. Nessa perspectiva, caboclos e indígenas figuravam em segundo plano, sendo citados como aqueles que já se encontravam nas matas, mas não as exploravam em sua totalidade – lógica capitalista –, uma maneira próxima do que era narrado pela *Western History* e que a principal figura era Frederick Turner, onde o desbravador aventureiro era a figura máxima, e a fronteira moldando o caráter americano, onde deixava marginalizado na História os outros grupos que transitavam nessa fronteira, como os indígenas e os espanhóis (AVILA, 2005).

Contudo, após as análises das documentações, foi possível observar que mesmo não possuindo totais condições de fazerem frente aos interesses de terceiros, que possuíam poder econômico, político ou mesmo ambos, indígenas e caboclos se mobilizaram de uma forma ou outra numa tentativa de mostrar aos governantes por quais motivos deveriam ter seus pedidos atendidos, fazendo uso desde argumentações econômicas, geopolíticas ou até mesmo se referindo à ordem social, sobre tensões que poderiam desencadear conflitos entre indígenas e não-indígenas.

Essas tensões surgidas durante os processos de legitimação e revalidação, e que são pano de fundo para os documentos analisados, seguem ocorrendo durante todo o processo de colonização, já que houvera casos que se alongaram até sua resolução, chegando até o período da República. Dessa forma,

problemas mais específicos envolvendo indígenas, caboclos e colonos ocorre após o fim do período imperial brasileiro, sendo tratados por órgão criados para a questão de terras e colonização, como a Diretoria de Terras e Colonização a nível estadual e das Comissões de Terras e Colonização a nível regional.

## Fontes

Abaixo-assinado dos residentes de Campo Novo. Autoridades Municipais, Palmeira. 1876. Caixa. 43. Maço 97.

Abaixo-assinado dos moradores do novo município de Santo Antonio da Palmeira. Autoridades Municipais, Palmeira. 1879. Caixa. 43. Maço 97.

Demarcação de terras do aldeamento indígena de Nonoai e povoado de Nossa Senhora da Luz de Nonoai. Autoridades Municipais, Palmeira. 1873.

Sobre representação apresentada pelo Diretor do aldeamento de Nonoai. Autoridades Municipais, Passo Fundo. 1879. Caixa 45. M 101.

Sobre medição na Freguesia de Nonoai. Autoridades Municipais, Palmeira. 1879. C. 43. M. 97.

## Referências

AVILA, Arthur Lima de. *Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. A New Western History*. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.369-413, jan./dez. 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *O Mato Rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul*. Revista Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis, v. 8, ano VII, n. 8, p. 87-111, 2008.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. geral). GOLIN, Tau; KERN, Arno A.; SANTOS, M. Cristina dos (direção vol.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

- GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Representações em conflito: a construção literária dos fronteiriços nos Estados Unidos da América e no Rio da Prata durante o século XIX*. Textos de História, Brasília, v. 16, n. 2, 2008.
- LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Kaingang e Missões Religiosas: situações de alianças e guerras*. Revista Tellus, Campo Grande, ano 9, n 16, p.35-55. 2009.
- MARCON, Telmo (coord). *História e Cultura Kaingang*. Passo Fundo. Editora UPF. 1994.
- OLKOSKI, Wilson. *Aspectos da história agrária dos Kaingang do Médio Alto Uruguai – RS*. Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen, v.4, n.4, 2003.
- NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *Facetas da historiografia Kaingáng: entrevista com Ítala Irene Basile Becker*. Revista de Ciências Humanas – Educação, Frederico Westphalen, v. 17, nº 29, p. 145-153. 2016.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

## A “marcha para o oeste” do governo Vargas no sudoeste do Paraná

*Angélica Dalla Rizzarda<sup>1</sup>*

### **Propriedade de terra no sudoeste do Paraná nas primeiras décadas do século XX**

Pretendemos analisar a historiografia do sudoeste do Paraná, uma vez que a posse da terra se deu através de conflitos não só por parte territorial na fronteira da região exposta, mas também pela posse e propriedade garantidas legalmente com documentos, que não existiam no primeiro cinquentenário do século XX.

Podemos ampliar nossa discussão do repovoamento fronteiriço do sudoeste paranaense como uma fronteira em marcha. Era uma expansão com itens peculiares de povoar e reencontrar as esperanças de crescimento. Era a expansão territorial das relações capitalistas, do mercado, de uma agricultura extensiva, da criação de animais e do pequeno comércio de produtos agrícolas.

Como observa Martins (1986),

O deslocamento progressivo das “Frentes de expansão” foi um dos modos pelos quais se deu o processo de reprodução ampliada do

---

<sup>1</sup> Graduada em História Licenciatura pela Universidade Paranaense - UNIPAR (2016). Pós-graduada em Educação do Campo pela Faculdade São Braz de Curitiba- PR (2017-2018). Mestranda em História com ênfase em Espaço, Economia e Sociedade pela Universidade de Passo Fundo- UPF (2017-2018). Tem experiência na área de educação, atuando como docente nos diversos níveis da Educação Básica. Contato: ange.dalla96@gmail.com.

capital, isto é, o modo da sua expansão e expressão territorial, econômica e demográfica. É através do deslocamento de posseiros que a sociedade nacional se expande sobre territórios. A figura do posseiro, por isto, é própria desta frente de expansão.<sup>2</sup>

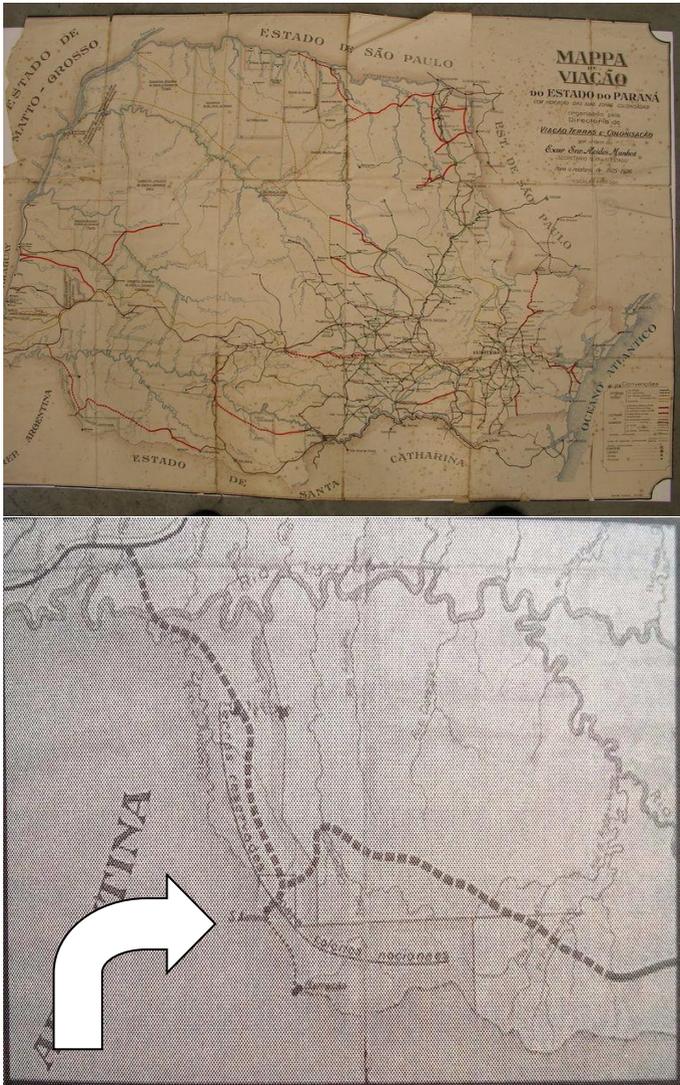
Destacaremos ainda as viagens e as propriedades nesse contexto de migrar e se fixar em determinado território. Nesse sentido, a partir do fluxo migratório, a população do sudoeste paranaense, que em 1900 era constituída por um pouco mais de três mil habitantes,<sup>3</sup> aumentou para seis mil habitantes. Simplificando o contexto, o deslocamento era significativo e, conseqüentemente, em conjunto com o repovoamento, vieram as transformações, as apropriações e as dominações.

A região era povoada por poucas famílias, intensificando-se ao longo dos anos com incentivo à colonização. Observamos na Figura 1 (mapa 1b) a fronteira com a Argentina, sudoeste do Paraná, marcada pela linha pontilhada, onde está escrito: “Terras reservadas para colonos nacionais”. Essas terras eram reservadas aos agricultores brasileiros.

---

<sup>2</sup> MARTINS, Rubens da S. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba, 1986.

<sup>3</sup> WACHOVICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. 2.ed. Curitiba: Vicentina, 1987.



Fonte: Centro Cultural Digital.<sup>4</sup>

Figuras 1 (mapas 1a e 1b)- Mapas do estado do Paraná, 1924, com ênfase na localidade das terras reservadas para colonos no sudoeste do Paraná (flecha anexada pela autora).

<sup>4</sup>Disponível em: <http://centrocultural.com.br/items/show/7>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A colônia planejada cobria uma área de 60 km<sup>2</sup> ao longo da fronteira com a Argentina, que ficava no trecho de terra conhecido por “Gleba das Missões”. No Paraná, o problema das terras foi decorrente do próprio modo como foram conduzidos os serviços de colonização, quase que exclusivamente por particulares, visando fins puramente lucrativos. O próprio Estado não tinha interesse em organizar ou fazer um planejamento oficial e racional de incentivo ao povoamento das terras.

O imaginário movia as pessoas a abandonarem suas referências mais próximas, como família e cultura, num ato pleno de desejo, por um lado, e de repulsa, por outro. O imigrante vivia essa dualidade e trazia em si a tensão, a ruptura, expressas nas mais diferentes formas. Impulsionado em direção ao desconhecido, assim mesmo vislumbrava um horizonte de possibilidades na construção do novo. No seu imaginário, o novo seria sempre melhor do que a realidade vivida naquele presente histórico.

O Paraná, emancipado politicamente em 1853 (até então fazia parte da província de São Paulo), incorporou mecanismos de acesso à terra vigentes antes da emancipação, como nas sesmarias e nas grandes posses regulamentadas pela Lei de Terras nº 601, de 1850. A partir daí passou a desenvolver mecanismos próprios que se sustentavam especialmente na colonização oficial e empresarial privada.

Nesse contexto de colonização, a estratégia melhor utilizada foi a repartição da terra. No entanto, persistiam os chamados “meios ilícitos” (sem amparo legal), ou seja, a conquista da terra pela prática da posse e da grilagem.<sup>5</sup> Desvios de áreas de domínio público tornaram-se constantes, mesmo estando em fase de ocupação, gerando os primeiros focos de violência no campo.

---

<sup>5</sup> É a ocupação irregular de terras a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro.

Entramos em um item amplo e muito bem contextualizado por Mondardo sobre o deslocamento e o movimento de migrantes nesse território. Observamos a seguir, na ótica do autor, o porquê dessa migração para o sudoeste do Paraná:

Essa mobilidade ocorreu por dois fatores, primeiro, por volta de 1940, iniciaram-se no Rio Grande do Sul, por um lado um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão dasterras por herança familiar e, por outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas a pecuária, gerando um excedente populacional agrícola em busca de oportunidades de sobrevivência em outras áreas [...]. Já o segundo motivo, foi o fator de atração populacional, foi a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório- CANGO, no sudoeste paranaense, que se configurou, por meio do projeto geopolítico do governo Getúlio Vargas, na chamada Marcha para o Oeste, cujo objetivo principal era “ocupar” os espaços vazios.<sup>6</sup>

A evolução da posse, a propriedade da terra no sudoeste do Paraná, os conflitos sociais ao longo dos anos, em conjunto com a colonização, buscamos esclarecimentos em Machado:

Na questão da terra, nos tratados de doutrinas, nas normas, nos códigos escritos e nos litígios judiciais encontram-se a questão de posse. Compreendê-la é fazer um olhar retrospectivo sobre o processo de ocupação e colonização [...]. Quando nos referimos à questão social, não estamos nos referindo à sociedade numa totalidade abstrata e interpretada sob referenciais genéricos como as doutrinas e as normas o fazem, *mas ao conjunto dos sujeitos situados contextualmente e especialmente, que constituem uma comunidade rural.*<sup>7</sup>

Embora a ocupação da região Sudoeste tenha sido anterior a 1940, é a partir daí, com mais ênfase na década de 1950, que ocorreu

---

<sup>6</sup> MONDARDO, M.L. A dinâmica migratória do Paraná. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

<sup>7</sup>MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 207 (grifo da autora).

a intensificação do movimento migratório e a transformação expressiva do território. Conforme destaca Machado, observa-se com maior ênfase no grifo a questão das lutas e enfrentamentos, diretamente ligados ao fato de ter a posse do território legalmente com documentação.

A partir de 1940 surgiram mais de 27 cidades em consequência dos novos fluxos migratórios, como consta no Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná (1997). É difícil encontrar dados e medir o contingente populacional originário de outros estados, no entanto, de acordo com Alves,

O Sudoeste é formado por uma sociedade fruto da exclusão gerada pelo processo de ocupação: primeiro quando europeus, em especial italianos e alemães, vêm de seus países de origem, em busca de vida melhor no Brasil e, posteriormente, quando os descendentes desses grupos sociais precisam deixar suas terras em decorrência dos processos de fragmentação e concentração da terra ocorridos a partir de 1930.<sup>8</sup>

A partir desse contexto, observamos como era vista a propriedade da terra e as causas pelas quais ocasionaram a luta da posse por colonos, denominados “posseiros”, pelo fato de somente possuí-la e não ter a documentação legal que lhes dava suporte jurídico da terra.

Destacamos que o processo de analisar a colonização e a posse das terras com base em conflitos é de extrema importância para mostrar e dar ênfase à historiografia do sudoeste. O processo desenvolvido na região foi decisivo para, mais tarde, em 1957, desencadear a Revolta dos Posseiros, em que os colonos saíram vitoriosos.

A agricultura foi a base na região desde a chegada dos migrantes sulinos e o primeiro contato com os indígenas. Em

---

<sup>8</sup> SANTOS, Roseli A. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2008. p. 48.

primeira instância, era uma produção em escala familiar, após essa, o conhecimento de técnicas e do território a produção passou a ser para o comércio, causando grande quebra na produção e comercialização. O mundo enfrentou a crise de 1929, que teve consequências em todo o mundo, inclusive no sudoeste do Paraná.

No decorrer do século XX, no sudoeste do Paraná aconteceram vários conflitos pela posse e pela propriedade da terra. A colonização e a reexploração dessa região foram na base de disputas jurídicas, às vezes com uso de equipamento bélico.

Em relação ao repovoamento da região, até 1930 havia um número baixo de habitantes, era uma região habitada por caboclos isolados e indígenas. As pessoas estavam praticamente excluídas na ótica do Estado da cadeia produtiva mercantil, muitas vezes da agricultura, quando os métodos ainda eram basicamente manuais. A migração em si veio para contribuir positivamente no contexto de repovoamento e exploração do local, ponto que faltava para dar um salto em direção ao repovoamento e à economia local.

Dessa forma, migrar constituía-se uma atração para muitos, era uma promessa de que renderia bons lucros. De certa forma rendeu, pois, após anos de luta, conseguiram o direito de posse, com o desfecho da Revolta dos Posseiros. O imigrante teve papel de destaque na organização do estado do Paraná a partir da emancipação política, quando o governo estadual passou a efetivar uma política de incentivo à sua vinda para ocupar os grandes espaços geográficos existentes.

Quando os migrantes se estabeleceram em um novo lugar, perderam o contato com a sua paisagem natal, sua casa, o vizinho que conhecia, muitas vezes, desde a infância, até a maneira de se vestir, que o identificava com seu antigo lugar, acabou se perdendo.

Eles foram erradicados de seus lugares de origem e muitas de suas raízes se perderam, pois se depararam com uma nova realidade, muitas vezes desagregados do restante da sociedade por muito tempo. Sobre esse vazio tentam criar outra identidade e construir a sua nova espacialidade.

Ao abordar as décadas de 1920 e 1930 no contexto da história regional, ligadas diretamente à questão da posse da terra, considera-se que é um tempo de “negociatas de terra”.<sup>9</sup> Foi um período marcado por especulações, transações e violências. O Estado observava essas concessões de forma positiva, já que o território estava sendo, de fato, colonizado, porém com várias irregularidades.

Para frear esse processo embaraçoso que estava em atuação em 1928, o Estado criou o Departamento de Terras e Colonização (DTC),<sup>10</sup> órgão especializado e voltado para as questões fundiárias e de colonização. Após a Revolução de 1930, foram abertos processos para averiguar possíveis irregularidades nas concessões de glebas de terras.

Cumpre, ao Governo, escudado nos princípios de moral administrativa, a defesa dos interesses econômicos da coletividade subordinada à sua jurisdição, à mercê da falta de escrúpulo de indivíduos perniciosos, os quais não trepidam em se locupletar à custas do sacrifício alheio, esclarecer a existência da falsificação de documentos ou de alterações de nomes, de situações de acidentes físicos ou dilatações de limites territoriais originários, criados para fundamento de supostos direitos sobre imóveis.<sup>11</sup>

A Revolução de 1930, na conjuntura nacional, assinalou uma fase de transição no Paraná, com novas diretrizes políticas no sentido de regulamentação e melhor aproveitamento das terras.

Para resolver esses problemas, o Departamento de Terras e Colonização adotou políticas com novos moldes baseados na medição e demarcação de extensas áreas de terras, dividindo-as em lotes para depois proceder à venda, objetivando eliminar os aspectos negativos do sistema anterior de concessões a companhias e a

---

<sup>9</sup> Acordo escuso, pacto desonesto, operado entre duas ou mais pessoas em prejuízo de terceiros.

<sup>10</sup> O Departamento de Terras e Colonização (DTC) foi criado pela lei estadual n° 2501, de 25 de fevereiro de 1928, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

<sup>11</sup>Relatórios do governo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: jun. 2017.

particulares, sendo previstas servidões de águas, possibilidades de acesso às estradas e traçado regular do perímetro.

Em verdade, o que parecia ser a tentativa de coroamento de um ciclo histórico revelou-se, a posteriori, como o início de uma drástica ruptura de alianças de sustentação que comandaram o período populista, tendo em Vargas, e em seu herdeiro político, Jango, o seu momento paradigmático: no primeiro, do industrialismo, do nacionalismo e do ruralismo [...] e no segundo, o desdobramento e a desagregação destas mesmas forças, que, acrescidas do poder emergente do campesinato, conduziam à crise final do regime.<sup>12</sup>

Conforme destacou Manoel Ribas<sup>13</sup> no relatório direcionado ao presidente da República Getúlio Vargas sobre o período de 1932 a 1939, consta que havia irregularidades e fraudes nas concessões de terras. Diante disso, várias ações administrativas de concessões foram anuladas em razão da inoperância e do não cumprimento com as cláusulas contratuais.

Nas décadas de 1930 a 1940, as posses que se compunham osterrenos ao decorrer do sudoeste do Paraná passaram a ser paulatinamente vendidas para colonos procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inicialmente em número bastante reduzido. Os caboclos foram os primeiros a entrar na região. Derrubaram parte da mata, fizeram pequenas plantações de milho e feijão, construíram pequenas casas de pinheiro lascado, organizaram mangueirões. Em suma, apossavam-se dos terrenos.<sup>14</sup>

Entre as concessões anuladas destaca-se a Companhia Brasileira de Aviação e Comércio (Braviaco), cerca de 1.700.000

---

<sup>12</sup> GOMES, Ângela Mari de Castro. *O Brasil republicano*, sociedade e política (1930-1964); introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 195. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 10).

<sup>13</sup> RIBAS, Manoel, op. cit.

<sup>14</sup> WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

hectares; da Companhia Espéria (conhecida no início como Meyer, Anes e Cia. Ltda.), com 240.000 hectares. Tais anulações foram efetivadas por meio de decretos, sobretudo a partir de 1930.

O Departamento de Terras tornou-se o principal órgão do Estado com direcionamento para apolítica fundiária. Assim, o estado do Paraná era posto em consonância com os preceitos políticos da “Marcha para o oeste” do governo federal, representado por Getúlio Vargas. Visava intensificar a produção e a diversificação agrícola no país, além de incrementar o repovoamento em zonas rurais de fronteira e terras devolutas por meio da pequena propriedade e do assentamento do trabalhador nacional proprietário.

Continuaram os serviços de colonização por contrato com o Estado as empresas Companhia de Terras do Norte do Paraná e Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. No período de 1932 a 1939 foram assentadas mais de cinco mil famílias de colonos. Ressalta-se que foi o ponto principal da luta pela posse de terra na região, pois, ao invés de concederem a posse legalmente aos colonos, as companhias somente apossavam às pessoas, prática que mais tarde resultou em problemas, visto que os colonos eram posseiros, daí a luta pela regularização das terras.

Essas medidas tomadas pelos primeiros interventores federais designados para comandar o governo do Estado fizeram retornar ao patrimônio público todas as áreas até então desviadas pela prática da grilagem e objeto de concessões que, por um motivo ou outro, não estavam cumprindo com as finalidades para as quais haviam sido destinadas.

Na década de 1930, com alguns desvios, a ocupação pioneira da terra agrícola no Paraná estava já delineada, embora longe de ser completada. A esta altura, novos processos de intervenção oficial atingem fundo os mecanismos até então utilizados, visando,

basicamente, sanar as distorções detectadas e criar uma nova ordem na estruturação fundiária.<sup>15</sup>

Ao retomarem as terras, os interventores tiveram condições de, enfim, estabelecer nova ordem na reocupação do espaço, tendo a colonização como processo básico. A propósito dessa colonização, marcaria daí em diante, até o esgotamento das frentes de ocupação, o processo de repartição do espaço agrícola, tendo o trabalhador brasileiro, e não mais o imigrante estrangeiro, como elemento potencialmente beneficiário ao acesso à propriedade.

### **A ótica mercantil no contexto da posse de terras**

Para Singer, a mobilidade do capitalismo é uma “mobilidade forçada” em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretam a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas, provocando a carência de trabalho; de outro, a necessidade de o trabalhador se inserir em novas frentes. Segundo o autor,

As migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e, ao mesmo tempo, criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. Tal industrialização, sem que as características institucionais e históricas dela tivessem qualquer papel na determinação daquele processo [...].<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Unesp, Rio Claro, 1991. p. 43.

<sup>16</sup> SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 31-32.

No Brasil, o processo de desenvolvimento das frentes de expansão e das frentes pioneiras desencadeou migrações, conflitos e alteridades. De acordo com Martins,<sup>17</sup> “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”.

No entanto, o autor alerta que há controvérsias na definição de “frente de expansão”: para uns, aparece como expansão da sociedade nacional; para outros, como expansão do capitalismo; para outros ainda, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente é expansão da fronteira da civilização.<sup>18</sup>

Segundo Martins, a diversidade contraditória de pontos de vista denota a complexidade e a singularidade das frentes de expansão que compuseram o fenômeno historicamente. Nesse sentido entendemos que a frente de expansão se refere ao espaço e tempo de conflito e alteridade, do conflito dos “civilizados” com os índios e dos índios com os “civilizados”.

No entanto, com esse deslocamento, entendemos que na frente da expansão também teve uma “interação” entre posseiros e índios, resultando uma miscigenação que redundou nos elementos caíçara, caipira e caboclo, por exemplo. Esses camponeses livres, caipiras e caboclos serviam de mão de obra na abertura das fronteiras de expansão e ficavam reservados aos trabalhos de abertura de novas fazendas, derrubada da mata e plantio do cafezal, mediante pequeno pagamento em dinheiro e permissão para plantio de alimentos enquanto o café não estivesse formado.

Para Tavares dos Santos (1978, p. 150),<sup>19</sup> a “terra nova” na frente de expansão permitia que o camponês se reproduzisse socialmente, seja como posseiro, seja como proprietário, mantendo

---

<sup>17</sup> MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 75.

<sup>18</sup> MARTINS, op. cit., p. 155, 1975.

<sup>19</sup> TAVARES DO SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

sempre a força do trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês.

Na frente de expansão, as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra, não se realizavam como empreendimento econômico. No plano jurídico, com a instauração da propriedade privada com Lei de Terras de 1850, não constituiu o princípio, nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse por ocupação das terras devolutas na frente de expansão.

Portanto, o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas em que não assumem o caráter de mercadoria. Assim, a figura central da frente de expansão é o ocupante ou o posseiro. O caráter de produção na frente de expansão é de excedente de produto.

Quando as frentes pioneiras começaram a se deslocar para o sudoeste do Paraná, o valor das terras aumentou e a cobiça por essas cresceu. A situação ficou grave, pois houve período em que para a mesma área havia cinco "proprietários": Citla, Pinho e Terra, empresa de colonização pertencente ao grupo Dalcanale, governo do estado do Paraná e governo federal e o posseiro.

Inicialmente, tentou-se esclarecer a origem do conflito entre dois pretendentes das terras do sudoeste: a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande e o estado do Paraná. Já que as terras tinham sido apropriadas pela iniciativa privada, predominou a colonização empresarial, que serviu como estratégia para o desenvolvimento rural.

O exemplo do sudoeste paranaense, colonizado de forma mais intensa a partir de 1920, a iniciativa privada desenvolveu diversos projetos de colonização em outras regiões. Ao governo do Estado interessava o desenvolvimento, que incluía o processo de ocupação das terras.

Em troca do favorecimento na cessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em consequência se estabelece a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais.<sup>20</sup>

Essas ações proporcionaram um aporte significativo de capital investido nas fronteiras agrícolas paranaenses, oportunizando rápido desenvolvimento. Empresas colonizadoras aplicaram vultosos recursos para programar os projetos de colonização e outros negócios nas fronteiras agrícolas do Paraná.

Povoamento, ocupação, integração constituem novos movimentos da nação em busca de sua plenitude. Não meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, uma geografia do poder que só pode ser aprendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial nacional.<sup>21</sup>

Por outro lado, embora os colonos camponeses, individualmente, não dispusessem de significativo volume de capital, o conjunto de capital em forma de moeda, de equipamentos e de utensílios trazidos pelos migrantes constituía-se fator de dinamização das atividades econômicas nas áreas pioneiras. A mercantilização desses espaços significava desenvolvimento seguro para as regiões Norte, Sudoeste e Oeste do estado.

O sistema nacional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total

---

<sup>20</sup> SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro, 1991. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1991, p. 89.

<sup>21</sup> LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986. p. 57.

do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita.<sup>22</sup>

O governo do estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG<sup>23</sup> para a construção de estradas de ferro, e já começou a titular terras a essa companhia. Em 17 de julho de 1913, o presidente do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque tituló a gleba Chopim com uma área de 715.080.142 m<sup>2</sup>.

A CEFSPRG recebeu títulos de terras também em outros locais do Paraná, em retribuição, a estrada de ferro deveria ser construída. Vitoriosa a Revolução de 1930, o general Mario Tourinho assumiu o governo do estado do Paraná como interventor. O novo governo começou a estudar as concessões de terras feitas à CEFSPRG e constatou irregularidades, inclusive o não cumprimento com o contrato por parte da companhia.

Em seguida, pelos decretos n<sup>o</sup> 300 e n<sup>o</sup> 29, de 30/11/1930 e 5/01/1931, respectivamente, algumas concessões foram anuladas. Entre as titulações anuladas constam as glebas Missões e Chopim. Com essa medida, o território do sudoeste do Paraná voltou ao domínio do poder público.

## **A “marcha para o oeste” do governo Vargas**

Para contextualizarmos o repovoamento das terras sudoestinas, observamos as políticas nacionais a partir da análise do contexto nacional, porém com abrangência no repovoamento do sudoeste do Paraná. Investigaremos projetos de colonização iniciados em 1930 com as políticas de colonização e de trabalho aplicadas pelo Estado Novo em vigência no então presidente Getúlio Vargas.

---

<sup>22</sup> VAZ, Raul. *Moyés Lupion - a verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986. p. 31.

<sup>23</sup> Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande.

Estávamos num tempo de formação de frentes pioneiras em todo o Paraná. Era tempo em que ia se abrindo, devassando as terras que assumiam agora uma importância fundamental [...]. Capitalistas gaúchos, através de companhias imobiliárias que já atuavam no Paraná, estavam se preparando para realizar excelentes negócios de terra.<sup>24</sup>

Os projetos que visavam colocar o país numa situação mais favorável, que vinha se recuperando da crise de 1929, buscavam apresentar alternativas para fazer frente à crise econômica e política do mundo contemporâneo. Nessa contextualização, as discussões se ampliaram para uma política de colonização, marcadas na intenção da conquista territorial e da integração dos estados do país.

A “Marcha para o oeste” foi definida por Lenharo como algo que

Visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela.<sup>25</sup>

O programa da “Marcha para o oeste” do governo federal tinha como pretensão ocupar os chamados “espaços vazios”, dos quais os indígenas e caboclos foram excluídos não somente do contexto governamental, mas também do histórico.

A história muitas vezes contextualiza um (re) povoamento<sup>26</sup> de migrantes que se deslocaram de outras regiões e envolviam a (re) descoberta de uma região até então não povoada, ignorando os precursores das matas, os indígenas e caboclos; as primeiras picadas; a abertura das primeiras estradas; o desenvolvimento da região iniciado por eles.

---

<sup>24</sup> WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, sudoeste*: ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987, p. 113.

<sup>25</sup> LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 14.

<sup>26</sup> Destaca-se o (re) povoamento, pois na região já habitavam indígenas e caboclos.

Outra preocupação dessa política de colonização foi mostrar as múltiplas estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural: assegurar sua posse da terra e juntamente contextualizar o poder e a ganância dos que até então se diziam proprietários.

A intenção era dificultar o acesso dos posseiros à terra, cobrando valores injustos e por meios ilegais. A intenção era, basicamente, criar um novo trabalhador rural, que trabalhasse para garantir seu sustento e vendesse os produtos a valores baixos.

A ocupação dos espaços ditos vazios significa não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a política vigente [...]. A conquista do oeste significava a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros.<sup>27</sup>

A região contava nessa época com mais de dez mil habitantes, não havia estradas ou ferrovias que ligassem ao restante do estado, era uma área de difícil acesso, o deslocamento ocorria via rio Paraná. O período foi conhecido como a “República Velha”, que chegou ao conhecimento do estado e do país como descrição de abandono do oeste paranaense e da presença estrangeira na região, como afirma Piori:

A situação de miséria e abandono na região aos poucos foi sendo denunciada. Essas revelações alcançaram grande projeção em Curitiba e no Rio de Janeiro, durante o período da República Velha. Até em 1924, com a passagem da Coluna Prestes pelo Oeste paranaense, os tenentes rebeldes ficaram chocados com as cenas que viam, principalmente quanto à desnacionalização da fronteira

---

<sup>27</sup> LENHARO, op. cit., 1986, p. 19.

e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas estrangeiras.<sup>28</sup>

Na política de Vargas foram evidentes as propostas de intervenção em defesa das pequenas propriedades, vistas como fundamento de sua política de colonização. Vargas afirmava que a pequena propriedade estava intimamente associada a um desenvolvimento mais promissor.

Com uma retórica nacionalista e centralizadora, objetivava a integração nacional, em especial, territorial. Para tanto, era fundamental garantir a segurança das fronteiras nacionais ameaçadas com a presença de argentinos e paraguaios no oeste e sudoeste paranaense.

Pretendia criar o estado do Iguaçu, que juntamente com a política “Marcha para o oeste” viria a povoar extensões de terras nas fronteiras dos estados. Eram vedados 150 km de extensão de terra após a fronteira, não podia ser colonizada, porém, a partir de 1937, com o Estado Novo em vigor, mudaram as estruturas e leis até então vigentes.

Deixava o posto de governador do estado Mario Tourinho, em seu lugar assumiu Manoel Ribas. O novo administrador, a partir de 1938, juntamente com Getúlio Vargas, estabeleceu novas leis e decretos que instituíam a colonização dos 150 km de terra na área fronteira paranaense, conforme destaca Wachowicz:<sup>29</sup>

Ao ministério da agricultura ficou a responsabilidade de colonizar a faixa da fronteira, na faixa inicial de 30km, a propriedade não poderia ultrapassar 100 hectares, somente poderia ser concedida gratuitamente, a propriedade menor de 25 hectares [...] e por fim os Estados e municípios deveriam fornecer todos os dados sobre as colonizações existentes.

---

<sup>28</sup> PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 81.

<sup>29</sup> WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 116.

A política de caráter nacionalista teve fortes consequências no estado do Paraná com a ocupação dos atuais pólos regionais do norte pioneiro (Londrina e Maringá) e do sudoeste (Francisco Beltrão e Pato Branco). Esse momento ficou conhecido no estado como “colonização”, que seguidamente iria abranger modernidade e pleno desenvolvimento na região, juntamente com as pessoas que estavam se deslocando com novas ideias e novos pensamentos a respeito de desenvolvimento.

Trata-se de uma campanha nacionalista empreendida pelo governo Getúlio Vargas. A história desse movimento defendia a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais brasileiras de norte a sul do país. O projeto da marcha, segundo seus idealizadores, buscava despertar no povo que vivia na fronteira o sentimento de nacionalidade e brasilidade.

Tinha interesse em ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional. A Marcha para o oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que esse personagem histórico foi responsável em acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade.

A partir desse período, a colonização da região passou pela atuação de companhias de colonização de capital nacional estruturadas de forma profissional. Iniciaram a exploração da madeira, pois havia recebido terras em troca de obras e serviços.

O processo de concessão de terras devolutas do estado foi acelerado, levando ao esgotamento essa modalidade as áreas disponíveis. Mas teve consequências sociais no campo nesse modelo de distribuição farta de terras aos grandes grupos econômicos.

O interventor nomeado pelo governo Getúlio Vargas, Mário Tourinho, apressou-se em iniciar o processo de concessão de

grandes extensões territoriais a empresas colonizadoras por decreto nº 300.<sup>30</sup>

O anseio de colonizar a região foi assim descrito por Gregory:

Vargas, em relação às fronteiras com a Argentina e com o Paraguai, não é demais reiterar, tinha o projeto da criação do Território Federal do Iguazu e a política da “Marcha para o Oeste”. O Estado do Paraná, como não queria ver seu território dividido, comprometeu-se a estabelecer políticas de ocupação brasileira da parte Oeste do estado. Como o tempo passava e não ocorreram os resultados esperados, o Governo Federal acabou criando o território do Iguazu. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criado em 1938, foi incumbido de desenvolver a região e propiciar um grande salto no processo de colonização. Uma das rodovias mais importantes deste programa seria a BR-35, mais tarde denominada de BR-277 (Ponta Grossa-Foz do Iguazu).<sup>31</sup>

No governo de Moisés Lupion (1946-1950) foi instituída a Fundação Paranaense de Colonização para facilitar o processo na concessão de terras, em tese, devolutas, entregues a migrantes gaúchos de origem principalmente italiana e alemã.

Nesse modelo de colonização tiveram como referência a pequena propriedade e o sentido agroindustrial. As terras seriam repassadas às colonizadoras para revendê-las aos colonos em pequenos lotes, inclusive o complexo industrial e comercial ficaria sob controle, direta ou indiretamente, das companhias colonizadoras.

O resultado desse processo foi uma total insegurança jurídica em relação à posse e à propriedade das terras pelos agricultores, que já estavam estabelecidos ou que chegavam incentivados pelo governo, em especial os migrantes que compravam as terras das empresas colonizadoras. Porém, a insegurança se centrava em razão

---

<sup>30</sup> WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 23.

<sup>31</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 91.

da generalizada titulação sobreposta e o não cumprimento dos contratos.

Conforme destaca Lenharo,<sup>32</sup> já em agosto de 1933 Vargas se referia à necessidade de incentivar o retorno ao campo através do incentivo à fixação do homem na terra. Os anos anteriores a 1937 foram marcados por uma economia basicamente agrícola, em que o campo iniciava uma modernização a partir do Estado Novo, as políticas migratórias prosseguiram em fazer o repovoamento de terras até então pouco cultiváveis e povoadas.

Com as mudanças introduzidas, o colono deveria desaparecer e, aos poucos, substituído pelo camponês, dono da sua terra. Eram as pequenas propriedades que surgiam e ganhavam sua forma. As mudanças estavam acontecendo e podiam ser vistas. Conforme destaca Lenharo, “fidalga terra entregue aos seus donos em reduzidos lotes”.<sup>33</sup>

O pequeno proprietário nesse contexto constitui um elemento estável. Lenharo destaca ainda:

A propriedade não é, para ele, como para o fazendeiro, um negócio: é a sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência. Tende a ser menos atraído pelas novas frentes de colonização, como nos casos dos agricultores paulistas e gaúchos.<sup>34</sup>

A conquista do território por meio da ocupação dos espaços até então pouco povoados envolveu o governo estadual, políticas em torno de leis regionais, empresas colonizadoras e pessoas que se propusessem a migrar e iniciar de forma promissora as suas vidas em terras sudoestinas.

O projeto da marcha, segundo seus idealizadores, buscou despertar no povo que vivia na fronteira o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha interesse de ocupar todos os

---

<sup>32</sup> LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 21.

<sup>33</sup> LENHARO, op. cit., 1986, p. 32.

<sup>34</sup> LENHARO, op. cit., 1986, p. 33-34.

espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional.

A marcha para o oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que esse personagem histórico foi responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratou-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade.



Fonte: Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-construcao-do-estado-nacional>.<sup>35</sup>

Figura 1- Cartaz da Era Vargas onde exemplifica o sentido da Marcha para o oeste

“O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste”, conforme diz o cartaz do governo Vargas. Era preciso, portanto, conquistar o interior do país de forma ordenada, com fundação de

<sup>35</sup> *Marcha para o oeste*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-construcao-do-estado-nacional>. Acesso em: out. 2017.

idades, construção de rodovias e ferrovias e criação de colônias agrícolas apoiadas pelo Estado. Dessa forma seria possível organizar e estimular à agropecuária e fixar o homem no campo, melhorando as condições de vida.

Conforme destaca Mondardo,

Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa – abrigo da família – deve possuí-la como proprietário. Fixar o homem ao solo foi desse modo um dos grandes estímulos para que muitas pessoas migrassem: a promessa de tornar os trabalhadores proprietários da terra vinculava-se à necessidade de motivá-los a migrarem para novas áreas “pouco povoadas” para “desbravá-las”, promovendo, pela expansão a integração territorial, o “desenvolvimento” sobretudo econômico, do país.<sup>36</sup>

O discurso de Getúlio Vargas foi elaborado no sentido de ganhar o apoio da população para a “construção da nação”. O presidente soube lançar mão de um poder simbólico e de representação mítica para, estrategicamente, ganhar o apoio do povo na conquista do território e repovoamento, em especial, como medida de segurança, repovoar as fronteiras para garantir, assim, a segurança interna do país.

### **Considerações finais**

As imigrações são uma consequência da vontade humana de fazer mudanças na sua forma de viver, foi assim no início do século XX quando imigrantes da Europa se deslocaram para regiões do Sul do Brasil. E assim, iniciou-se os deslocamentos, adaptações e a certeza de que as terras brasileiras seriam as terras prometidas. Porém, muitas mudanças aconteceram: solos inférteis, chuvas irregulares e pouco rendimento, o que ocasionou novamente no deslocamento de migrantes dentro da região Sul do Brasil.

---

<sup>36</sup>MONDARDO, op. cit., 2011, p. 108.

Era uma denominada segunda fase de migrações: saíram do Rio Grande do Sul e migraram para regiões do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, impulsionados pela política migratória de Vargas: “a marcha para o oeste”, traziam em suas bagagens a esperança de uma vida melhor e ter melhores terras para se produzir.

O discurso de Getúlio Vargas foi elaborado no sentido de ganhar o apoio da população para a “construção da nação”. Vargas soube lançar mão de um poder simbólico e de representação mítica para, estrategicamente, ganhar o apoio do povo na conquista do território e repovoamento, em especial, como medida de segurança, repovoar as fronteiras para garantir, assim, a segurança interna do país.

E assim se fez no Sudoeste do Paraná, com grande contribuição para o povoamento de territórios que até meados da segunda década do século XX contava com um baixo número de habitantes e que a partir de 1940 elevou seu número de habitantes significativamente nas áreas do interior.

## **As políticas migratórias do final do século XIX e o beneficiamento de empresas particulares: o caso da companhia metropolitana no sul de Santa Catarina**

*Nathália Pereira Cabral<sup>1</sup>*  
*Michele Gonçalves Cardoso<sup>2</sup>*

A constituição da colônia Nova Veneza se delineou perante uma série de questões e conflitos desenvolvidos durante os processos migratórios do final do século XIX, que se fundamentavam a partir das políticas migratórias e de branqueamento do Brasil. Além disso, a Itália passava por um período conflituoso devido a ascensão do modo de produção capitalista e da unificação de seus estados.

Para estabelecermos o debate acerca da sua constituição em 1891, é preciso em primeira instância pôr em categoria de análise as questões referentes aos processos migratórios vivenciados na segunda metade do século XIX, com enfoque para os imigrantes italianos/as, e, paralelamente a isso, as políticas instituídas pelo governo brasileiro com intenção de arregimentar trabalhadores livres e brancos, que possibilitassem assim, o ‘progresso e a civilidade’ ao país.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS/UNESC. Bolsista de dedicação exclusiva – PROSUC/CAPES.

<sup>2</sup> Doutoranda em História PPGH/UEDESC, bolsista UNIEDU/ FUMDES. Professora no departamento de História/UNESC.

Diante disso, devemos nos atentar também ao conceito de colonização. Pois esses fluxos, não regiam somente transformações socioculturais de sociabilidade e de costumes, mas também influíam no processo de colonizar, ou seja, ter o domínio sobre a terra, que em vista das transformações do período passou a ser vista como produto advindo da exploração da natureza – e não apenas denotada de status social<sup>3</sup> –, algo que gera lucro, que possibilita o capital e seu excedente. Alfredo Bosi diz que,

O traço grosso da dominação é inerente as diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, e verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscara passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. (...) a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório. (1992, p. 11)

O século XIX traz em seu arcabouço, mudanças estruturais geradas em grande parte pelas transformações do sistema capitalista mundial, que transmutam as relações cotidianas e/ou da vida privada, sendo o deslocamento de pessoas, uma de suas características mais evidentes. Além disso, em um contexto nacional, o Brasil transcorria um período de carências legislativas em relação a questão da terra, passando a reavaliar suas demandas jurídicas.

Com efeito, é criada a Lei 601 de 1850 – a Lei de Terras de 1850. Concomitantemente, o Brasil vivenciava outro fato político e social, o fim do tráfico negreiro, o qual não se deu somente pela conscientização populacional em relação as mazelas da escravidão vendo-a como um sistema desumano – levando em conta que era

---

<sup>3</sup> CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra*. [s.d.], pg. 01.

uma pequena parcela da sociedade que via o sistema dessa maneira –, mas sim, por ser em grande parte, considerado um ‘modelo econômico’ atrasado e arcaico frente a outros países desenvolvidos, como os da Europa.

Ou seja, a proibição do tráfico negreiro torna os escravos vistos como meras mercadorias arcaicas, e, não como imigrantes potenciais e civilizados frente à colonização. Deste modo, durante os incursos da primeira metade do século XIX e sua intensificação na segunda metade, o governo imperial iniciou sua política de branqueamento e sua busca pelos padrões de eugenia, sendo nesta perspectiva, priorizada a vinda de famílias oriundas da Alemanha e, respectivamente da Itália – onde a partir de 1875 superaram a imigração alemã –, que perante os discursos eram tidos com portadores de cultura, moral e de uma mão de obra eficiente.

Por certo, os agenciamentos e a busca de imigrantes europeus, juntamente com a abolição do tráfico negreiro, estavam intimamente adstritos nas transformações e na organização dos modos de trabalho. Segundo Luis Fernando Beneduzi,

(...) pode-se perceber que o período de maior fluxo emigratório para o sul do Brasil, 1876 – 1901, coincide com o momento de maior discussão interna sobre a superioridade europeia e de quão importante era para o país o processo de europeização de sua população. (2004, p. 17)

Na perspectiva da produção capitalista, o fim do tráfico abriria portas para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, buscando-se assim, meios de adequação do país ao sistema vigente.

As políticas de imigração por parte do governo brasileiro suscitaram em estratégias que perduraram do Império até a Primeira República (1889 – 1930), sendo esta última, diretamente relacionada com as questões étnico raciais. Segundo Vainer (1995), “da Proclamação da Independência aos movimentos que sucederam a República, as políticas migratórias representaram uma clara opção

pelo emprego de gente *branca, livre e industriosa*.”(VAINER apud PAGNOTTA, ASSIS, 2017, p. 83).

Mesmo perante toda dificuldade em decorrência do processo de deslocamento, do modelo de produção capitalista que ceifou os direitos de muitos/as italianos/as sobre a terra na Itália e das condições precárias de vida instauradas nas colônias, esses/as imigrantes receberam o que jamais nenhum indígena, escravos/as e pessoas libertas do regime de escravidão receberam devido a política de branqueamento e eugenia, do desejo pelo progresso, exploração e ‘civilização’ da sociedade: o direito à terra, ou ao parcelamento dela, mesmo com juros altos e abusos por parte do governo e/ou dos diretores das companhias privadas.<sup>4</sup>

A discussão aqui tratada emerge a partir de duas conjunções, em primeira instância: analisar a constituição da Colônia Nova Veneza em 1891, e, paralelamente a isso, buscar a possibilidade de múltiplas narrativas, tanto em relação aos agentes sociais – imigrantes italianos/as –, que em grande maioria são abordados a partir de uma historiografia tradicional, quanto ampliar o campo de discussão acerca dos estudos migratórios no Brasil.

A colônia Nova Veneza que foi instaurada em 1891 no início da primeira república (1889-1930), aparece pela primeira vez no mapa em 1881 como terras destinadas a expansão da colônia Azambuja, está por sua vez, foi fundada em 1877 – ainda no Império. Selau diz que,

Parte delas também foi incorporada temporariamente ao patrimônio dotal, e dez anos mais tarde são concedidas à empresa Ângelo Fiorita e Cia. por contrato de 22 de outubro de 1890 para a formação de um burgo agrícola de acordo com o previsto na lei Glicério. A colônia

---

<sup>4</sup> Em seu livro *Imigrantes: sua história, costumes e tradições* no processo de colonização do sul de Santa Catarina, Quinto Davide Baldessar infere que houve uma auto-marginalização por parte dos agentes sociais libertos de um regime de escravidão, devido o mal relacionamento com os seus ‘ex-senhores’. Assim essas pessoas preferiram se isolar, ao invés de serem empregadas pelos mesmos que os escravizaram. Porém, o autor não reflete que esses indivíduos viveram um violento processo de exclusão da sociedade, deste modo, não tiveram os mesmos direitos que milhares de imigrantes italianos obtiveram: o direito à terra.

recebeu imigrantes entre 1891 e 1897 e sua área de abrangência correspondia aos atuais municípios de Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e parte do município de Criciúma. (2006, p. 95).

A Lei Glicério, mencionada por Selau, surge a partir do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, redigida pelo Ministro da República e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Francisco Glicério. A partir do decreto, a empresa Ângelo Fiorita e Cia. em 22 de outubro de 1890 fez um acordo com o governo brasileiro, em que se responsabilizaria pela entrada de um milhão de imigrantes que seriam distribuídos em vários estados, dentre estes estava Santa Catarina. Em dezembro de 1890, o siciliano Miguel Napoli, empregado da Companhia Ângelo Fiorita e Cia. realiza a compra de um terreno de 30 mil hectares que seria destinado a constituição da então Colônia Nova Veneza.

Este projeto colonizador tinha como intuito a ocupação dos chamados “vazios demográficos” da região sul do Brasil, deixando, deste modo, por parte das empresas a responsabilidade de povoar e introduzir imigrantes na região. Porém, chamar esses espaços de vazios é um contrassenso, aja em vista que este território já era ocupado e possuía pessoas se apropriando dele muito antes do processo de colonização. Segundo Carla Zanette Bif,

(...) Logo os chamados “vazios demográficos” passam a ser sondados e estudados para que neles sejam implantados os núcleos coloniais que receberiam os imigrantes europeus voltados para a pequena propriedade. O sul de Santa Catarina foi incluído dentro destas áreas e ainda na primeira metade do século XIX, foi alvo de sondagens por parte do governo imperial que a partir de 1867, por meio da constituição de uma comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Cunha Sampaio dava início a exploração destes terrenos para que neles se pudessem estabelecer imigrantes europeus. No entanto, o “vazio demográfico” era uma ficção, pois no Sul Catarinense, nas áreas de mata atlântica e mata de araucária vivia o grupo indígena Xokleng (...) (2009, p. 13).

Era eminentemente visível que o governo sabia que aquelas terras eram ocupadas, mas o conhecimento sobre a presença dos Xokleng não inferiu em nenhuma preocupação da parte das autoridades para com a vida e para os direitos daqueles que ali residiam. Com a implantação das colônias nas áreas de floresta da região sul, o combate aos indígenas se transformou frequente, e, “dentro de 15 anos uma grande área de florestas fora derrubada para dar lugar às colônias de Azambuja, Grão-Pará e Nova Veneza” (SELAU, 2009, p. 14).

As sociedades de imigração, embora constantemente mencionadas por sua atuação de forma autônoma e por suas ações estabelecidas por meio das práticas particulares, pouco são lembradas por sua relação com o poder público, especialmente, por suas intervenções e auxílios. Embora de forma indireta, muitas são as redes que se estabeleceram para a facilitação de sua atuação.

Uma das grandes problemáticas para a compreensão dessas redes estabelecidas entre o governo e as agências de imigração, se dá pelo pouco engajamento de pesquisas que busquem compreender os meios de financiamento. Constantemente são publicados trabalhos que visam o entendimento dos resultados obtidos a partir das atividades das companhias, mas em contrapartida pouco se tem relativo aos financiamentos delas. Ivison Poletto Santos diz que “os autores fixaram-se somente no estudo das implicações resultantes do seu trabalho, ou seja, a numerosa atração de imigrantes para o Brasil sem se preocupar em como a atividade foi financiada ou ainda, quem a financiou e a estruturou” (2008, p. 55).

O fato das sociedades de imigração particulares não serem diretamente vinculadas ao Estado, pode ser considerado uma operação intencional e até mesmo estratégica, pois ficara a cargo dessas modificar a visão que se tinha da migração para o Brasil, que “ficou profundamente arranhada pelas tentativas anteriores de localização de imigrantes, sendo que alguns países como a Alemanha, chegaram a proibir momentaneamente a imigração (...)” (SANTOS, 2008, p. 61).

Nesta conjuntura das grandes promotoras de imigração, é preciso em primeira instância caracterizar as nuances e os diferentes interesses entre os estados – no caso Rio de Janeiro e São Paulo –, o que comumente ocasiona não só na disputa pelo apoio governamental, mas também geravam uma série de debates na imprensa jornalística.

Contextualizado as empresas agenciadoras de São Paulo, abordaremos a Sociedade Promotora de Imigração, a qual introduziu um dos maiores contingentes de imigrantes no país recebendo para tal, grande aporte do Estado, subvencionando os trabalhadores e destinando-os as lavouras cafeeiras. Sua iniciativa recebeu não somente o apoio público, como também contava com a união dos fazendeiros cafeeiros, os quais buscavam defender seus interesses garantindo mão de obra para o trabalho.

Em 1893, o funcionário da Companhia Metropolitana<sup>5</sup> e diretor da colônia Nova Veneza, Miguel Napoli, por meio de uma publicação no jornal Correio Paulistano (SP), teceu uma série de críticas a imigração para as lavouras cafeeiras em São Paulo.

Porém, esses apontamentos de Napoli não foram feitos de maneira inocente, tendo em vista que a companhia que ele era funcionário era concorrente da Sociedade Promotora, as quais tinham interesses distintos com a imigração. O fato das ofensas serem auferidas, possivelmente ocorreram com intenção de propagandear as colônias particulares, sendo estas divulgadas como locais mais receptivos e com melhores condições de vida em contrapartida as de São Paulo – as impulsionadas pelas famílias cafeeiras:

É de facto uma necessidade, por isso que o immigrante, desde o instante em que decide-se a acceitar a passagem gratuita, não é mais senhor da própria vontade; elle renuncia tacitamente a mais sagrada das prerrogativas humanas: a da liberdade de locomoção, de que nos

---

<sup>5</sup> No início dos contratos firmados entre estado e a Companhia Ângelo Fiorita e Cia. – antes e durante a implementação da lei Glicério 1890 –, Miguel Napoli era funcionário da mesma. Porém, com a transferência do contrato para a Companhia Metropolitana, ainda em 1890, Napoli passa a ser funcionário desta última.

fala Spencer com tanta proficiência. O imigrante em S. Paulo nunca teve o direito de escolher o próprio destino: mas, como manda-se vir para prestar serviço nas fazendas, encaminhamos para lá, sem que se lhe sinta a menor objecção. Não é, pois, a própria vontade que o leva a preferir esta ou aquella forma de colonisação, mas a necessidade, por uma parte, e a propaganda insistente por outra, que o envolve com seus tentáculos e o acompanha até ao limiar da fazenda. (...) Um verdadeiro fluxo e refluxo de carne humana, um perpetuo choque imane de energias e aviltamentos, de esperanças e de lagrimas (...) (Correio Paulistano, 1893).

A fundação desta sociedade teve início oficialmente em 1886, ocasionada a partir dos debates sobre o trabalho escravo e sua restrição. É importante perceber ainda os agentes envolvidos em sua constituição, pois quem controlava boa parte da sociedade eram famílias influentes da cidade de São Paulo. Os beneficiamentos não ocorriam somente de forma monetária, tendo em vista que as famílias dirigentes continham um largo capital financeiro. Segundo Petri:

Não foi só uma questão de subvenção, todo um aparato foi montado para legitimar a organização e função pública da Sociedade Promotora de Imigração. Leis, correspondências entre presidentes de província e depois presidentes de estado – com o advento da República –, decretos, relatórios de inspetores, lançamentos fiscais e, principalmente, o repasse de verbas, além da transferência para construção e administração da Hospedaria do Imigrante na região do Brás, são alguns dos elementos que moldaram a parceria entre o público e o privado (2010, p. 03).

Porém, havia outras sociedades de imigração, – em especial no Rio de Janeiro – com interesses distintos da paulistana. Estas por sua vez, apresentavam um caráter favorável ao povoamento, direcionando assim, os imigrantes para os chamados vazios demográficos, o que divergia do pensamento das grandes famílias de São Paulo. Santos diz que, “tal sociedade chegou a bater de frente com a Promotora por não concordar com o seu sistema de aliciamento de imigrantes” (2008, p. 58).

Segundo Angelo Trento (1989) o auge dos contratos acordados entre o Estado e as empresas particulares ocorreram entre os anos de 1885 a 1894, entre estes, o contrato mais conhecido foi pactuado com a Companhia Metropolitana, que ficou competente de introduzir um milhão de imigrantes em até dez anos. Neste contexto, é perceptível as disputas que são acirradas pelas duas instituições nas páginas dos jornais.

No periódico “O Comércio de São Paulo”, do ano de 1893, é veiculado na capa uma publicação com o título de “Imigração”, composta por uma série de críticas ao monopólio da Companhia Metropolitana, e em contrapartida infere largos elogios a Sociedade Promotora de Imigração.

É importante atentar-se ao fato de o jornal possivelmente ser subsidiado e financiado por famílias cafeeiras que advém da herança rural de nosso país, as mesmas que também apoiavam a Sociedade Promotora de Imigração.

Já as companhias privadas do Rio de Janeiro – ao menos as mais influentes – eram administradas por italianos, isto é, além dos interesses distintos com a colonização de mão de obra para o trabalho *versus* a colonização de povoamento, existiam também os conflitos ideológicos e étnicos, sendo perceptível nas colônias de povoamento o estímulo para a permanência da língua materna, os dialetos, o catolicismo romano, e a criação de sociedades de mútuo socorro e fraternidade por meio do associativismo, as quais permitiam apenas a participação de imigrantes italianos e que perpetuavam o amor à pátria mãe – Itália. Já os fazendeiros cafeeiros perpetuavam o ideal de nação brasileira, a qual era posta em risco perante os costumes e tradições conservadas no seio dos núcleos coloniais de imigrantes italianos/as:

Nos artigos anteriores demonstramos a sociedade que o monopólio no serviço de introdução de imigrantes tem produzido males, consequência do privilégio que, nesse como em qualquer outro ramo da pública administração, é pernicioso e funesto. E’ lamentável que seja tolerado esse dispendioso luxo de intermediário que custa ao

Thesourosommas fabulosos. (...) Aqui em S. Paulo, existe uma associação digna de sinceros elogios pelo fim a que se propõe e que é composta de respeitáveis cavalheiros. Referimosa Sociedade Promotora de Imigração, cujos serviços ao Estado são inolvidáveis e palpitantes de oportunidade. Levada naturalmente pelas melhores e mais patrióticas intenções, que aliás reconhecemos (...) Não é o mesmo, não merece elogios a Companhia Metropolitana, gerente e sócia ostensiva de uma sociedade em conta de participação que executa o contracto celebrado com o governo federal (...) Não é ella, porém, que faz o serviço: não tem elementos para fazel-o nem meios regulares para comprimir o contracto que celebrou. A introducção de immigrantes, o transporte e a entrega deles, tudo em summa, é feito pelas companhias de navegação, tendo a Metropolitana o único trabalho de apresentar com seu o serviço de outrem e de arrecadar nos seus cofres o lucro colhido entre o que paga às alludidas companhias e o que recebe do governo. Ora, tudo isso, sobre ser uma calva agiotagem, é altamente deprimente para o caráter nacional, que não pode consentir na continuação do desbaratamento dos dinheiros públicos. (O COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 1893, p. 01).

A companhia Metropolitana sediada no Rio de Janeiro era presidida por Carlos Augusto de Miranda Jordão, um influente negociante e engenheiro. Embora já atuante, passou a ter destaque no ano de 1890, quando assinou um contrato com a União para a criação de diversas colônias no país, tendo apenas a colônia Nova Veneza (SC) e Nova Trieste (SP) sido consideradas bem-sucedidas. Ao mencionar a colônia Nova Trieste, é importante ressaltar que a historiografia local<sup>6</sup> comumente aponta Nova Veneza como a primeira colônia Republicana do Brasil e sendo a única colônia criada a partir da Lei Glicério, entretanto, podemos inferir que ambas surgem a partir da mesma legislação.

Além disso, é possível observar no “Diário I da Colônia Nova Veneza”<sup>7</sup> que em 31 de dezembro de 1891 são realizadas transações de dinheiro no valor de 20:357\$982 para Nova Trieste: “Colônia

<sup>6</sup> BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1991.

<sup>7</sup> Documento relativo ao primeiro diário administrativo da Colônia Nova Veneza, que pertenceu ao diretor Miguel Napoli. Disponível no escritório da Carbonífera Metropolitana, em Criciúma/SC.

Nova Trieste: Importância das despesas effectuadas de julho de 1891 até esta data” (NAPOLI, p. 24, 1891), o que nos faz acreditar que a colônia paulista<sup>8</sup> também estava em atuação.

**COMPANHIA METROPOLITANA**  
 7 RUA DA ALFANDEGA 7  
**RIO DE JANEIRO**  
 Telephone 312—Encl. Telegraphico METROPOLIS

|                            |                 |
|----------------------------|-----------------|
| Capital nominal . . . . .  | 20.000:000\$000 |
| Capital emitido . . . . .  | 10.000:000\$000 |
| Ultimo dividendo . . . . . | 10 %            |

DIRECTORIA

Presidente.—Dr. Carlos Augusto de Miranda Jordão, r. S. Bento, 19, e r. Nunes Machado 5, Petropolis.  
 Director-Secretario.—Francisco R. Paz, r. de S. Bento, 22.  
 Director-Thesoureiro.—Urbano C.Faria, caes da Gloria e r. S. Pedro, 64.

CONSELHO FISCAL

Luiz Plinio de Oliveira, r. Olinda, 31.  
 Cesar Duque Estrada & C., r. Municipal, 2.  
 Dr. Caetano Pinto da Fonseca Costa, r. do Palatinato, Petropolis.

SECRETARIO DA COMPANHIA

Maximino Maia, r. S. Christovão, 230.

ADMINISTRADORES DA SECÇÃO DE IMMIGRAÇÃO

A. Fiorita & C., r. Primeiro de Março, 37.

**FUNDADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1890**

DEU COMEÇO ÀS SUAS OPERAÇÕES EM 1° DE OUTUBRO DE 1890  
 Tem a seu cargo o serviço de introdução de imigrantes, por contracto com o Governo Federal, e a instalação de 20 burgos agricolas, nos Estados do Rio-Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Espirito-Santo e Bahia, dos quaes já está concluido a do 1° nucleo em Santa Catharina sob a denominação de COLONIA NOVA VENEZIA, e em iniciação um no Estado de S. Paulo, com a denominação de COLONIA NOVA TRIESTE.  
 Executa por conta propria ou alheia obras de qualquer natureza, explora e custeia estabelecimentos industriaes e effectua operações bancarias.

Figura 1 - Folder de divulgação das colônias da Companhia Metropolitana.  
 Fonte: Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 30º ano, 1893, p. 1500. Disponível: Hemeroteca Nacional.

Durante os incursos do período republicano, o governo instituiu algumas leis concernentes a questão migratória no Brasil, dentre essas estava a Lei Glicério – já mencionada – a qual continha o nome do senador que a instituiu, Francisco Glicério. Lei a qual era extremamente excludente, pois não somente auxiliava as

<sup>8</sup> Em notícia vinculada no jornal República, de Santa Catarina em 1919 menciona-se a colônia, de fato está não foi bem-sucedida, mas as ações para sua constituição ocorreram: “tão pesadas que a própria Metropolitana única a salvar se entre as innumeras empresas que exploraram esse empreendimento, não conseguir dar conta do segundo burgo, cujos trabalhos iniciou, sem resultado apreciável, em Xiririca, no Estado de S. Paulo.” (REPUBLICA, 1919, p. 02).

companhias particulares concedendo passagens integrais, ou parte delas aos imigrantes, mas também definia quais seriam os imigrantes aptos e desejáveis, pois, como afirmado no artigo 1º do decreto, proibia a entrada de “Indígenas da Ásia ou da África”.

Os europeus que vinham por intermédio da lei também passavam por uma série de critérios, o que demonstrava o caráter seletivo: no artigo 5º os seus três incisos deixavam evidente quem poderia migrar com a passagem integral ou reduzida: as famílias de agricultores e seus respectivos chefes; os varões solteiros que fossem maior de 18 anos e menores de 50, desde que fossem trabalhadores agrícolas; os operários e artesões dispostos a se destinar ao serviço doméstico; as pessoas enfermas ou com “defeitos físicos” só teriam a passagem gratuita caso houvessem ao menos duas pessoas da família que fossem válidas. Além disso, o Estado concederia às companhias de transporte marítimo a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto, metade desse valor as crianças de 8 a 12 anos e um quarto da quantia as crianças de 3 a 8 anos de idade.

No quarto capítulo do decreto – “Dos favores concedidos pelo Estado” – é mencionada uma série de prêmios e direitos que as companhias colonizadoras poderiam vir a ganhar, caso mantivessem uma boa administração nos núcleos coloniais, ficando assim evidente as relações públicas *versus* privadas. Para Robert Heilbroner “nas sociedades capitalistas há uma forma de interação entre o Estado que fornece o palco onde o espetáculo será realizado e a iniciativa privada que usa este palco para suas atividades” (HEILBRONNER apud SANTOS, 2008, p. 56).

Neste contexto é necessário também mencionar a Companhia Colonizadora Ângelo Fiorita e Cia, pois, em muito sua história se confunde com a da Companhia Metropolitana, sendo ambas mencionadas em muitos trabalhos como a mesma.

A Ângelo Fiorita e Cia. iniciou sua história em 1886, quando acionou seu primeiro contrato para a introdução de seis mil imigrantes no país. Segundo Paulo César Gonçalves, “Grosselli

afirma, sem se aprofundar no tema, ser evidente que Ângelo Fiorita possuía ligações importantes com o ambiente político-administrativo no Rio de Janeiro, como provam os vantajosos contratos firmados como o governo geral” (2008, p. 419).

Em matéria veiculada no jornal Correio Paulistano, fica evidente a transação das ações a serem efetivadas anteriormente pela Fiorita, e posteriormente pela Metropolitana. Miguel Napoli enfatizava que as práticas realizadas por ambas não deveriam vir a público e que ninguém tinha o direito de contestar, pois são empresas particulares.

Entretanto, a contestação do ponto de vista comunitário era legítima, pois embora estas fossem sociedades particulares, arbitrariamente eram beneficiadas pelos recursos públicos e leis que diretamente as gratificavam. Além disso, devido o monopólio centralizado nestas duas empresas, pouco se sabia da realidade dos imigrantes que aportavam em terras brasileiras, pois além de irregularidades nos serviços prestados, a fiscalização quando existente eram precárias.

Mais uma vez percebe-se que Napoli exprime sua opinião nas páginas dos jornais em defesa da manutenção de uma boa imagem das empresas, pois, além dos subsídios para a realização dos serviços, era preciso também uma positiva propaganda e exposição na Itália para a continuidade dos aliciamentos e recrutamento de futuros imigrantes. Assim, ele levantou-se desta vez contra as Companhias Italianas de Navegação. Auferindo que as ações das empresas eram algo que não desrespeitavam a mais ninguém:

As companhias Italianas de Navegação no seu furor de todo demolir, communicaram ao publico, que o Cav. Fiorita, uma vez senhor de todos os contractos para a introdução de immigrants, unio-se em sociedade com mais cavalheiros e a Companhia Metropolitana a qual ficou com todos os seus direitos e razões apurando na transação grandes lucros e dividendos. Quer-me parecer que nada tem que ver o publico, si o sr. Fiorita julgava-se com direito de dividir os lucros prováveis e a responsabilidade de

contractos, que elle podia perfeitamente executar por si só, sendo este negocio todo particular em que ninguém tem o direito de se metter. (Correio Paulistano, 1893, p. 02).

Fiorita era comumente criticado por meio de denúncias veiculadas nos jornais a respeito de suas relações de proximidade com o governo e do monopólio acerca da imigração. Em sua pesquisa, Gonçalves (2008, p. 420) apresenta uma tradução do jornal *Fanfulla* de 04 de junho de 1894, a carta noticiada é do ano de 1890, direcionada a Francisco Glicério com remetente de Fiorita. Segundo o autor, no documento menciona-se a operação de concessão de terras de uma rica área em carvão no Estado de Santa Catarina, que futuramente seriam entregues a Companhia Metropolitana.

A partir da fonte, podemos deduzir mais uma vez, não somente relações das empresas colonizadoras do Rio de Janeiro com o setor público, mas também que a Lei Glicério foi criada especialmente para privilégios direcionados as duas companhias, sendo que foram as únicas que se enquadraram nos preceitos do decreto e que conseguiram garantir a constituição de núcleos colônias a partir dela.

Portanto, a colônia Nova Veneza não foi uma promessa auspiciosa e de progresso devido somente a ‘boa administração’ de Miguel Napoli e da Companhia Metropolitana em seus anos iniciais – tendo em vista que quando o contrato é encerrado a colônia é praticamente abandonada pela empresa –, como muitas vezes é falado na historiografia local, mas sim porque foi a única a ter acesso ao decreto, criada para tais fins: seu beneficiamento público aliado ao resguardo de um rico subsolo:

A respeito disso [transporte de imigrantes], obtivemos do ministro Sr. Francisco Glicério facilitações especiais, sendo ele íntimo de nosso chefe Sr. Fiorita. Nesse momento devemos adverti-los de uma coisa: encontram-se aqui os senhores Edoardo Pierantoni e Salvatore Nicosta, o primo irmão do senador italiano Pierantoni, para trata com este governo uma grande operação; uma imensa concessão de terras

para colonizar, com capital inglês. Quando o negócio for concluído, pelo qual nosso chefe Sr. Angelo Fiorita trabalha junto a S.E ministro Glicério com certeza de êxito, Pierantoni partirá para Roma com uma concessão de 100 mil emigrantes. Tudo está combinado de forma que, com o apoio político desses homens, será fácil convencer Crispi a reabrir os portos para a emigração (GONÇALVES apud FANFULLA, p. 2008, 420).

Esta afirmação de Gonçalves relativa a “uma rica área em carvão” evidencia que além do intuito de povoar e colonizar, existia também o interesse pelo subsolo. Segundo Dall’Alba, “a Companhia encontra sua sobrevivência no carvão. Já em 1894 passa a chamar-se Companhia Carbonífera Metropolitana” (1983, p. 60).

Entretanto, como demonstrada pela fonte apresentada por Gonçalves, fica explícito que o interesse pelo subsolo já existia antes mesmo da constituição da colônia que ocorre em 1891, um ano depois da criação da lei em 1890, que beneficia a Companhia, mas as atividades relativas as explorações do minério por conta da empresa de fato passaram a ocorrer apenas com os cortes de subsídios governamentais.

Em relação aos interesses pelo carvão que se delineiam nos anos seguintes, é possível observar como as relações de poder instituídas pela Companhia para com os colonos se mantém, mesmo com interesses distintos. Nos documentos encontrados no Centro de Memória e Documentação da UNESCO – CEDOC, no Fundo Bortoluzzi<sup>9</sup>, alguns contratos de vendas de terras deixam evidentes as ações que se prescreviam, “a Companhia Metropolitana fica reservado o direito de explorar o subsolo”. Este item expressa claramente que a Companhia estava ciente da presença do carvão em seu território, como também, anuncia o interesse em explorá-lo.

---

<sup>9</sup> Documentos Salvaguardados no Centro de Memória e Documentação da UNESCO, referentes as empresas administradas pela família Bortoluzzi durante o final do século XIX a meados da metade do século XX. No acervo, além dos documentos administrativos, é possível encontrar contratos entre a família e outros imigrantes, escritura de terrenos, cartas, etc.

Desse modo, este trabalho buscou investigar questões referentes aos processos migratórios vivenciados no sul do Brasil, com enfoque para as migrações destinadas a extinta Colônia Nova Veneza. A pesquisa realizada, possibilitou diferentes discussões acerca da história local e regional do sul do estado catarinense e novas formas de abordagens sobre ‘antigas’ discussões, permitindo assim, múltiplos olhares e análises sobre as relações estabelecidas no núcleo colonial, para além das narrativas cristalizadas por alguns memorialistas.

Desta maneira, foram analisadas nesse trabalho as seguintes questões: as políticas migratórias instauradas na segunda metade do século XIX, os discursos de eugenia que serviram de base para as novas relações de trabalho estabelecidas no país, a constituição da Colônia Nova Veneza e as relações estabelecidas entre poder público e empresas colonizadoras, mas especificamente as empresas Angelo Fiorita e Cia. e Companhia Metropolitana, as quais comumente muito citadas, porém pouco problematizadas em suas relações com o estado.

De modo geral, o trabalho nos permitiu tanto uma discussão acerca de alguns dos principais responsáveis pelas migrações do final do século XIX – as empresas colonizadoras –, quanto possibilitou o acesso a fontes até então pouco consultadas, devido à dificuldade de acesso. Como o livro “Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I”, que está sob responsabilidade da atual Carbonífera Metropolitana, quanto a utilização de fontes inéditas, pois até o início desta pesquisa não tinham sido abertas ao público por estarem em processo de higienização e catalogação: o “Fundo Bortoluzzi”.

Inúmeras são as possibilidades de pesquisa a partir dessa temática, sendo este trabalho uma das possíveis janelas de observação do cotidiano da colônia Nova Veneza e seus conflitos.

## Referências

- BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Imigrantes:** sua história, costumes e tradições no processo de colonização no Sul do Estado de Santa Catarina. Brasília, 1991.
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese:** as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex colônia de Conde D'eu (1884-1925). Porto Alegre: PPGHistória/UFRGS, 2004 (Tese de Doutorado).
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Nem santos nem demônios:** italianos. Porto Alegre: PPGHistória/UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- BENEDUZI, Luís Fernando. Quando a imigração se transforma em colonização: leituras sobre a presença italiana no sul do Brasil. **Revista Latino-americana de História**, São Leopoldo, v. 6, n. 17, p.35-58, 2017.
- BIF, Carla Zanette. **História e Historiografia da Colônia Nova Veneza (SC):** uma abordagem de história ambiental. 2009. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.
- BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza.** Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CAVALCANTE, José Luiz. **“A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra”.** *Histórica: Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo.* São Paulo, 2, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao002/materia02> [7 jan. 2016].
- DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina:** Documentário. Caxias do Sul: EducS, 1983.
- ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Lei Glicério. **Decreto Nº 528, de 28 de Junho de 1890.** RJ: Coleções Leis do Brasil, 1890. v. 1, n. 4.

- GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de Braço: Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo.** 2008. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Econômica, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. **Confluente: Revista Di Studi IberoAmericani**, Bologna, v. 9, n. 1, p.78-106, 2013. Anual.
- PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. **As colônias italianas no Brasil Meridional.** Revista Blumenau em Cadernos. Vol. 50, n. 4, p.7-20. Jul./ago. 2009.
- PETRI, Katia Cristina. A Sociedade Promotora de Imigração: a política de subvenção para a imigração em São Paulo (1871 - 1894). **Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História.** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Rio Grande do Sul, RS, 2010, p. 01 - 16.
- SANTOS, Iverson Poletto dos. O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). **UCPEL: Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 02, n. 14, p.55-69, 2008.
- SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio.** 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SEVERINO, José Roberto. **Políticas Culturais e Migrações.** Bahia, p.161 - 182, 2012.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 53, p.117-149, 2002.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** Rio de Janeiro: Nobel, 1989.
- VENDRAME, Máira Ines. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. **MÉTIS: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, p.69-82, 2010.

VENDRAMEA, Máira Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Imigrantes italianos no Brasil meridional:** práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p.128-149, 2014.

## Arquivos e acervos

*Fundo Empresa Bortoluzzi.* Arquivos disponíveis no Centro de Memória e Documentação da UNESCO.

NAPOLI, Miguel. *Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I.* Acervo disponível no escritório da Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

## Jornais

COMPANHIA Metropolitana, *Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial.* 1893, p. 1500. Disponível: Hemeroteca Nacional. DE como se esbulham quatro povoações, *República*, 1919, pg. 02. Disponível: Hemeroteca Nacional.

IMMIGRAÇÃO II. *Correio Paulistano*, 1893, p 02. Disponível: Hemeroteca Nacional.

IMMIGRAÇÃO. *O Comércio de São Paulo*, 23 de junho de 1893, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.



## **Brasil e Alemanha: migrações e transferências de saberes em dois momentos (século XIX e XX)**

*Eduardo Relly*<sup>\*</sup>  
*Danielle Heberle Viegas*<sup>\*\*</sup>

Há muito que os territórios conhecidos hodiernamente como Brasil e Alemanha encontram-se culturalmente interligados. Não surpreende, portanto, a afirmação de que já na esquadra cabralina encontravam-se 35 homens falantes de alemão desempenhando diversas atividades a bordo, de cozinheiros a artilheiros experimentados. Um deles, o astrônomo-médico *Johannus* ou melhor, na forma aportuguesada, Mestre Joao, teria supostamente escrito em 01 de maio de 1500 – mesma datação da *Carta a El-Rei D. Manuel* de Pero Vaz de Caminha – uma carta ao mesmo rei intitulada *Terra de Santa Cruz* (MONIZ-BANDEIRA, 2013, p. 1).

Alguns decênios mais tarde, um alemão de Hessen, Hans Staden, foi cercado pelos Tupinambá em Bertioga e quase foi devorado antropofagicamente. Ele sobreviveu depois de nove meses em cativeiro na Mata Atlântica brasileira; ao voltar para a Alemanha escreveu *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft*

---

\* Doutorando CAPES/DAAD em História pela Freie Universität Berlin. E-mail: erelly@hotmail.com

\*\* Doutora em História pela PUCRS (2016), com estágio sanduíche na Freie Universität Berlin (2015). Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. E-mail: danielle.viegas@unilasalle.edu.br

*der Wilden Nacketen, Grimmigen Menschfresser-Leuthen in der Newenwelt America gelegen* publicada em 1557 em Marburgo (STADEN, 2008), um livro que marcou por gerações a imagem das gentes e da natureza brasileira no continente europeu.

A produção de conhecimento, arte e saberes diversos sobre o Brasil e a América Latina tomou forte impulso a partir das primeiras décadas do século XIX; Neuwied, Sellow, Rugendas, Martius, entre muitos outros, são testemunhas da colocação do Brasil como um cenário central de pesquisas naturalistas e etnológicas no cenário global (CONRAD, 2000, p. 13).

Somados a estes interesses e curiosidades entre espaços – como define o programa historiográfico alimentado por Stefan Rinke (2018, p. 11-13), que inspira este texto – a emigração/imigração de alemães para o Brasil aproximadamente a partir da década de 1820 em diante dilatou o escopo relacional entre Brasil e Alemanha. Segundo o autor, as relações germano-brasileiras estiveram pontuadas por espaços consagrados, porém:

(...) sob a superfície do poder, residem dimensões de contato e de interações, por exemplo, entre estabelecimentos comerciais, em culturas especializadas, e na vida cotidiana de imigrantes, que conferiram solidez à relação entre os dois países distantes. (RINKE, 2014, p. 6)

Um século mais tarde e depois de 100 anos de emigração alemã continuada para o Brasil, a ocorrência de duas Guerras Mundiais, a posterior divisão do estado alemão em 1949, além da perda dos territórios históricos germanizados ao leste do rio Oder, terminaram por afetar estas relações de intercâmbios de saberes. Mas, ainda que em 1942 o Brasil tenha se posicionado na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha e o chamado “perigo alemão” (GERTZ, 2005, p. 146) tenha se fortalecido com a campanha de nacionalização promovida por Vargas, é razoável afirmar que os vínculos entre os países haviam avançado para além do setor comercial. Datam dessa época a fundação do Serviço de Intercâmbio

Acadêmico Alemão (DAAD), do Instituto Ibero Americano de Pesquisa, além de início dos intercâmbios acadêmicos entre os dois países. Uma delas foi relativa às missões “médico-diplomáticas”, pioneiras no que diz respeito a circulação de conhecimentos em esfera transnacional entre Brasil e Alemanha.

Nesse sentido, tais vínculos sobreviveram a esta agitada história; em 1961, os investimentos alemães já haviam superado os dos Estados Unidos, parceiro histórico do Brasil. A Alemanha é, ainda hoje (2018) um dos mais importantes parceiros comerciais e culturais do Brasil e as relações bilaterais são consideradas amplamente satisfatórias pelas duas partes envolvidas (MONIZ-BANDEIRA, 2013, p. 87).

Do ponto de vista de uma aproximação teórica-metodológica, a questão do relacionamento e transferência de saberes entre Brasil e Alemanha – tema aqui proposto - se encontra na esteira do desenvolvimento dos estudos pós-coloniais e na percepção dos limites das histórias escritas pelo prisma do nacional e do eurocentrismo (KOCKA; HAUPT, 2009); além disso, a estreiteza da historiografia e de discursos sociais baseados no paradigma da Modernidade e no pretenso papel central da Europa como agente irradiador das estruturas modernas pelo globo, cede continuamente espaço a uma abordagem flexível e multilateral da constituição das sociedades.

A transferência cultural é uma ferramenta conceitual que busca “multilateralizar” o relacionamento entre sociedades e as expressões de suas culturas, e economias. Michel de Espagne é um dos maiores expoentes e “sócio-fundador” desta corrente, além de um divulgador contumaz destes estudos principalmente no que que concerne a uma ênfase de microhistória na história intelectual e dos *experts* (ESPAGNE, 2013). Dirk Hoerder por sua vez instrumentaliza pesquisas de emigração/imigração levando em consideração a noção de transferência cultural e observa geografias sociais e físicas acima das fronteiras políticas estatais por grupos migrantes. Ao afirmar peremptoriamente que “the migration of men and women

- whether individually, in families or in cultural groups - connects societies”, Hoerder abre um campo vasto de investigação e introduz os atores migrantes como forjadores de novos conhecimentos e fronteiras culturais (HOERDER; 2009, p. 247).

Este texto buscará, portanto, baseado nos contextos históricos e teórico-metodológicos acima esboçados, traçar dois momentos específicos da longa, complexa e frutífera relação entre grupos da sociedade brasileira e alemã. Em primeiro lugar, analisaremos especificamente, no meio rural do Brasil meridional, os imigrantes alemães ainda no século XIX como portadores - de pleno direito - de conhecimentos agrícolas e florestais; eles serão considerados agentes privilegiados de circulação de saberes, pois na condição de migrantes puderam comprimir e flexibilizar fronteiras políticas. Num outro momento, na conjuntura do pós-guerra e já durante a Guerra Fria, nos reportaremos ao trânsito de saberes no sentido da arquitetura e urbanismo a partir do estabelecimento de acordos de cooperação técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha; aqui, as fronteiras discursivas de cunho científico-político também foram deslocadas. Nosso escopo é por isto analisar, num primeiro momento, as negociações dos saberes não institucionalizados e “*inexpertos*”; e num segundo estágio, perceber os mesmos processos, no século XX, num ambiente de institucionalização, tecnicismo e tecnologia, capitaneado pelo saber *expert*.

### **Imigração alemã e transmissão de saberes agrícolas e florestais (século XIX)**

Dois fatos importantes e mais ou menos conexos. Ao partirem da Europa para o Brasil, em grande parte, os emigrantes alemães deixaram para trás aldeias intensamente circundadas e dependentes do ambiente florestal; estes, ao se estabelecerem no Brasil meridional, passaram a igualmente habitar espaços

predominantemente florestados, que foram socialmente apropriados a partir da categoria *Urwald*<sup>1</sup>.

Em ambos os lados do Atlântico, os emigrantes/imigrantes tiveram de aprender a viver na floresta e a convertê-la em agricultura ou pastoreio. Nas regiões de origem da maioria dos migrantes germânicos que vieram ao Brasil a partir do século XIX – principalmente daqueles que abandonaram o quadrante sudoeste da Europa de fala alemã -, a floresta era central na economia agrícola camponesa; ela estava intimamente vinculada ao calendário da produção agrícola e oferecia uma pletera de produtos (palha, pasto, potassa, cogumelos, mel, etc.) para as economias camponesas - seja para satisfação das necessidades de subsistência, seja para a inserção em circuitos de mercado (SCHMIDT, 2000).

No Brasil, o manejo florestal das populações teuto-brasileiras foi menos múltiplo; pelo contrário, o uso da floresta se mostrou mais uniforme e visceralmente ligado ao processo de expansão da área agrícola. Embora o aspecto que melhor caracterizasse a exploração econômica florestal na Alemanha fosse justamente o caráter de diversidade dos usos da floresta (*Hauptnutzung*<sup>2</sup> e *Nebennutzung*<sup>3</sup>), no Brasil tal diversidade não foi repetida com veemência. A floresta teuto-brasileira desde logo foi incorporada a um sistema extensivo de produção agrícola, alicerçado num mercado fundiário crescente e flexível. Em linhas gerais, a floresta teuto-brasileira se converteu num ativo de adubação e fertilização do solo subtropical/tropical.

Duas situações, portanto, se interpõem. De um lado do oceano, intensificação e diversidade de usos florestais; de outro, no Brasil, a conversão nua dos recursos das matas em nutrientes

---

<sup>1</sup> Categoria de difícil definição. Pesquisas sobre o significado do *Urwald* no que tange à população camponesa alemã praticamente não existem. Frequentemente os historiadores tomam o sonho da floresta tropical dos românticos como parâmetro para as representações camponesas. Feita essa ressalva, aponto que a floresta tanto na Alemanha quanto no Brasil – sob o ponto de vista camponês – era vista sobretudo como um recurso, sobretudo um ativo agrícola.

<sup>2</sup> A ideia de *Hauptnutzung* florestal está ancorada na exploração da madeira e de seus produtos anexos.

<sup>3</sup> *Nebennutzung* está ligado a uma perspectiva de uso dos produtos acessórios da floresta, tais como a coleta de frutos silvestres, cogumelos e gravetos, pastoreio de rebanhos, produção de mel, etc.

agrícolas. Este contraste tem sido desde muito tempo a tônica do discurso especializado sobre as realidades agrícolas e florestais advindas do processo migratório germânico ao Brasil; de fato, ao contrário dos aspectos propriamente culturais – religião, educação, vida comunitária, etc. – a história da agricultura e da floresta entre Brasil e Alemanha se constituiu sob o paradigma das rupturas. Autores como Emilio Willems (1946), Leo Waibel (1949) e Sergio Buarque de Holanda (2007) ressaltaram a espantosa “regressão” da agricultura germânica em terras brasileiras. Escandalizaram-se com a escolha do colono teuto-brasileiro pela ecologia do fogo (coivara teuto-brasileira) na floresta subtropical/tropical.

Ainda que muitas diferenças possam definir o uso da floresta entre Alemanha e Brasil por parte de uma mesma e aparentada população em trânsito intercontinental, existem, todavia, elementos agroflorestais suficientes que unem as duas extremidades geográficas que compõem nossa reflexão. Trata-se, sobretudo, de se perceber no Brasil a projeção da ideia de *Laubwald* enquanto floresta agrícola; e, sobretudo, de se mapear e historiar a profundidade do manejo ígneo no repertório agrônomo dos camponeses que habitavam as mais diversas regiões da Alemanha.

Projetos concorrentes sobre o uso do espaço florestal na Alemanha sempre existiram; eles eram representados por interesses de atores sociais (nobreza, príncipes, Estado, burgueses, industriais, etc.) que dividiam com os camponeses as reivindicações sobre o uso das matas. Entretanto, prevaleceu entre estes últimos a ideia de *Landwirtschaftswald*, ou floresta agrícola camponesa (ERNST, 2000); esta era a configuração florestal mais defendida pelos aldeões e trabalhadores rurais em geral. A floresta agrícola era acima de tudo *Laubwald*, ou floresta de folhas/floresta folheada numa tradição aproximada; ela era composta principalmente por espécies angiospermas. Especificamente, *Laubwald* designava conjuntos florestais formados preponderantemente por florestas mistas de faia e carvalho que em razão da decidualidade destas espécies

arbóreas, favoreciam a criação de rebanhos no ambiente florestal e/ou estábulos.

O que tornava a *Landwirtschaftswald/Laubwald* tão importante para os camponeses era a sua versatilidade. A floresta fornecia importantes recursos para o pastoreio e manutenção de rebanhos, além de oferecer produtos para a vida doméstica e algumas possibilidades de inserção de mercados. Através da *Schweinemast*, por exemplo, os porcos eram soltos na mata e instigados a se alimentarem das bolotas do carvalho, o que lhes emprestava excelente carga nutritiva e sabor apreciado na carne. A coleta de grande quantidade de folhas a partir do outono e o corte de galhos verdes e secos forneciam uma inestimável quantidade de pasto para os rebanhos e energia para aquecimento e demais atividades da vida doméstica. Ademais, a serrapilheira era juntada e usada como substituto da palha (fins de conforto térmico animal e formação de composto de adubação) nas pequenas instalações estabulares. A serrapilheira florestal acumulada também se constituía num fator de profusão de cogumelos (parte importante da dieta camponesa), pois estes se encarregavam da decomposição da mesma. As flores dos frutos das espécies da *Laubwald* atraíam também enxames de abelhas e a produção melífera era ali também executada. Afora as questões relativas à subsistência, as florestas de folhas forneciam dividendos adicionais quando nelas era permitida a extração da casca do carvalho (*Lohschälen*) para extração de tanino; este era usado sobretudo em indústrias regionais de couros e sabões (HACHENBERG; HÜTTE; LÖBER; 1992).

Aspecto conexo à existência da *Laubwald* e resultado de sua alta estima na cultura camponesa era a possibilidade de nela haver manejo ígneo justamente em virtude da vigorosa serrapilheira e da resistência do carvalho ao fogo. Em áreas mais distantes de circuitos comerciais, como no Hunsrück e no Eifel superior, regiões que emprestaram milhares de migrantes para o Brasil, manejos como *Rottwirtschaft* e *Schiffelwirtschaft* eram largamente utilizados. Por meio do corte de galhos de faias e carvalhos ou mesmo da derrubada

completa de árvores, estes eram deixados para secar e em momento propício, na primavera, os camponeses ateavam fogo na biomassa seca e reduziam a floresta para a consecução de áreas agrícolas e de pasto. Logo no primeiro ano, entre os troncos remanescentes, plantava-se aveia, centeio e por fim trigo sarraceno. Após três a cinco anos de uso, a área era fechada para recuperação de cobertura vegetal e nutrição edáfica. Depois de 15 a 20 anos, a área poderia ser aberta novamente para atividades agrícolas e uso do fogo; no ínterim desse intervalo, em alguns anos, o conselho comunitário de camponeses podia autorizar a área de recuperação para o pastoreio de rebanhos, o que dificultava a recuperação da área e não raro a convertia em áreas de *Heide* - charneca, de acordo com a acepção do português de Portugal (GEISBÜSCH, 2004). O sistema *Haubergwirtschaft* na região de Siegerland e Dillenburg congregava também atividades de extrativismo (cortiça de árvores) com a produção agrícola e agropecuária relatada nos sistemas *Rottwirtschaft* e *Schiffelwirtschaft*. Estas atividades ocorriam com mais frequência em áreas íngremes, distantes e secas (KÜSTER, 2013).

O uso da potassa (*Kalk*) extraída pelo derrube e queima de biomassa arbórea era igualmente um subproduto da conversão de áreas florestais em terrenos agrícolas e mais um exemplo do relacionamento do campesinato com a floresta e o fogo. Através da transformação da madeira em cinza, esta última era tratada até atingir uma coloração esbranquiçada. Nesta forma, a potassa servia a inúmeras finalidades, mas no Hunsrück, no Eifel, e na Pomerânia, entre outras regiões da Europa alemã, a potassa era usada como adubo de forma a corrigir a acidez dos solos (WILLIAMS, 2003).

Os camponeses emigrados ao Brasil conheciam, portanto, muito bem as propriedades do fogo em comunhão com a lide agrícola. Sabiam que a queima de tecido lenhoso nutria o solo; sabiam que para transmitir nutrientes ao solo, deveriam queimar tecidos orgânicos e espalha-los pelos campos.

Com a revolução industrial e a implantação de tecnologias químicas e máquinas no campo, o uso do fogo na Europa alemã praticamente desapareceu no século XIX. Mas o “conhecimento de manejos com fogo por parte de agricultores e administradores florestais da Europa central e setentrional transmigrou para o Novo Mundo onde ele foi ainda mais desenvolvido e refinado enquanto a Europa esquecia sua herança ígnea”<sup>4</sup>. (GOLDAMMER, 1998, s/n).

Como já mencionado, os colonos teuto-brasileiros usaram largamente o expediente do fogo nas florestas do Brasil meridional. Caberia, portanto, perguntar o quanto de “brasilidade” há propriamente na coivara teuto-brasileira. Pois, já Wilhelmy (1940) identificava no espírito do colono de origem alemã uma identificação entre a floresta folheada e fertilidade; sugeria que tal noção podia ter origens ainda na Alemanha. Hörmeyer (1857), um autor muito lido por migrantes no século XIX, dividia o *Urwald* brasileiro nas mesmas categorias da floresta europeia: *Laubwald* e *Nadelholz*; esta última era relacionada à floresta de araucária e Hörmeyer recomendava expressamente que o colono jamais comprasse terras de pinheiros em razão de não serem próprias para agricultura e para a queimada. Nodari (2012) percebeu em pleno século XXI a distinção entre mata branca e mata preta por comunidades rurais teuto-brasileiras no noroeste do estado de Santa Catarina. A primeira corresponde a mesma floresta que Hörmeyer identificava como *Laubwald* (floresta estacional decidual ou semidecidual). Já a mata preta era associada com o domínio floresta ombrófila mista (mata de araucária); ambos domínios pertencem ao bioma Mata Atlântica em seu quadrante meridional.

Talvez o caminho mais justo para uma apreciação de uma tão complexa relação cognitiva-prática se encontre justamente no centro desta argumentação: a coivara teuto-brasileira como uma invenção híbrida entre as tradições brasileiras e germânicas. Com

---

<sup>4</sup> Na obra original: “Fire knowledge of farmers and foresters from Central and Northern Europe transmigrated to the New World where it was further developed and refined while Europe was in fire dormancy”. Disponível em: [https://www.fire.uni-freiburg.de/programmes/natcon/natcon\\_1.htm](https://www.fire.uni-freiburg.de/programmes/natcon/natcon_1.htm)

efeito, sugerimos mais pesquisas de modo a compreender melhor as nuances dos manejos ígneos entre Brasil e Alemanha, e, assim, tentar descrever as influências particulares. Cabe aos historiadores da agricultura e da floresta também embarcarem no convite irresistível da sensação globalizatória e perceberem os variados vínculos que uniam os pontos do conhecimento agrícola e florestal (seja ele técnico ou não) em escalas translocais. Pensamos que seja aconselhável perceber os migrantes como agentes legítimos de construção e transferência de conhecimentos e experiências agrícolas; pois a agricultura e o manejo florestal que foram tomados a cabo no Brasil não se formaram das obras de sumidades da agronomia científica. A agricultura teuto-brasileira foi gestada num ambiente de negociação pelos próprios agentes migrantes em contato com a sua sociedade de acolhimento.

Deve-se também substituir a pecha da tábula rasa apregoadá aos agentes teuto-brasileiros, no que concerne à agricultura e floresta. Em grande parte, como foi acima demonstrado, eles estavam cientes das possibilidades da floresta e de sua incorporação no ciclo agrícola e muitos deles eram agricultores experimentados e detentores de extensíssimas redes de contatos familiares pelo mundo. Além disso, existia um vigoroso mercado editorial voltado aos públicos interessados em migração na Alemanha, cuja missão era apresentar uma imagem da agricultura e floresta brasileiras e facilitar a adaptação aos novos contextos (DIEKMANN, 2005).

### **Cooperação técnica e planejamento urbano em perspectiva transnacional (século XX)**

As relações internacionais entre Brasil e as Alemanhas configuraram-se tanto a partir do que foi chamado de eixo da “sentimentalidade” quanto da “instrumentalidade” (PINO, 2004, p. 69), pois estiveram mobilizadas por um notável vínculo imigratório quanto por relações diplomáticas, desdobradas em acordos comerciais, técnicos e acadêmicos. Tal vínculo ganhou contornos

específicos com o advento da Guerra Fria, um contribuinte ativo para a assinatura dos diversos acordos entre a República Federal da Alemanha<sup>5</sup>/RFA e o Brasil no Pós-guerra.

Um desses tratados foi o Acordo de Cooperação Técnica, firmado na cidade de Bonn, então capital da RFA, em 1963<sup>6</sup>. O convênio foi um marco na retomada de relações entre Brasil e Alemanha no Pós-Guerra e abriu o caminho para a sanção de contratos futuros. O seu quinto ajuste complementar foi assinado em 1971 e trata da cooperação estabilizada com vistas ao planejamento urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA, motivo que assegurou a migração de diversos profissionais estrangeiros ao Rio Grande do Sul, além de equipamentos e recursos financeiros.

O resultado final do acordo mencionado foi a publicação final do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, apresentada em 1973 como principal resultado do cumprimento da primeira fase do projeto, no qual consta o nome de 22 peritos estrangeiros, sendo a maioria alemães, e 37 técnicos brasileiros, entre colaboradores, coordenadores e estudantes.

Em linhas gerais, o Acordo relaciona-se a emergência de uma nova ordem geopolítica intercontinental, à valorização da diplomacia como um instrumento de manutenção de laços e à ascensão da técnica e da tecnologia como objetos detentores de capital simbólico e financeiro no mundo contemporâneo. A esse contexto global, deve-se sopesar os pormenores de cada país: o Brasil, sob a égide da Ditadura Militar, priorizava a internacionalização como recurso ao desenvolvimento nacional,

---

<sup>5</sup> Em boletim datado de 1970, dedicado a abordar os 25 anos da existência do regime, as relações da RDA com “países em desenvolvimento”, incluindo o Brasil, foram alvo de destaque (RDA. **Boletim Informativo Econômico Industrial**: representação comercial da RDA, 1970, p. 8-9. Distribuição gratuita. Acervo AN/Rio de Janeiro.)

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores/MRE. Departamento Consular e Jurídico. Divisão de Atos Internacionais. Atos Internacional n° 517, de 30 de novembro de 1963. Departamento de Comunicações e Documentação: Divisão de Divulgação Documental: 1977.

lidando-se com a perspectiva de que houve, mesmo após o Golpe, a manutenção de políticas desenvolvimentistas e as variadas acepções que o modelo já comportou. A Alemanha, por seu turno, valia-se dos usos de uma política externa em direções multilaterais como uma das estratégias de recuperação após a guerra, e encontrou no Brasil o seu principal parceiro ao longo da segunda metade do século XX.

Tem-se em conta que, embora se esteja falando em nome de dois países, contando que as instituições e agentes citados, a rigor, os represente, sugere-se a geração de uma terceira esfera, de cunho “transnacional”. Tal ponto de vista é apropriado tratando-se de um caso de cooperação, visto que “trans denota em movimentação através de espaço e através de fronteiras, bem como mudança na natureza de algo, além de sugerir novas relações entre estados” (ONG apud PURDY, 2012, p.67).

Nesse sentido, tal acordo de cooperação esteve muito longe de estar restrito às trocas entre as embaixadas dos países envolvidos. Aos eventos oficiais, somaram-se as trajetórias particulares dos agentes migrantes, não menos importantes na condução das transações. Já no final de março de 1971, o jornal Zero Hora anunciou que o “conde é do GERM”<sup>7</sup>(Grupo Executivo da Região Metropolitana), referindo-se a Michael Raczynsky, técnico que se encontrava na Capital com vistas a conhecer algumas das cidades da incipiente área metropolitana, em companhia de Danilo Landó e Militão de Moraes Ricardo, profissionais brasileiros. O chamado “conde” era o representante na América Latina dos assuntos da *Deutsche Projekt Union GmbH*<sup>7</sup>DpU.

Em 22 de abril, publicou-se que os alemães que haviam chegado “foram logo ver a cidade”<sup>8</sup>. Eram Rolf Ramm e Georg Gonsior, respectivamente, engenheiro e arquiteto, diretores da DpU. As visitas foram mútuas: em reunião datada de março de 1971, o presidente do Conselho Metropolitano de Municípios/CMM,

---

<sup>7</sup> Zero Hora. “O conde é do GERM”. 23/10/1970.

<sup>8</sup> Folha da Tarde. Técnicos alemães chegaram e foram logo ver a cidade. 22/04/1971.

engenheiro Umberto Pergher, relatou os entendimentos que manteve com autoridades germânicas, em sua recente viagem à Alemanha Ocidental<sup>9</sup>. Tais entendimentos, contudo, não foram facilmente alcançáveis. Danilo Landó, que integrou a equipe que foi a Bonn para negociar o ajuste para a cidade de Porto Alegre, relatou que:

(...) Nós fomos negociar a composição do grupo que deveria vir ao Brasil. Eles montaram equipes e quando chegou na coordenação, queriam um alemão. Eu disse não: - brasileiro. Eu não abria mão. O governo contratou uma empresa de Essen [a DpU]. O presidente de empresa alemã, que depois foi reitor da universidade, disse: vamos fazer uma experiência de uma cooperação binacional, com iguais poderes (mas é claro que eu teria muito mais, afinal, nós viríamos para o Brasil).<sup>10</sup>

Iniciou-se, assim, uma estratégia de cooperação cotada como única em seu tempo, através da qual foi instituída uma direção bilateral, estendida a toda a equipe de trabalho de planejamento urbano dividida em setores nos quais responsabilizou-se, simultaneamente, um estrangeiro e um brasileiro. Declarou-se na ocasião que a RFA iria “pedir às firmas de lá para mandar os melhores técnicos que possuem”<sup>11</sup>, tão embora tenha reconhecido que “os brasileiros estão bem preparados, e só não fazem mais porque lhes faltam recursos financeiros”.<sup>12</sup>

Aos primeiros técnicos somaram-se outros que se tornaram moradores da Capital. A troca de correspondência entre embaixadas revela alguns nomes, como o de Gotz von Borries e Ursula von Borries<sup>13</sup>, assim como o de Dieter Saack e Renate Sack<sup>14</sup>,

---

<sup>9</sup> Zero Hora. Ex-Secretário Pergher vai chefiar o projeto da Grande Porto Alegre. 22/04/1971.

<sup>10</sup> Entrevista com Danilo Landó. Duração 3h22 min. Local: Porto Alegre. Data: 23/12/2015.

<sup>11</sup> Nota-verbal WI III B4-87.50/626, de 1 de dezembro de 1971. Acervo AHMRE/Brasília.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Nota-verbal WIII B4-87.50/S/M/71,1 de outubro, 1971. Acervo AHMRE/Brasília.

<sup>14</sup> Nota- verbal WIII 34-83.50/ D9/71, 8 de novembro de 1971. Acervo AHMRE/Brasília.

respectivamente técnicos envolvidos no projeto em Porto Alegre e suas esposas, que solicitavam vistos oficiais para permanência no Brasil.

Em sua maioria, os técnicos não atuavam exclusivamente em empresas, mas também no meio universitário. Este foi o caso de Volker Peter Rönick, bem como Gerhard Naschold e sua esposa Astrid Naschold<sup>15</sup>. Também Rainer Ernst, arquiteto-urbanista alemão que, ao lado de sua esposa Ingrid Lucia Elisabeth Ernst, obteve carteira especial em 30 de novembro de 1971 para permanecer no Brasil, juntamente Anna Elsa Barbara Karpe e com Hans Karpe<sup>16</sup>. No Brasil, além da experiência em Porto Alegre na década de 1970, Ernst possui estreitos vínculos com a cidade de Salvador, para onde realizou importantes contribuições na área do urbanismo<sup>17</sup>.

Quando recrutado para o projeto, Rainer atuava na Technische Universität Dortmund e, posteriormente, lecionou na Universität der Künste Berlin (Faculdade de Artes de Berlin). De fato, consta que os agentes eram selecionados junto a universidades e mantinham vinculados com empresas de consultoria e/ou aplicação. Conforme o próprio Rainer:

Assim chegou no verão de 1971 uma delegação do Brasil visitando esta universidade [TU Dortmund], este departamento. O Sr. Landó, que depois se tornou diretor, procurou pessoas em especial que tivessem conhecimento na área, pois ele queria importar uma tecnologia, a mais moderna possível. E assim chegou essa pergunta para mim, se eu teria interesse em participar deste projeto. Eu era muito jovem, 28 anos.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Nota-verbal WIII B4 - 87/679/71, s/d. Acervo AHMRE/Brasília.

<sup>16</sup> Nota-verbal WIII B4 - 87-50/618/71 30 de novembro. Acervo AHMRE/Brasília.

<sup>17</sup> Para mais informações, consultar o site do próprio arquiteto: <http://www.rainerwernst.de>.

<sup>18</sup> Entrevista com Rainer Ernst. Duração: 2h 20 min. Local: Berlin. Data: 03/07/2015.

Sobre a composição bilateral da equipe e motivação para a realização do PDM, Rainer Ernst contou que:

(...) devido a expansão urbanística de Porto Alegre surgiu esta ideia para regular isso com o planejamento, paralelamente com a ideia de criar regiões metropolitanas em todo o Brasil. E então foi assim criado acidentalmente este projeto interdisciplinar, pois estas sete pessoas da Alemanha não tinham experiência nenhuma, não se conheciam nem tinham trabalhado juntos. Estes alemães pesquisavam visitando essas regiões de um a dois meses, e a parte brasileira era composta de umas 50 pessoas. Assim, foi necessário organizar em diferentes grupos de trabalho.<sup>19</sup>

Dois casos que podem ser destacados quanto à ocorrência de transferências de saberes e circulação de ideias entre Brasil e Alemanha tendo em conta o projeto efetivado: o primeiro é a publicação editada na Alemanha a respeito de obras desenvolvidas no Vale do Rio dos Sinos no que tange ao planejamento metropolitano. O livro é intitulado “*Regionale Entwicklungsplanung in Südbrasilien: Am Beispiel des Rio dos Sinos-Gebietes*” (Planejamento do desenvolvimento regional no Sul do Brasil: o exemplo da área do Rio dos Sinos).<sup>20</sup>

O segundo, não obstante, refere-se ao modelo de planejamento adotado para minimizar as cheias na RMPA. De acordo com Isaac Zilberman, um dos técnicos brasileiros que realizou estágio junto ao *Institut fur Siedlungswasserwirtschaft*, sob orientação de Hermann Hahn, entre 1973 e 1974, o modelo adotado no Brasil foi proveniente daquele utilizado junto ao Rio Neckar, um dos principais afluentes do Rio Reno, na Alemanha. Ele revela detalhes sobre a questão, relevante sob o ponto de vista de troca de conhecimentos e práticas entre os países envolvidos:

---

<sup>19</sup> Entrevista com Rainer Ernst. Duração: 2h 20 min. Local: Berlin. Data: 03/07/2015.

<sup>20</sup> LAUFFS, Hans-Winfried. **Regionale Entwicklungsplanung in Südbrasilien: Am Beispiel des Rio dos Sinos-Gebietes**. Paderborn: Schöningh, 1972.

Aplicaram o modelo do Rio Neckar ao Gravataí com todas as adaptações. Olhando após, não reconhece. À época os computadores eram de cartão, rodavam na central e no dia seguinte te devolviam. Mexia-se em alguma variável e assim por diante. (...) Lá na Alemanha eles não tinham conhecimento da barragem hídrica. O Jacuí subia e a água do rio formava uma barragem para o Gravataí, que ficava preso até chegar em uma altura e inundava, pois a água voltava. Lá eles não conheciam e, aqui, só no Rio de Janeiro se conseguiu decodificar. Hoje é comum, mas na época foi uma descoberta (...) <sup>21</sup>

Nesses termos, Porto Alegre passou a fazer parte de uma rota internacional de circulação de saberes e práticas promovidas por *experts* que se tornaram migrantes temporários na cidade, com a finalidade de atuar no projeto. As obras que divulgam o projeto na Alemanha, no decorrer da década de 1970, são significativas no sentido das trocas efetivadas – e, nesse sentido, é possível falar em temas de circulação de saberes e não somente influências.

### **Considerações finais**

Duas experiências distanciadas no tempo nos conduzem a reafirmar a solidez das relações Brasil e Alemanha, e, mais do que isso, entrever uma arena de circulação de saberes entre estes espaços.

Do ponto de vista das histórias clássicas da emigração/imigração e da *expertise* acadêmica, é importante finalizarmos nossas elucubrações ressaltando as peculiaridades dos processos aqui apresentados. Em primeiro lugar, a transferência de culturas agroflorestais a partir do século XIX ocorreu de modo menos controlado e foi especialmente tributária do movimento migratório das massas camponesas que desesperadamente aportavam no Novo Mundo e em outros continentes. Muitos eram iletrados ou parcialmente alfabetizados, mas mesmo assim se

---

<sup>21</sup> Entrevista realizada com Isaac Zilberman. Duração: 1h 38 min. Local: Porto Alegre. Data: 03/12/2015.

constituíram em agentes *legítimos* de transmissão e negociação de conhecimentos que repercutiram fundo nas culturas populares em movimento. Ao tocarem a sociedade brasileira a partir do século XIX, entraram em contato com um país profundamente agrário e dono de uma agricultura diversa e espontaneamente adaptada aos solos e climas subtropicais/tropicais. Disto resultou a experiência agrária e florestal teuto-brasileira, cujas repercussões atingiram não somente o país receptor, mas também a própria Alemanha e suas políticas coloniais no período pós-1880 (SCHULZE, 2016).

Por outro lado, os contatos entre Brasil e Alemanha na conjuntura do pós-guerra e sob a assinatura de tratados bilaterais de cooperação técnica representaram não só a institucionalização de saberes como, notoriamente, indicaram os lugares a partir dos quais esses saberes seriam promovidos, a saber, os campos acadêmico e técnico, a partir de lógicas geopolíticas ligadas a Guerra Fria e o desenho do mundo a partir da noção de desenvolvimento. Este mundo entre espaços, por assim dizer, não desfez hierarquias. Por outro lado, a circulação de saberes técnicos e acadêmicos permitiu a flexibilização de aspectos. São eles: a ideia de o país desenvolvido ser um doador provido de interesses alheios aqueles previstos no projeto; a passividade por parte do grupo receptor e a invariabilidade de ambas as partes na representação de seus papéis no projeto.

Conclui-se, tão logo, que os processos de transferência cultural e, especialmente, de transferência de saberes não são isentos de conflitos e contradições e tampouco obedecem lógicas padronizadas e preestabelecidas. Os exemplos mostrados comprovam por vezes circularidade, mas também tendências de unilateralidade. A vantagem de tal abordagem é a ultrapassagem das fronteiras tradicionais do conhecimento histórico, em especial, o Estado e a nação; logo, prioriza-se as trajetórias de agentes, neste caso, migrantes e *experts* de origem alemã que transmitem e adaptam saberes de acordo com suas múltiplas identidades e qualificações.

## Referências

- CONRAD, Sebastian. Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich. München: C. H. Beck, 2010. 447 p.
- DIEKMANN, Heiko. Lockruf der Neuen Welt: Deutschsprachige Werbeschriften für die Auswanderung nach Nordamerika von 1680 bis 1760. Göttingen: Univ.-Verl. Göttingen, 2005. 284 p.
- ERNST, Christoph. Den Wald entwickeln: ein Politik- und Konfliktfeld im Hunsrück und Eifel im 18. Jahrhundert. München: Oldenbourg, 2000. 418 p.
- ESPAGNE, Michel. Comparison and transfer: a question of method. In: MIDDEL, Mathias; ROURA I AULINAS, Lluís (Orgs.). Transnational challenges to national history writing. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 36–53.
- GERTZ, Rene. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- HACHENBERG, Friedrich; HÜTTE, Paul; LÖBER, Ulrich. 2000 Jahre Waldwirtschaft am Mittelrhein: Begleitpublikation zur gleichnamigen Ausstellung des Landesmuseums Koblenz und der Bezirksregierung Koblenz-Forstdirektion. Koblenz: Landesmuseum, 1992, 214 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 220 p.
- HÖRMEYER, Joseph. Südbrasilien: Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann insbesondere für Auswanderer. Hamburg: Gustav Carl d Würger, 1857. 339 p.
- GEISBÜSCH, Jörg. Von der Schifferwirtschaft zur Wacholderheide: Kulturlandschaftswandel in Teilen der VG Vordereifel seit dem beginnenden 19. Jh. Koblenz, 2004. 116 p.
- GOLDAMMER, Johann G. History of Fire in Land-Use Systems of the Baltic Region: Implications on the Use of Prescribed Fire in Forestry, Nature Conservation and Landscape Management. Radom-Katowice, 5-9 May 1998. (First Baltic Conference on Forest Fires).

KOCKA, Jürgen; HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparison and Beyond: Traditions, Scope, and Perspectives of Comparative History. In: HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen. (Orgs.). Comparative and Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives. New York, Oxford: Bergbahn Books, 2009, p. 1-32.

KÜSTER, Hansjörg. Geschichte des Waldes: Von der Urzeit bis zur Gegenwart. München: Beck, 2013, 266 p.

MIECK, Ilja. Preußen und Westeuropa. In: NEUGEBAUER, Wolfgang (Org.). Handbuch der preussischen Geschichte: Das 17. und 18. Jahrhundert und große Themen der Geschichte Preußens. Berlin [u.a.]: De Gruyter, 2009, p. 411-853.

MONIZ-BANDEIRA, Luis A. Der deutsche Wirtschafts- und Handelsbeitrag in Geschichte und Gegenwart. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2013. 247 p.

NODARI, Eunice S. "Mata branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: Nodari, Eunice S.; Klug, Joao (Org.). História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 2012. 202 p, p. 35-53.

PINO, Bruno Ayllon. Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña. Tese (Doutorado em História). Universidade Complutense de Madrid. Madrid: 2004.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade. Revista De História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299-316, Mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702014000100299&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702014000100299&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em julho de 2015.

\_\_\_\_\_. América Latina e Estados Unidos: Uma história entre espaços: do período colonial aos dias atuais. Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio de Janeiro, Pernambuco: Editora Autografia; EDUPE, 2018. 201 p.

SCHMIDT, Uwe Eduard. Der Wald in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: Das Problem der Ressourcenknappheit dargestellt am Beispiel der Waldressourcenknappheit in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: eine historisch-politische Analyse. Saarbrücken: Conte-Verl., 2002. 433 p.

SCHULZE, Frederik. Auswanderung als nationalistisches Projekt: ‚Deutschtum‘ und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941). Köln: Böhlau Köln, 2016. 426 p.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2008. 181 p.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, XI, n. 2, p. 159–222, 1949.

WILHELMY, Herbert. Wald- und Grasland als Siedlungsraum in Südamerika. Geographische Zeitschrift, v. 46, n. 6, p. 208–219, 1940.

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1946. 609 p.

WILLIAMS, Michael. Deforesting the earth. Chicago: University of Chicago Press, 2003. 689 p.

# **Fluxos migratórios no processo de formação do atual Rio Grande do Sul: breve exercício metodológico (Rio Pardo, 1755 – 1785)**

*Leandro Rosa de Oliveira<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Nos últimos anos, a produção de estudos efetuados a partir de registros paroquiais vem crescendo consideravelmente, sendo tais fontes utilizadas para averiguar diversos aspectos no estudo das sociedades iberoamericanas, especialmente através dos vieses da História Social e da Demografia Histórica. Consideradas por João Fragoso enquanto “únicas coleções seriadas e massivas que possuímos para o estudo de várias conquistas da América lusa” (FRAGOSO, 2014, p. 22), tais fontes fornecem informações sobre os fregueses das mais diversas capelas, paróquias e igrejas, as quais tiveram papel fundamental para a organização social das possessões lusitanas na América.

Uma das possibilidades de utilização desse tipo de fonte que vem sendo explorada pela historiografia é o estudo de movimentos migratórios. Nesse mesmo sentido, o presente trabalho pretende visualizar alguns desses fluxos efetuados pelo contingente

---

<sup>1</sup> Doutorando do PPG em História/UFRGS. Bolsista Capes.

populacional que se deslocou para o atual Rio Grande do Sul ao longo das primeiras décadas do processo de sua formação. Para tanto, utilizaremos os registros de batismo efetuados na localidade de Rio Pardo entre os anos de 1755 e 1785, aos quais será aplicada uma metodologia cujas especificidades e utilidades buscaremos demonstrar ao longo do texto, sendo este o objetivo principal do exercício aqui descrito. Situada na região central do atual estado do Rio Grande do Sul, a localidade de Rio Pardo foi escolhida para este trabalho não só por ser uma das mais importantes do recorte temporal aqui analisado, mas também por ter recebido um interessante fluxo migratório ao longo desse mesmo período, fruto da ocupação lusoamericana recente do espaço em questão.

### **Algumas questões metodológicas**

Os registros de batismo, em sua maioria, fornecem dados sobre a naturalidade dos pais e avós dos batizados. Por mais que os párocos não tivessem a obrigatoriedade de assinalar a origem dos indivíduos que recorressem às suas unidades eclesíásticas (MATHEUS, 2017), essa informação se fazia presente em grande parte desses registros. Tais dados, por sua vez, possibilitam uma visualização mais complexa dos fluxos migratórios, ainda mais caso consideremos a escassez ou mesmo a ausência de fontes que permitam uma aproximação mais direta com essa temática para o período aqui analisado. Essas informações abrem uma possibilidade de análise de movimentos migratórios que vem sendo explorada por alguns historiadores mais recentemente (FARINATTI, 2010; FARINATTI, 2014; MATHEUS, 2017; MATHEUS e OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2016a).

Tais trabalhos, entretanto, basearam suas análises na quantificação simples do total dos registros de batismo de livres das localidades escolhidas, computando os percentuais de origem dos indivíduos que batizam seus filhos nas paróquias a partir dessa totalidade. Apesar de ter sua utilidade já bem demonstrada para

análises de movimentos migratórios de chegada, esse método possui uma pequena falha, ocasionada pela própria natureza da fonte utilizada: sendo o assento batismal decorrente de um nascimento, pais e mães que levaram mais de um filho à pia batismal tiveram sua presença computada, nesses estudos, de acordo com a quantidade de rebentos que batizaram. Dessa forma, portanto, os percentuais de naturalidade dos pais e mães acabaram por sofrer distorções em virtude da contabilização de todas as vezes em que estes batizaram suas crianças nas paróquias analisadas.

Considerando isso, elaboramos uma metodologia bastante simples, a qual se baseia na desambiguação dos assentos batismais, no intuito de identificar as recorrências relativas a pais e mães que levaram seus filhos à pia batismal em uma mesma localidade. Para tanto, à cada ocorrência nominal é atribuído um número, o qual serve como identificador das recorrências para cada entrada. Dessa forma, após a desambiguação, torna-se possível identificar de maneira mais prática as repetições, o que permite excluí-las e, assim, reduzir as distorções decorrentes da contabilização do total de registros batismais para um mesmo local. Contabiliza-se, portanto, apenas uma entrada por número identificador, procedimento o qual possibilita a obtenção de resultados mais verossímeis no que diz respeito aos movimentos migratórios de chegada a uma localidade, sem deixar de considerar, por óbvio, as limitações inerentes à fonte aqui utilizada. A entrada a ser contabilizada necessita ser especificamente a primeira, com o intuito de visualizar a presença dos indivíduos numericamente identificados o mais cedo possível dentro do recorte temporal escolhido para análise.

A metodologia aqui utilizada é amplamente inspirada no Método de Reconstituição de Famílias, elaborado por Louis Henry e Michel Fleury (HENRY, 1977). Essa metodologia, a qual se baseia na utilização de registros de batismo, nascimento e óbito para análises de demografia histórica, tem sido utilizada de maneira bastante profícua em vários trabalhos da historiografia brasileira relativa aos períodos imperial e, principalmente, colonial, geralmente com

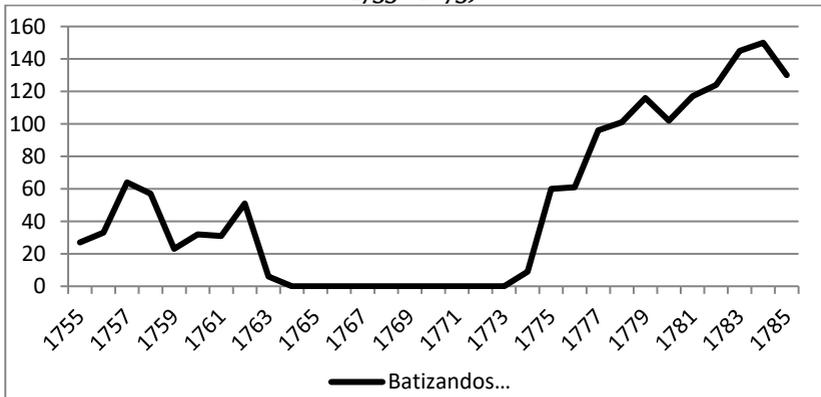
adaptações necessárias em virtude das fontes disponíveis para esses contextos e suas características (BACELLAR, 1997; MARCÍLIO, 1986; QUEIROZ, 1992). A influência desse método em nossa metodologia se dá, principalmente, pela identificação e contabilização de registros referentes aos mesmos pais e mães e pela utilização de fontes paroquiais. Esta, entretanto, é uma das diferenças entre a metodologia aqui aplicada e a Reconstituição de Famílias, uma vez que esta utiliza os registros de batismo, casamento e óbito de uma localidade, conforme já mencionado, enquanto aqui utilizamos apenas os assentos de batismo.

Outra característica do Método de Reconstituição de Famílias é a categorização das unidades familiares de acordo com a obtenção de determinadas informações como, por exemplo, a data do casamento e o óbito de um ou ambos os cônjuges. A partir dessa tipificação são escolhidas as amostragens, as quais são analisadas de acordo com a quantidade e qualidade de registros vitais obtidos, algo fundamental para a visualização de índices como a natalidade, por exemplo, os quais, embora sejam de extrema relevância para estudos demográficos, fogem aos objetivos do nosso trabalho. Para além disso, interessa ressaltar aqui que a amostragem por nós utilizada refere-se a todos os registros de batizados livres, independente de serem filhos legítimos ou ilegítimos, algo também central para a Reconstituição de Famílias, e que para nós não constitui um elemento definidor da amostragem. Pelos motivos acima brevemente descritos, portanto, consideramos que a metodologia por nós aplicada, apesar de ter similaridades e ser inspirada no Método de Reconstituição de Famílias, difere-se dele em virtude de algumas opções metodológicas utilizadas neste trabalho. Ressaltamos, entretanto, que a metodologia aqui utilizada ainda encontra-se em processo de elaboração, sendo necessária ainda uma maior aproximação com trabalhos que tenham utilizado não apenas a Reconstituição de Famílias, mas também os registros de batismo como fonte primária.

## Experimentando o método: um breve exercício metodológico e suas peculiaridades

Para este trabalho, objetivamos não só visualizar a composição dos fluxos migratórios de chegada à localidade de Rio Pardo através dos registros de batismo, mas principalmente demonstrar a aplicação da metodologia e os resultados que podem ser obtidos com sua utilização. Para tanto, utilizaremos apenas os registros de batizados livres efetuados nesse local entre os anos de 1755 e 1785, considerando o início de tais assentos e o alcance de nossos fichamentos até o momento. No total, contabilizam-se 1535 batizados, os quais possuem a seguinte distribuição temporal:

**Gráfico 1: Variação temporal dos batismos de crianças livres (Rio Pardo, 1755 - 1875)**



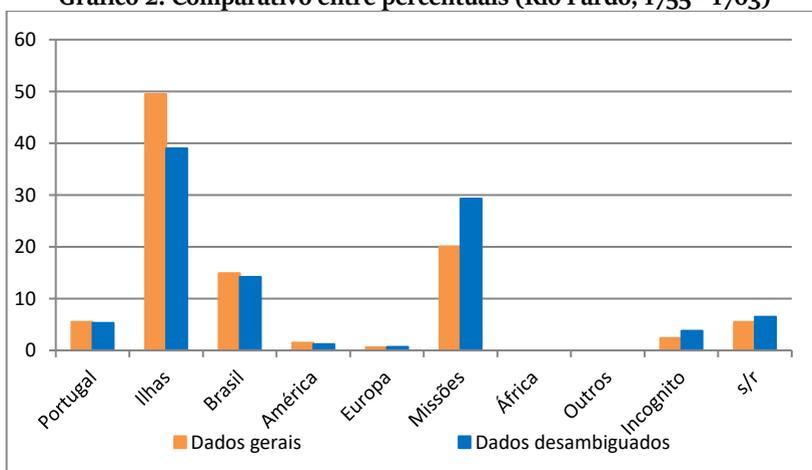
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (doravante ACMPOA). Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode perceber através do gráfico, os registros batismais da amostragem possuem três momentos distintos: o primeiro, entre 1755 e 1763, apresenta uma certa oscilação, fruto, cremos, do povoamento incipiente da localidade; o segundo, entre 1763 e 1774, não apresenta registros em virtude da inexistência do livro referente ao período; por fim, o terceiro momento, entre 1774 e 1785,

apresenta uma quantidade majoritariamente crescente, a qual denota o crescimento populacional de Rio Pardo ao longo do tempo.

Para uma breve demonstração dos resultados que podem ser obtidos através da metodologia aqui utilizada, efetuaremos uma breve comparação, através da qual será possível confrontar os percentuais de naturalidades referentes aos pais e mães dos batizados livres antes e depois da desambiguação. Tais dados, correspondentes ao período entre 1755 e 1763, encontram-se dispostos no gráfico a seguir:

**Gráfico 2: Comparativo entre percentuais (Rio Pardo, 1755 - 1763)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

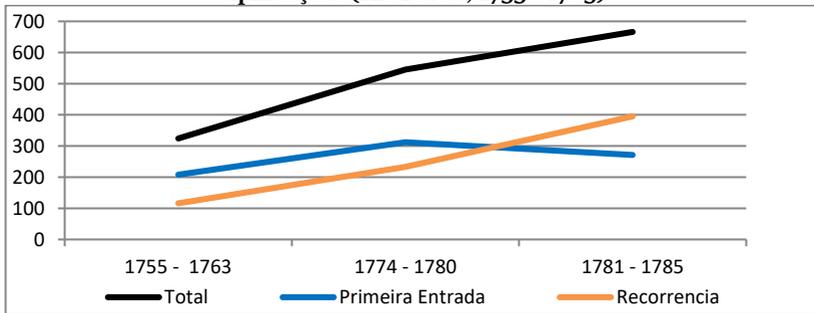
Através da análise dos dados apresentados no gráfico 2, pode-se perceber que os percentuais majoritários, referentes às categorias<sup>2</sup> “Ilhas” e “Missões”, sofreram alterações significativas após a desambiguação: esta última teve sua representação aumentada, enquanto a primeira reduziu-se (como ocorreu, em menor monta, com as categorias “Portugal”, “Brasil” e “América”). Apesar das tendências não terem apresentado nenhuma modificação no que diz respeito ao predomínio por ordem de quantidade, ocorreu uma aproximação entre os percentuais das duas categorias mencionadas.

<sup>2</sup> As categorias aqui utilizadas serão explicitadas adiante, em momento mais oportuno no texto.

Essas alterações demonstram a utilidade da metodologia no sentido de reduzir as distorções decorrentes da contabilização de pais e mães que tenham batizado mais de uma criança durante o período analisado. Dessa forma, em termos percentuais, os resultados obtidos tornam-se, na medida do possível, mais próximos dos movimentos migratórios efetivamente ocorridos para a localidade.

Para visualizarmos o impacto da desambiguação em termos numéricos absolutos, compararemos o aglomerado desse primeiro período (1755 - 1763) com dois conjuntos posteriores (1774 - 1780 e 1781 - 1785), dividindo seus dados da seguinte maneira: total de registros da amostragem; total de primeiras entradas de pais e mães; total de recorrências desses últimos. Essa comparação encontra-se no gráfico a seguir:

**Gráfico 3: Variação por período dos totais de batismos em distintas tipificações (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

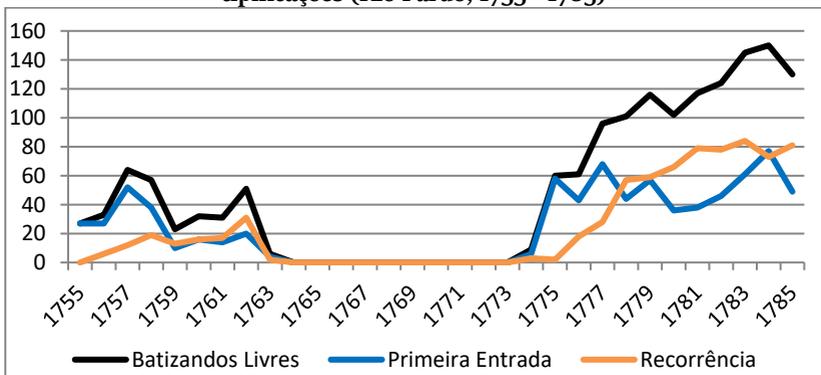
Como se pode observar, as quantidades de primeiras entradas e recorrências nem sempre seguem a mesma tendência do total de registros. Essa variação, cremos, demonstra um maior ou menor movimento migratório de chegada de acordo com as conjunturas, caso consideremos apenas a quantidade de primeiras entradas, uma vez que a quantidade de recorrências pode variar também em virtude do êxodo de habitantes da localidade. Em termos gerais, entretanto, cremos que a quantidade de recorrências demonstra, por sua vez, o enraizamento da população na localidade. Para além

disso, é possível observar também, em termos quantitativos, o impacto da desambiguação para a contabilização das origens dos pais e mães presentes na localidade, uma vez que as recorrências, ao contabilizarem por outras vezes os dados de naturalidade de uma mesma pessoa ao longo do tempo, distorceriam tanto quantidades absolutas quanto os percentuais obtidos, conforme demonstramos.

Para o caso aqui analisado, a quantidade de recorrências não só aumenta continuamente ao longo do tempo (em virtude, cremos, do enraizamento da população que chega à localidade, sendo também um indício desse fenômeno), como também ultrapassa a quantidade de registros de primeira entrada, demonstrando um possível arrefecimento do movimento migratório de chegada no período entre 1781 e 1785. Para a análise desse movimento a partir dos registros aqui utilizados, portanto, a desambiguação demonstra-se fundamental, uma vez que a redução demonstrada não seria detectada com a utilização do total de registros de batismo.

Para uma melhor demonstração de como a desambiguação pode alterar os resultados obtidos, elaboramos o seguinte gráfico, no qual confrontamos os mesmos totais anualmente:

**Gráfico 4: Variação temporal dos totais de batismos em distintas tipificações (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Analisando o gráfico, podemos perceber algumas conjunturas migratórias para a localidade ao longo do tempo: em um primeiro momento, entre 1755 e 1757, a quantidade de primeiras entradas praticamente acompanha o total de registros de batismo, algo presumível considerando a formação recente da localidade. Essa tendência permanece ao longo desse primeiro período, apesar de que ao final deste a curva das recorrências assemelha-se mais àquela referente ao total de registros, demonstrando uma quantidade levemente maior de enraizamento da população na localidade. A quantidade de primeiras entradas, por sua vez, estabiliza, demonstrando um contínuo movimento migratório de chegada durante os primeiros anos da década de 1760.

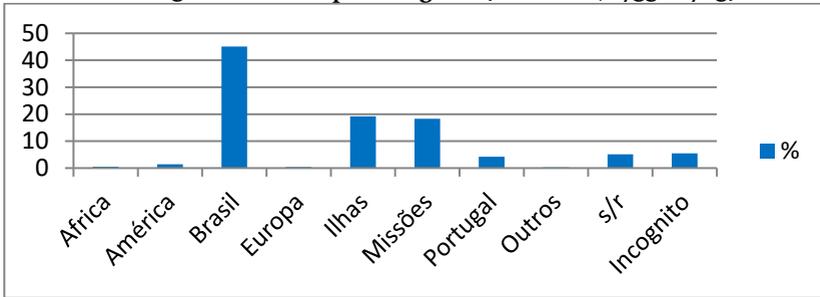
Algo similar acontece a partir de 1774, em virtude, por certo, não só da ausência de dados para os 10 anos anteriores (pois não é possível determinar se esses foram, de fato, os primeiros registros de batismo desses indivíduos naquela localidade), mas também de uma conjuntura migratória mais ou menos contínua durante a década de 1770, a qual é possível de se visualizar através do gráfico 4. Essa conjuntura, entretanto, sofre um pequeno decréscimo no final da década de 1770, aumentando gradativamente durante os primeiros anos da próxima década. A curva das recorrências, por sua vez, novamente realiza um movimento de assemelhação com o total de registros, apresentando uma tendência à estabilidade nos primeiros anos da década de 1780, justamente quando a curva relativa às primeiras entradas se reassemelha com o total de registros. É importante ressaltar que os dados do gráfico 4 correspondem aos números absolutos, e não aos percentuais relativos à classificação dos registros enquanto recorrências ou primeiras entradas. Nesse caso, portanto, o aumento de uma quantidade não está diretamente relacionado com a diminuição de outra, o que reforça a visualização de conjunturas migratórias de chegada através da análise dos dados desambiguados em termos absolutos.

Mas de onde eram oriundos esses migrantes que chegaram a Rio Pardo ao longo do período aqui analisado? Para obter uma

resposta para essa questão que chegue o mais próximo possível do movimento migratório ocorrido, passamos a analisar as naturalidades utilizando apenas os registros de primeiras entradas, contabilizando, dessa forma, um único registro por pessoa ao longo do período. Para iniciarmos essa análise, elaboramos um gráfico geral de origens relativo aos percentuais de todas as primeiras entradas da amostragem aqui utilizada, com o intuito de visualizar as categorias que mais contribuíram para a composição do movimento migratório em questão. Tais categorias foram organizadas da seguinte maneira, a partir das categorias inicialmente sugeridas por Farinatti (2010):

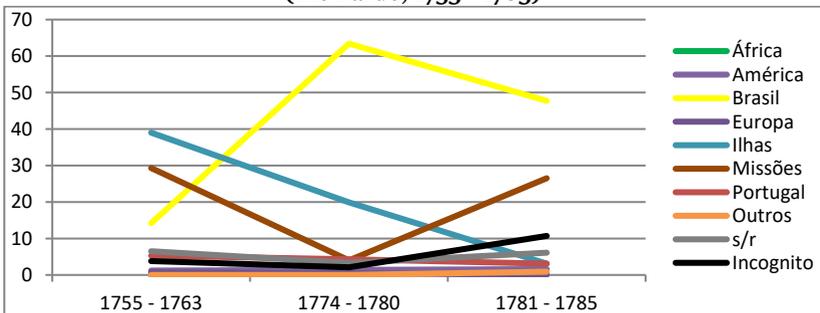
- África;
- América: referente aos territórios coloniais americanos que não fizessem parte das possessões lusitanas nesse continente (para fins metodológicos, incluímos a Colônia do Sacramento nesta categoria e excluimos as Missões);
- Brasil: possessões lusitanas no continente americano (exceto Colônia do Sacramento);
- Europa: países desse continente, exceto Portugal;
- Ilhas: Açores e Ilha da Madeira;
- Missões: 30 Povos de Missões;
- Portugal;
- Outros: locais não identificados ou não inclusos em nenhuma categoria;
- S/R (sem referência): quando não há menção ao local de origem;
- Incógnito: quando não há referência ao pai ou à mãe do batizando.

Organizados de acordo com as categorias acima descritas, temos os seguintes percentuais de naturalidade para pais e mães que batizaram seus filhos em Rio Pardo entre 1755 e 1785:

**Gráfico 5: Percentuais por categoria (Rio Pardo, 1755 - 1785)**

Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode perceber, a maioria dos migrantes presentes em Rio Pardo no período analisado era oriunda das possessões lusitanas no continente americano (categoria “Brasil”, com 45,1%). É preciso destacar também os percentuais relativos aos indivíduos das categorias “Ilhas” (19,2%) e “Missões” (18,3%), cujos percentuais somados constituem 82,6% da amostragem, ou seja, quase sua totalidade. Tendo isso em vista, consideramos interessante visualizar a distribuição desses percentuais ao longo do período aqui analisado. Para tanto, dividimos novamente os dados entre os três subperíodos já utilizados (1755 - 1763, 1774 - 1780 e 1781 - 1785), com o intuito de realizar uma aproximação mais geral a esses dados em sua diacronia e, através disso, observar possíveis variações percentuais ao longo do tempo. Tais dados encontram-se dispostos no gráfico a seguir:

**Gráfico 6: Variação periódica dos percentuais por categoria (Rio Pardo, 1755 - 1785)**

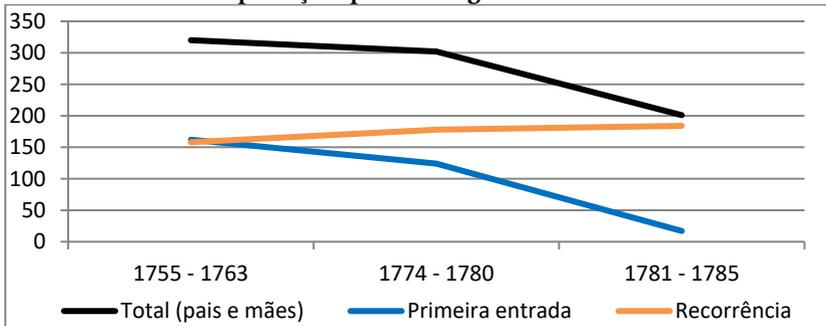
Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Chamamos a atenção, primeiramente, para os percentuais relativos às categorias “África”, “América”, “Europa”, “Portugal” e “Outros”, os quais permaneceram relativamente constantes ao longo dos períodos e abaixo da faixa dos 10%. Considerando isso, passaremos a focar nossas análises nos percentuais relativos às categorias “Brasil”, e “Ilhas”, uma vez que essas categorias apresentaram percentuais e variações mais significativos para os períodos analisados, assim como a categoria “Missões”. Sobre esta, faz-se necessário chamar a atenção para seus percentuais relativos aos períodos 1755 - 1763 e 1781 - 1785 (respectivamente, 29,3% e 26,5%), os quais demonstram a presença significativa de indivíduos naturais da área relativa aos 30 Povos de Missões na localidade. Aqui consideramos, entretanto, as observações feitas por Max Ribeiro (2017), o qual destaca a peculiaridade dessa presença nos registros paroquiais de Rio Pardo em virtude das lógicas migratórias próprias desses indivíduos, distintas daqueles que chegavam a essa localidade sob os auspícios da Coroa lusa. Nesse sentido, reforçamos a presença desses indivíduos na localidade em questão, a qual estaria localizada em seu próprio território (RIBEIRO, 2017). Para adiante, entretanto, damos destaque neste trabalho aos indivíduos de origem ibero-americana ou europeia que chegavam a essa localidade. Dessa forma, cremos ser possível afirmar que a maior parte do movimento migratório para Rio Pardo ao longo de seus primeiros 30 anos foi composta por indivíduos oriundos de possessões lusitanas, sejam americanas ou insulares.

No que diz respeito à categoria “Ilhas”, é bastante interessante observar seu percentual para o primeiro período (39%), demonstrando a presença majoritária de ilhéus nesse momento. Ao longo do tempo, entretanto o percentual relativo a essa categoria se reduz constantemente e de maneira considerável, chegando a 3,1% no último período. Essa modificação, cremos, demonstra que a migração de indivíduos das “Ilhas” foi muito importante apenas no primeiro momento de ocupação da localidade de Rio Pardo. Esse

decréscimo percentual, entretanto, não significa que tais indivíduos não permanecessem nesse local, uma vez que sua permanência pode ser facilmente identificada através da análise dos registros de recorrências em números absolutos, como demonstramos no gráfico a seguir:

**Gráfico 7: Variação periódica dos totais de batismos em distintas tipificações para a categoria “Ilhas”**



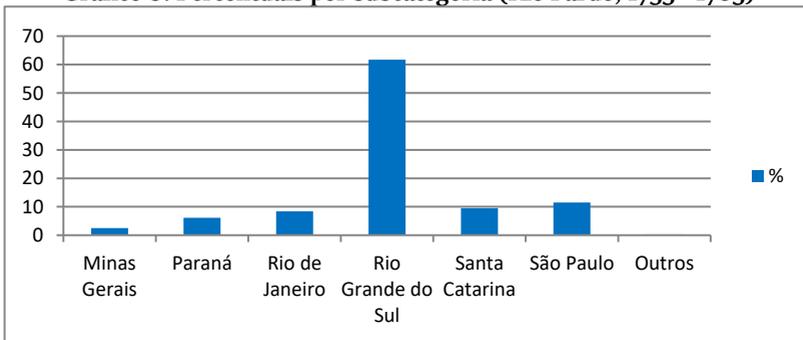
Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Através desses dados, percebe-se que apenas as primeiras entradas de indivíduos oriundos das “Ilhas” entram em decréscimo, pois sua presença ainda é significativa e constante ao longo do tempo, como é possível de se observar através da curva das recorrências. Desambiguados, portanto, os dados diferenciam a quantidade de indivíduos que já estavam na localidade daqueles que estavam chegando, especialmente caso observemos a diferença visualizada para o terceiro período, no qual o decréscimo é mais drástico em relação ao segundo momento do que a diferença encontrada entre os dois primeiros períodos. Essa diferença, por certo, também é refletida nos percentuais encontrados para cada categoria após a desambiguação. Consideramos importante ressaltar aqui que o debate acerca dos motivos que teriam acarretado as variações das correntes migratórias observadas escapa aos objetivos específicos do exercício aqui efetuado. Essas

variações e suas causas, entretanto, certamente serão objeto de nossos trabalhos futuros.

Feita essa observação, retomemos à análise dos dados referentes à categoria “Brasil” presentes no gráfico 6, nos quais temos um movimento contrário ao da categoria “Ilhas”, uma vez que seu percentual aumenta de maneira muito significativa do primeiro para o segundo momento, sofrendo um decréscimo entre este e o terceiro período, mas permanecendo como a categoria mais representativa, em termos percentuais, para a composição do movimento migratório de chegada em Rio Pardo aqui analisado. No intuito de visualizar mais detalhadamente esse movimento migratório “interno”, considerando as possessões lusitanas na América como um todo, passamos a analisar os dados relativos apenas à categoria “Brasil”, objetivando uma melhor visualização sobre quais áreas teriam contribuído para o movimento aqui observado. Para tanto, optamos por decompor esses dados em subcategorias, considerando as áreas atuais dos estados que compõem o Brasil, na falta de uma categorização menos anacrônica. Ressaltamos que essa divisão, portanto, possui apenas finalidade metodológica neste trabalho. Divididos, os dados gerais para o período apresentaram os seguintes percentuais:

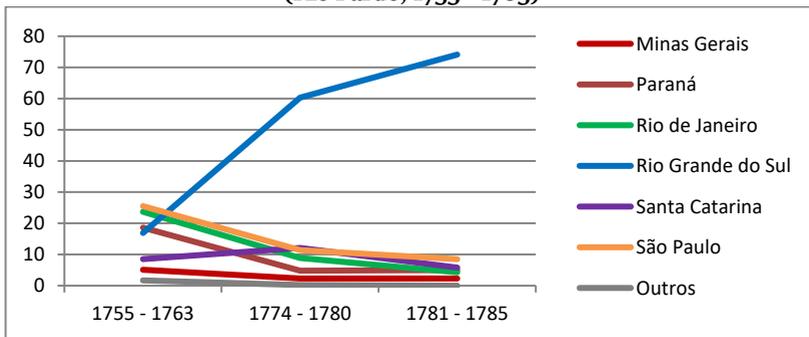
**Gráfico 8: Percentuais por subcategoria (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

O gráfico demonstra a predominância de indivíduos oriundos do atual estado do Rio Grande do Sul para o período analisado, cujo percentual ultrapassa os 60% daqueles relativos à categoria “Brasil”. Podemos destacar também os percentuais relativos aos atuais estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, todos mais ou menos próximos aos 10% do total da composição dessa categoria. Para visualizar esses dados de maneira diacrônica, efetuamos sua divisão a partir dos subperíodos já anteriormente utilizados, os quais permitem também a comparação com as outras categorias. Essa divisão encontra-se no gráfico a seguir:

**Gráfico 9: Variação periódica dos percentuais por subcategoria  
(Rio Pardo, 1755 - 1785)**

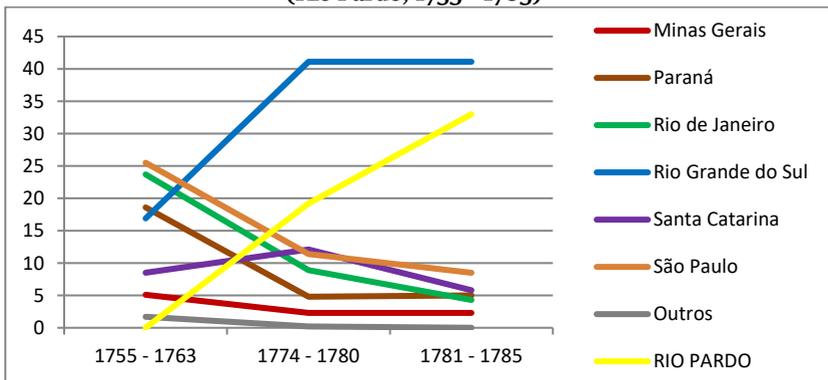


Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode observar, a predominância percentual de indivíduos oriundos do atual estado do Rio Grande do Sul se concretiza apenas no segundo período, superando os percentuais relativos aos atuais estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, os quais apresentaram no primeiro período, respectivamente, 25,5%, 23,7% e 18,6% do total da categoria “Brasil”. Esses percentuais, majoritários no primeiro período, entram em decréscimo no segundo período, sendo superados pelo percentual relativo à categoria Rio Grande do Sul, o qual salta de 16,9% no primeiro período para 60,3% no segundo, chegando a 74,1% no terceiro período.

Para uma melhor análise desses dados, entretanto, faz-se necessário considerar um outro fator, sobre o qual já discorremos anteriormente: o do enraizamento da população ao longo do tempo, o qual foi demonstrado através dos índices relativos às recorrências de pais e mães nos registros batismais. Ocorre, porém, que esse enraizamento também levaria, logicamente, ao nascimento de indivíduos na localidade, os quais, ao longo do tempo, poderiam também estar batizando seus filhos na própria localidade em que nasceram tendo, portanto, suas primeiras entradas computadas na totalidade desses dados. Para visualizar especificamente tais dados referentes a esses indivíduos, separamos esses registros da subcategoria “Rio Grande do Sul”, no qual estavam diluídos, efetuando um procedimento já realizado em trabalhos nos quais a desambiguação não era realizada (FARINATTI, 2010; FARINATTI, 2014; MATHEUS, 2017; MATHEUS e OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2016). A partir disso, elaboramos o seguinte gráfico:

**Gráfico 10: Variação periódica dos percentuais por subcategoria (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



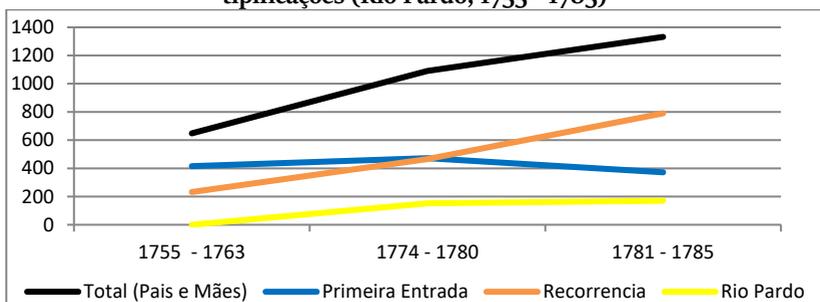
Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode perceber, há uma modificação significativa no percentual relativo à subcategoria “Rio Grande do Sul”. Como estávamos considerando apenas as primeiras entradas, os dados relativos aos indivíduos nascidos em Rio Pardo foram contabilizados

na subcategoria “Rio Grande do Sul” e, por sua vez, na categoria “Brasil”. A partir dessa separação, a subcategoria “Rio Grande do Sul” apresentou uma estagnação em seu percentual entre os dois últimos períodos, enquanto a subcategoria “Rio Pardo”, sem ocorrências no primeiro período, aumenta significativamente ao longo do tempo. Esse aumento, como podemos perceber, influenciava diretamente o aumento da subcategoria “Rio Grande do Sul”.

Os registros referentes à subcategoria “Rio Pardo”, nesse sentido, precisam ser excluídos do total de primeiras entradas, uma vez que estas objetivam visualizar apenas a presença de migrantes que chegam à localidade. Os indivíduos naturais da localidade, obviamente, não só não compõem esse movimento, como também constituem um outro indicativo do enraizamento da sociedade analisada, devendo, portanto, serem contabilizados de maneira distinta, com o intuito de acurar a observação do movimento migratório. Para uma primeira observação do impacto dessa separação nos números absolutos gerais a serem contabilizados, elaboramos o seguinte gráfico. Uma pequena alteração metodológica, entretanto, foi necessária. Como se poderá observar, os dados absolutos aqui contabilizam exatamente o dobro daqueles dispostos no gráfico 3, pelo seguinte motivo: como antes diferenciávamos apenas as primeiras entradas das recorrências, bastava a contabilização de um registro de batismo. Cada um desses registros, entretanto, apresenta informações para pais e mães (mesmo que um desses esteja incógnito no registro, uma vez que consideramos o percentual de incógnitos para a contabilização total), os quais nem sempre possuem a mesma naturalidade. Nesse sentido, para a contabilização dos dados absolutos totais aqui, é necessário considerar cada registro como uma entrada de pai e uma de mãe, com o intuito de evitar distorções na contabilização geral. Faz-se necessário observar também que, para a elaboração dos percentuais de origem, os dados totais representam a soma dos dados relativos a pais e mães, operação efetuada com o mesmo intuito da que realizamos para a elaboração do gráfico que apresentamos a seguir:

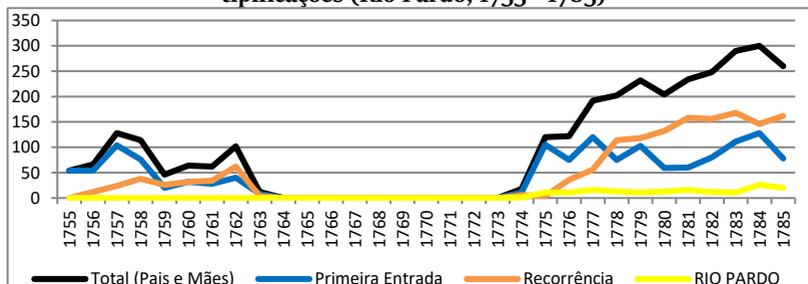
**Gráfico 11: Variação periódica dos totais de batismos em distintas tipificações (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode perceber, ao separarmos os dados relativos aos indivíduos naturais de Rio Pardo, complexificamos a visualização tanto do movimento migratório de chegada quanto do enraizamento da população, à qual esses dados devem ser somados. Nesse sentido, pode-se observar que a tendência da curva das primeiras entradas se diferencia ainda mais da curva do total de pais e mães, demonstrando uma certa estabilidade entre os três períodos, com um leve aumento do primeiro para o segundo e um leve decréscimo deste para o terceiro momento. Para melhor observarmos tais dados em termos conjunturais mais detalhados, efetuamos sua distribuição gráfica anual ao longo do tempo dividida por ano:

**Gráfico 12: Variação temporal dos totais de batismos em distintas tipificações (Rio Pardo, 1755 - 1785)**



Fonte: ACMPOA. Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1, 3 e 4.

Como se pode notar no gráfico 12, as tendências para o período anterior a 1763 não apresentam alteração, uma vez que, como já afirmamos, não há a ocorrência de indivíduos naturais de Rio Pardo nesse período. Para o momento posterior a 1774, os números absolutos são obviamente alterados, demonstrando que o movimento migratório foi ainda menor daquele que havíamos observado primeiramente para esse período, embora as tendências permaneçam semelhantes. É interessante observar, porém, a acentuação do decréscimo do movimento migratório observado para o final da década de 1770 e início da subsequente. Em virtude da distinção efetuada, observa-se também que o movimento migratório não ultrapassa a quantidade de recorrências em 1784, conforme pode-se observar no gráfico 4. Permanece, porém, a conjuntura de aumento do movimento migratório que culmina nesse ano.

### **Considerações Finais**

Acreditamos que tenha sido possível demonstrar, mesmo que brevemente e em termos gerais, algumas peculiaridades e vantagens que podem ser obtidas através da aplicação da metodologia exposta ao estudo de movimentos migratórios de chegada através de registros paroquiais de batismo. A desambiguação, cremos, pode resultar na obtenção de resultados distintos para a análise dos fluxos migratórios através das fontes aqui utilizadas, especialmente quando essas são as únicas disponíveis para os contextos analisados. Outros exercícios poderiam ter sido aqui desenvolvidos, isolando-se os registros através de outros fatores, como sexo dos genitores, por exemplo. Apenas essa diferenciação provavelmente apresentaria certamente outras nuances ao movimento aqui analisado, considerando as observações que a historiografia dedicada à temática das migrações tem feito sobre esses movimentos nas possessões lusoamericanas.

Consideramos, entretanto, que a metodologia aqui utilizada em caráter experimental ainda necessita ser aprimorada, não só através de novas análises e testes, mas principalmente através da

aproximação com outros trabalhos que tenham utilizado de registros paroquiais para a aproximação com a mesma temática aqui privilegiada, qual seja, a da migração. Sobre esse tema, faz-se necessário também ressaltar que a metodologia aqui aplicada, em consonância com análises das conjunturas específicas nas quais as variações dos movimentos foram detectadas, pode trazer novas e interessantes perspectivas acerca do processo de ocupação territorial pela frente lusitana nos territórios meridionais da América. Essas considerações, por certo, estarão presentes em nossos trabalhos futuros.

## Referências

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765 - 1855. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1997.

DAUMARD, Adeline et al. História Social do Brasil: teoria e metodologia. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.

FARINATTI, Luís Augusto. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). Anais do Seminário Internacional 'Migrações: mobilidade social e espacial'. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

\_\_\_\_\_. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1844). In: SCOTT, Ana Sílvia et al. (Orgs). História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Org.). Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba: UFPR, 1977.

- MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara, terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- MATHEUS, Marcelo. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c. 1820 - 1870). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCH-PPGHIS, 2017. (Tese de Doutorado)
- \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Das migrações para a fronteira (BAGÉ, c.1830-c.1860). In: História, Verdade e Ética: anais / XII Encontro Estadual de História de 11 a 14 de agosto de 2014 / Organizadores: José Carlos da Silva Cardozo; Jonathan Fachini da Silva; Denize Terezinha Leal Freitas. - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.
- NADALIN, Sergio Odilon. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.
- OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Nas Veredas do Império: Guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1780-1870). Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2016 (Dissertação de Mestrado)
- \_\_\_\_\_. Mover-se ao sul do Brasil: Mobilidade e fluxos migratórios através da trajetória de João da Silva Tavares (c.1800 - c. 1860). Revista de História da Unisinos, v. 20, p. 260-272, 2016a.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. Paróquia de São Pedro do Rio Grande: Estudo de História demográfica (1737 - 1850). Curitiba: PPGH/UFPR, 1992 (Tese de Doutorado)
- RIBEIRO, Max Roberto Pereira. “A terra natural desta nação Guarani”: Identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750 - 1801). São Leopoldo: PPGH/Unisinos, 2017 (Tese de Doutorado)



**Percursos teórico-metodológicos de pesquisa  
interdisciplinar sobre migrações contemporâneas:  
trajetória, inserção social e saúde  
no vale do Paranhana (RS)**

*Daniel Luciano Gevehr<sup>1</sup>*

*Dilani Silveira Bassan<sup>2</sup>*

*Edemilson Pichek dos Santos<sup>3</sup>*

*Samanta Andresa Richter<sup>4</sup>*

O cenário da imigração internacional contemporânea no Brasil contempla o fluxo de imigrantes haitianos a partir de 2010. Os destinos prioritários têm sido os estados das regiões Sul e Sudeste (CAVALCANTI, 2015). A imigração internacional tem por base fatores econômicos, políticos, sociais e humanitários, ademais esse fluxo de migração se caracteriza pela busca de melhores

---

<sup>1</sup> Doutor em História. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara, RS - Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara, RS - Brasil.

<sup>3</sup> Enfermeiro. Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara, RS - Brasil. Bolsista Capes.

<sup>4</sup> Enfermeira. Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara, RS - Brasil. Bolsista Capes.

condições de vida superando a emigração de quem busca ocupar um espaço em centros comerciais, servindo-se como mão de obra. (AMORIM, 2012; RODRIGUES, 2013; FERNANDES, 2014).

Ocorre no processo de imigração um contraste de cultura, conseqüentemente pressupõe-se um conflito/crise e uma posterior adaptação ao novo ambiente cultural. Apesar dessa conotação, os imigrantes ainda optam por esse caminho na busca de uma vida melhor (OLIVEIRA, 2016). Apesar das medidas governamentais e do apoio da sociedade civil organizada, a falta de instrumentos legais de uma política migratória adequada faz com que a chegada desses imigrantes ao país se transforme em uma situação única e desafiadora para toda a sociedade brasileira.

Por sua vez, os imigrantes acreditam que a baixa fluência em português e o baixo acesso a bons trabalhos sejam as maiores barreiras para o imigrante. Outras dificuldades estão relacionadas ao processo de adaptação cultural, relações de trabalho, baixa remuneração, custo de vida e distância dos familiares. Para os haitianos, a vinda para o Brasil gerou grande expectativa, imaginavam grandes oportunidades de trabalho e renda. Apesar de não terem alcançado a expectativa em sua plenitude, avaliam que o Brasil oferece melhores condições de moradia, saúde, direitos e trabalho do que a que possuíam no Haiti (ASSIS, 2017).

Os desafios da inclusão desses imigrantes refugiados relacionam-se ao idioma, à cultura diversa da brasileira, à situação de extrema vulnerabilidade social e requer da sociedade brasileira ações humanitárias e de solidariedade entre povos. Essa população precisa integrar-se às comunidades locais e, por isso, torna-se necessário que as cidades forneçam infraestrutura de acolhimento, informações e meios para regularização da estadia destes no Brasil.

No que tange a saúde, apesar do direito à saúde ser um direito fundamental reconhecido pela constituição federal, ao pesquisarmos o tema do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos imigrantes no Brasil percebemos que suas vias se encontram obstaculizadas. Além das barreiras encontradas no idioma, baixos

salários, habitação inadequada, baixo acesso a estudo e a dificuldade para validação de títulos haitianos de graduação e/ou profissionalizantes. Também são encontrados dificuldade dos profissionais de saúde em não compreender as queixas dos usuários imigrantes, bem como, os pacientes em não entender as orientações dos profissionais (GARCIA JESKE, 2016; SPAREMBERGER., 2017).

Seguindo o princípio constitucional e doutrinário do SUS de universalidade do acesso à saúde, o primeiro ponto a se esclarecer é que toda a população migrante tem direito a atenção à saúde de maneira humanizada e qualificada. Além disso, no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a competência cultural é um aspecto derivativo que envolve o reconhecimento das necessidades de diferentes grupos populacionais, de acordo com suas características étnicas, raciais e culturais, entendendo suas representações sobre o processo saúde-doença.

Diante disso, o estudo se questiona: *como transcorre o processo migratório, a inserção social e o acesso dos imigrantes a Rede de Atenção à Saúde na região do Vale do Paranhana? E quais os recursos utilizados para acessar os serviços da Rede de atenção à Saúde?* Nessa perspectiva, o texto apresentado apresenta o percurso teórico-metodológico da pesquisa, descrevendo e problematizando os conceitos e as etapas que norteiam a investigação.

O estudo tem uma abordagem qualitativa, exploratório-descritiva. Optou-se em desenvolver em etapas qualitativas, com base em Minayo (2014), pois a proposta dialética é considerada como a que melhor responde às necessidades da pesquisa social no campo da saúde. O projeto de pesquisa insere-se na vertente qualitativa. Segundo a autora, a abordagem qualitativa busca responder questões muito particulares, valorizando os significados, aspirações, motivos, valores, atitudes e crenças, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Neste aspecto, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo investigativo, que busca compreender em

profundidade o fenômeno estudado no cenário em que ocorre e do qual faz parte.

O cenário de pesquisa contempla dois municípios do Vale do Paranhana: Igrejinha e Taquara. Os sujeitos da pesquisa serão os haitianos, senegaleses, venezuelanos e colombianos, por evidências de que são os imigrantes que mais migram para o Brasil. O estudo será desenvolvido em três fases, a primeira fase com a realização revisão bibliográfica acerca do tema foco da pesquisa. A segunda fase, com o aporte do estudo etnográfico, através de observações participantes e análise documental de prontuários. E por último a terceira fase, através de entrevistas clínicas, cujo a escuta clínica exige ir além do ouvir para escutar aquilo que não é dito, que pode se manifestar, por exemplo, através do silêncio, do vazio ao se falar da situação que vivenciada.

Os dados serão analisados à luz da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Minayo, a qual consiste em agrupar as unidades de significação, em núcleos de sentido, os quais constituem uma comunicação em que a frequência, a presença ou mesmo a ausência, possuam algum significado para o objeto de estudo. E, para finalizar a análise dos dados, o tratamento dos resultados e interpretação, será realizado a intersecção das interpretações, e após a discussão dos resultados, fundamentada nos referenciais de processos migratórios contemporâneos e a inserção dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em respeito aos aspectos bioéticos, todos os participantes precisarão fornecer o consentimento informado antes de qualquer procedimento do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O proveniente estudo, necessitará da aplicabilidade de um TCLE, contemplando as demais etapas da pesquisa. Este estudo segue as orientações da resolução 466/12 do CNS/CONEP, referente à pesquisas com seres humanos, assim como também a resolução 510/16 do CNS/CONEP sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais onde será feita a

submissão na Plataforma Brasil para a apreciação da Comissão Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT.

### **Levantando conceitos: a região e as migrações contemporâneas**

A proposta de análise de uma região deve levar em conta a delimitação do espaço a ser estudado para que seja preservada a identidade local e as características regionais. Para que isso seja possível, é necessário delinear o conceito de região. Uma das possibilidades de se entender região é a que aponta para sua própria identidade. Apresenta-se como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade (SANTOS, 1992). Contudo, região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico a região ou subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades (SANTOS, 1996). A região também pode designar em uma área geográfica com certas características homogêneas ou comuns que a distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões. Também é utilizada frequentemente como unidade político-administrativa (ALBAGLI, 2004).

No entanto, a região entendida sob o enfoque social, deve ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de identidade que expressem a cultura, a economia e a política regional. A região é caracterizada pelos laços de pertencimento e, também pode ser considerada como uma demarcação político-administrativa que mostra um grau de homogeneidade sociohistórica. Todavia, o conceito de região remete a diferentes reflexões. No entanto, cada autor inclui na formulação dos conceitos, noções naturais ou ambientais, econômicas, sociais, culturais, bem como, aspectos históricos que deram origem e especificidade a cada região.

A região está inserida em um processo de diversidade e de ação humana sobre o território. O processo de regionalização está vinculado a diferenciação de áreas, ou seja, a ação humana sobre o

espaço que resulta em um processo complexo, que tende a dividir o espaço ocupado pelo homem e, ao mesmo tempo, integrá-lo. O modo de produção capitalista foi responsável por acentuar a regionalização, pela diferenciação e integração verificada dentro da mundialização da economia. A região, pode assim, ser considerada inserida na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (CORRÊA, 1997).

A construção da região é resultado de um processo dialético de articulação, entre o processo histórico e os interesses específicos dos agentes e/ou atores sociais, imprimindo características específicas a determinado espaço. Dessa forma, a geografia é a ciência que permite a compreensão da organização do espaço, através do processo histórico. As reflexões, apresentadas a seguir, partem de duas dimensões teóricas: a primeira se refere ao território e sua dinâmica, procurando entender como o indivíduo se relaciona com o território, especialmente a partir de sua dimensão social e econômica. A segunda dimensão trata da mobilidade espacial, que tem por objetivo qualificar o debate das migrações e dos deslocamentos populacionais. Nesse sentido, as investigações acerca dessas duas dimensões teóricas enfatizam a importância dos migrantes para a formação dos territórios, especialmente os de destino.

A compreensão do processo que envolve essas dimensões passa pelo conhecimento do significado de território e qual a sua representatividade, assim como ocorre o deslocamento de pessoas que o constitui e o identifica. Nesse contexto, o recorte regional é significativo para a compreensão da mobilidade populacional, com ênfase nas suas especificidades regionais, visando mostrar como as transformações e as contradições presentes em sua dinâmica podem influenciar na configuração do território.

A proposta de uma definição para território faz parte de um intenso debate sobre a formação de um conceito único. O termo território ligado à Geografia, pode, também, ser definido pela Economia, pela Filosofia e pela Sociologia, mostrando a polissemia desse conceito. Dessa forma, o conceito de território é um dos

fundamentos da pesquisa, ou seja, é no território que ocorre a construção de relações econômicas, sociais, políticas e culturais. É no território que os grupos sociais disputam e afirmam seus interesses, ou seja, defende-se nesta pesquisa o território construído a partir dos agentes sociais. O conceito de território como categoria geográfica construída historicamente faz com que se apreenda a natureza primeira das ações humanas realizadas por atores sociais, investigadas por meio dos objetos, de ações e pela cultura.

Na geografia moderna, o território, em seu sentido mais legítimo, está associado à ideia de Estado, uma categoria básica e longa; no sentido mais estrito, território significa a extensão de um país (SILVEIRA, 2008). Essa definição apresentou-se insuficiente, já que o conceito de território é polissêmico e não se esgota em si mesmo. Porém as ideias, textos e discussões convergem para um ponto comum, ou seja, o território como lugar em que se estabelecem as relações de poder entre os distintos agentes (SANTOS, 1996).

Já a dinâmica atribuída ao território, tem origem justamente nas ações humanas, no comportamento das pessoas, instituições, empresas, variando de acordo com a origem, a força, a intencionalidade e os conflitos. O território usado é um campo que, independente das forças atuantes e da desigualdade entre elas, contribui para a geração de diferentes situações (SILVEIRA, 2011). Embora o termo território, em sua origem latina, tenha o significado de “terra pertencente a alguém”, esse pode ser construído e também desconstruído, sem que seja necessária uma vinculação com o Estado-Nação, ou seja, na estruturação de um território não existe a necessidade da participação do Estado-Nação (BRITO, 2005).

A noção de território é posterior à de espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o territorializa. Desse modo, “a apropriação, produção e dominação do espaço, historicamente gera o território. Isso ocorre de maneira processual e relacional através das relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e das diversas redes que estabelecemos diariamente” (RAFFESTIN, 1993).

O movimento que ocorre no território em determinado momento torna-se histórico e relacional, envolvendo distintos grupos sociais em períodos e espaços diferentes, construído com base em redes, nós e malhas que estabelecem territórios diferenciados, no tempo e no espaço, formados por meio de relações de poder, redes, desigualdades, diferenças e identidades (RAFFESTIN, 1993).

Tendo em vista que a pesquisa investiga a dinâmica das migrações e as trajetórias dos migrantes, faz-se necessário compreender a relação existente entre o migrante e o território de origem e, principalmente, o de destino, local este em que serão construídas novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Por vezes, os migrantes podem sentir-se “estrangeiros” no território de destino. Nesse processo, o migrante é discriminado por carregar ideologias, crenças e culturas diferentes daquelas da sociedade de destino. No entanto, para o migrante, a busca de melhores condições de vida representa a motivação para enfrentar as diversidades da migração.

As migrações representam um fenômeno social complexo, portador de múltiplos sentidos que vão além das expectativas da sociedade receptora do migrante. Todavia, há uma tendência de que as sociedades receptoras aceitem os migrantes apenas como força de trabalho. A migração cria, então, uma situação de desequilíbrio entre as expectativas e o grande poder que tem o migrante de transformar a sociedade receptora. Dessa forma, a construção de territórios de migração guarda vários sentidos e contradições (PAIVA, 2013).

A dinâmica territorial envolve o deslocamento de pessoas, como citado acima, representado pelas migrações, objeto desta pesquisa, porém os estudos sobre dinâmica territorial ainda contemplam os fluxos de mercadorias, informação e valores. Esses elementos intensificam as relações entre regiões e, ao mesmo tempo, as fazem diferentes umas das outras. A dinâmica cria um fluxo no território e entre territórios, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais, fatores esses que vão alterando as configurações dos territórios e tornando-os distintos.

Os fatores responsáveis pelas mudanças no território criam hierarquia de lugares e redefinem a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. As relações que fazem parte da dinâmica territorial são assimétricas, pois tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, aumentando as diferenças existentes, ou seja, transformando os lugares.

Constata-se, então, a importância da formação social de uma região e de suas relações com o contexto global. A Geografia tem um papel relevante na construção desse conhecimento. No processo de formação de uma região, os fatores sociais e econômicos são os eixos das diferentes formações sociais, que têm identidades próprias, mas, dentro de um processo dinâmico, também são influenciadas por forças externas, hegemônicas. O que determina a formação do território é a divisão social do trabalho. É a partir do trabalho, da produção, que ocorrem as transformações territoriais. Assim, o papel do “homem” como formador da sociedade é fundamental na investigação das mudanças ocorridas nos territórios, pois é por sua influência que as mesmas acontecem.

### **A historicidade do lugar: identidade e formação do espaço social**

Para pensar a identidade cultural do território, é preciso, antes de mais nada, pensar na formação histórica do espaço regional estudado, cuja representação cultural remete, inevitavelmente, à história da imigração alemã e a colonização dos alemães na região. Portanto, é preciso lembrar que a colonização alemã em Taquara [município sede e do qual Igrejinha se emancipou em 1964] *locus* da pesquisa, teve início em 1846, com a chegada dos primeiros imigrantes. O nome do município é proveniente de “taquaral”, vegetação de bambus silvestres, que cobria as margens do rio dos Sinos, até então denominada Colônia do Mundo Novo, após emancipação política de São Leopoldo, passando a chamar-se de Taquara do Mundo Novo, fundada por Tristão Monteiro (MOSSMANN, 2007).

Pesquisas mais recentes sobre cultura, identidade, raça e etnia apresentam-se, cada vez mais expressivas no meio acadêmico, permitindo reafirmar a pluralidade de representações e identidades relacionadas a cultura [e suas diferentes expressões] contemporâneas. Com a globalização reduziram-se – ainda que dadas as devidas proporções – as distâncias e aproximaram-se para nossa “vizinhança” culturas, pensamentos, ideias e línguas que, em sua maioria, nossos antepassados jamais haviam ouvido falar [ou até mesmo imaginado existir]. A proximidade, produziu sentimentos contraditórios, assim como tornou o mundo mais diversificado e dinâmico, em sua constituição cultural. Isto serviu de incentivo para um processo de valorização das diferenças, de diferentes matrizes.

A cultura [e tudo que a ela se associa material e imaterialmente] é compreendida como parte das manifestações de um grupo social, e que nesse contexto, passa a ser colocada como ponto central da discussão. O estudo busca compreender os traços culturais – expressos através de determinadas interações dos grupos étnicos – e que manifestam parte da sua identidade, trazida do seu território de origem [seja ele nacional ou mesmo regional]. O que se coloca como elemento fundamental na pesquisa, é compreender como os diferentes grupos de imigrantes – que compartilham de uma identidade étnica singular – se identificam com o sentimento – comum – de pertencer a determinado grupo, e com o qual o indivíduo partilha as mesmas tradições (HOBSBAWN, 2008).

Essa correlação de forças identitárias é fundamental para compreender as formas e os mecanismos envolvidos na inserção destes grupos no novo território de chegada e, finalmente, na dinâmica de inserção dos mesmos no sistema público de atendimento à saúde (SUS). Para melhor compreender essa questão, deve-se lembrar que os aspectos multiculturais e suas teorizações, de caráter cada vez mais globalizante, abrangem, também, a multiplicidade, enquanto uma característica contemporânea (HALL, 2014).

A identidade cultural da região do Vale do Paranhana [assim como das próprias localidades – bairros – nos quais os imigrantes se

instalam] está diretamente ligada a presença da imigração alemã, cujas origens remetem ao século XIX e a fundação da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, que é considerada o berço da imigração alemã no Brasil. A presença de uma cultura – pretensamente dominante – impõe a necessidade de reconhecer os novos migrantes [imigrante contemporâneos] como sujeitos diferentes, dotados de uma cultura "estrangeira", alheia e que causa estranhamento em relação à cultura regional, cujos traços procuram manifestar ainda – de forma evidente – os valores e tradições dos imigrantes alemães.

O estudo propõe uma análise crítica sobre as manifestações culturais presentes na atualidade da localidade, que se vê e se percebe como dinâmica, na medida em que outros grupos étnicos e de diferentes nacionalidade, trazem para o território de chegada, novos elementos culturais, que passam a ser conflitantes – mas ao mesmo tempo – provocam atualização da cultura regional. Através da investigação dos costumes e das tradições destes diferentes grupos imigrantes, pretende-se compreender como a cultura se manifesta na atualidade e como essa se apresenta como uma preocupação evidente dos moradores do lugar, frente às transformações territoriais provocadas pelos processos migratórios.

Em face ao exposto, considera-se a observação sobre o conceito de *etnia*. Compreendendo a cultura como constituída, também, através das influências e trocas sociais, há de observar que a interpretação de um grupo étnico, deve tomar como elemento fundamental, a representação da cultura, que os identifica como grupo, de acordo com os símbolos culturais manifestos – e expressos de diferentes formas – no cotidiano. Com isso, parte-se da ideia de que *etnia* ou *etnicidade* (POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, 1998) são conceitos fundamentais para pensar o objeto da pesquisa e, através dos quais, pode-se pensar na relação existente entre os processos que envolvem a preservação das memórias e dos sentimentos associados à identidade étnica – tanto dos grupos que "estão" quanto daqueles que "chegam."

## A saúde dos imigrantes: o SUS e o RAS

É a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Logo foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país (BRASIL, 2018)

O Sistema Único de Saúde (SUS), portanto iniciou-se no Brasil em 1988 e se instituiu pela a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado (BRASIL, 1990).

Esse Sistema de Saúde embasa-se em três grandes princípios, o primeiro a *universalização*, que diz que a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. O segundo a *equidade*, que traça por objetivo o princípio de diminuir desigualdades. Já o terceiro traz a *integralidade*, princípio que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades.

Esses princípios sucedem aos princípios organizativos do SUS, que compreendem na *regionalização* e *hierarquização*, *sistematizando* os serviços sendo que devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o

comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região (BRASIL, 1990).

Os princípios organizativos contemplam também a *descentralização* e *comando único*, esses enfatizam que descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função.

Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade (BRASIL, 1990). E a *participação popular*, onde a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde (BRASIL, 1990).

Em relação aos imigrantes, focos da pesquisa, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1990) estes possuem os mesmos direitos ao acesso à saúde que os demais brasileiros têm. Ressalta-se que a migração internacional é atualmente considerada um dos maiores desafios a nível mundial, surgindo como fonte de reflexão para a generalidade dos países, o que enfatiza a necessidade de compreensão da movimentação da população e do seu impacto, quer para os países de acolhimento, trânsito e origem (CARBALLO, M; NERUKAR, 2001).

Já as diretrizes, que organizam a Rede de Atenção à Saúde (RAS), foram criadas pela Portaria n. 4.279 de 30 de dezembro de 2010, e são definidas como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que, integradas por

meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. Essa organização, exige uma dinamicidade na gestão, considerando a regionalização e a descentralização do SUS. Com o intuito de reforçar a organização de ações e serviços integrados por municípios com similaridades regionais, desta forma, garante melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, as RAS constituem-se de sistemas integrados que se propõem a prestar atenção à saúde adequada para uma população adscrita em um território. Caracterizam-se pela formação de relações horizontais entre os diversos pontos de atenção - espaços onde se ofertam determinados serviços de saúde -, como os domicílios, as unidades básicas de saúde, os ambulatórios especializados, a policlínicas, as maternidades, os hospitais, entre outros, tendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenadora do cuidado e ordenadora do acesso dos usuários aos demais pontos de atenção (BRASIL, 1990; MENDES, 2014)

As RAS são entendidas como arranjos organizativos de unidades funcionais de saúde, pontos de atenção e apoio diagnóstico e terapêutico, onde são desenvolvidos procedimentos de diferentes densidades tecnológicas que, integrados através de sistemas de apoio e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. A sua estruturação apresenta-se como um caminho possível de consolidação de sistemas de saúde integrados que favoreçam o acesso dos indivíduos, com ênfase na integralidade e continuidade do cuidado. Esse modelo de redes regionais de atenção à saúde no SUS, é favorecida atualmente pelo Pacto de Gestão e se constitui em uma das estratégias para a regionalização. No entanto, necessita de cooperação solidária entre os municípios de determinada região de saúde e a qualificação da APS como instância organizadora do sistema e coordenadora do cuidado ofertado (LAVRAS, 2011; BRASIL, 2006).

A operacionalização da RAS ocorre pela interação de três elementos constitutivos: a população e região de saúde; a estrutura

operacional; e um modelo de atenção à saúde. A definição da população é o ponto de partida para a organização da rede de atenção à saúde. São analisadas as condições de vida, ambiente e de acesso aos serviços de saúde, definindo, assim, o território em uma região de saúde. Através da análise do território são apontadas as situações problemáticas, as necessidades e a situação em saúde da população em uma determinada região. A região de saúde é formada por agrupamentos de municípios vizinhos e próximos, considerando identidades culturais, econômicas e sociais, de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

A estrutura operacional da RAS constitui-se diferentes pontos de atenção à saúde, ou seja, lugares institucionais onde se ofertam serviços de saúde, que incluem além da APS a Atenção Secundária e Terciária, os sistemas de apoio, logísticos e o sistema de governança. Já o modelo de atenção à saúde é um sistema lógico que organiza o funcionamento das RAS. Articula de forma singular, as relações entre a população e suas subpopulações - grupos de riscos - os focos das intervenções do sistema de atenção à saúde e os diferentes tipos de intervenções sanitárias (BRASIL, 2006; MENDES, 2014; RODRIGUES, 2014).

### **Considerações finais**

Através desse estudo, espera-se contribuir, na perspectiva teórico-metodológica, para a compreensão sobre os processos migratórios contemporâneos e, como procede a dinâmica do acesso dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo essas questões como referência da análise proposta, acredita-se contribuir, também, para se pensar no potencial da pesquisa empírica, na medida em que se propõe melhor compreender a dinâmica que se associa ao processo de estruturação

e implementação de futuras estratégias de melhoria de acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade.

Isto tudo, pensado, especialmente, para o atendimento ao imigrante, que chega e se estabelece em um território desconhecido do contexto vivenciado até o momento da partida do território emigrado. Nele, as condições de saúde, podem se apresentar diversas de sua cultura e de seu cotidiano, conflitantes na nova terra recém chegada.

## Referências

- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano. MORELLI, G. LAGES, V. N. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume-Dumará, 2004. p. 23-70.
- AMORIM, Sérgio Gonçalves de. *Contextualização do debate brasileiro acerca das migrações internacionais - Uma análise a partir do caso haitiano*. Lindóia/SP - 2012.
- ASSIS, Neoma Mendes *et al.* Acolhimento de imigrantes haitianos via integração ensino-serviço-pesquisa na atenção primária à saúde: relato de experiência. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 12, n. 39, p. 1-9, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.
- BRASIL. Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para organização da rede de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Princípios do SUS*. Ministério da Saúde: Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Regionalização solidária e cooperativa: orientação para sua implementação no SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

- BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. *Lei 8.080 de 19/09/1990*. Ministério da Saúde: Brasília, 1990.
- BRITO, Cristóvão. Algumas observações sobre o conceito de território. *Ágora*. v.11, n.2, p.115- 131, jul/dez. 2005.
- CARBALLO, M; NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. *Emerging Infectious Diseases*, v. 7, n. 3, p. 556 560, 2001.
- CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. *PÉRIPLoS. Revista de Pesquisa sobre Migrações*, v. 1, n. 2, 2015.
- CORRÊA, Roberto. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DE OLIVEIRA, Micheline Ramos et al. Resignificação da identidade no processo de imigração haitiana: uma pesquisa numa cidade do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2016.
- FERNANDES, Duval, CASTRO, Maria da Consolação Gomes. A migração haitiana para o Brasil: Resultado da pesquisa no destino. In: *La Migración Haitiana Hacia Brasil*. OIM, *Cuadernos Migratorios* n. 6, p. 51-66, 2014.
- GARCIA JESKE, Thais; LOPES SPAREMBERGER, Raquel Fabiana. Políticas públicas e sociais: um debate acerca da universalidade do sistema único de saúde (SUS) diante dos imigrantes no Brasil. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. 2016.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 103-133.
- HOBSBAWN, E. “Introdução: a invenção das tradições” In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.
- LAVRAS, Carmen. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 867-874, 2011.

- LEÃO, Luís Henrique da Costa et al. International migration, health, and work: an analysis of Haitians in Mato Grosso State, Brazil. *Cadernos de saúde pública*, v. 33, n. 7, 2017.
- MENDES, Eugênio Vilaça. Os modelos de atenção à saúde. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: *Organização Pan-Americana da Saúde*, p. 244-292, 2011
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MOSSMANN SOBRINHO, P. G. *Histórias e Fatos do Mundo Novo*. Taquara/RS: FACCAT, 2007.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.
- POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Ludmila Barbosa Bandeira et al. A atenção primária à saúde na coordenação das redes de atenção: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 343-352, 2014.
- RODRIGUES, Viviane Mozine. *Migrantes Haitianos no Brasil: Mitos e Contradições*. 2013.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel. p. 65-70, 1992.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos de geografia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. (Org.). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades cuadernos del cendes. *Tercera época*, set-dez, v. 25, n. 69, 2008.

**2ª parte**

**Identities e Representações**



## Criciúma e a criação de identidade multiétnica

*Ariel Alves Medeiros<sup>1</sup>*

### **A questão das identidades no âmbito estadual**

Santa Catarina, estado localizado no sul do Brasil, no final do século XIX e início do século XX, procurou constituir no território catarinense uma identidade baseada na relação dos imigrantes com o estado. Nesse período, alguns fatores contribuíram para a consolidação da criação e fundamentação dessa identidade, como o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) que tinha como objetivo e função de acordo com SERPA (1996, p.64 apud ARAÚJO, 1989, p.119) “(...) expressa nos seus objetivos é de ‘coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da história e da geografia do estado’”. O IHGSC também como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em sua constituição tinham como objetivo escrever e recolher documentos que visassem à criação da história nacional ou neste caso a catarinense. O discurso do IHGSC procurará, através do “passado de homens ilustres contribuiria para a conformação de um presente edificador e um futuro promissor, já que a História seria ‘mãe e mestra’” (SERPA, 1996, p.65).

---

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de História da UNESC e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Seguindo a lógica do IGHSC o estado catarinense irá passar por algumas transformações identitárias ao longo do século XX. Primeiramente do início do século XX até a década de 1920 há um interesse pelo instituo em “(...) criar todo um imaginário em torno da identidade catarinense” (SERPA, 1996, p.66) utilizando-se do passado dos homens ilustres do estado, estes homens eram, principalmente, de luso-brasileiros ou seus descendentes que se estabeleceram no litoral. O segundo processo identitário catarinense não terá grandes modificações do primeiro, continua-se na questão luso-brasileira, porém tendo um enfoque maior para os açorianos. Neste período, 1930 a 1945, juntamente com a política nacionalista do governo Vargas, as etnias alemãs e italianas no estado iram sofrer um processo de aculturação para o que era chamada de “cultura brasileira”, ou seja, no estado, a açoriana. A mesma, açoriana, sofreu ressignificações ao longo do tempo, no período da primeira Republica eram caracterizados como preguiçosos e indolentes e posteriormente iram se tornar o foco identitário como os primeiros portugueses que colonizaram e defenderam a região (SERPA, 1996, p. 66). É somente a partir da década de 1980 que o caráter étnico no estado começa a surgir com mais relevância. É neste período que na cidade de Criciúma iniciara seu processo de ressignificação identitária, da cultura carvoeira para a questão étnica.

### **Cidade do Carvão**

A cidade de Criciúma está localizada no extremo sul do estado de Santa Catarina, que no início do século XX teve como uma das suas principais características a extração do carvão, sendo esta a principal fonte econômica para o município e de trabalho para a comunidade, com isto modelando uma cultura e identidade carvoeira que surgiria dessa mineração, identidade que foi amplamente incorporada pelos moradores de Criciúma ao decorrer dos anos. Quanto à extração do carvão mineral afirma Dorval do Nascimento (2006, p.24):

Os tempos do carvão em Criciúma começaram efetivamente a partir da segunda guerra mundial, quando a conjuntura internacional e nacional favoreceu a exploração do carvão mineral. Ainda que o carvão tenha começado a ser explorado no local desde fins da década de 1910, somente com o conflito mundial se iniciaram processos sociais e culturais que transformaram Criciúma na típica cidade carbonífera.

Como ressalta o autor a mineração do carvão cricumense teve seus altos e baixos quanto ao valor econômico e períodos mais efetivos de extração tendo as duas Grandes Guerras como impulsionador e pontos ápice da exploração. Com esse fator a cidade se volta quase que exclusivamente para a atividade mineradora e com ela as transformações sociais, culturais e cotidianas a seguem, com isso os poderes públicos e empresariais da região partem para a criação de uma identidade voltada a positivação do carvão e de sua exploração para a cidade.

Esta identidade pareceu satisfazer os habitantes de Criciúma, pois mesmo alguns anos mais tarde com o processo de mudança de identitária, esta ainda permanecia muito forte no sentimento e cotidiano da população. Segundo Cardoso e Nascimento (2007, p.128):

Criciúma teve como fator impulsionador de seu desenvolvimento urbano a extração de carvão e foi através desta atividade econômica que ela ficou conhecida nacionalmente, recebendo o título de “Capital Brasileira do Carvão”. Podiam ser evidenciadas diversas características na cidade atreladas ao carvão. A atividade carbonífera deixava marcas na cidade e em seus moradores; e dessa forma o imaginário do carvão foi se constituindo e a identidade de Criciúma foi se fixando em torno dessa atividade.

A mineração foi algo muito forte na comunidade, pois foi a mesma que deu o impulso urbano, populacional e colocou a cidade em destaque no âmbito nacional. Porém todos estes processos citados não são “naturais” da população cricumense, esta

identidade, como qualquer outra, e valorização do carvão do início do século XX até meados da década de 1970 também foi construída para prevalecer às necessidades que demandavam da época, sendo que os males que o carvão e sua exploração trouxeram para a cidade e seus habitantes iniciaram a serem mais discutidos e publicados nos noticiários e jornais com na proximidade do centenário da cidade, quando era necessária a desvalorização das atividades carboníferas (CARDOSO; NASCIMENTO, 2007 p. 129).

### **Discurso étnico na cidade**

Como já citado a identidade cricumense estava fortemente ligada à atividade carbonífera, porém com a proximidade do centenário da cidade, 06 de janeiro de 1980, o governo municipal, também relacionado com a baixa demanda do carvão, teve a brecha necessária para promover uma “nova” identidade para o município. Com a extração do carvão no século XX, a vinda de “estrangeiros” para a cidade aumentou consideravelmente e estes trouxeram consigo a sua identidade cultural “a presença dessas pessoas na cidade fazia emergir ações cotidianas de afirmação de identidades, em especial de grupos de descendentes dos imigrantes, que se agarravam às suas origens como forma de afirmação social.” (CARDOSO; NASCIMENTO, 2007, p.129).

A nova gestão política, governada pelo prefeito Altair Guidi no período do final da década de 1970 até o início de 1980, usou desses sentimentos e manifestações sociais como impulso e uma das justificativas para o surgimento da nova identidade municipal. A presença dos imigrantes na história cricumense não aparece somente nesse período do centenário, na história oficial da cidade já havia a presença de alguns grupos, como italianos, poloneses e alemães sendo estes considerados os fundadores da cidade.

Durante o governo Altair Guidi, para a construção de uma identidade voltada para as etnias, precisou fazer um trabalho de “educação” da população e utilizou-se a escola como um destes

espaços. Pois, mesmo tendo esses descendentes de imigrantes na cidade a própria palavra *etnia* não era reconhecida pela maioria da população (CARDOSO; NASCIMENTO, 2007, p.136). Outro problema da criação desta identidade seria que somente as “três etnias fundadoras” não abrangeriam toda a população criciumense, para isto foi-se então adicionada a etnia portuguesa que incluiriam todas/os aquelas/es que se identificavam como “brasileiros” sem uma “origem étnica”, e os afro-brasileiros, este grupo diferente das outras etnias não carregaram uma nacionalidade, ficando intitulada como “etnia negra”, trazendo uma homogeneização e generalização para este grupo, sendo que como os grupos europeus, estes vieram de diferentes países do continente africano. Com relação à nacionalidade que a simbolizaria foi acordado, entre o grupo que pensou os aspectos característicos da etnia negra para as comemorações do centenário, que a bandeira da Guiné Bissau seria a representante da etnia. Além disto, se precisava de aspectos que ligassem as comunidades e organizações negras, que já existiam na cidade, como por exemplo, o clube Sociedade Recreativa União Operária, proveniente das atividades carboníferas da cidade, porém não eram reconhecidas como uma etnia. Sendo assim, para o centenário algumas lideranças das comunidades negras da cidade se reuniram para formular características comuns que pudessem ser valorizadas pelos mesmos (CARDOSO; NASCIMENTO, 2007, p. 132).

Cada uma das etnias que seriam a nova “cara” de Criciúma procurou criar sua própria identidade que a diferenciavam das outras, caso que Nascimento (2007, p.4) descreve como:

O estabelecimento de um certo folclore das etnias não é fruto de um sentimento nostálgico de preservação de uma cultura que está desaparecendo, mas um esforço de distinção do grupo e sua afirmação diante de outros grupos

Esse “folclore das etnias” além de ser uma das formas de diferenciação entre as etnias foi algo que o próprio governo

incentivou como nas danças, comidas, roupas “típicas” de cada etnia. Era preciso de atrativos que chamasse a atenção da população e que as mesmas se identificassem com algum dos cinco grupos étnicos.

### **Igualdade nas etnias?**

Com a criação do discurso das etnias também se passava a ideia de igualdade das mesmas. Porém, ao analisarmos as ações do período não é o que se percebe, este fator é perceptível, principalmente, na construção do discurso e nos monumentos que foram construídos para o Centenário da cidade.

O discurso com relação às etnias na cidade é construído com base na diversidade e igualdade na mesma, tendo entre elas a italiana, alemã, polonesa, portuguesa e negra. Porém ao se analisar algumas das medidas que foram tomadas com relação a cada uma destas etnias e seus lugares na cidade a hierarquização é quase palpável. Iniciando com a própria data de comemoração do centenário, dia 06 de janeiro de 1880, data que marcaria a chegada e colonização dos imigrantes italianos na região, dez anos mais tarde chegariam os poloneses e posteriormente, os alemães, sendo os portugueses e negros, como já dito, não presentes nessa colonização da cidade. Esta predominância da imigração italiana é perceptível nos jornais que circulavam na época, como em uma entrevista que o prefeito Altair Guidi deu no período do centenário para o “Jornal do Sul” do dia 29/03/1980<sup>2</sup> trazendo a importância das “22 duas famílias italianas que iniciaram o desbravamento de Criciúma.” Na matéria também é descrita algumas das solenidades da abertura de homenagem aos colonizadores de Criciúma, como a missa em italiano que foi proferida, o coral da etnia italiana que cantou “siamo partiti”, o prefeito citando todos os nomes das famílias italianas fundadoras da cidade, enfim, mesmo que no discurso e documentos

---

<sup>2</sup> Matéria disponível no Arquivo Histórico de Criciúma, sobre a forma de clípagem.

“oficiais” da cidade a colonização e “fundação” sejam atribuídas num primeiro momento a três grupos imigratórios, italianos, alemães e poloneses, e posteriormente no centenário com os portugueses e negros, o foco e destaque esta voltado, principalmente, para a etnia italiana.

Além disso, a cidade foi dividida em quatro partes referentes aos grupos étnicos fundadores, nessa divisão o então distrito de Forquilha ficaria atribuído à etnia alemã, Linha Batista aos poloneses, Rio Maina aos portugueses, a etnia negra com as localidades do Rio Maina e Bairro Operária e o centro da cidade com a etnia italiana (CARDOSO, NASCIMENTO, 2007, p.135). Ao analisarmos essa divisão podem-se perceber os lugares que são concebidos cada uma, como as etnias portuguesa e negra são atribuídos os subúrbios da cidade enquanto o centro ficaria a cargo da etnia italiana. A divisão da cidade segundo Cardoso e Nascimento (2007, p.136) teria como “justificativa”:

Apesar de estes fatores espaciais indicarem uma segregação e também uma demarcação de territórios estabelecendo certa hierarquia, como no caso das famílias do centro, a política que predominava nas comemorações do Centenário buscava ser inclusiva. Fazia-se crer que o fato desses grupos terem estado isolados pudesse estimulá-los a um contato entre eles objetivando aumentar o conhecimento e o respeito entre estes grupos. Assim, a característica inclusiva e eleitoral ganha novos aspectos: a integração cultural.

A questão da divisão e isolamento dos grupos étnicos teria o fundamento de conhecimento e reconhecimento de seus pares, por isso a lógica de separação, pois como já dito muitos habitantes se quer sabiam que a palavra etnia existia e muito menos seu significado, então a lógica da separação seria também para que estas pessoas se identificassem e participassem das comemorações e da nova roupagem da cidade.

As formas de afirmação de algo se dão de diferentes maneiras, entre elas os discursos como já discutido e outra forma seria a

criação de monumentos. O monumento é conectado a memória, como reafirmação ou lembrança da mesma, para Jacques Le Goff a memória e o monumento teriam a seguinte função:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos (...). Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européiamen, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 535)

Nos processos da festa do centenário vários monumentos foram criados para a afirmação da nova memória coletiva da cidade. Estes monumentos reafirmam as palavras de Le Goff com relação ao seu objetivo de recordação e perpetuação do passado, neste caso os das etnias fundadoras da cidade, ademais o papel do monumento na cidade foi para além dessa função de reafirmação do passado, mas também de ressignificação das memórias da cidade que ainda estavam profundamente relacionadas à cultura do carvão, criou-se monumentos referentes às etnias para firmar esta concepção nas/os cricumenses.

Os monumentos criados no centenário tinham, como toda a comemoração do centenário, o lema de igualdade das etnias. Algumas destas construções seria o Museu Augusto Casagrande e o Monumento das Etnias. O museu Augusto Casagrande, que permanece ativo atualmente, teria em sua constituição a ideia de museu da colonização, abarcando as cinco etnias, mas, o próprio nome do museu e os objetos que foram arrecadados para formarem o seu acervo têm a etnia e representantes italianos como base, sobrando assim para as outras, principalmente a portuguesa e negra

o anonimato. O monumento das etnias é constituído por cinco colunas de diferentes tamanhos hierarquicamente, do maior para o menor, este monumento trás duas interpretações uma que as colunas representariam as etnias fundadoras da cidade, sendo a maior coluna representando a etnia italiana, seguida a alemã, polonesa, portuguesa e negra, nesta ordem, demonstrando novamente o espaço que cada uma das etnias tinha/tem na cidade porém, na versão oficial do monumento, as colunas demonstrariam as mãos dos imigrantes que sai da terra e ganha espaço (NASCIMENTO, CARDOSO, 2007, p.139). O discurso sobre os monumentos, como qualquer outro, não é livre de intencionalidades, e estes monumentos criados para o centenário e para a ressignificação identitária da cidade também não são, a ordem das colunas do *monumento das etnias* nos remete a hierarquia social e econômica que ainda existe na cidade.

Figura 1 – Museu Augusto Casagrande (1980), Criciúma (SC).



Fonte: CEDOC

Figura 2 - Monumento das Etnias (1980), Criciúma (SC).



Fonte: CEDOC

### **A cidade atualmente**

A identidade étnica que nos anos de 1980 foi criada para o centenário perpetua até os dias atuais. A cidade anualmente cedia a Festa das Etnias, que ao passar dos anos já foi sediada em diferentes lugares da cidade de Criciúma, atualmente a festa é realizada no Parque das Nações Cincinato Naspolini, construído em 2011. Com relação à festa o discurso multiétnico se fortaleceu na cidade, e com isso as etnias árabes e espanholas ingressaram às etnias formadoras da cidade, pois como na década de 1980 a população não se sentia pertencente às cinco etnias impostas pelo centenário, no decorrer dos anos a situação não mudou, sendo no início dos anos 2000 a necessidade do acréscimo das duas etnias, que incluiu um fator diferencial e exótico a festa, tendo um valor mais atrativo para os turistas e visitantes impulsionando o turismo na cidade. Por conta destes dois grupos étnicos houve a necessidade de se trocar o nome da festa que anteriormente era chamada “Quermesse de Tradição e Cultura”, pois a Quermesse tinha como objetivo celebrar as etnias

fundadoras da cidade, e as etnias árabes e espanholas não faziam parte deste histórico, por causa disto a festa passou-se a chamar Festa das Etnias em celebração a multietnicidade da cidade.

Ademais construções mais recentes tendem a reafirmar o discurso vigente na cidade, como o Parque das Nações Cincinato Napolini e o “Nações Shopping” inaugurado no em 2016, estas são construções que foram inseridas na cidade que já tem em sua formação o discurso multiétnico consolidado. Porém, com relação ao Shopping, mesmo com a denominação de “nações” em sua inauguração duas exposições foram feitas, na entrada principal do shopping, que relembra a cultura carvoeira da cidade e os empreendedores do carvão. A empresa Almeida Junior que construiu o “Nações Shopping” localiza-se em Blumenau, portando não sendo de Criciúma a construtora optou por um nome que condiz com a identidade mais recente da cidade. Importante observar que, no período da inauguração foram realizadas duas exposições, uma “A História do Carvão” e a outra “A História dos Empreendedores”, a primeira exposição, em especial, irá levantar a questão do carvão e sua exploração segundo a página do shopping a exposição “(...) resgata e valoriza a história do carvão mineral, que se confunde com a origem de Criciúma. O espaço reúne instrumentos que fizeram parte do dia a dia dos mineiros durante os séculos 19 e 20” (NAÇÕES SHOPPING, 2016). A outra irá trazer os empreendedores ilustres que “são líderes que fizeram parte da história do Sul catarinense na indústria do carvão, cerâmica e plástica e que serão recordados por meio de peças, fotos, livros e outros itens.” (NAÇÕES SHOPPING, 2016). As duas exposições, trazem o carvão como um dos elementos do desenvolvimento e história da cidade, porém, a questão étnica/imigratória estava presente. Pode-se perceber, com a lógica da exposição, que se teve uma preocupação de ao falar da exploração do carvão de interligar com a questão étnica da cidade. Ao falar dos empreendedores, por exemplo, a figura predominante eram os descendentes de italianos, sendo estes, novamente, os maiores homenageados, mesmo que subliminarmente. Como no centenário,

a atividade carbonífera não é apagada, mas redimensionada e “ofuscada” pelo teor étnico.

O Parque das Nações Cinatto Naspolini, como já citado, foi inaugurado na cidade no ano de 2011. Sendo uma das mais recentes construções da cidade que, em tese, carregaria somente a questão étnica, porém é importante analisarmos a dualidade que este espaço carrega, tendo características tanto voltadas para a cultura do carvão, com a “mini ferrovia Terezinha”, em homenagem a estrada de Ferro Donna Tereza Cristina, que circula ao redor do parque, quanto a questão étnica como por exemplo, as bandeiras e painel étnico das culturas formadoras da cidade. O responsável pela idealização e construção do parque foi o atual prefeito de Criciúma Clésio Salvaro, em sua primeira candidatura de 2009 a 2012, sua família é intitulada Grupo Salvaro, a mesma é dona da carbonífera Belluno, e de uma das maiores rádio da cidade Hulha Negra. Analisando isto e sabendo que na história não existe neutralidade, é possível perceber com a construção do parque há uma tentativa da prefeitura de “ressurgir” a cultura do carvão, fator que não foi completamente apagado, porém não tendo um lugar de enfoque na cidade em construções recentes. Além disto, uma das propostas para o parque seria nas palavras de Adão Rolim Marques da Rosa na época presidente da União das Associações Étnicas de Criciúma em uma entrevista concedida a Engeplus no dia 27 de setembro de 2011 “Aos poucos cada etnia construirá sua casa típica aqui no terreno do parque. As casas serão responsáveis por perpetuar a cultura de nossos ancestrais”, este projeto ainda não se concretizou, porém a ideia por traz dela é reforçar ainda mais a imagem das nações formadoras, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.126) “É a natureza simbólica inerente à etnicidade que lhe confere sua eficácia política, e não sua utilização na luta política que lhe confere uma dimensão simbólica.” Todos estes símbolos construídos no parque carregam a intenção política por traz dos idealizadores, sendo que em um único espaço as duas identidades criciumenses são representadas, lembrando o carvão e reforçando ainda mais os grupos étnicos da cidade.

Figura 3 – Bandeiras Étnicas, Parque das Nações Cincinato Napolini. Criciúma, (SC).



Fonte: Ariel Alves Medeiros (2017)

Figura 4 – Mini Ferrovia Terezinha, Parque das Nações Cincinato Napolini. Criciúma, (SC).



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma

## Considerações Finais

A construção identitária de Criciúma passou por diferentes ressignificações de cidade carvoeira a cidade multiétnica. Porém, essa mudança de identidade não foi algo exclusivo da cidade, mais

sim de todo uma conjuntura estadual que estava sendo formulada. O discurso multiétnico na cidade continua presente, e este fato é compreensível, pois em vários âmbitos a cidade tende a relembrar o fator imigratório/étnico, nos monumentos, nas festas, nos parques, no maior shopping da cidade e em diversos outros espaços e “apagar” o fator carvoeiro do cotidiano da população tendo poucos representantes desta identidade ativos na região, um exemplo é o time oficial da cidade o Criciúma Esporte Clube, nele tendo fatores referentes ao carvão como as cores do time, branco, amarelo e preto, o último representando a atividade carbonífera da cidade.

Por isto tudo, vemos que a identidade construída na década de 1980 ainda é presente e muito forte no cotidiano da população cricumense, entretanto, como sabemos a lógica das sociedades não segue uma linha binária, aonde existem somente duas possibilidades. Afirmar que, a identidade multiétnica é a soberana para todas/os na cidade seria um equívoco, ou dizer que fator carvoeiro foi completamente apagado também ou que existe somente estas duas identidades na cidade, como sabemos vivemos em uma sociedade múltipla, aonde diversos agente ou grupos sociais organizam-se em uma lógica identitária diferente do dualismo existente na cidade de Criciúma.

## Referências

ANPUH - XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. **Uma Cidade Multi-étnica na Região Carbonífera de Santa Catarina (Criciúma, 1960 - 1980)**. São Leopoldo: ANPUH, 2007. 8 p.

CARDOSO, Michele Gonçalves; NASCIMENTO, Dorval do. **Transformando a capital do carvão em cidade das etnias: o processo de transformação da identidade urbana de Criciúma/SC no período de seu centenário (1980)**. *Textura*, Canoas, v. 16, p.127-141, dez. 2007.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2017, Florianópolis. **CRICIÚMA ENTRE MITOS**. Por Uma Crítica À *Cidade das Etnias*: Udesc, 2017. 15 p. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/623/390>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990. 476 p.

NASCIMENTO, Dorval do. Para além do monumento: Etnicidade e identidade urbana na cidade do carvão (Criciúma, 1966). In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano**: múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008. p. 83-104.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe**: Processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/ SC (1945 - 1980). 2016. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NAÇÕES SHOPPING (Criciúma). **HISTÓRIA DE CRICIÚMA É RESGATADA COM EXPOSIÇÃO NO NAÇÕES SHOPPING**. 2016. Disponível em: <<http://www.nacoesshopping.com.br/acontece/historia-de-criciuma-e-resgatada-com-exposicao-no-nacoes-shopping>>. Acesso em: 01 jun. 2018

NÍCOLA MARTINS (Criciúma). **Parque das Nações é inaugurado em Criciúma**. 2011. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2011/parque-das-nacoes-e-inaugurado-em-criciuma/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. 250 p.

SERPA, Élio Cantalício. **A Identidade Catarinense nos Discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, v. 14, n. 20. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 63-79.

## Fonte

### Arquivo Histórico de Criciúma

### Jornal:

MARCO foi decerrado em homenagem aos colonizadores de Criciúma. *Jornal do Sul*. 29 de mar. de 1980.



## **As igrejas de Novo Hamburgo entre a tradição colonial e a modernidade industrial**

*Yara Fernanda Chimite<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Durante meio século, Hamburgo Velho reinou absoluto como centro social e comercial da região onde mais tarde se formaria o município de Novo Hamburgo. Berço da colonização alemã, começou a ser ocupado já em 1824, com os primeiros estabelecimentos comerciais se instalando no entroncamento de uma antiga estrada que ligava a serra a Porto Alegre. Até 1876 a área onde hoje se localiza o centro da cidade era apenas um banhado, pouco valorizada e com população esparsa. Mas, naquele ano, foi concluída parte da linha férrea que ligava a colônia à Capital e, no período até 1903, quando a estação Hamburger Berg foi finalmente concluída, a mudança no eixo de importância já estava encaminhada (PETRY, 1959).

O trem intensificou o comércio e o povoamento, mas foi a indústria florescendo nas primeiras décadas do século XX que impulsionou o vertiginoso crescimento e desenvolvimento da cidade. Estima-se que a população do Município tenha aumentado mais de seis vezes entre a emancipação, em 1927, e o final da década

---

<sup>1</sup> Bacharel em História pela ULBRA e mestranda em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale.

de 1950. Segundo o censo de 1960, eram 53.776 habitantes e, entre a população economicamente ativa, 56% trabalhavam na área industrial (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1984).

Esta é uma história econômica, mas também é uma história das alterações na forma de pensar da população hamburguesa. Gradativamente o passado colonial foi sendo deixado de lado em prol de um discurso de progresso e modernidade. Em meio a estas transformações, as principais igrejas de Novo Hamburgo estavam lá, ao mesmo tempo fixas e mutáveis, se equilibrando no espaço entre a tradição e a novidade, entre o antigo e o moderno. É a partir da história delas que se pretende ilustrar as inexoráveis mudanças decorrentes do desenvolvimento do Município.

Foram escolhidas quatro igrejas, duas católicas e duas protestantes: A Igreja Evangélica de Hamburgo Velho, a Igreja Nossa Senhora da Piedade, a Igreja da Ascensão e a Catedral Basílica de São Luiz Gonzaga. As duas primeiras estão localizadas no bairro histórico, Hamburgo Velho, enquanto as duas últimas representam a região do Centro.

## Hamburgo Velho, o espaço da tradição

A primeira igreja fundada em Hamburgerberg<sup>2</sup> foi protestante, estabelecida em 1832 por iniciativa de Johann Peter Schmitt (COMUNIDADE..., 2009). A família de Libório Mentz, construiu uma pequena casa enxaimel<sup>3</sup> para servir de casa de culto

---

<sup>2</sup> É encontrado com as grafias Hamburgerberg, Hamburger Berg ou Hamburger-berg. Muitas explicações foram dadas para o nome, mas, segundo Leopoldo Petry (1959, p. 8-11), ele se deve aos primeiros comerciantes a se instalarem no local, que eram provenientes da cidade alemã de Hamburgo. O Major Luiz Kersting, em especial, costumava despedir-se de seus clientes dizendo: “Não se esqueçam de voltar à casa do velho hamburguês” (p. 10). Com isso, popularizou-se a denominação morro dos hamburgueses, em alemão Hamburgerberg. Mais tarde, quando as obras de extensão da linha férrea de Porto Alegre a Hamburgerberg foram interrompidas a cerca de 2 km de seu destino, devido à falta de dinheiro, os trabalhadores da empresa contratada, inglesa, denominaram a região onde foi instalada a estação de New Hamburg, Novo Hamburgo. Em oposição, Hamburgerberg passou a ser conhecido como Hamburgo Velho.

<sup>3</sup> O Enxaimel, ou Fachwerk (originário de "Fach" assim denominavam o espaço preenchido com material entrelaçado de uma parede feita de caibros), é uma técnica de construção que consiste em

e escola. Foi apenas a partir de 1845, porém, que a Comunidade passou a ter um pregador regular, com a chegada do pastor Johann Peter Haesbaert dos Estados Unidos (SARLET, 1993). Por volta deste mesmo período decidiram pela demolição da casa, que estava em perigo de ruir. A inauguração do templo novo, maior e desta vez de alvenaria, aconteceu em 6 de janeiro de 1846, dia popularmente conhecido como Dia de Reis, o que deu origem ao apelido da igreja, Três Reis Magos (PETRY, 1959).

É importante notar que as primeiras décadas da imigração foram conflituosas tanto para protestantes quanto para católicos. Até a metade do século XIX não parecia haver muito interesse por parte das igrejas alemãs a respeito do destino dos membros emigrados. A colônia tinha pregadores insuficientes e a falta de assistência, organização hierárquica e articulação eclesiástica deixava tanto membros como ministros vulneráveis a abusos. Durante anos os colonos cultivaram sua fé através da reprodução das práticas comunitárias de sua terra natal, realizando cultos leigos, devoções em família e escolas bíblicas. Para o Protestantismo o golpe foi ainda mais forte pela mudança drástica da posição que ocupava na sociedade: no Brasil, embora fosse concedida liberdade de culto, o Catolicismo era a única religião que detinha poder jurídico e, na falta de registro civil, os batizados eram substitutos das certidões de nascimento e os casamentos evangélicos tinham estatuto de concubinato (REICHERT, 2004; PÁDUA, 2001).

O panorama começou a se transformar, para os protestantes, com a criação, por iniciativa do pastor Hermann Borchard, do Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul, que durou de 1868 a 1975 e obteve sucesso em atrair a atenção da Igreja-mãe. Mais tarde, em 1886, Wilhelm Rotermund conseguiu criar uma instituição definitiva, o Sínodo Rio-Grandense (hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB). Com um

---

paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras, tijolos ou barro.

estatuto mais adaptado à realidade das comunidades teuto-brasileiras, não exigia contribuição financeira e não adotou uma base confessional rígida, o que contribuiu para sua aceitação lenta e gradual (PÁDUA, 2001; REICHERT, 2004).

Quanto aos católicos, foram inicialmente atendidos por padres locais ou jesuítas espanhóis, mas a diferença linguística impossibilitou a integração. Os primeiros sacerdotes alemães enviados pela Igreja chegaram em 1849, membros da Companhia de Jesus, e a comunidade de Hamburgerberg, bastante reduzida, foi integrada à Paróquia São Miguel dos Dois Irmãos sob a tutela do padre Augustin Lipinski (PÁDUA, 2001; PETRY, 1959).

Nessa época, Hamburgo Velho demonstrava ser um promissor centro comercial e, segundo estimativa de 1846, possuía 188 moradias e 942 habitantes. Provavelmente foi o florescente comércio que motivou Johann Peter Schmitt, luterano, a incentivar também a construção de uma capela “rival” na área. Segundo as leis da época, um local só poderia ser elevado à categoria de freguesia se possuísse uma igreja católica (SARLET, 1993). Uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, foi construída em 1850, em terreno doado parte por Jacó Altmayer e parte por Juliana Kremer (PETRY, 1959).

Cabe aqui um parêntese sobre o local escolhido e a dedicação à Santa, incomum na devoção alemã. Eles se devem a uma lenda, de que naquele mesmo ano, uma carroça com dois burricos estava levando uma imagem de Nossa Senhora da Piedade para a sede da Paróquia, em Dois Irmãos, quando os animais empacaram no caminho. Sem conseguirem seguir viagem, os carroceiros optaram por deixar a imagem no local, o que foi considerado um sinal de que ali deveria ser construída uma igreja em homenagem à Virgem das Dores (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE).

Mas a capela só seria elevada a freguesia em 8 de maio de 1875, passando a ser o 4º distrito de São Leopoldo. O reconhecimento eclesiástico veio apenas em 22 de julho de 1880, sendo apontado para administrador o vigário de São Leopoldo, Pe.

José Simmen. Mais tarde, em 1894, foi nomeado o primeiro vigário da Paróquia, Pe. Antônio Weber (PETRY, 1959). Em 1886 a Capela da Piedade foi ampliada e provida de uma torre. No entanto, os três sinos de bronze ainda levaram dez anos para chegar, sendo finalmente instalados em 29 de março de 1896.

Um acontecimento no final do século teve grande impacto para ambas as religiões: a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, com a consequente promulgação de uma nova Constituição, em 1891, na qual foi estabelecida a separação definitiva entre o Estado e a Igreja Católica. A mudança foi extremamente positiva para as igrejas protestantes. Até então, a Constituição de 1824 restringia os locais de culto e a aparência externa das igrejas não católicas, como pode ser visto no Art. 5 do Título 1º: “[...] Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.” (BRASIL, 1824). A proibição aparece também no Art. 276 do Código Penal de 1830, onde é considerado crime “celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.” (BRASIL, 1830). A restrição foi completamente removida na nova Constituição, com o § 3º do Art. 72 garantindo que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto”. Além disso, o § 4º institui o casamento civil (BRASIL, 1891).

A Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho não perdeu tempo em fazer uso da nova liberdade. Em 1893 a comunidade foi assumida pelo pastor Johann Friedrich Pechmann, conhecido por ser uma pessoa dinâmica e engajada (SARLET, 1993). Dois anos depois, foram encomendados três sinos das fábricas de Bochum na Alemanha, e teve início a construção de uma torre para abrigá-los, obra realizadas por Fritz Aichinger e concluída em 1898. O corpo da igreja também foi ampliado (GRÜN, 1982). Em 1909 foi instalado o relógio da torre, que permanece em uso até hoje (SARLET, 1993).

A perda do poder constitucional decorrente da Proclamação da República não abalou completamente a Igreja Católica, que permaneceu em ampla expansão e com redobrados esforços no envio de pregadores. Houve porém, uma mudança de foco, dando maior ênfase ao envolvimento na sociedade. As ideias liberais e democráticas ganharam ainda mais força após o fim da Segunda Guerra Mundial (REICHERT, 2004).

Na época em que Novo Hamburgo estava engajada nos trâmites pela emancipação, o constante crescimento no número de membros e a situação financeira promissora em Hamburgo Velho levaram ambas as comunidades a decidir pela construção de igrejas novas e maiores.

A Igreja Evangélica saiu na frente. O templo antigo foi demolido em 1925 e o novo foi inaugurado em 4 de abril de 1926. O projeto, de Ernst Seubert<sup>4</sup>, englobava a torre já existente e manteve o mesmo estilo, porém ampliou o espaço interno para acomodar 750 pessoas. Neste ano, o relatório sinodal publicou que a Comunidade era composta por 271 famílias (GRÜN, 1982). No Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República a Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho é uma das poucas instituições evangélicas mencionadas, e é descrita como “uma das mais conceituadas associações religiosas do Rio Grande do Sul” (LIMA; PAZ FILHO, 1939, p. 384).

A obra na Igreja da Piedade, por sua vez, foi aprovada em 1927, mas a construção só teve início em 3 de março de 1935 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE). A inauguração do templo, com 40 m de comprimento por 18,5 m de largura e torre de 35 m de altura, aconteceu em 15 de agosto do ano seguinte. O projeto, em estilo românico, também foi de Ernst Seubert e a construção ficou a encargo de Cristiano de la Paix Gelbert (WEIMER, 2004; PETRY, 1959).

---

<sup>4</sup> Ernst Seubert (1874-1941) nasceu na Alemanha e emigrou para o Brasil em 1917, trazido por relações de amizade. Fixou residência em Novo Hamburgo onde realizou diversas obras, como o edifício do Colégio São Jacó (Hoje Campus 1 da Feevale) e o Monumento à Imigração Alemã (WEIMER, 2004).

Ambos os templos permanecem sendo a casa de suas respectivas comunidades até hoje. As intervenções realizadas nos anos seguintes tinham caráter mais de preservação, no caso luterano, ou litúrgico, no caso católico.

A Igreja Três Reis Magos passou por pequenas reformas nos anos de 1944, 1956 e 1976. Na ocasião de seu sesquicentenário, em 1982, a Comunidade contava com 1.835 famílias (GRÜN, 1982). O maior esforço de restauração, porém, começou em 2007, quando a Comunidade comemorava seus 175 anos. A antiga estrutura estava seriamente comprometida e corria o risco de desabar, por isso teve início uma campanha de arrecadação de doações. Segundo Leandro Hennemann, presidente da Comunidade na época, a restauração foi embasada em uma acurada pesquisa histórica, a fim de que se pudesse manter ou resgatar as características originais do imóvel. A obra teve início em janeiro de 2008 e se estendeu por 15 meses (MEDEIROS, 2009).

Quanto à Igreja da Piedade, as diversas modificações internas foram motivadas principalmente por determinações da Santa Sé. Originalmente, foram seguidas as regras litúrgicas do Concílio Tridentino, com o altar-mor delimitado por uma cerca de madeira, de onde era distribuída a Eucaristia. A abóboda recebeu pinturas de Guido Scaranari representando o Cordeiro, no centro, com os quatro Evangelistas, dois de cada lado. A obra levou três anos para ser concluída (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE; SCHÜTZ, 2001).

O Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1961 e 1965, promulgou novas orientações para as paróquias, buscando uma maior aproximação com os fiéis. Com isso, na Igreja da Piedade, a cerca foi removida e mais um altar foi acrescentado, para permitir que o serviço religioso fosse realizado de frente para o público. Na ocasião a Comunidade também optou pela mudança na pintura da abóboda, que ganhou uma representação do Calvário, com Maria recebendo o Filho morto descido da cruz (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE).

Em 1998 a igreja passou por uma grande restauração da parte interna, com Adriano Groehs sendo responsável pelas paredes e teto, assessorado por Pérsio Haas Neto (SCHÜTZ, 2001). Apesar de ser chamada de restauração, houve grandes mudanças durante a obra. A maior delas na pintura da abóbada, onde o céu tempestuoso foi substituído por um céu azul e as cores foram deixadas mais vivas em toda a pintura.

A nova decoração não durou muito tempo, no entanto, pois na madrugada de 14 de junho de 2003 a igreja foi atingida por um incêndio. O fogo destruiu o teto, parte das paredes e dos vitrais e o órgão adquirido em 1940, além de danificar bancos, imagens de santos, entre outras coisas (INCÊNDIO..., 2003). O templo foi reinaugurado em 24 de dezembro de 2003, mas os trabalhos de reforma se estenderam até julho de 2006. Segundo o pároco, Monsenhor Inácio Schuster, não se tentou recuperar as pinturas do teto pela dificuldade de encontrar quem realizasse o trabalho, e também pelo custo elevado da obra. A decoração, inspirada no Barroco, tenta se aproximar das igrejas de Roma. No lugar do Calvário, a abóboda recebeu um céu azul com estrelas em relevo, que representa o objetivo dos cristãos, alcançar a Casa de Deus, a Morada Celeste (INCÊNDIO..., 2013; PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE).

O fim do impulso de expansão das igrejas de Hamburgo Velho coincidiu com o período em que as de Novo Hamburgo estavam mais determinadas a construir novos templos condizentes com a cidade moderna e a população crescente. Exploraremos eles mais a frente, mas é importante ressaltar que a década de 1940 marca o início de um processo de afastamento das raízes alemãs das cidades, em decorrência, principalmente, das imposições do governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, que visavam evitar a identificação dos descendentes com os ideais nazistas na Alemanha.

O cronista Ercílio Rosa, escrevendo para o jornal O 5 de Abril, ilustra bem a dicotomia que caracteriza o processo. Por um lado, existe o reconhecimento de Hamburgo Velho como o berço do

Município: “[...] foi ali naquele ‘Morro dos Hamburguêses’ que nasceu a gloriosa tradição desta cidade trabalhadora que hoje é um marco indelével no progresso do país.” (ROSA, 1947 apud KUHN, 2017, p. 98). Por outro, o progresso não está mais ali: “O local mais belo de Hamburgo Velho é o largo fronteiro à Igreja católica, de onde se descortina um panorama vertiginoso da cidade baixa, onde as fábricas vão desenrolando a progressão.” (ROSA, 1949 apud WEBER, 2017a, p 147).

O desenvolvimento industrial fez com que as representações construídas acerca de Novo Hamburgo se focassem em projeções para o futuro, procurando deixar de lado o passado colonial e, por consequência, Hamburgo Velho: “O morro é triste e abandonado, suas principais vias de comunicação – as ladeiras que lhe dão acesso – estão em verdadeiro estado de miséria.” (ROSA, 1955 apud WEBER, 2017a, p. 147).

O abandono não durou para sempre, entretanto. Embora Hamburgo Velho nunca tenha recuperado sua antiga importância, já na década de 1970 apareceram e se intensificaram movimentos pela preservação e recuperação do bairro histórico. Eram encabeçados por moradores locais, historiadores, ecologistas e artistas, como Ernesto Frederico Scheffel que, em 1974, escolheu um casarão na área para receber um museu dedicado a suas obras. A mobilização conquistou, em 1985, o tombamento nacional da Casa Schmitt-Presser – hoje Museu Comunitário – e de seu entorno (SCHÜTZ, 2001).

Na época da restauração da Igreja Três Reis Magos, em 2007, estava em andamento o movimento Hamburgo Velho de Portas Abertas, que buscava atrair maior circulação de pessoas para os estabelecimentos comerciais ali existentes (MEDEIROS, 2009).

A maior conquista veio em 8 de maio de 2015, quando todo bairro foi tombado nacionalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como sítio histórico, juntamente com o acervo da Fundação Scheffel. Entre os bens listados estão tanto as igrejas Nossa Senhora da Piedade e Três Reis

Magos, quanto seus respectivos salões e casas paroquiais (SGARBI, 2015).

### **Novo Hamburgo, o lugar do progresso**

Na região do Centro os luteranos também se organizaram um pouco antes. A Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo foi criada em 1º de maio de 1898, formada por 52 famílias e ainda ligada à paróquia de Hamburgo Velho (PETRY, 1959; SARLET, 1993). Duas semanas depois foi inaugurado seu primeiro templo, com o nome de *Himmelfahrskirche*, que em 1940 seria traduzido oficialmente para Igreja da Ascensão. O terreno, doado por Carl Diefenthäler, ficava na esquina da rua Júlio de Castilhos com a Rua da República (hoje Avenida Pedro Adams Filho) e teve uma ponta perdida pela passagem dos trilhos do trem, mas era uma zona muito bem localizada (WACHHOLTZ, 2001).

Em 1922 encomendaram-se dois sinos à empresa Bochumer de Mineração e Fundição, de Bochum, na Alemanha. Para arrecadar fundos, uma das promoções realizadas foi bastante curiosa: cada membro recebia um envelope para si e outro para sua esposa. Na inauguração, o homem e a mulher que tivessem realizado as maiores doações teriam a honra de tocar, respectivamente, o sino maior e o menor, pela primeira vez. Os sinos foram inaugurados em 25 de julho de 1924, dia do centenário da imigração alemã, e instalados em uma torre de madeira provisória ao lado da igreja (WACHHOLTZ, 2001).

A Sociedade Católica de Novo Hamburgo, por sua vez, foi criada em 19 de julho de 1921. Em janeiro de 1924, optou-se pela compra de um terreno de 9.650 m<sup>2</sup> para construção de uma capela. O local, para além dos trilhos do trem, era considerado periferia e foi amplamente debatido entre os membros. A pedra fundamental foi lançada em 3 de fevereiro do mesmo ano. A igreja, que ganhou o nome de São Luiz, foi projetada pelo famoso arquiteto José

Lutzemberger<sup>5</sup> e tinha 18 m de largura por 32 m de comprimento (RABUSKE; SPOHR, 1977). Antes do término da obra foi importado um sino, também de Bochum, que foi instalado em um campanário ao lado da igreja (70 ANOS..., 1996).

O templo foi inaugurado em 17 de maio de 1925, inicialmente atendido pelos párocos de Hamburgo Velho. Quase um ano depois, em 14 de maio de 1926, a capela foi elevada a Igreja Matriz, com o decreto de criação da Paróquia de São Luiz Gonzaga (70 ANOS..., 1996). A São Luiz é mencionada no Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – a Nossa Senhora da Piedade, curiosamente, não – como sendo um “templo de aspecto majestoso, tanto externo como interno” (LIMA; PAZ FILHO, 1939, p. 371).

Nesse meio tempo, a Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo estava profundamente insatisfeita com a sua igreja, mas a trajetória para a construção de um novo prédio seria longa. Já em 1918 foram adquiridos dois terrenos junto à Praça 20 de Setembro onde, por diversas vezes nos anos seguintes se falou em construir o templo. Em 1924 o espaço em uso foi considerado inadequado para a instalação de uma torre sólida para os sinos, pela falta de espaço e a proximidade com o trem. Chegou a ser elaborado um projeto para uma igreja em frente à praça, que não foi adiante (WACHHOLTZ, 2001).

Uma grande razão para o adiamento dos planos foi a decisão da Comunidade de se desmembrar da igreja de Hamburgo Velho, o que aconteceu, por acordo mútuo, em outubro de 1926. Veio, então, a necessidade de adquirir uma casa pastoral para o recém-chamado pastor Theophil Dietschi, além de um espaço para instalação de uma escola, sempre fundamental na tradição luterana (COMUNIDADE

---

<sup>5</sup> Joseph Lutzemberger (1882-1951) nasceu na Alemanha e, após servir na Primeira Guerra Mundial, emigrou para o Brasil, chegando em 1920. Trabalhou principalmente na capital gaúcha e tinha forte ligação com a Igreja Católica, tendo projetado diversos templos, como o da Igreja São José, de Porto Alegre, para a qual projetou também os vitrais, o mobiliário, a pintura mural e as esculturas (WEIMER, 2004).

DA ASCENSÃO). Neste período, a Comunidade contava com cerca de 360 famílias (PETRY, 1959).

Interessante notar que ambos os desmembramentos, católico e evangélico, se deram próximos à emancipação de Novo Hamburgo, parte de um mesmo processo de reforçamento da região epicentro do progresso industrial. O desejo de separação hamburguense se pautava em grande parte na questão econômica, justificando-se que era necessário concentrar os impostos em investimentos locais (WEBER, 2017b).

Os conflitos entre a sede e seu 2º distrito datavam já do início da República, porém as comemorações do Centenário da Imigração Alemã, em 1924, causaram tamanha discórdia que, no mesmo ano, foi dado entrada ao pedido de emancipação junto ao presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. O processo encontrou forte resistência de São Leopoldo, que não queria perder uma volumosa parte de sua arrecadação. A disputa teve fim por decreto estadual em 5 de abril de 1927, quando foi criado o município de Novo Hamburgo, com população de cerca de 8.500 habitantes. (PETRY, 1959; WEBER, 2017b).

A Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo conseguiu sua escola em 1929, um prédio localizado ao lado da moradia adquirida para o pastor, na rua Bento Gonçalves. Em 1932 foi recebida uma proposta para comprar também o terreno da esquina, ao lado da propriedade. A área foi considerada mais adequada para a edificação do novo templo, pois todos os bens da Comunidade estariam concentrados num mesmo lugar (WACHHOLTZ, 2001).

Em 1939 o renomado arquiteto Theo Wiederspahn elaborou um projeto para a igreja, notavelmente modernista, muito diferente da maioria das construções da época. A Comunidade aprovou a ideia e teve início a arrecadação de fundos, com uma sistemática interessante: as 100 famílias de melhor situação financeira ficariam responsáveis por metade do valor almejado, enquanto a outra metade seria custeada pelos demais membros. Os folhetos de divulgação da campanha aludiam ao progresso econômico da cidade

e à necessidade da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo ter uma igreja que fizesse jus ao seu próprio crescimento e acompanhasse o “embelezamento” do Município (WACHHOLTZ, 2001).

Mas os planos foram interrompidos novamente, antes de irem muito adiante, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial. A instabilidade política e econômica causadas pelo conflito inviabilizavam um empreendimento deste porte, e a perda de contato com a igreja alemã teve grande impacto financeiro para as igrejas brasileiras. O Município, porém, permaneceu em franca expansão, com um discurso, como já mencionado, sempre voltado para o progresso industrial, conforme expressa Ercílio Rosa:

“Novo Hamburgo é uma cidade operária por excelência, e seu povo divide-se em três classes: trabalhadores, trabalhadores e trabalhadores. É por isso que sua vida passa cotidianamente em volta no ruído monótono das máquinas que forjam seu trabalho e esticam a cidade em todas as direções (ROSA, 1947 apud KUHN, 2017, p. 131)

Imediatamente após o fim da guerra a comunidade evangélica retomou os esforços em ritmo acelerado. O Pastor Dietschi se aposentou em 1947 e foi substituído por Heinz Kretschmer que tomou as rédeas da empreitada. No mesmo ano foi aprovado um novo desenho, elaborado por Siegfried Costa<sup>6</sup> que, em comum com o de 1939, só tinha a posição da torre (PETRY, 1959; WACHHOLTZ, 2001). O novo templo foi desenhado em estilo neogótico, a pedido da diretoria e para desagrado do próprio arquiteto:

Senti que a comunidade desejava a igreja em estilo gótico. Isto foi confirmado, quando na reunião da comunidade, falei mais de uma hora tentando demovê-los de fazer uma igreja voltada para o

---

<sup>6</sup> Siegfried Costa (1911-?) nasceu em Estrela, estudou na Alemanha e foi estagiário de Theo Wiederspahn. Realizou mais de 100 projetos, principalmente igrejas, entre elas a Igreja Evangélica de Taquara e a Igreja Martin Luther de Porto Alegre. É considerado um dos precursores da arquitetura modernista no Estado (WEIMER, 2004).

passado. Ela deveria ser voltada para o futuro. O silêncio era grande. Mas no final da minha palestra, um pedreiro, lá no fundo, levantou e disse: - 'Se esse camarada não fizer como nós queremos, procuramos outro.' O ponto final no assunto estava colocado. Esta frase foi um desafio que me motivou a realizar completamente o desejo dos hamburguenses, fazendo o estilo mais puro possível (HELLER, 1983, p. 57 apud WACHHOLTZ, 2001, p. 33).

A construção teve início em janeiro de 1948, sob responsabilidade do engenheiro Max Hermann Schlüpmann e do contra-mestre Heinrich Steinmeier, e durou quase quatro anos. A cerimônia de consagração do templo aconteceu no dia 7 de outubro de 1951, com a presença de autoridades civis e eclesiásticas, e um público de mais de 2 mil pessoas (WACHHOLTZ, 2001). No ano da inauguração a Comunidade era formada por 1.020 famílias (PETRY, 1959).

Embora não fosse a primeira igreja gótica no Rio Grande do Sul, o aspecto do templo chamou muita atenção na época e foi assumido como uma identidade da cidade. Isto aparece, por exemplo, nas notícias da consagração, quando a Gazeta de Novo Hamburgo chamou a igreja de um “monumento soberbo para o orgulho de Novo Hamburgo” (SOLENE..., 1951, p. 1). O jornal O 5 de Abril, por sua vez, afirma que o templo embelezou a cidade, “emprestando-lhe aquele cunho sagrado e empolgante do belo estilo gótico”. E, ainda, elogia a Comunidade por sua capacidade de “criar monumentos culturais de primeira ordem, atentando aos pósteros quem eram seus antepassados” (INAUGURAÇÃO..., 1951, p. 1).

A Capela São Luiz, por sua vez, tinha servido à sua comunidade por quase 30 anos mas, em 1951, ano de inauguração da nova Igreja da Ascensão, foi considerada muito pequena para o número de fiéis. (PETRY, 1959). Era uma estimativa plausível, uma vez que, em 1943, existiam mais de 7 mil católicos em Novo Hamburgo, cerca de 65% da população da cidade (WACHHOLTZ, 2001).

A bênção da pedra angular aconteceu em 22 de junho de 1952, data de comemoração da festa de São Luiz Gonzaga, quando os alicerces e parte das paredes já estavam construídos (IGREJA..., 1952, p. 1). O jornal O 5 de Abril expressou a grande expectativa colocada pelos cidadãos sobre o empreendimento, dizendo que “a projetada Casa de Deus, que os católicos novo-hamburgueses se propuseram construir, eternizará, na solidez do cimento e na rigidez das pedras, a honra e o mérito da geração presente (LANÇAMENTO..., 1952, p. 1).

A igreja foi projetada por Vitorino Zani<sup>7</sup>, em estilo romano basilical, e a execução da obra ficou sob responsabilidade da firma de Alberto Mosmann (PETRY, 1959). Quando foi construída, era uma das maiores do interior do Estado, com capacidade para 1.240 pessoas sentadas, 62,10 m de comprimento por 31,34 m de largura, altura interna de 19 m e torres de 50 m (70 ANOS..., 1996).

O templo foi sendo edificado ao redor do antigo, para que os serviços religiosos pudessem continuar acontecendo durante as obras. A inauguração de parte da nova Matriz ocorreu em 21 de março de 1954 e a antiga capela foi demolida no dia seguinte. O material foi usado na construção da Igreja Nossa Senhora das Graças, no bairro Rondônia. Já os vitrais foram levados para Picada Café, quando a Igreja Sagrado Coração de Jesus, do bairro Jammerthal, passou por renovações em 1962 (HANSEN; SPERB, 2014). Em 1956 foi removida a parede provisória e apareceu a real dimensão do prédio, mas a construção só foi completamente finalizada em 1964 (70 ANOS..., 1996).

O grande destaque da Igreja São Luiz é a arte sacra. Em 1959 foi contratado o renomado pintor Aldo Locatelli, que contribuiu com o grande afresco no fundo da abside – representando a entrada de São Luiz na Glória de Deus – e mais duas telas, uma da Primeira

---

<sup>7</sup> Vitorino Zani (1900-1960) era natural de Caxias do Sul e tinha formação secundária incompleta. Quando tentou registro no CREA em 1942, pedido que foi indeferido, seu currículo contava com 23 igrejas matrizes e 41 capelas, além de diversas outras obras em uma grande variedade de estilos arquitetônicos (WEIMER, 2004).

Comunhão do Santo e outra dele em seu leito de morte. No mesmo período, outro artista italiano, Emilio Sessa, ficou responsável pelas 14 estações da Via Sacra e por dois afrescos representando os quatro Evangelistas nas laterais do altar (70 ANOS..., 1996).

O ano de 1963 representou um grande marco para Novo Hamburgo devido à realização da primeira Feira Nacional do Calçado, a FENAC, entre 25 de maio e 16 de junho. Com público estimado de 300 mil pessoas, foi considerada um enorme sucesso e colocou a cidade definitivamente no mapa do turismo de compras. A feira foi repetida em 1965 e 1967 passando, depois disso, a ocorrer anualmente. Nessa época também se decidiu que a linha férrea deveria ser aposentada pois a expansão da área urbana para além dos trilhos, somada à defasagem da ferrovia por falta de investimentos, transformaram o trem de um avanço em um transtorno. As estações foram desativadas e os trilhos removidos em 1966 (SELBACH, 1999).

Novo Hamburgo permaneceu em ritmo acelerado pelas próximas décadas. A população, segundo o senso de 1980, havia subido para 163.503 habitantes (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1984). Embora não tenham sido mais edificadas grandes igrejas, a construção civil estava a pleno vapor. Em 1987, por exemplo, foram contabilizados 90 prédios em construção. O crescimento durou até os anos 1990, quando a abertura do mercado brasileiro aos produtos chineses, muito mais baratos, representou o início do declínio da próspera indústria calçadista e também ressaltou os problemas decorrentes da expansão desordenada (SELBACH, 1999).

Às igrejas do Centro aconteceu um processo semelhante ao que as de Hamburgo Velho vinham passando havia algumas décadas. O foco se desviou do progresso para a manutenção do patrimônio, principalmente no caso evangélico. Os católicos dedicaram ainda vários anos ao embelezamento de seu templo, com a contribuição de artistas locais. Em 1986, Marciano Schmitz pintou duas telas, localizadas nos nichos nos dois lados da abside –

representando São Crispim e São Crispiniano e São João Evangelista – e, em 2001 voltou à igreja para pintar Moisés e os Dez Mandamentos no arco sobre o altar-mor (CRONOLOGIA). Há ainda trabalhos de Ilse Schmidt – responsável por quatro pequenos quadros localizados sob as telas de Locatelli – e Irmão Nilo – que realizou diversas pequenas pinturas em nichos sob os altares.

O templo nunca foi tombado, nem mesmo como patrimônio municipal, mas passou por diversas intervenções para manutenção. Entre 1994 e 1995 foi feita uma restauração geral e instalação da iluminação externa. No ano seguinte foi a vez de os vitrais serem revisados e, dois anos depois, Sônia Wagner realizou a restauração dos quadros da Via Sacra (70 ANOS..., 1996; SCHÜTZ, 2001).

Em 30 de março de 1980, com a criação da Diocese de Novo Hamburgo, a Igreja São Luiz foi elevada a Catedral, processo interessante que colocou a antiga matriz, Nossa Senhora da Piedade, sob sua tutela. Mais uma representação da mudança de importância entre Hamburgo Velho e a região do Centro. Em 10 de outubro de 1991 ganhou também o título de Basílica (70 ANOS..., 1996).

As intervenções na Igreja da Ascensão, por sua vez, foram motivadas mais pela deterioração do prédio. A primeira vez aconteceu em 1981 quando, às vésperas do aniversário de 30 anos da igreja, um dos enfeites externos se desprende e atingiu uma pessoa na cabeça, deixando-a em coma. Foi necessário, então, empreender uma restauração emergencial, que durou de fevereiro a outubro de 1982 (WACHHOLTZ, 2001).

Apesar desta intervenção, por ocasião de seu cinquentenário a Igreja da Ascensão precisava urgentemente de restauro mais uma vez e, preferencialmente, um mais profundo, com grande ênfase na estrutura do telhado, tomada de cupins. Por esse motivo, foi fundada a Associação Mantenedora de Edificações Góticas Históricas de Novo Hamburgo (Amegóticos), com o principal objetivo de angariar fundos para a restauração. Uma das primeiras conquistas da Amegóticos foi o tombamento municipal do templo, em 1º de junho de 2008. Embora as tentativas de conseguir apoio financeiro do

poder público tenham falhado, a instituição realiza diversas promoções, concursos, brechós e meio-frangos que têm financiado a restauração gradual da construção, estendendo-se até os dias de hoje (RESTAURAÇÃO..., 2011).

## Considerações finais

Ao se analisar a trajetória dos templos das quatro igrejas trabalhadas, fica evidente a influência que o desenvolvimento de Novo Hamburgo teve sobre elas. Elas ilustram de forma concreta desde os humildes primeiros passos na colônia até as grandes ambições da cidade industrial. Fica clara a mudança de importância das duas regiões trabalhadas, com Hamburgo Velho cedendo espaço gradativamente à região progressista do Centro, mas retomando sua relevância mais tarde como patrimônio histórico. Acredita-se que a pesquisa possa ser aprofundada com a ampliação do número de templos trabalhados para incluir outros bairros hamburgueses, demonstrando, assim, também o processo de expansão decorrente da industrialização e as situações pertinentes a cada região de Novo Hamburgo, bem como a cada comunidade religiosa.

## Referências

70 ANOS Catedral Basílica de São Luiz Gonzaga. **Nossa Comunidade**, Novo Hamburgo, ano 20, n. 87, maio 1996.

BRASIL. Código penal (1830). **Código Criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1830.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

COMUNIDADE DA ASCENSÃO. **História da comunidade.** Disponível em: <<http://www.ascensao.org.br/site/historia-da-comunidade-2/>>. Acesso em: 20 nov 2015.

COMUNIDADE Evangélica de Hamburgo Velho. [S.l.]: 2009. Disponível em: <[http://www.ieclbhistoria.org.br/home/index.php?option=com\\_content&task=category&sectionid=4&id=16&Itemid=40](http://www.ieclbhistoria.org.br/home/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=4&id=16&Itemid=40)>. Acesso em: 25 jun 2015.

CRONOLOGIA. Disponível em: <[http://www.marcianoschmitz.com.br/site/artista\\_cronologia.php?lk=artista](http://www.marcianoschmitz.com.br/site/artista_cronologia.php?lk=artista)>. Acesso em: 20 nov 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul:** censos do RS: 1960-1980. Porto Alegre, 1984.

GRÜN, Guido C. (Coord.). **150 anos:** Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho: 1832-1982. Novo Hamburgo: [s.n.], 1982.

HANSEN, Patricia Rosina Stoffel; SPERB, Angela Tereza. Fidem lux: Igreja Sagrado Coração de Jesus. In: SPERB, Angela Terezinha (Org.). **Lux perpetua:** O caminho da fé através dos vitrais. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 51-60.

IGREJA São Luiz. **Gazeta de Novo Hamburgo.** Novo Hamburgo, 5 jun 1952, p. 1.

INAUGURAÇÃO do novo Templo Evangélico. **O 5 de Abril.** Novo Hamburgo, 28 set 1951, p. 1.

INCÊNDIO atinge igreja histórica. **Jornal NH.** Novo Hamburgo, 15 jun 2003, p. 20.

INCÊNDIO que ocorreu na Igreja Nossa Senhora da Piedade. Reportagem: Marinês Silveira. Imagem: Adriano Alves de Oliveira. Edição: Alex C. Monteiro. [S.l.]: Vale TV, 24 jul. 2013, (2:32min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z18YYDTUeao>>. Acesso em: 20 nov 2015.

KUHN, Emerson Ranieri Santos. **A Novo Hamburgo de Ercílio Rosa:** crônicas da cidade imaginária na materialidade de um projeto moderno (1945-1949). 174 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais), Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2017.

LANÇAMENTO da Pedra Angular da nova Igreja Católica São Luiz Gonzaga. **O 5 de Abril**. Novo Hamburgo, 13 jun 1952. p. 1.

LIMA, Illeul Souza de (org.); PAZ FILHO, Francisco Boaventura da. **Album Comemorativo do Cinquentenário da Proclamação da República: 1889-1939**. São Leopoldo: Rotermund, 1939. Disponível no Acervo Benno Mentz.

MEDEIROS, Luísa. Hamburgo Velho recebe a igreja evangélica restaurada. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 18 maio 2009, p. 6.

PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, luteranismo e catolicismo: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: J. Hage Pádua, 2001.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE. Disponível em: <<http://paroquiadapedade.com.br/>>. Acesso em: 20 nov 2015.

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo**: monografia. 2. ed. São Leopoldo: Rotermund, 1959.

RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. **Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo (1926-1976)**. Novo Hamburgo: [S.n.], 1977.

REICHERT, Ana Beatriz Schneider. **Conflitos entre católicos e evangélicos na zona de colonização alemã do Rio Grande do Sul: o mundo institucional e o mundo da vida (1910-1960)**. 86 f. Monografia (Especialização em Novas Abordagens do Ensino da História), Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2004.

RESTAURAÇÃO Igreja Ascensão. Novo Hamburgo: TV Feevale, 25 out. 2011, (08:34min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dwmflu2TOCpk>>. Acesso em: 20 nov 2015.

SARLET, Erica. **Ainda hoje plantaria minha macieira**. Novo Hamburgo: Sinodal, 1993.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Os bairros de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo: L. M. M. Schütz, 2001.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade**. 416 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SGARBI, Karina. Centro histórico: tombado e nosso. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 9 maio 2015, p. 6-7.

SOLENE e brilhantemente inaugurado o Templo Evangélico. **Gazeta de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, 13 out 1951, p. 1.

WACHHOLZ, Wilhelm. **Uma igreja diferente: 1951-2001: o cinquentenário do Templo da Ascensão**. [S.l.]: Com-Texto, 2001.

WEBER, Roswithia. Patrimônio hamburguense: a relação entre o passado e o progresso. In: MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. **Histórias de Novo Hamburgo: 90 anos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2017a.

WEBER, Roswithia. Animosidades entre Novo Hamburgo e São Leopoldo no Pré-Emancipação. In: MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. **Histórias de Novo Hamburgo: 90 anos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2017b.

WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul: 1892-1945**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.



## Migração e metamorfose na obra de Yoko Tawada

*Cláudia Fernanda Pavan<sup>1</sup>*

[...] até mesmo a leitura de um poema pode nos transformar física e psicologicamente. Depois de ler, nossos pensamentos e sentimentos são transformados e muitas vezes isso fica perceptível em nosso rosto. Mergulhados na leitura, muitas vezes esquecemos nossa identidade e nos inserimos em uma vida alheia. Caminhamos por Manhattan, embora moremos em Colônia. Somos testemunhas de torturas praticadas sob uma ditadura, ou assamos madeleines na Paris dos anos trinta. Em um texto, podemos mudar de gênero, podemos ser uma criança novamente ou até mesmo um animal ou uma planta. Mesmo que o texto não ofereça uma figura de identificação, saltamos de uma palavra para uma outra, distante, ou de uma imagem familiar para uma surpreendente. Nós nos esquecemos de nós mesmos e, depois de ler, nossos pensamentos ficam um pouco desorganizados: um homem nem sempre é miserável, um europeu nem sempre é europeu e um ser humano nem sempre é bípede. [...] Um jogo de identidade é uma tentativa de entender os seres humanos em sua transmutabilidade. A literatura se ocupa dessa misteriosa arte da transformação há milhares de anos. Quem vive com a língua, sente-se à vontade no mundo das metamorfoses, e qual "lar" pode ser mais seguro que a literatura?<sup>2</sup>

Yoko Tawada, *Beyond Identities / Die Kunst der Verwandlung* (2018)

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPG – Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>2</sup> Esta e todas as traduções seguintes foram feitas pela autora do artigo.

## Introdução

A migração bem como as discussões suscitadas por ela são temas bastante atuais. Por um lado, o medo que os migrantes despertam, as transformações e a falta de controle que representam. Por outro, a experiência do desconhecido, o sofrimento e a dor que acompanham muitas das experiências migratórias. O que todas essas questões têm em comum, como aponta Horst (2015), é a visão interior que se tem de um exterior: o outro, o estranho, o estrangeiro. E, como mostra Tawada na epígrafe deste artigo, estamos constantemente sujeitos a transformações e metamorfoses.

A experiência migratória é tão antiga que se confunde com a jornada da humanidade. Na própria palavra *jornada* já se inscreve a migração como busca por melhores condições de vida, na eterna tentativa de sobreviver. Trata-se de uma experiência que conduz a outras grandes experiências: o confronto com outras culturas, outras línguas, outras pessoas – questões que fazem com que o migrante precise se desacomodar e se reacomodar diante de novos contextos interacionais.

Este trabalho trata da migração, e do processo de metamorfose que se vincula a ela, a partir do ponto de vista da literatura e se justifica, no âmbito dos estudos históricos acerca das migrações, quando levamos em conta que a literatura é o reflexo de um momento histórico, que não se trata de um fenômeno independente, mas

[e]la é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, dentro de um determinado país e numa determinada época, onde se pensa de uma certa maneira; portanto, ela carrega em si as marcas desse contexto. Estudando essas marcas dentro da literatura, podemos perceber como a sociedade na qual o texto foi produzido se estrutura, quais eram os seus valores (SILVA, 2003, p. 177).

Além disso, como mostra Maalouf, a literatura espelha a intimidade de um povo,

é nela que ele desvela suas paixões, suas aspirações, seus sonhos, suas frustrações, suas crenças, sua visão do mundo que o rodeia, sua percepção de si mesmo e dos outros, inclusive de nós mesmos. Porque ao falar dos “outros” não se pode jamais perder de vista que nós mesmos, quem quer que sejamos, onde quer que estejamos, também somos “os outros” para todos os outros (MAALOUF apud ETTE, 2016, p. 194 ).

É nessa intimidade que Maalouf vislumbra a possibilidade de uma realidade menos frívola, massificada e consumista: a saída de uma era sinistra. Amin Maalouf é um autor líbano-francês, que nasceu em Beirute e, embora sua língua materna seja o árabe, ele escreve e publica em francês. Trata-se de um escritor exofônico, assim como Yoko Tawada e muitos outros autores contemporâneos, como mostraremos mais adiante.

Neumann (2011) lembra a importância do diálogo entre disciplinas, como se vê, por exemplo, nos relatos de memórias autobiográficas que dialogam com a História e a Psicanálise, entre outros, buscando, através da expressão literária, elaborar o trauma, a dor e o sofrimento. Isso nos mostra que a literatura não se restringe apenas à memória nem representa uma atividade isolada, distinta de outras atividades humanas, ela também compõe e forma a realidade, influenciando-a e desempenhando, muitas vezes, um papel determinante.

A literatura, na visão de Ette (2013), faz emergir a mobilidade do conhecimento nas mais diversas áreas e assegura, dessa forma, a relação e até a fricção experimental entre elas. Esse processo ininterrupto leva necessariamente à transformação e faz da literatura um conhecimento em movimento de grande importância para os desafios do século XXI. Embora outras dimensões de percepção, como a percepção política ou econômica, não devam ser deixadas de lado, a percepção literária não pode ser substituída por nenhuma outra, pois "da sua íntima relação com a vida resulta sua capacidade de se transformar em um meio de vida e para a vida, mas também um meio

para uma vida melhor, multifacetada, diversificada, em suma: uma vida mais rica e mais densa" (ETTE, 2013, p. 26).

Como elemento integrante da realidade, a literatura tem, por exemplo, o importante papel de registrar momentos históricos, de nos lembrar dos horrores, de não permitir que eles sejam esquecidos ou atenuados. As obras de Herta Müller, denunciando as abominações cometidas nas guerras e nas ditaduras que marcaram o século XX, e as de Caio Fernando de Abreu, que viveu na pele e escreveu sobre a bestialidade das torturas durante a ditadura militar no Brasil, são exemplos disso.

Além disso, a literatura de autores como Yoko Tawada, provoca o enfrentamento de questões como a criação de fronteiras culturais, a relação entre o Eu e o Outro, os deslocamentos espaciais e linguísticos – questões estas constitutivas da experiência migratória. Pois, como coloca Bay (2006, p. 117), ao referir-se à escrita de Tawada, "é exatamente na estreiteza entre a inspiração estética e a reflexão poética que seus textos provam ser um arranhar persistente nas fundações da cultura."

## **Literatura e Migração**

As posturas diante da migração são bastante distintas, dependendo do momento e do contexto histórico, social e político. Em alguns momentos, a migração é incentivada, como no século XIX no Brasil, quando a emancipação política do país desencadeia uma política de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra imigrante. "Do medo das revoltas escravas, da exigência externa pelo fim da escravidão e da necessidade de criação do minifúndio e da produção artesanal surgiu a política de imigração e colonização com alemães" (TRESPACH, 2014, s.p.).

Há, contudo, outros momentos, nos quais se verifica o repúdio à migração, percebida como uma ameaça devastadora, como fica claro nas palavras do ministro do interior da Polônia, Mariusz Blaszczak, que defende, no contexto migratório atual, a construção de campos

que contenham o avanço dos imigrantes vindos da África e do Oriente Médio, impedindo que entrem no país (MEIRELES, 2017, s.p.): "[a] minha função é garantir a segurança dos polacos. Temos de estar preparados para este cenário mau, que espero que não venha a acontecer. [...] O cenário mau é uma onda de imigração que varra toda a Polônia."

Nesse cenário, surge a literatura de migração, que não deve ser considerada uma literatura de minorias, visto que representa a voz de milhões de pessoas ao redor do mundo. No contexto contemporâneo, no qual as fronteiras não possuem mais contornos bem definidos, trata-se de uma literatura que, embora traga em si a iminência do atrito, representa, justamente por isso, uma esfera de grandes possibilidades, novos tipos de escrita, novas experimentações, novas visões de mundo. Lembrando Foucault (apud HORST, 2009, p. 76):

[e]stamos na época da simultaneidade, na época da justaposição, na época da proximidade e da distância, da coexistência e do afastamento. Estamos, penso eu, num momento em que mais experimentamos o mundo como uma rede que vai conectando seus pontos e atravessa seu próprio pandemônio do que como uma vida que vai evoluindo com o tempo.

Há inúmeros exemplos de autores que ficcionalizam o tema da migração. Um autor pouco conhecido no Brasil e que só recentemente teve uma de suas obras traduzida e publicada no Brasil é Friedrich Gerstäcker e a obra em questão é *A Colônia. Cenas da vida no Brasil* (2016). Gerstäcker viveu no século XIX, viajou por todo o continente americano e por muitos outros lugares e esteve no Brasil na época em que se dava a imigração alemã. Em suas obras, ele procurava mostrar que vir para o Brasil poderia ser uma excelente oportunidade para aquelas pessoas dedicadas à agricultura e ao comércio e que não tinham medo do trabalho árduo, mas era absolutamente desaconselhada à nobreza alemã, que vinha para o Brasil sonhando com o enriquecimento fácil e ao chegar

decepcionava-se e se transformava em um verdadeiro pesadelo para os administradores das colônias.

Assim, vemos que o estudo de autores que se dedicam ao tema da migração pode trazer importantes contribuições tanto ao âmbito literário quanto histórico. Porém, vale ressaltar que, além das questões biográficas, há outros aspectos bastante relevantes nesse tipo de literatura, como o deslocamento e a mobilidade que caracterizam as experiências migratórias.

O conceito *Literatura de migração* é bastante discutido, pois se estende historicamente, como a própria migração, tornando-se generalizador. Como podemos ver nos exemplos apresentados ao longo deste texto, há importantes distinções entre a literatura produzida por Gerstäcker no século XIX, com suas preocupações acerca de seus conterrâneos e sua curiosidade em relação ao novo mundo, e a literatura contemporânea produzida por Tawada, com seus questionamentos sobre a língua e a cultura do outro e, sobretudo, com sua exofonia.

Para Horst (2015), muitos autores contemporâneos receiam que o termo *literatura de migração* faça com que suas obras sejam vistas como simples documentos de movimentos migratórios e sejam, assim, relegadas à categoria de literatura de minorias. Horst (2015) ressalta ainda que, em uma sociedade na qual mais de 50% da população é multilíngue ou vive em um universo multilíngue, a literatura migrante é determinante na constituição da literatura contemporânea e, portanto, não pode ser considerada uma literatura de minorias.

Ette (2001/2005) privilegia termos como *literatura sem morada fixa* ou *literatura em movimento* para designar a literatura produzida por escritores fora do seu lugar – e da sua língua – de origem, uma literatura que foge aos padrões tradicionais de delimitação espacial e temporal e que caracteriza não somente a escrita de autores migrantes, mas a literatura como produto da contemporaneidade, da globalização. Os conceitos propostos por Ette ajudam a responder questões como: o que determina a

espacialidade da literatura? Será seu local de produção? A origem de quem a produz? A língua na qual é escrita?

Outro conceito muito importante discutido por Ette e bastante relevante para a literatura contemporânea é o conceito de *Weltliteratur*. No texto *Die Transarealität der Literaturen der Welt. Lateinamerika zwischen Europa, Afrika, Asien und Ozeanien* [A transarealidade das literaturas do mundo. América Latina entre Europa, Ásia, África e Oceania] (2016), o autor propõe o termo *Literaturas do Mundo*, visto que

as formas de produção, de recepção e de distribuição da literatura, em escala planetária, não se alimentam de uma única “fonte”, não são reduzíveis a uma única linha de tradição – como à tradição ocidental, por exemplo – , mas remetem às mais variadas áreas culturais e épocas e aos mais diversos âmbitos linguísticos. Diferentemente do termo *Weltliteratur* (Literatura Mundial) cunhado por Goethe, o termo literaturas do mundo aponta, nesse cenário, não mais para um entendimento mediador, dialógico - na melhor das hipóteses - entre o ocaso e o nascente, entre ocidental e não ocidental, mas de uma compreensão e vivência polilógicas de um saber, que jamais pode ser reduzido a uma lógica única (ETTE, 2016, p. 13).

Vemos, assim, que se faz necessário repensar o conceito de *Weltliteratur*, pois não se pode esquecer que o termo cunhado por Goethe em 1827 tinha um caráter absolutamente eurocêntrico, a ponto de ser considerado, segundo Carvalhal (2006), sinônimo de literatura europeia. Um novo conceito, como sugerem as palavras de Ette, deve ser polilógico, deve compreender a pluralidade e a diversidade, deve permitir que as literaturas ditas periféricas alcancem o centro dos sistemas literários, estabelecendo relações com as literaturas ditas centrais. Não se trata de um conceito estável e estático, mas espera-se que seja um conceito que, enquanto evolui, prioriza as trocas, os entrelaçamentos e renuncia a qualquer tipo de exclusão.

## Yoko Tawada

Yoko Tawada nasceu no Japão, em 1960, e vive na Alemanha desde 1982. Na universidade de Waseda, em Tóquio, estudou literatura russa e posteriormente continuou seus estudos literários em Hamburgo, especializando-se em literatura alemã. Tawada realizou seu doutorado em Zurique, orientada pela germanista Sigrid Weigel – uma das principais teóricas feministas contemporâneas de língua alemã – e sua tese foi publicada em 2000 sob o título *Spielzeug und Sprachmagie in der europäischen Literatur* [Brinquedo e magia da língua na literatura europeia].

Como sugere o título de sua tese, ela brinca com a língua e, como uma criança, apropria-se desta como se fosse o brinquedo de um amigo: cheia de curiosidade e estranhamento – próprios de quem percebe a outra língua sem a mesma familiaridade que se tem com a língua materna. O brincar com as palavras na escrita de Tawada revela-se, segundo Bay (2006), como uma estratégia de liberação poética e, ainda segundo o mesmo autor, Tawada

utiliza a encenação lúdica das experiências de migração como ponto de partida para uma análise teórico-cultural e para uma reflexão poética. Isso marca sua posição de destaque na esfera da literatura contemporânea alemã. Tawada entwickelt nicht nur eine Ästhetik, sondern eine Poetik der Migration und des Fremdes (2006, p. 109).

Yoko Tawada escreve e publica tanto em sua língua materna – o japonês – quanto na língua do país onde escolheu viver – o alemão. Ela já recebeu diversos prêmios literários, entre os quais a Medalha de Goethe e o prêmio Adelbert von Chamisso, outorgado a escritores estrangeiros que escrevem em língua alemã. No final de 2016, Tawada recebeu o *Kleist-Preis*, prêmio literário muito tradicional, concedido a escritores cuja língua materna é o alemão e que já teve entre seus agraciados escritores como: Bertold Brecht, Robert Musil, Anna Seghers, Ernst Jandl e Herta Müller. Com isso,

pode-se ter uma dimensão da importância dessa autora no contexto literário alemão e contemporâneo.

Apesar de suas grandes realizações em território alemão, sua ida para a Alemanha não foi planejada. Yoko Tawada desejava, inicialmente, continuar seus estudos na Rússia, mas, como explica em entrevista publicada na revista eletrônica *Botschaft aus Japan* [Notícias do Japão] (2005), isso não foi possível. Essa situação que, a princípio, parecia tratar-se de um obstáculo, foi o ponto de partida para sua carreira como escritora bilíngue, transformando-a em uma importante representante da literatura contemporânea.

Sua experiência migratória é diferente de outras, como a experiência migratória de refugiados, de exilados políticos, de outros escritores migrantes, como Max Aub, Hanna Arendt, Herta Müller, que foram forçados a migrar, fugindo das guerras, das ditaduras, da perseguição política. Sua escrita não é carregada do mesmo estigma nem do mesmo sofrimento que marca a escrita desses outros autores e é exatamente nisso que reside sua singularidade, sua visão única da língua, da cultura e dos hábitos do outro. Segundo Mecklenburg (2006), em ensaio sobre a autora de origem turca Emine Sevgi Özdamar, por exemplo, a escrita de Özdamar traz muitas marcas das humilhações e ofensas sofridas pelos imigrantes nas relações que estabelecem com o outro – cidadão do espaço no qual o migrante também se estabelece –, no desrespeito aos seus costumes, etc.

Na escrita de Tawada, a experiência do migrante com o estranho, o alheio, tem outras marcas. Uma das dimensões essenciais da sua escrita é o foco no impacto físico da outra língua sobre o corpo migrante. No conto *Ein Gast* [Uma visita] (TAWADA, 2014a) essa relação entre corpo e língua estrangeira aparece com bastante ênfase. A personagem principal experimenta a língua estrangeira como um processo físico: em oposição à experiência com a língua materna, que não exige esforço algum, a língua estrangeira faz com que se tenha consciência do esforço físico necessário para produzir sons:

O que o assustara? Talvez eu não tenha pronunciado o "L" da palavra "pulga" corretamente e ele ouviu um "R". Minha língua tocou secretamente o palato duro para verificar se eu havia mesmo pronunciado um "L". Só com a língua, e não com os ouvidos, consigo perceber a diferença entre esses dois sons. Na minha relação com a língua estrangeira, meu tato é mais desenvolvido que minha audição (TAWADA, 2014a, p. 105).

Além disso, a escrita de Tawada não se baseia apenas em sua experiência migratória, mas também em seus estudos, em sua larga experiência literária e também linguística. Ela se utiliza de textos de diferentes autores, como Celan, Kafka, Goethe, para as reflexões que desenvolve em suas próprias obras literárias. Bay (2006) ressalta que Tawada não apenas cria uma estética, mas também uma poética da migração e do estranhamento e "questiona as consequências das diferenças culturais para as condições e possibilidades da literatura" (BAY, 2006, p. 109).

### **Exofonia e Metamorfose**

A noção de exofonia ainda é pouco conhecida e logra, portanto, um maior aprofundamento. Trata-se de um fenômeno no qual a escrita não se realiza na língua materna: autores exofônicos adotam uma língua que não a sua de origem e se utilizam dela como veículo de expressão literária. Geralmente, autores exofônicos adquiriram essa segunda língua, na qual escrevem, quando adultos. Essa relação que o escritor estabelece com a outra língua marca os textos exofônicos de tal forma que se manifesta na própria forma de escrever, provocando um diálogo polifônico que faz sobrelevar claramente a voz do autor à escrita.<sup>3</sup>

Embora escritores migrantes e exofônicos tenham origens bem diversas, alguns temas são recorrentes na sua produção literária: a reflexão sobre a língua, as distinções culturais, o

---

<sup>3</sup> Sobre a relação entre o conceito de polifonia e exofonia cf. IVANOVIC, C. (Org). *Yoko Tawada. Poetik der Transformation*. Beiträge zum Gesamtwerk. Tübingen: Stauffenberg, 2010.

estranhamento, a questão identitária e o inevitável papel das fronteiras nessa literatura. A escrita de Yoko Tawada, na qual as fronteiras são destaque, é um bom exemplo disso. Não apenas por sua condição de autora exofônica, mas em função da própria geografia do Japão: um país insular, um arquipélago no oceano pacífico, cercado pelo Mar do Japão, pelo Mar de Okhotsk e pelo Mar da China Oriental.<sup>4</sup>

Assim, a reflexão sobre fronteiras é comum na escrita de Tawada, como vemos no seguinte excerto: “Nasci e cresci num país no qual os trens não podem cruzar fronteiras. Numa ilha, acredita-se, equivocadamente, que o fim do próprio mundo é determinado pela água salgada” (TAWADA, 2010, p. 408 – tradução minha). No conto *Wo Europa anfängt* [Onde começa a Europa] (TAWADA, 2014b), que retrata uma viagem do Japão para Moscou, atravessando a Sibéria, a personagem principal reflete sobre a subjetividade do conceito de fronteiras: cada uma das personagens percebe as fronteiras da Europa de maneira distinta: os russos que viajam com a personagem japonesa consideram que a Europa envolve tudo que fica além das montanhas Ural; para um viajante francês que está no mesmo trem, porém, Moscou não faz parte da Europa. Ao longo do conto, as fronteiras vão se transformando. Em outro texto, *Eingentlich darf man es niemandem sagen, aber Europa gibt es nicht* [Na verdade não se deve contar para ninguém, mas a Europa não existe] (1996), o título já coloca em dúvida a existência mesma da Europa.

A relevância de autores exofônicos na literatura contemporânea é cada vez maior, a exemplo do que ocorre na Alemanha. Löffler (2014) destaca autores como: Vidiadhar Naipaul, Nuruddin Farah, Abbas Khider, Chimamanda Ngozi Adichie. Trata-se de escritores que vêm de diversas partes do mundo e passam a produzir suas obras em outro lugar e em outra língua e, ao fazê-lo, colocam em xeque as noções de nacionalidade, pertencimento e fronteira.

---

<sup>4</sup> Cf. *Japão – Resumo Geral*. In: Blog de Geografia. Disponível em: <<https://geografiam.wordpress.com/2014/10/20/japao-resumo-geral/>>. Acesso em 02 Mai. 2018.

Oskar Pastior, escritor romeno, nascido em uma região de minoria alemã, ressalta a íntima relação entre exofonia e literatura:

a literatura é, por definição, exofônica: ninguém escreve como fala. Na época atual, fortemente marcada pelos conceitos de migração, exílio e diáspora, há muito não é mais uma exceção à regra quando um escritor não escreve naquela que é considerada sua língua materna. Mais ainda, as línguas – primeira, segunda, própria e estrangeira - interagem umas sobre as outras, alternam-se e misturam-se: “Língua e línguas - ora distintas, ora mescladas complexamente umas às outras” (PASTIOR, 2007, p. 128).

Escrever em uma língua diferente da língua materna certamente não é novidade: Fernando Pessoa, no final do século XIX, sob o pseudônimo Alexander Search, escrevia em inglês; o livro mais famoso de Vladimir Nabokov – *Lolita* – não foi escrito em sua língua materna, o russo, mas em inglês. Akikusa (2008, s.p.), referindo-se ao papel da exofonia na obra de Nabokov, ressalta: "Seu 'idioma não natural' foi o resultado de uma tentativa deliberada de relativizar a língua e manter viva a língua russa no seu idioma inglês". E Tawada (2011) lembra que, enquanto autor exofônico, Nabokov não escrevia mais seu nome usando o alfabeto cirílico, mas o latino. Mais que um fenômeno, a exofonia pode ser percebida, portanto, como um posicionamento do autor, uma forma de estabelecer sua identidade, de revelar as diferenças entre o "próprio e o alheio" (cf. CARVALHAL, 2003).

Outro interessante exemplo de autor exofônico é Hideo Levy, considerado um dos primeiros autores americanos a escrever literatura moderna japonesa – em japonês, é claro. Levy nasceu na Califórnia como Ian Hideo Levy. Seu pai era um diplomata judeu que atuou muitos anos na Ásia, o que talvez tenha influenciado a escolha do nome do filho, já que, como aponta Tawada (2011), não há antepassados de descendência japonesa na família do autor.

Sobre sua relação com a língua japonesa, Levy afirma: "Eu não dominei o japonês, o japonês que me dominou" (TINSLEY, 2011,

s.p.). Podemos depreender dessa afirmação o caráter friccional próprio da relação que se estabelece na exofonia: uma disputa entre pertencimento e a irreduzível diferença que está para sempre inscrita na língua do outro. Na língua alemã, o conceito de exofonia está estreitamente vinculado ao de *Anderssprachigkeit*, que vamos chamar aqui de outridade linguística. Trata-se dessa noção da língua outra, na qual o escritor exofônico se insere e se expressa, metamorfoseando-se sem, contudo, apagar a sua própria língua.

Nessa metamorfose, mudam também os nomes: Hideo Levy se torna Ribî Hideo quando escreve em japonês: o autor utiliza a transcrição de Levy para o japonês – Ribî – e usa o sobrenome em primeiro lugar, como é costume no Japão. Contudo, quando se apresenta no universo ocidental, ele usa o nome Hideo Levy.

Assim como Hideo Levy, Yoko Tawada também tem seu nome modificado, dependendo de onde se encontra e, para ela, essa metamorfose faz parte da viagem, da transposição de fronteiras a qual se propôs:

Embora o nome de uma pessoa seja algo muito particular, ele nunca vem das entranhas do dono do nome. O nome é tomado de algum lugar e fixado a uma pessoa. Na maioria das vezes, nós nos acostumamos a ele e quase sentimos como se fizesse parte da nossa personalidade. Contudo, o nome pode se transformar mais tarde e nessa hora – se isso ainda não aconteceu – lembramos que o nome nos era estranho desde o princípio.

Meu nome, por exemplo, ganha um sentido bem diferente quando é escrito com as letras do alfabeto. O significado da sílaba “Yo” em meu nome “Yoko” se perde, uma vez que não se pode mais ver qual dos muitos ideogramas com a pronúncia “yô” no Japão foi escolhido. Alguns pensam que eu me chamo “Yoko” (criança-oceano), como a Yoko Ono, mas eu me chamo Yoko (criança-folha). [...] Com a inversão de uma parte do nome, sua sonoridade se modifica tão intensamente que não se pode mais dizer que se trata do mesmo nome. “Yoko Tawada” é um nome completamente diferente de “Tawada Yoko”. [...] Eu não acho que na Europa as pessoas tenham de escrever nomes japoneses na sequência original. É próprio do nome transformar-se ao transpor uma

fronteira. Eu não me refiro apenas às fronteiras entre as diversas línguas. No Japão, por exemplo, recebe-se um novo nome quando se morre. Com o novo nome, que fica sobre o túmulo, o morto pode viajar para a outra vida. Também através de um casamento, de uma adoção ou de uma troca de sexo, pode-se modificar o nome. A tradução é uma transposição de fronteiras através da qual muitos nomes são transformados, não apenas os nomes dos protagonistas, como também os nomes dos autores. (TAWADA, 2011, p. 93-94).

A exofonia representa uma escrita que reflete sobre o outro na língua do outro e essa reflexão transforma a outra língua, traz-lhe uma nova consciência, empresta-lhe novas dimensões, como a dimensão física da percepção da língua estrangeira, que vemos nas obras de Tawada. A escrita exofônica ao mesmo tempo que permite acessar a diferença, porque a torna evidente, compele a novas formas de identidade, desafia os limites e faz ampliar as fronteiras.

### **Considerações finais**

Tendo como foco principal a migração e a metamorfose na obra de Yoko Tawada, este artigo procurou navegar através do diálogo entre a historicidade das experiências migratórias e a literatura de escritores migrantes, mostrando como o diálogo entre literatura e outras formas de conhecimento é essencial para o mundo contemporâneo e como o estudo de autores exofônicos que ficcionalizam o tema da migração pode trazer importantes contribuições tanto ao âmbito literário quanto histórico.

A literatura, como produto da contemporaneidade e da globalização, é um fenômeno em constante movimento, em constante metamorfose e de grande importância para os desafios do século XXI. Embora a metamorfose faça parte do nosso cotidiano, é na literatura que o adensamento da vida se faz extraordinário e provoca outras formas de percepção. Isso é o que nos mostram os autores exofônicos, a exemplo de Yoko Tawada, com sua escrita

pautada em uma migração constante que é espacial, mas é também física e identitária: um deslocar permanente, que a insere no âmbito da literatura sem morada fixa (ETTE, 2001) e que transforma tanto a própria escritora quanto seus leitores, num contínuo processo de metamorfose.

Na esfera de novas possibilidades na literatura, surge a exofonia – marcada pela adoção de uma segunda língua, na qual autores exofônicos escolhem se expressar não por um desejo de abandonar a língua materna, mas para mostrar as diferenças entre esta e aquela, entre o próprio e o alheio, pois, lembrando Schwartz (apud CARVALHAL, 2006), não há que se opor o nacional ao estrangeiro, o original ao imitado: o alheio faz parte da construção do próprio e não existe original que não esteja, de alguma forma, matizado por outros textos, outras vozes. O próprio é, enfim, um entrelaçamento de alteridades. As diferenças não devem ser assimiladas, são como acordes musicais: é na sua singularidade que repousa a beleza das composições.

## Referências

- AKIKUSA, S. Nabokov's "Unnatural Idiom": Exophonie or from "Foreignization" to "Defamiliarization". In: *Krug 1*, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/315721030\\_Nabokofu\\_no\\_fushizen\\_na\\_jyukugo\\_Nabokov%027s\\_Unnatural\\_Idiom\\_Exophonie\\_or\\_from\\_Foreignization\\_to\\_Defamiliarization](https://www.researchgate.net/publication/315721030_Nabokofu_no_fushizen_na_jyukugo_Nabokov%027s_Unnatural_Idiom_Exophonie_or_from_Foreignization_to_Defamiliarization)>. Acesso em 30 Mai. 2018.
- BAY, H. Wo das Schreiben anfängt. Yoko Tawadas Poetik der Migration. In: ARNOLD, H. L. *Literatur und Migration*. Berlin: Rombach, 2006.
- CARVALHAL, T. F. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- ETTE, O. *Literatur in Bewegung*. Raum und Dynamik grenzüberschreitenden Schreibens in Europa und Amerika. Weilerswist: Ed. Velbrück, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Zwischen Welten Schreiben*. Literatur ohne festen Wohnsitz. Kulturverlag Kadmos: Berlin, 2005.
- \_\_\_\_\_. Pensar o futuro: a poética do movimento nos estudos de transárea. In: ALEA, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v18n2/1517-106X-alea-18-2-0192.pdf>>. Acesso em 30 Mai. 2018.
- \_\_\_\_\_. Die Transarealität der Literaturen der Welt. Lateinamerika zwischen Europa, Afrika, Asien und Ozeanien. In: KOPF, M.; SEILER, S. (Ed.). *Komparatistische Blicke auf Lateinamerika und Europa*. Heidelberg: Universitäts verlag Winter GmbH, 2016.
- \_\_\_\_\_. Lebensmittel (L) Literatur. In: ETTE, O.; SÁNCHEZ, Y. *LebensMittel: Essen und trinken in den Künsten und Kulturen*. Zürich: Diaphanes, 2013.
- GERSTÄCKER, F. *A Colônia*. Cenas da Vida no Brasil. Traduzido por Cláudia Pavan e Gerson Neumann. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2016.
- HORST, C. Raum- und Körperbilder in der Migrationsliteratur. In: *DOSSIER Migrationsliteratur – Eine neue deutsche Literatur?*. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Der weibliche Raum in der Migrationsliteratur*. Berlin/Tübingen: Verlag Hans Schiller, 2015. E-book.
- Interview mit Yoko Tawada. In: *Botschaft von Japan*, n. 11. Out. 2005. Disponível em: <<http://www.de.emb-japan.go.jp/NaJ/NaJ0510/interviewtawada.htm>>. Acesso em 20 Mai. 2018.
- LÖFFLER, S. *Die neue Weltliteratur: und ihre großen Erzähler*. München: CH Beck, 2013.
- MECHLENBURG, N. Leben und Erzählen als Migration. Intertextuelle Komik in Mutterzunge von Emine Sevgi Özdamar. In: ARNOLD, H. L. *Literatur und Migration*. Berlin: Rombach, 2006.
- NEUMANN, G. Tempos de repressão. In: CUNHA, J. M.; NEUMANN, G. R.; OURIQUE, J. L. P. *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: EDUFPel, 2011.

- PASTIOR, O. Pust, Mattasch, Kradder, Squårp – Gemengelagen. In: Arndt, S.; Naguschewski, D.; Stockhammer, R. (Orgs.). *Exophonie: Anders-Sprachigkeit* (in) der Literatur. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2007.
- SILVA, M. C. Crítica Sociológica. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2003.
- TAWADA, Y. *Beyond Identities / Die Kunst der Verwandlung*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2018.
- \_\_\_\_\_. Ein Gast. In: \_\_\_\_\_. *Wo Europa anfängt & Ein Gast*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *Wo Europa anfängt & Ein Gast*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2014b.
- \_\_\_\_\_. Europa und Mehrsprachigkeit. In: AUCHET, M. (Org.). *Études germaniques*. Paris: Klincksieck, n. 3, 2010.
- \_\_\_\_\_. Metamorphosen der Personennomen. In: \_\_\_\_\_. *Sprachpolizei und Spielpolyglotte*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Spielzeug und Sprachmagie in der europäischen Literatur*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2000.
- \_\_\_\_\_. Eigentlich darf man es niemandem sagen, aber Europa gibt es nicht. In: \_\_\_\_\_. *Talisman*. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 1996.
- TINSLEY, T. Novelist Hideo Levy Speaks About "Living in the Japanese Language". In: *The Daily Gazette*, 10. Nov. 2011. Disponível em: <<https://daily.swarthmore.edu/2011/11/10/hideo-levy/>>. Acesso em 20 Mai. 2018.
- TRESPACH, Rodrigo. "Alemães para toda obra". In: *Revista de História Biblioteca Nacional*, ano 9, n. 102, 2014. Disponível em: <<https://angelinawittmann.blogspot.com.br/2014/12/artigo-da-revista-de-historia.html>>. Acesso em 25 Mai. 2018.



## O Haikai como instrumento de aculturação dos imigrantes japoneses no Brasil

*Tomoko Kimura Gaudioso*<sup>1</sup>

*André Luís Ramos Soares*<sup>2</sup>

### Introdução

A história do Japão moderno inicia-se com a restauração do poder imperial, *Taisei Houkan*, que ocorreu no ano de 1868, com a abertura de portos ao mundo após pouco mais de 250 anos de clausura. A partir desse processo conhecido com o nome de Restauração Meiji, o Japão inicia intenso processo de internacionalização, tanto para se inteirar dos pensamentos econômicos como culturais ocidentais. Por outro lado, o ocidente também descobre a cultura japonesa desencadeando o movimento que mais tarde se chamaria de japonismo. Conforme afirma David Almazán Tomás, “la occidentalización del Japón desde la segunda mitad del siglo XIX coincidió en ccidente con el fenómeno del *Japonismo*, que en voces entusiastas de la época se equiparaba a la

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; diretora do Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS. Doutoranda em história pela PPGH da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP e do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA - Dep. História e professor permanente do PPGH da Universidade Federal de Santa Maria;; Professor convidado em Arqueologia e Arte Rupestre e docente visitante Erasmus Mundus - Instituto Politécnico de Tomar - IPT- Portugal.

influencia de griegos y romanos em el Renacimiento (TOMÁS, 2003, p. 84)”.

Em se tratando de contato com os portugueses, desde rompimento completo de contato que ocorreu em 1603, a visita do português Wenceslau de Moraes ao Japão, em 1889 marcou o retorno de contato cultural intenso entre os dois países. Ele escreveu mais de 30 obras apresentando o encanto da cultura japonesa ao povo lusofônico, como correspondente, de modo que muito contribuiu para que o Brasil, recém independente de Portugal, também passasse a conhecer a cultura do país do sol nascente.

O Japão, por sua vez, no processo de internacionalização e de ocidentalização de seu povo, decidiu enviar cidadãos para o exterior como emigrante. Uma das razões foi o interesse brasileiro, em procura da mão de obra, e por outro lado, o interesse do governo japonês em realocar os cidadãos para os países das Américas, incluindo o Brasil. Essa saída visava a modernização e a inserção do país na economia mundial após quase 250 anos de isolamento do resto do mundo.

A imigração japonesa ao Brasil iniciou em 1908, com a chegada do navio Kasato-maru. Esses imigrantes trouxeram consigo a bagagem cultural e gosto pela literatura. Isso resultou na produção de obras literárias, principalmente em forma de poemas *tanka*, poema de 31 sílabas, dividido em cinco versos e haikai, poema de 17 sílabas, dividido em três versos, os quais são praticados até os dias de hoje, entre os japoneses e seus descendentes de várias gerações.

### **As etapas da imigração japonesa no Brasil e no Rio Grande do Sul**

A imigração japonesa no Brasil pode ser traçado, grosso modo, em três etapas. A primeira etapa ocorreu em 1908, com a chegada de primeiros imigrantes oficialmente registrados. A segunda etapa, logo após o restabelecimento diplomático entre Brasil e Japão em 1952, marca a entrada de japoneses do pós-segunda guerra, oriunda de várias partes do Japão, inclusive aqueles

regressos das antigas colônias japonesas como a China, Coréia e Manchúria, com regras específicas de entrada no país, enquanto imigrantes para trabalharem na agricultura. A terceira etapa, que é marcada por Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963, já permitia a entrada livre de cidadãos japoneses.

A primeira etapa da imigração japonesa iniciou-se com autorização de contratação de asiáticos para trabalhar na vacância da mão de obra criada pela abolição da escravatura, ainda no século XIX. A assinatura do Decreto Lei 97, autorizando a abertura brasileira às imigrações japonesas e chinesas, em 5 de outubro de 1892, permitiu que os primeiros 793 imigrantes japoneses ingressassem ao Brasil a bordo do navio Kasato-Maru, em 18 de junho de 1908. Eles viajaram por 52 dias a partir do porto de Kobe até chegarem no porto de Santos, sendo recebidos com muita pompa.

Conforme o texto apresentado na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo,

A imigração japonesa no Brasil tem como marco inicial a chegada do navio Kasato Maru, em Santos, no dia 18 de junho de 1908. Do porto de Kobe a embarcação trouxe, numa viagem de 52 dias, os 781 primeiros imigrantes vinculados ao acordo imigratório estabelecido entre Brasil e Japão, além de 12 passageiros independentes.

A entrada de japoneses continuou ao longo das décadas até ser interrompidos pela Segunda Guerra Mundial. Segundo Verçosa, entre 1924 até 1941 havia entrado no Brasil mais de 150 mil pessoas (VERÇOSA, 1995; TANAKA, 2003, p. 37 - 41). O 6º Relatório Anual da Revista de Negócios e Econômicos de Kobe, apresentado pelo SAITO (1959, p. 50), desde que imigração japonesa iniciada em 1941, 188.615 imigraram do Japão ao Brasil, .

Apesar da boa receptividade de japonês por parte do governo brasileiro, esse processo migratório recebe restrições durante o período da II Guerra Mundial pois sendo pertencente a aliança do

Eixo, não poderia ser recebido pelo país inimigo. Algumas colônias como a Colônia Japonesa de Santa Rosa, localizado às margens do rio Uruguai e fronteira com a Argentina, foi extinta e seus moradores realocados em outros lugares.

Segunda etapa da imigração inicia-se com o restabelecimento diplomático entre o Japão e Brasil em 1952. Em 1954 é criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), estabelecendo as regras para introdução de imigrantes japoneses ao Brasil, inclusive as cotas de número de pessoas conforme regiões e tipo de imigrantes. No caso do Rio Grande do Sul, em 1955, o governador Ildo Meneghetthi realiza a campanha para introduzir os japoneses no estado. Naquela época, cerca de 40 japoneses oriundos de outros estados como São Paulo já haviam se estabelecido no interior do estado. O Sr. Naotaka Hoshiko, radicado no RS desde 1938 fica responsável para procurar os japoneses que quisessem emigrar para RS e, em 20 de agosto de 1956, finalmente, 23 jovens japoneses, todos com ensino médio concluído, e um graduado desembarcam no porto do Rio Grande. Esse programa nacional de colonização do INIC durou até 1963. Nesta época já havia 1786 imigrantes japoneses morando no solo gaúcho.

A terceira etapa da entrada de imigrantes japoneses ao Brasil ocorreu a partir de 1963, através do Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963, que promulgou o acordo de migração e colonização Brasil-Japão do Decreto Legislativo nº 8/1963, ratificação no Rio de Janeiro, a 29 de outubro de 1963. A imigração passa a ter caráter individual. Sem apoio financeiro do governo, os imigrantes passam a ser majoritariamente técnicos especializados de diversos níveis. No Rio Grande do Sul, a partir de 2005 passa a receber imigrante que atua inclusive na área da cultura, como especialista em cerâmica tradicional japonesa.

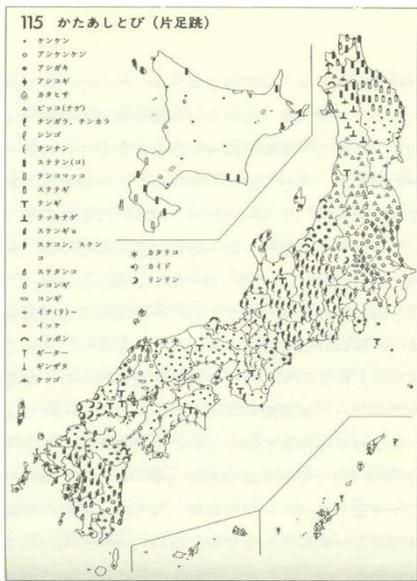


Por outro lado, desde meados da década de 1980, com a ascensão econômica do Japão e escassez da mão de obra naquele país, cresce o retorno de descendentes para o Japão a fim de procurar emprego. Esse fenômeno inverso de movimento migratório passa a ser chamado de “fenômeno *decasségui*”. Os japoneses, já estabelecidos no estado do Rio Grande do Sul, passa a realizar cultos ecumênicos em homenagem aos antepassados, lembrando dos falecidos, numa cerimônia que se realiza nas associações de sua comunidade.

### **A imigração japonesa e as línguas**

A diversidade linguística decorrente de dialeto é muito grande no Japão. Apenas a título de ilustração, pode-se citar, por exemplo, as variantes linguísticas para representar o ato de pular com um pé. Abaixo, pode-se perceber no mapa do Japão, que há mais de 28 expressões para dizer a mesma ação. Então, quando os japoneses de diversas regiões vieram ao Brasil, trouxeram consigo seus dialetos, o que influenciou para manter identidades culturais dos locais de sua origem. Por outro lado, contribuiu para criar um dialeto dos

imigrantes que, entre os linguistas passa a ser chamado de Koronia-go, ou seja, língua dos colonos japoneses.



Esses dialetos do Japão trazidos ao Brasil, além de regionais, também incluiu os estilos de linguagem de classes sociais, tais como linguagem popular falada entre agricultores, artesãos ou comerciantes, além da linguagem formal e oficial, como as que eram usados pelos samurais até fim do período Edo (1603 -1868).

A Lei de Uniformização do livro didático de língua japonesa no país, promulgado em 1903, após a Restauração Meiji e difusão dos meios de comunicação como disco, rádio e televisão a partir do início do século XX também contribuiu para formar e difundir a língua comum, facilitando a integração da consciência e uniformidade da nacionalidade japonesa. Esse processo de integração do povo através da difusão da língua comum facilitou que os imigrantes, vindos de diversas regiões do Japão, apesar de serem falantes de dialetos locais, entendessem facilmente entre si. Mesmo assim, há os que contam alguns episódios que ocorreram com casais, cada um do par vindo de região diversa, não se entenderem nos primeiros anos de matrimônio, por não poderem se comunicar de forma satisfatória.

### **A aquisição de vocábulos brasileiros no cotidiano dos imigrantes japoneses**

O processo de empréstimo de vocábulos brasileiros na linguagem do cotidiano dos imigrantes japoneses é facilmente

percebido nos poemas, escritos em língua japonesa. Os imigrantes, talvez por facilidade de identificação de vocábulos em português ou o esquecimento da palavra em japonês, passa a introduzir várias palavras ou expressões nas suas falas. Esse fenômeno é percebido principalmente entre os imigrantes de primeira etapa da imigração. Seria a dificuldade em comunicarem-se em dialetos com pessoas oriundas de outras regiões do Japão ou fenômeno da tentativa de identificação cultural com o brasileiro? Esse questionamento ainda não foi respondido de forma satisfatória, se bem que há várias teorias em discussão. Conforme Ota, essa mistura linguística pode ocorrer por falta de competência nas línguas envolvidas, uma adequação ao contexto brasileiro ou pode ser até ter cunho afetivo, entre outras razões (OTA, 2008, p. 142).

Para identificar esse aspecto de empréstimo linguístico, os poemas são boas fontes para pesquisar o processo de adaptação linguística da etnia japonesa no meio brasileiro. Os poemas haikai em especial, ao tratar de alguns termos específicos que identificam o espaço e o território onde o indivíduo está inserido, facilita a análise. Assim, nos haicais pode-se perceber os termos de estação do ano, nomes da fauna e flora, eventos climáticos e sazonais, eventos sociais além dos empréstimos linguísticos propriamente ditos, tanto em japonês como em português brasileiro.

Pode-se ter como os exemplos os haicais abaixo expostos para identificar que eles apresentam elementos linguísticos tanto o japonês como o português.

ナタールに母の真心つめている

A mamãe enche / de carinho o meu coração. / É Natal.

(国兼 立子 / Ritsuko Kunikane)

Neste poema, a presença da palavra “Natal” é escrito foneticamente com as letras *katakana* tendo como leitura o /*nataaru*/, como é falado em português apesar de ter mesma palavra correspondente em japonês, o *Kurisumasu*.

トマテ採る青臭きかな我が両手

As minhas mãos / cheiram o verde dos **tomates** / colhidos agora  
(二木(ふたぎ) かずこ / Kazuko Futaki)

O poema acima, além do uso da palavra “tomate”, transcrita foneticamente, sua pluralidade é omissa pela ausência do “s” na sua transcrição, provavelmente porque na língua matriz não usa esse identificador numérico de pluralidade. Além disso, como no poema anterior, a palavra correspondente em japonês, o *tomato*, não é usada.

腹帯を締められしごとパーモンニヤ

Com cinta na barriga / fica a trabalhar / fazendo as **pamonhas**  
(小笠原 夕虹 / Yuniji Ogasawara)

Além dessas características acima mencionadas presentes nos poemas, alguns elementos culturais brasileiras locais passam a ser percebidos nos poemas ao longo do tempo na medida em que o contato dos imigrantes com os brasileiros se intensifica. Assim, pode-se perceber que até a cultura alimentar brasileira é inserida entre os imigrantes, como prova o surgimento do poema apresentando uma comida tipicamente brasileira como a pamonha, consumido na região nordeste e centro-oeste, especialmente no estado de Goiás além de São Paulo e arredores.

## O haicai em japonês no Brasil

Diferentemente dos haicaístas brasileiros que aprenderam e incorporaram o estilo do poema como uma ferramenta para externar a sensibilidade poética, os imigrantes japoneses, além de tê-lo como forma de expressão poética, tornou-o instrumento de identificação de suas raízes nipônicas enquanto portadores de memória e instrumento de socialização dentro daquela sociedade.

Em se tratando das relações  
memória/literatura/história/subjetividade, Hobsbawm (1995)

escreve o que considera a morte da memória: “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” e continua dizendo o seguinte. “Quase todos os jovens de hoje crescem, numa espécie de presente contínua, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vive.” (HOBSBAWM, 1995, p. 12)

Entretanto, reconhece que o passado continua acompanhando a vida das pessoas, pois:

“a origem o passado é indestrutível, não apenas porque pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (...). Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas.” (HOBSBAWM, 1995, p. 12-13).

Nesse sentido, os haicaistas de origem japonesa, ao compor seus poemas, considera elementos culturais de seu passado e mesclam-nos com suas expressões literárias do presente, de modo que permite a preservação da memória desses imigrantes, mesmo que parcialmente. Pierre Nora salienta a importância do registro da memória cultural para evitar sua perda, de modo que a instrumentalização desse saber literário através da prática também colabora para a preservação

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se tivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993, p. 13)

As razões pelos quais podemos considerar o haikai como instrumento de identificação e de interação cultural dos imigrantes japoneses se deve a seguintes razões:

1. Em primeiro lugar, o haikai deve conter alguma referência à natureza, incluindo também a humana, identificada com a palavra kigo. Isto é, o poema é ao mesmo tempo identificador do meio onde o indivíduo vive;
2. Em segundo lugar, o poema deve referir-se a um acontecimento particular, percebido pelo poeta, i.e., refere-se ao acontecimento que diz respeito ao indivíduo que o compõe;
3. Em terceiro lugar, deve referir-se a um momento vivencial, um flash do momento que o poeta percebeu;
4. Em quarto lugar, o haicaísta geralmente procura formar um grupo para compartilhar seus poemas entre si e com outros grupos possibilitando compartilhar a experiência vivenciada.

Traçando cronologicamente as obras dos imigrantes, podemos constatar a evolução dos temas dentro do contexto histórico. Nos primeiros anos da imigração japonesa destacam-se os poemas que procura se identificar a nova terra. Uetsuka Hyôtoku, considerado primeiro japonês, no dia 18 de junho de 1908, ao sentir que o navio estava chegando no porto de Santos deixou sua impressão em forma desse poema.

A nau imigrante  
Chegando: vê-se lá no alto  
A cascata seca.  
(tradução de Masuda Goga)

Mais tarde, Sato Nenpuku, considerado no Japão um dos dez melhores do mundo, em 1995, escreveu:

Chove tão triste  
Noite lá fora e eu aqui  
Enchendo a cara  
(tradução de Maurício de Arruda Mendonça)

Atualmente, os haicais que refletem o saudosismo da época difícil dos primeiros tempos de desbravamento passam a se salientar, além de aparecer outros elementos sociológicos que possibilita a identificar a dupla nacionalização dos imigrantes japoneses e seus descendentes.

音信の 絶えて幾年 山眠る

Onshin no / taete ikutose /yama nemuru

Sem as notícias, / passaram os anos. / A montanha descansa.

ブラジルの雛も飾って雛まつり

Festa de meninas. / No altar marca a presença / a boneca brasileira

(Masae Muraoka)

戸籍簿は祖国二つの渡り鳥

Com os cadastros / de duas nacionalidades / eis aqui está, a ave migratória.

(Mine Yada )

墓参(はかまい)り先祖(せんぞ)に知(し)らす異人妻(いじんつま)

Visito o túmulo / mostro aos antepassados / a esposa brasileira

(Nanshin Oomura )

## A apropriação da cultura local

Ao decorrer dos anos, podemos identificar a ocorrência de simbiose da cultura nipônica com a brasileira, como surgimento de haicais que passam a apresentar vários temas de natureza local como fauna (pirarucu, boto branco, bem-te-vi, por exemplo) e a fauna (imbaúba, maracujá, caju, por exemplo).

Outros termos brasileiros passam a aparecer com maior frequência no decorrer dos tempos, sem ser traduzidos para o japonês apesar de ter correspondência naquela língua, sobretudo

nos termos que envolvem a vida do cotidiano, com influência de sotaque japonês.

**Portuguêssotaque em japonêstradução**

Crochêkurochiêkagi-bari-ami

Sandália sandariasandaru

Lequereikesensu

Geladeirajiradêrareizôko

A preocupação com os termos de estações do ano, principalmente a partir da década de 1980 levou algumas pessoas a elaborarem glossários brasileiros de *kigo*. O livro “Natureza - Berço do Haicai - Kigologia e Antologia” organizado por H. Masuda Goga Teruko Oda, em 1996, foi uma das tentativas de identificar os *kigo* brasileiros, termos de estações do ano mais nacional que japonês, sendo que os próprios organizadores se preocupam enquanto a abrangência desses termos justificando que é muito difícil cobrir todo território nacional por apresentar termos e condições sazonais variados, desde o norte até o extremo sul do país.



Outro tema mais frequente nos dias de hoje é aquele relacionado com *decassegui*, os trabalhadores temporais dos descendentes japoneses. Essas pessoas retornam ao país que deixou

outrora em busca de melhores condições de vida, num movimento pendular. De certo modo, realimenta as memórias nipônicas de seus pais e avós, renovando alguns conceitos acerca da própria identidade étnica, por vezes se descobrindo que eles são na verdade brasileiros que estão em busca do lugar próprio que possa os acolher. Então, o passado já não é mais japonês, nem o brasileiro ocidental. E, por fim, acaba surgindo os haicais como apresentado abaixo, mesmo escrito em japonês, pode ser traduzido em português brasileiro, numa linguagem bastante clara.

色(いろ)あせた母(はは)の形見(かたみ)のカザッコ着(き)  
Visto o casaco / de cores esmaecidas / deixado pela mamãe  
(SUZUE MORITA)

蔓(つる)サンジョン過疎(かそ)の村々(むらむら)おうが  
如(ごと)  
A erva de São João / envolve as vilas / do êxodo rural  
( SHORI SAITO)

## Conclusão

O haikai, depois de passado um século após ser introduzido pela primeira vez por diplomata brasileiro Oliveira Lima tomou dois rumos distintos. Por um lado passou a influenciar o estilo poético dos próprios poetas brasileiros, o que pode ser observado com surgimento de poetas como Paulo Franchetti, Paulo Leminski, Fanny Luiza Dupré e Alice Ruiz. Esses autores, dentro das próprias concepções culturais, passaram a compor os haicais brasileiros, difundindo esta prática no meio literário.

Por outro lado, aos imigrantes japoneses, ao dar continuidade em compor poema haikai, num estilo bastante próprio da cultura japonesa, possibilitou a identificar seu espaço físico-geográfico e cultural da nova terra que os acolheu. Além disso, como o instrumento de socialização, teceu laços de amizade entre os apreciadores de haicais que residentes em diversas regiões

brasileiras, tanto zonas rurais como urbanos, de norte a sul. Há centenas de grupos locais de poetas que, por sua vez, trocam correspondências com outros grupos. Há concurso literário nacional e internacional acontecendo anualmente e os haicaistas brasileiros têm se mostrado muito bons, com grandes premiações.

O haicai serve de ferramenta de inserção dos imigrantes japoneses na cultura brasileira sem perder a sua própria identidade cultural. Atualmente, o desafio é a ida de descendentes já brasileiros ao Japão. Isso resultará em nova criação poética e ser próprio marco de globalização e melhorar a compreensão do meio social onde estamos inseridos? Essa resposta ainda está a ser respondida pois neste movimento pendular dos imigrantes e miscigenação étnica-cultural, há uma verdadeira releitura daquilo que poderia ser chamada de identidade cultural, algo sempre em construção. Por fim, mais do que pergunta, um desafio: o poema haicai, que tem em sua essência a identificação com a natureza, poderá nos dar algum norte na construção da identidade cultural de um povo?

## Referências

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOGA, Masuda e ODA, Teruko. Natureza - Berço do Haicai - Kigologia e Antologia. São Paulo: Ejd, 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História. PUC-SP, n. 10, dezembro/1993.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. Imigração e colonização japonesa no Brasil, In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – edição especial. Porto Alegre: UFRGS-PPGDir, 2003.

TOMÁS, David Almazán. La seducción de oriente: de la chinoiserie al japonismo. In: Artigrama, núm. 18, Zaragoza, Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza, 2003.

VERÇOSA, Carlos. Oku – viajando com Bashô. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado de Bahia, 1996.

História da imigração japonesa no Brasil Site da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, publicado em 10/01/2008.  
([https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=288309&ver\\_imp=true](https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=288309&ver_imp=true)) Acessado em 07/05/2018.

DECRETO Nº 52.920, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1963 promulga o Acordo de Migração e Colonização Brasil-Japão.do Decreto Legislativo nº 8, de 1963, ratificação no Rio de Janeiro, a 29 de outubro de 1963;  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52920-22-novembro-1963-392835-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 07/05/2018.



**3ª parte**

**Sociedade**



## **Agricultura familiar no sul catarinense: a invisibilidade do trabalho feminino**

*Rayane Layra De Souza*<sup>1</sup>

O interesse no tema desse trabalho surgiu inicialmente devido ao contato prévio com os movimentos das mulheres agricultoras de Santa Catarina, porém foi apenas com a disciplina de História de Santa Catarina II, da 6<sup>o</sup> fase do curso de História da UNESC, construindo um novo olhar sobre o cotidiano dessas agricultoras e a relação com a imigração no sul do estado que o tema pesquisado surgiu. Sendo assim, para compreender o cotidiano dessas Agricultoras familiares, foram feitas entrevistas especialmente em duas cidades, que tiveram a sua formação inicial a partir de núcleos coloniais alemães, as cidades de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima que ficam localizadas no Sul do Estado de Santa Catarina.

“A colonização de Santa Rosa de Lima teve seu início na passagem do Século XIX para o Século XX. Os primeiros moradores foram os açorianos e alemães. A partir de 1920 os alemães predominaram. Cerca de 75% das famílias eram e são dessa etnia. Trabalhavam na agricultura que era diversificada e 90% sustentável.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História licenciatura UNESC, bolsista do Programa de Iniciação Científica 2017/2018;

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima. Disponível em <http://www.santarosadelima.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/35343>. Acessado em: 20/05/2018

Situação não muito diferente do município de Rio Fortuna, sua colonização se iniciou por volta do ano de 1872, tendo como os primeiros imigrantes alemães oriundos de São Pedro de Alcântara a primeira colônia do Sul do Estado.<sup>3</sup> Esses dois municípios são conhecidos pela valorização e manutenção da “cultura alemã” em seus territórios, contribuindo na construção de uma identidade junto a sua população.

Dessa forma, tendo como objetivo identificar e refletir as dificuldades encontradas na vivência dessas agricultoras, tentando compreender de que forma a concepção de trabalho e o discurso de identidade influenciaram e influenciam na construção de vários estereótipos como da “Loira trabalhadeira”, e diversas formas de violência e machismo, que se tornaram obstáculos para o empoderamento e a visibilidade no ambiente rural que é extremamente patriarcal.

Tendo em mente que essas mulheres por anos foram postas como coadjuvantes de uma história masculinizada, sendo negado a elas seu lugar de fala, poderemos através da análise das memórias dessas mulheres e dos processos que vem as construindo como sujeitos sociais, tentar compreender como esse processo ocorreu e ocorre nessa região. Sendo assim, o uso História Oral é imprescindível para entendermos o cotidiano dessas mulheres, já que “a história Oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, operários, marginais)”<sup>4</sup>. Através de um estudo rigoroso e dedicado, por meio de diversas etapas o “fazer História Oral significa, portanto, produzir conhecimento histórico, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e

---

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de Rio Fortuna. Disponível em <http://www.riofortuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22509>. Acessado em: 20/05/2018

<sup>4</sup> AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 04.;

experiência dos outros”<sup>5</sup>. Sendo assim, ao tentarmos compreender como se dá a vivência dessas mulheres, analisando sua relação com o trabalho na propriedade familiar e na sua comunidade, os depoimentos dessas mulheres se tornaram fontes imprescindíveis para a realização dessa análise.

Produzir uma narrativa sobre o cotidiano de sujeitos historicamente subjugados/as só é possível pela, imensurável contribuição da História Cultural e da chamada nova história. Compreender o “papel feminino” na sociedade como algo culturalmente construído, possibilitou que diversos temas de análise, passassem a serem visualizados gradualmente, desse modo, por meio da “história vista de baixo” a mulher passou a ser considerada um sujeito histórico. De acordo com Joan (1992), a história das mulheres surge como campo discutível principalmente a partir da década de 60 do século XX, onde os estudos feministas influenciados pelo movimento dos direitos civis vão se iniciar, dando um ponta pé para um processo de grandes conquistas, mas também de vários entraves.<sup>6</sup>

Em seu artigo, intitulado “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”<sup>7</sup>, Joana (2005) procurou debater as categorias de análise como: “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, fazendo análise do processo de construção da história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas, fazendo um breve apanhado de como a historiografia as vem discutindo.

Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de

---

<sup>5</sup> AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.17;

<sup>6</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63;

<sup>7</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, 2005, p; 77;

outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais.<sup>8</sup>

O que nos leva a mais uma problemática, pois nos fica claro a importância da união do movimento das mulheres, visto que foi unificando suas forças que diversas conquistas foram alcançadas, contudo são inúmeras as identidades construídas mesmo dentro desse movimento, em razão de que nem sempre a mulher Agricultora, por exemplo, ira se identificar da mesma maneira que uma operaria, e a opressão que uma sofre não vai ser a mesma que a da outra. Dessa forma podemos nos questionar: como dar espaço para tantas ressignificações? E como visibilizar sem invisibilizar?

Sendo assim, mesmo com todos os avanços, ainda é necessário pensar nas produções historiográficas que tem trazido como foco as mulheres e sua participação na sociedade, em vista disso podemos perceber o quanto à historiografia ainda precisa ser repensada, e como é importante a produção de novas abordagens e perspectivas.

### **Identidade e trabalho: a construção da loira trabalhadeira;**

Segundo a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º considerasse agricultor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, que não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da sua propriedade e que tem percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas da sua propriedade familiar.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, p.82, 2005;

<sup>9</sup> BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República,

A agricultura Familiar é o modelo de cultivo agrícola que predomina ainda hoje na região sul do estado, que tem como objetivo, a renda e a subsistência familiar através do trabalho coletivo entre os membros familiares. De acordo com MDA (Ministério Do Desenvolvimento Agrário), aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.<sup>10</sup>

Considerando-se o abastecimento alimentar, a Agricultura Familiar destaca-se por desenvolver culturas variadas e que, apesar da pequena escala, distinguem-se por sua qualidade e por sua característica altamente distribuída. Sua dispersão geográfica a aproxima dos consumidores, privilegiando, principalmente, as comunidades mais distantes das grandes cidades e, por consequência, dos grandes centros de distribuição.<sup>11</sup>

Segundo a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina FETRAF-SC, em todo estado são mais de 168 mil estabelecimentos de agricultores familiares que representam 90% dos estabelecimentos agropecuários.<sup>12</sup> Esse modelo é predominante no estado desde o início da ocupação e invasão das terras indígenas catarinenses, pelos imigrantes europeus. Pois segundo (SANTOS; ZANINI, 2003) “ao se instalarem em pequenas colônias no Sul do Brasil, os imigrantes europeus buscavam, pelos parâmetros da política de colonização brasileira do

---

Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 12 de maio de 2018.

<sup>10</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/agricultura-familiar>; Acesso em 15 de Maio de 2018;

<sup>11</sup> COMPETÊNCIAS DIGITAIS PARA A AGRICULTURA E FAMILIAR. A importância da agricultura familiar. Disponível em: Acesso em: 12 de maio de 2018

<sup>12</sup> FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA. Agricultura familiar. Disponível em: <http://fetrafsc.org.br/a-fetraf/quem-somos/>. Acesso em 12 de maio de 2018;

final do século XIX, reproduzir o modelo camponês europeu”<sup>13</sup>. Junto desse modelo outras características permaneceram no dia a dia do campo, como a concepção de trabalho. Através de incentivos do estado foi construída junto aos imigrantes teuto-brasileiros, uma identidade fixada no trabalho, pois era necessário que o mesmo ganhasse uma visão positiva, impulsionando a ideia de criar uma sociedade ordeira para conduzir o país no sentido do progresso e assim para a “civilização”.

A questão da “superioridade do trabalho alemão” sempre foi usada para fundamentar a ideologia do grupo étnico teuto-brasileiro: “ (...) a aparente auto-suficiência dos imigrantes, numa zona pioneira como o Vale do Itajaí no século XIX, é vista como o exemplo prático, histórico, da superioridade do trabalho dos colonos alemães, que primeiro povoaram aquela região.”<sup>14</sup>

Essa suposta “superioridade” se daria pelo sofrimento que o imigrante europeu teve que enfrentar quando chegou nessas terras, e das grandes dificuldades que o mesmo teve que superar como no caso das enchentes em Blumenau na década de 1980, todo esse processo teria feito com que essas pessoas se tornassem ainda mais forte e que o trabalho seria o caminho para conseguir resultados, instituindo o trabalho como um dever, e algo dignificante.

A disseminação destes discursos permanece presente nos dias atuais em diversas famílias descendentes de imigrantes europeus, que ainda vivem na região, e tem como fonte de renda a agricultura. Isso por que, tal discurso reafirma a força do trabalhador “colono”, que merece ser homenageado pelos grandes esforços.

O “trabalho alemão” era tomado como justificativa para a afirmação da cidadania brasileira. Por outro lado, servia também

---

<sup>13</sup> ZANAZZI, N. R.; JAHN, A.F.; Juventude Semeando Terra Solidária: Um projeto de vida social. In: **II Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, 2013, Curitiba, Universidade federal do Parana – UFPR, 2013, p 09;**

<sup>14</sup> SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, n° 37, p. 17, 1982.

para os teuto-brasileiros pleitearem o direito de continuarem sendo “alemães” culturalmente.<sup>15</sup>

O problema é que esse estereótipo contribuiu e contribui para fomentar tanto na constituição dessas famílias uma insistência em um discurso racista e conservador, que acaba recaindo principalmente sobre a concepção da família, e do trabalho, afetando diretamente o lugar dessas mulheres, nessa sociedade.

A imagem da mulher luso-brasileira – como ociosa, fútil, desleixada servia de contraponto à imagem da alemã – limpa, ordeira, trabalhadeira, e também no sentido de diferenciação dos teuto-brasileiros enquanto grupo étnico.<sup>16</sup>

Essa concepção da “Loira trabalhadeira” ao mesmo tempo em que fomenta um discurso de uma raça e identidade superior, vai contribuir na criação de um modelo de padrão para a mulher da “colônia” e também para mulheres que não se vêm nessa mesma identidade, pois juntamente com essa concepção o discurso religioso e moral irá promover formas de controle e submissão da mulher agricultora, vistos até nos dias de hoje.

A mão de obra no campo vem da própria família, dessa forma, ter uma família numerosa muitas vezes significa obter mais lucro com o trabalho. Por conta disso à mulher que vive nesse meio, desde que nasce, carrega consigo um estigma, de que por ser mulher ela não serve para o trabalho braçal, logo passa a ser vista como mera colaboradora com os serviços considerados inferiores da propriedade. Como podemos perceber na fala da agricultora familiar Arlete Bloemer de Souza, de 48 anos, moradora de Rio Fortuna:

Na minha opinião as próprias agricultoras veem o trabalho que fazem próximo da casa como cortar lenha, cuidar dos animais,

---

<sup>15</sup> FROTSCHER, Méri. Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Pg 08.

<sup>16</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres na colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. P. 53;

cuidar da horta, como uma continuação dos trabalhos que elas fazem na casa, elas não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, só vem o trabalho que fazem como o trabalho de casa.<sup>17</sup>

O trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, as tarefas de subsistência familiar, são vistos como um não-trabalho, por não trazerem lucro efetivo para o meio familiar, e justificando um discurso de que o trabalho que a mulher faz na propriedade não é trabalho e sim “serviço de casa”. De acordo com a Agricultora Adelina Boeing Bloemer de 53 anos, moradora de Rio Fortuna:

Nós agricultoras ainda sofremos muita discriminação. Por muitas vezes não podemos acompanhar as mudanças andar na moda por nós sermos colonas. No serviço somos vistas como alguém que está sempre ali do lado só pra ajudar, mas acho que antes ainda era bem pior. Hoje como sempre a mulher trabalha na roça igual ao homem e em casa trabalha sozinha. O trabalho que a mulher faz na roça é olhado como uma ajuda e na verdade trabalha até mais e quando chega em casa fica com todas as tarefas da casa.<sup>18</sup>

A área rural ainda é um ambiente essencialmente patriarcal, já que dentro desse meio o homem é visto como o responsável pela família e pelos negócios, assumindo um papel julgado como mais importante, já que trabalha para o sustento da família. Por conta disso o trabalho doméstico feito pela mulher, ainda nos dias atuais, não é visto com a devida valorização.

A situação de opressão e subordinação da mulher no campo passa pela naturalização do papel do homem e da mulher, que está ligada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> SOUZA, Arlete Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza em 19 de Novembro de 2017;

<sup>18</sup> BOEING, Adelina Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza em 19 de Novembro de 2017;

<sup>19</sup> HERRERA, Karolyna Marin. **DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Ufsc, Florianópolis, 2015. Pg 17;

Nessa divisão fica na responsabilidade da mulher, todo o trabalho que se considera doméstico da propriedade, todo o cuidado com os animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, pois eles ficam caracterizados como essenciais na alimentação, que de acordo com essa visão, está entre os deveres dessas mulheres. Para a Arlete:

O serviço da mulher só passa a ser visualizado quando ele passa a ser lucrativo, podemos usar o caso do leite na nossa região, antes de valorização do mesmo, tirar leite das vacas não era nem considerado um trabalho, era visto como tarefa da casa, pois ele servia para a subsistência da família, e hoje se tornou a principal renda da maioria das famílias.<sup>20</sup>

Não é comum ver mulheres como futuras sucessoras das propriedades, já que na maioria dos casos, quando ocorre a partilha da herança entre os filhos, dificilmente ela recebe sua parte, sendo destinadas as filhas mulheres, certa quantidade de dinheiro ou casas geralmente nas cidades, contribuindo diretamente no êxodo rural. Para agricultora familiar Lucilene Assing de 33 anos, moradora de Santa Rosa de Lima:

Parece que elas nunca trabalham o suficiente e para os homens fazer qualquer trabalho de casa (na casa deles) é fazer um favor pra mulher. A dificuldade da distribuição de renda, poder decidir ou participar da decisão dos investimentos na propriedade.<sup>21</sup>

O envelhecimento da população rural atualmente também é algo realmente preocupante, e o êxodo rural principalmente por parte das mulheres tem contribuindo para esse processo. As causas desse abandono do meio rural estão ligadas diretamente com as condições em que essas mulheres. Atualmente, de maneira geral quando atingem a maioridade as filhas desses agricultores/as são

---

<sup>20</sup> SOUZA, Arlete Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 19 de Novembro de 2017

<sup>21</sup> ASSING, Luciene, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 15 de maio de 2018

incentivadas a partirem para o meio urbano para estudarem ou trabalharem como assalariadas. Processo esse que ficou muito claro em diversos dos depoimentos que contribuíram para essa pesquisa, como podemos perceber na fala da Agricultora Arlete Bloemer de Souza, “Quando meu pai veio a falecer, minha mãe repartiu entre meus irmãos partes da propriedade da família, para mim e minhas irmãs ela deu uma quantidade de dinheiro”.<sup>22</sup>.

No dia a dia do campo fica presente uma rigorosa forma de controle familiar e comunitário, principalmente em relação às mulheres, que são cobradas principalmente com a moral sexual e familiar. Como podemos perceber no relato da Agricultora aposentada Antonina Dacorégio Bloemer de 84 anos de Rio Fortuna, “Nós tínhamos que ser exemplo, a mãe ensinava desde pequena que a gente tinha que se comportar na frente dos outros, aí quando casava tinha que obedecer o marido, não tinha jeito.”<sup>23</sup> Da mesma forma como coloca a Agricultora Leonilda Boeing Bauman, moradora de Santa Rosa de Lima:

Ainda existe muita violência contra mulher no campo. Contra as mulheres e contra as crianças também, pelo menos ultimamente a gente tem ficado sabendo de muitos casos aqui na nossa cidade e as mulheres realmente ainda sofrem muita violência e ficam caladas, porque não tem coragem de se manifestarem.<sup>24</sup>

Essas mulheres vivem sobre constante medo e vulnerabilidade dentro de suas próprias casas, e estão condicionadas a essa realidade por diversos motivos, pressão familiar, pressão da comunidade, medo da perda dos filhos, medo da solidão, medo de retaliação ainda mais violenta, a dificuldade financeira, já que muitas delas são dependentes financeiras dos maridos e não tem sequer acesso a conta da família entre outros fatores.

---

<sup>22</sup> SOUZA, Arlete Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 19 de novembro de 2017

<sup>23</sup> BLOEMER, Antonina Dacorégio, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 19 de novembro de 2017.

<sup>24</sup>BAUMAN Leonilda Boeing, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 13 de maio de 2018

É devido à resistência que essas mulheres têm mantido perante todas essas dificuldades que perpassam o dia a dia na vida delas no campo, e que os movimentos das mulheres irão começar a surgir. Segundo (BONI, 2013). “Poucas insistiam em se associar, sendo que os sindicatos não incentivavam a filiação das mulheres. Elas não eram consideradas agricultoras, eram esposas de agricultor”.<sup>25</sup>Inicialmente no nosso estado surge por volta de 1980 o MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras, (Atualmente MCC), tendo como uma das primeiras lutas as disputas de sindicatos e suas renovações. Mas em muitos municípios além dos sindicatos, os clubes de mães ou CEBs Comunidades Eclesiais de Base, trabalho desenvolvido pela Igreja católica mais progressista que os princípios da Teologia da Libertação, serão os primeiros espaços de discussões e articulações.

Uma publicação de 1990, do movimento, registra com uma tonalidade própria a origem e expansão do movimento: "Nos primeiros municípios iniciou por volta de 1982 e 1983 mas foi em 1985 e 1986 que o movimento de mulheres soma forças e se alastra a varios municípios do Estado, onde cada vez mais as mulheres passam a se interessarem em levar suas bandeiras de luta com garra e com vontade de discutir os problemas do dia a dia da mulher e a importância de estar junto com seus companheiros nas lutas de classe."<sup>26</sup>

Na Região Sul esse movimento ira se iniciar por esses mesmo caminhos, através da pastoral da terra, em meio aos grupos de Jovens, onde se inicia discussões como a permanência das mulheres no campo criando espaço para um coletivo de mulheres, onde através das pautas trazidas pelas pastorais e pelo MMA, irão ocorrer diversos minicursos e reuniões em várias cidades, como Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Grão Pará, Braço do Norte, Cocal do Sul.

---

<sup>25</sup> BONI, Valdete. **de agricultoras a camponesas**: O movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2012. Pg 36

<sup>26</sup> CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do campo**: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política., Ufsc, Florianópolis, 1991.

O MMA/SC se organiza desde os grupos de base no interior dos municípios. Cada grupo tem duas mulheres líderes que formam a direção municipal. Da Direção Municipal duas líderes compõem a Direção Regional. Cada regional escolhe duas mulheres para compor a Direção Estadual. A instância máxima de decisão são as assembleias municipais, regionais e estadual, que acontecem a cada três anos, onde se define as linhas políticas e são eleitas as novas direções.<sup>27</sup>

Vão ser nesses espaços que as agriculturas irão encontrar lugar de fala, desabafo, apoio e sonoridade, é nesse meio que elas irão se organizar e produzirem outras formas de rendas buscando uma independência financeira. De acordo com a Agricultora Arlete Bloemer:

Na nossa região os movimentos tiveram um papel fundamental principalmente nas conquistas de políticas específicas para as mulheres, podendo citar a previdência social, pronaf mulher, habitação rural. No âmbito específico podemos dizer que as mulheres que participam diretamente nos movimentos têm a vida transformada, pois a liberta de tantas mazelas que elas estão submetidas.<sup>28</sup>

É nesse meio que elas passam a se sentir fortalecidas, onde passam a se ver mais autônomas e com uma auto-estima maior, lhes proporcionando a visão de que a vida no campo é viável, e que nenhuma mulher deve ser condicionada a situações degradantes, como por anos tem ocorrido. Com essa aproximação e fortalecimento as mulheres que passam a participar ativamente do movimento, e por conta disso passam a ser vistas muitas vezes como desordeiras, subversivas, tanto pela família quanto por uma parte mais conservadora da igreja, já que mesmo que os movimentos tenham se iniciado por uma vertente mais progressista “a Igreja

---

<sup>27</sup> MMA/SC (2000, p.21 apud SALVARO, G. I. J., LAGO, M. C. S., & WOLFF, C. S., 2013), p.80;

<sup>28</sup> SOUZA, Arlete Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza em 19 de Novembro de 2017;

Católica sempre se posicionou contra o Feminismo, sem detalhar ou justificar tal posição, colocando apenas que os ideais do Feminismo seriam prejudiciais ao bom relacionamento familiar”<sup>29</sup> Segundo a Agricultora Lucilene Assing:

A mulher no meio rural nesta época foi criada/educada para ser submissa, ter filhos e ficar em casa, então pensar diferente foi um desafio. A própria família aceitar a igualdade. Aceitação no mercado de trabalho nas cooperativas e associações, isso tudo por conta da cultura machista passada de geração em geração. Mas também ocorreu muitas conquistas como as participações em capacitações e reuniões, ser ouvida, ter seu trabalho valorizado e remunerado, ter independência.<sup>30</sup>

Apesar da atuação dos Movimentos sociais do campo ocorrerem de forma muito mais efetiva no Oeste do estado, nossa região também conseguiu ter alguns avanços perante as organizações. Pois, devido às dificuldades da pequena produção e principalmente as condições da vida dessas agriculturas, foram cruciais os papéis das organizações políticas, sindicais, e dos CEBs na formação de consciência política. De acordo com a agricultora Arlete:

A minha participação no Movimento de Mulheres se iniciou com a Pastoral da Terra na nossa cidade, mas meu engajamento efetivo começou quando iniciei no curso Terra Solidária um programa de educação que articula a escolarização no meio rural e que proporcionava a capacitação profissional e a formação "política" dos alunos, era um projeto desenvolvido pela Escola Sindical da CUT e a FETRAF-SUL e financiado pelo FAT. Foram nesses encontros que as discussões que traziam a mulher como pauta que foram surgindo cada vez mais, e a partir daí o coletivo de mulheres foi aumentando e criando suas próprias pautas.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do campo**: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Ufsc, Florianópolis, 1991, p.30;

<sup>30</sup> ASSING, Luciene, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza, em 15 de maio de 2018;

<sup>31</sup> SOUZA, Arlete Bloemer, entrevista concedida a Rayane Layra de Souza em 19 de Novembro de 2017

É por meio desses espaços, é que as mulheres agricultoras passam a se ver de outra forma, buscando assim uma autonomia, um empoderamento, para que conseqüentemente possam se libertar dos preconceitos, violência física ou moral, do severo controle imposto em cima de sua sexualidade, podendo ter dessa forma uma perspectiva de um futuro melhor em suas vidas, e na sucessão do campo. Mudanças significativas ocorreram devido a esse processo, através das pequenas agroindústrias das cooperativas, como o novo modelo de sindicalização, onde a mulher passa a ser vista como associada, onde as próprias mulheres passam a assumir cargos de lideranças dentro de organizações e cargos políticos, como prefeitas e vereadoras.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das "mulheres", o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação.<sup>32</sup>

Contudo, nas memórias dessas mulheres foi possível perceber diversos aspectos que demonstram uma vivência construída em ambiente extremamente dominado pelo patriarcado, espaço esse que as tem instituído inúmeras formas de opressão. Em suas falas podemos encontrar em diversos aspectos da subordinação impostas a elas pela construção dessa identidade, as proporcionando a impressão devem ser exemplos em meio da sociedade, que devem ser passivas a seus pais e maridos, e em meio ao trabalho diário não se verem como trabalhadoras. Essa estrutura familiar fundada no patriarcado, tem sujeitado a essas agricultoras concepção de "ajudantes" durante anos e mesmo com todas as conquistas alcançadas pelas mulheres ainda está muito presente.

---

<sup>32</sup> BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004. Pg 19

Tornando a sucessão no campo algo inviável para a maioria dessas mulheres, pois junto a não valorização e a invisibilidade de seu trabalho, muitas vêm na fuga do meio rural um alívio dessa opressão, que por muitas vezes não é alcançado já que o ambiente urbano e o trabalho assalariado não as tornam livre de outras opressões.

Sendo assim, não podemos deixar de enfatizar, que devemos direcionar nossos olhares para o dia a dia dessas trabalhadoras, já que mesmo esses movimentos as representando, e avançando gradualmente em suas conquistas, suas demandas se dão realmente no campo, se dão na “lida”, compreendendo a importância da sua permanência no campo e suas necessidades como mulheres e como trabalhadoras, assim poderemos proporcionar a elas maior visibilidade e reconhecimento. E talvez com esse olhar as políticas públicas poderão realmente atender as necessidades dessas mulheres, que vem empreitando duplas jornadas de trabalho, sofrendo diversos tipos de exploração, violência, falta de respeito.

### **Fontes orais**

Adelina Boeing Bloemer é agricultora, tem 53 anos, moradora do município de Rio Fortuna, participou da pastoral da terra e do coletivo de mulheres de Rio Fortuna e região;

Antonina Dacoregio Bloemer é Agricultora aposentada, tem 84 anos, moradora do município de Rio Fortuna;

Arlete Bloemer de Souza é agricultora, tem 48 anos, moradora do município de Rio Fortuna, foi umas das lideranças do movimento de mulheres na região sul;

Dione Bagio Loch Peterson é agricultora, tem 43 anos, moradora do município de Rio Fortuna;

Leonilda Boeing Bauman é agricultora, tem 50 anos, moradora do município de Santa Rosa de Lima;

Lucilene Assing é agricultora, tem 33 anos, moradora do município de Santa Rosa de Lima;

Juliana Del Canali Raske é agricultora, tem 23 anos, moradora do município de Rio Fortuna;

## Referências

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acessado em 12 de maio de 2018;

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004;

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o movimento de mulheres camponesas de santa catarina e suas práticas. 2012. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Ufsc, Florianópolis, 2012;

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003;

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do campo**: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política., UFSC, Florianópolis, 1991;

COMPETÊNCIAS DIGITAIS PARA A AGRICULTURA E FAMILIAR. A importância da agricultura familiar. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br/agricultura-familiar/a-importancia-da-agricultura-familiar> . Acesso em: 12 de maio de 2018;

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA. Agricultura familiar. Disponível em: <http://fetrafsc.org.br/a-fetra/f/quem-somos/>. Acesso em 12 de maio de 2018;

FROTSCHER, Méri. Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis;

- HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento:** uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2015;
- MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. **Memórias do cotidiano de mulheres agricultoras: criciúma (1930-1950).** 2005. 52 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, UNESC, Criciúma, 2005;
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA. Disponível em: [HTTP://WWW.SANTAROSADELIMA.SC.GOV.BR/CMS/PAGINA/VER/CODMAPAITEM/35343](http://www.santarosadelima.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codmapaitem/35343) . Acessado em: 20/05/2018;
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA. Disponível em: [HTTP://WWW.RIOFORTUNA.SC.GOV.BR/CMS/PAGINA/VER/CODMAPAITEM/22509](http://www.riofortuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codmapaitem/22509). Acessado em: 20/05/2018;
- SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI\*, Maria Catarina C. COLONAS ITALIANAS NO SUL DO BRASIL: ESTIGMA E IDENTIDADE. in: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **MULHERES CAMPONESAS:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Qualidade, 2003;
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, p.82, 2005;
- SALVARO, G. I. J., LAGO, M. C. S., & WOLFF, C. S. (2013). “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*;
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992;
- WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres na colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- ZANAZZI, N. R.; JAHN, A.F.; Juventude Semeando Terra Solidária: Um projeto de vida social. In: **II Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, 2013, Curitiba, Universidade federal do Paraná – UFPR, 2013, p 09;**



## Por uma sociologia durkheimiana das Festas do Divino Espírito Santo no Brasil Meridional

*Ana Carine Cerva*<sup>1</sup>

### Introdução

No decorrer de um século da morte de Durkheim, busca-se na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa* uma importante teoria para o estudo do fenômeno religioso pelas Ciências Sociais na contemporaneidade. À luz de noções durkheimianas acerca da religiosidade popular, trata-se das dinâmicas das Festas do Divino Espírito Santo, em uma comunidade de diáspora luso-açoriana no Extremo Sul do Brasil e suas origens lusitanas. Procura-se com este estudo analisar a relação existente entre o culto religioso popular e os vínculos que unem os indivíduos à sociedade da qual são membros. Segundo Durkheim, o objeto principal da religião é um sistema de noções por meio do qual os indivíduos representam a sociedade da qual são membros e as relações íntimas estabelecidas com ela (DURKHEIM, 2009, p. 234). O artigo proposto dialoga com as investigações que iniciaram por volta de seis anos, acerca da *memória coletiva e identidade étnica* da comunidade rural dos Campos de Cima da Serra da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, a população do distrito de Vila Seca. Considera-se

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa: Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos (CNPQ).

que os vilasequenses compõem seus hábitos a partir de uma geografia peculiar, uma vez que o distrito insere-se numa região de transição entre a Colônia Italiana e os Campos de Cima da Serra. A biodiversidade característica da localidade deve-se a constituição de um ecossistema formado por Campos e Floresta Ombrófila Mista, que compõe um mosaico de campos e de floresta de *Araucária Angustifolia*. A ocupação dos Campos de Cima da Serra por populações, para além das autóctones<sup>2</sup>, deve-se em muito ao fenómeno do Tropeirismo (CERVA, 2014, p. 77-83; 93-98). O ciclo do comércio por mulas cargueiras inicia-se, nos Campos de Cima da Serra, com a abertura de um picadão que atravessaria a região, nomeadamente em dezembro de 1876. A inauguração da estrada se dá em 27 de maio de 1883 por Manoel Barata Goes, engenheiro-chefe da Colônia de Caxias. O caminho iniciava na localidade de Ana Rech seguindo à direção de São Francisco de Paula, através do qual atravessava Vila Seca. Ao pensar nos dias atuais, a trilha passava pelas cidades de Canela, Vacaria, Bom Jesus, Cambará do Sul e São Francisco, descia a Serra Gaúcha e interligava-se ao Estado de Santa Catarina (DALL'ALBA. et al., 1997, p. 118-119, v. 2). O território de Vila Seca pertenceu a São Francisco de Paula desde a sua fundação em aproximadamente 1912 até 1939. A partir do Decreto Estadual n.º 7.842, de 30-06-1939, Caxias do Sul adquiriu do município de São Francisco de Paula o distrito de Vila Seca (IBGE, 2018). Por meio desta mudança jurídico-administrativa as pessoas da região da “colônia Italiana” e dos “Campos de Cima da Serra” passam a denominarem-se caxienses. Os contrastes interétnicos proporcionam a mobilização de sistemas de representação que delimitam as fronteiras étnicas entre “nós”, os vilasequenses, e “eles”, os caxienses. O elemento central da Teoria barthiana da Etnicidade constitui-se da noção dos grupos étnicos e suas fronteiras. Para Fredrik Barth a etnicidade somente pode ser

---

<sup>2</sup> Pesquisadores do processo de povoamento dos Campos de Cima da Serra relatam que povos autóctones viveram nestas paragens antes da chegada dos europeus (RIZZON; POSSAMAI, 1987; DALL'ALBA. et al., 1997; BARROSO, 1997).

estabelecida a partir de uma “linha de demarcação” entre membros e não membros (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). Compreende-se, assim, que para além de *commodities* agrícolas, o espaço social rural produz a autovalorização de identidades étnicas, portanto, a etnicidade mostra-se como um importante fator de reprodução da população do campo (CERVA, 2014, p. 10).

Dedicar-me-ei, ao logo deste artigo, em detalhar as festas contemporâneas do Espírito Santo, por vê-las como exemplos de ritos do catolicismo popular que se manifestam em comunidades morais. Para Durkheim (2012, p. 128), as comunidades morais são constituídas de indivíduos que se vincularam a determinados grupos sociais, cujos interesses coletivos têm supremacia sobre os interesses individuais. Nestes coletivos há uma comunhão de ideias e sentimentos afins que movem as ações do grupo, no caso investigado, a promoção anual das vivências do culto ao Divino Espírito Santo. Objetiva-se, portanto, analisar como um ritual religioso popular pode além de exercer o bem-estar coletivo, ainda, restabelecer as forças morais da comunidade de praticantes. Procura-se articular, através do estudo do rito, a relação de complementaridade entre o fenômeno da religião e o fenômeno da moral.

O arranjo deste estudo é constituído, em primeiro lugar, pelos resultados das pesquisas acerca das origens das Festas do Espírito Santo em Portugal e suas manifestações atuais. Tais análises são produto das investigações de doutoramento realizadas, em Portugal, desde o ano de 2015. Em segundo lugar pelos diálogos entre as pesquisas empíricas e teóricas sobre a experiência religiosa de uma comunidade luso-açoriana na América Meridional, iniciadas nas investigações do Mestrado Acadêmico entre 2012 e 2014 (CERVA, 2014). Todavia, atualizados pelas novas pesquisas empíricas e estudo minucioso da teoria durkheimiana acerca das atitudes rituais.

A seguir, far-se-á uma breve digressão à gênese das Festas do Espírito Santo em Portugal. A análise dessa tradição mostra sua

importância na observação de como os atores sociais reconstruem as festas do Espírito Santo lusitanas, nos dias de hoje.

## 1. As origens das Festas do Divino Espírito Santo em Portugal

Alguns historiadores portugueses consideram ser um mito a atribuição da origem do culto do Espírito Santo em Portugal, na idade média, por Dona Isabel, infanta aragonesa e rainha consorte de Portugal. O medievalista Pedro Picoito<sup>3</sup> demonstrou que a lenda acerca da autoria das festas do Espírito Santo pelos reis D. Isabel e D. Dinis surge no século XVII, período em que ocorreu o processo de canonização da Rainha Isabel e instituição de sua memória oficial. Em 28 de abril de 1625, em consistório semi-público decide-se pela canonização da rainha D. Isabel, cuja solenidade de sentença pontifícia ocorre em 25 de maio do mesmo ano, sobre o papado de Urbano VIII (VASCONCELOS, 1993, p. 447, v. I). A obra *O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente*, de Rui Pinto Azevedo, traz registros históricos da existência da Confraria do Espírito Santo de Benavente, por volta de 1234, anterior à presença da Rainha Dona Isabel em Portugal. Para este autor:

[...] estes monarcas foram apenas os reformadores de uma festividade bem mais antiga, cuja gênese se descobre na cláusula do próprio compromisso da confraria que manda celebrar todos os anos um «convite» ou bodo aos pobres no dia do Espírito Santo. (AZEVEDO, 1963, p. 12)

Entre os testemunhos produzidos nos ambientes monástico-conventuais nos séculos XVII e XVIII, os quais narram o

---

<sup>3</sup> Apresentação do professor Pedro Picoito das origens do Culto ao Espírito Santo, *Congresso Internacional do Espírito Santo: Gênese, Evolução e Atualidade da Utopia da Fraternidade Universal*, em 2016, cidade de Coimbra. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=garWd-tqlrE&list=PLxQV1QOEVLs4ZKKLWBB4VWQod9RIWgBpP&index=5> > Acesso em 25 de março de 2018.

comportamento caridoso e o compromisso de D. Isabel com a Confraria do Espírito Santo, destacam as hagiografias de D. Rodrigo Cunha (1642), de Frei Manuel da Esperança (1666) e de D. Fernando Correa de Lacerda (1735).

Em *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, D. Rodrigo Cunha relata no capítulo XVII da segunda parte do livro, que a rainha Santa Isabel fundou em Alenquer uma igreja suntuosa em honra do Espírito Santo. Ademais, “Ela e o Rei Dom Dynis forão os autores da festa, que se chama do Spírito Santo, cuja solenidade foy tão celebre por todo o reyno”. Segundo D. Rodrigo, o principal momento das celebrações religiosas transcorria na Procissão do Espírito Santo, no sábado, véspera de Pentecostes, “como ouvimos contar aos antigos” (CUNHA, 1642, p. 122).

Outro hagiógrafo da rainha Isabel, o franciscano frei Manuel da Esperança, em *História Seráfica dos Frades Menores na Província de Portugal*, afirma que o rito ao Espírito Santo surge igualmente com a edificação da Igreja, do Hospital e da Confraria do Espírito Santo, em Alenquer. Tais empreendimentos foram obras do poder régio deste casal:

Foi também à dita S. Rainha instrumento milagroso do grande poder de Deos na fundação desta insigne Igreja. Apareceo lhe em sonhos o Espirito divino, Terceiro Pessoa da Santissima Trindade, & Consolador das almas, advertindoa, que lhe fizesse hum templo dedicado a seu nome, do qual ella em acordando do sono tratou com muita presteza.[...]

Mas ambos de mão comum lhe applicaraõ a renda, proveraõ a sancristia, formaraõ o hospital, & assentarão as festas, que se devião fazer a o Espirito Santo pelo discurso do tempo, levantando confraria, encabeçada nos nobres, que sempre as sustentasse. Do Imperio, & procissão da Candea tenho já dado noticia. [...] Ordenouse no compromisso antigo, que se fizesse hum vodo a os irmãos, & devotos no dia da sua festa, no qual se costumavão gastar cento, & trinta alqueires de trigo com a carne de sete touros, que primeiro se correm na sesta feira, a qual por essa rezaõ foi chamada dos antigos a *sesta feira das Vacas*. (ESPERANÇA, 1666, p. 283-284)

Os relatos de Esperança (1666) descrevem que as festas ao Espírito Santo foram instituídas em Alenquer, após o término da construção da Igreja em honra a este culto, o qual teve a participação financeira do rei D. Dinis. Todo o arranjo das festas realizava-se em torno da coroação do Imperador, ademais, fazia-se a procissão de candeia, o bodo oferecido aos devotos da festa com a oferta de trigo e carne de sete touros que corriam *na sexta-feira das Vacas*.

No século XVIII, D. Fernando Correa de Lacerda, em *História da Vida, Morte e Milagres, Canonização, e Translado de Santa Isabel: Sexta Rainha de Portugal* descreve detalhadamente como as festas do Espírito Santo surgem na ocasião da conclusão da Igreja em sua honra e da Confraria em seu louvor, em Alenquer. Os reis mandaram consideráveis ajudas de custo, a fim de que se fizesse a maior solenidade. D. Fernando também relata que nestas ocasiões fazia-se a representação do Império e a procissão da candeia. No dia da ressurreição de Cristo todo o povo e a nobreza da vila de Alenquer participavam da procissão. Um homem representava o Imperador, ainda, havia a atuação dos reis e de três pajens, estes últimos levavam as coroas. A procissão da manhã partia do Convento de São Francisco e a procissão da tarde partia da Igreja do Espírito Santo (LACERDA, 1735, p. 196-197).

Os registros supracitados demonstram nas festas tradicionais do Espírito Santo, de Alenquer, a existência de alguns ritos, tais como, a representação do Império, as procissões da candeia e a oferta do bodo à população, na altura de Pentecostes. Além de citar a existência de objetos considerados sagrados, como a presença da Coroa nas procissões. Na contemporaneidade o culto ao Espírito Santo é praticado de forma escassa em Portugal Continental. Durante as pesquisas empíricas de doutoramento<sup>4</sup> deparou-se com

---

<sup>4</sup> As investigações empíricas constituíram-se de Observações Participantes das Festas Religiosas alusivas ao culto do Espírito Santo e à Rainha Santa Isabel com registros fotográficos e filmagens, Entrevistas Narrativas, Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental. A pesquisa empírica foi segmentada em três saídas de campo que totalizaram seis meses de imersão em Portugal, entre os

a existência de variações destas festas na cidade Templária de Tomar e na Freguesia de Eiras, em Coimbra. Verificaram-se nas duas festividades à existência de elementos presentes nas celebrações tradicionais do Espírito Santo. A reconstrução das festas de Eiras pode ser visualizada na monografia *Freguesia de Eiras: a sua história (do século décimo ao século XXI)*, de Pinho Carlos Santos Pinho (PINHO, 2008, p. 420-437). Tratar-se-á com detalhes os registros das festas do Espírito Santo, em Portugal, na tese de doutorado que se desenvolve cuja defesa ocorrerá em março de 2019.

## **2. A herança portuguesa da religiosidade popular Brasil Meridional: o estudo do ritual do Divino**

Ao investigar a religiosidade popular em comunidades homogêneas, como é o caso de dos praticantes do culto do Divino Espírito Santo de Vila Seca, observa-se que este fenômeno mobiliza indivíduos, em períodos cíclicos, a uma série de práticas rituais. A adesão de indivíduos a um grupo social, como é o caso dos festeiros de honra das festas do Divino Espírito Santo, eleva as ações destas pessoas acima de fins privados, no período da realização das festividades. Vê-se neste corpo social revigorar uma fisionomia e uma personalidade próprias. As realidades vivenciadas pela comitiva de festeiros e pelos fiéis católicos envolvem-se de uma espécie de conduta moral. Segundo o sociólogo, o fato de os integrantes vinculados a uma mesma coletividade comungar de um mesmo ideal faz com que, entre eles, exista uma espécie de força centrípeta, que se volta às questões internas da vida do grupo (DURKHEIM, 2012, p. 87-89).

A tradição das festas do Espírito Santo provém do processo de ocupação portuguesa no Extremo Sul do Brasil, na região

denominada de Província de São Pedro, hoje território do Rio Grande do Sul. A conquista desta região ocorreu de forma tardia em relação ao restante do país (BARROSO, 2012, p. 57-58). Segundo o General Borges Fortes:

Casaes... Foi essa a denominação que passaram para a tradição e para a historia de nossa gente os colonizadores do Sul do Brasil, originarios das Ilhas dos Açores.

Nos tempos coloniaes eram chamados casaes, nos documentos publicos, as familias de emigrantes que Portugal destacava de sua população para virem augmentar a das terras de sua soberania, creando com ella os nucleos de trabalho, civilização e defesa, indispensaveis para a radicação do poderio lusitano no território virgem da America Meridional. (FORTES, 1932, p. 7)

A presença dos *casaes* neste território antepõe-se a edificação de pontos estratégicos<sup>5</sup> de ocupação e consequente proteção contra os hispano-americanos. Sua chegada ocorre antes da vinda dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1875). Ao investigar o processo de ocupação luso-açoriano no Brasil Meridional objetiva-se realçar elementos étnicos da população que aqui se formou. Um destes aspectos trata-se do fenômeno do tropeirismo e sua relação com a composição identitária dos Campos de Cima da Serra da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul.

O cancionero regional, por meio de um conjunto significativo de expressões locais, demonstra o estilo de vida de determinada comunidade. Conheceu-se nesta região um investigador e músico das tradições e crenças deste povo, o Senhor Lindomar Alves Mendes. As letras de suas canções expressam nuances da cultura campeira e da religiosidade popular, tal como, o trecho da cantiga *Vila Seca dos Mananciais*:

---

<sup>5</sup> Para saber mais acerca dos empreendimentos de ocupação estratégica de Portugal, nas terras do Sul da América ver (FILHO, 1958, p. 30; GARCIA, 2010, p. 87-110; CERVA, 2014, p.90-93).

Chegamos por Vila Seca quando dobrarem os sinos  
 Ajoelhe lá na Capela e louve ao nosso Divino.  
 Devoção chegou a cavalo na garupa de um Tropeiro,  
 Se aquerenciou por aqui e hoje é nosso Padroeiro.  
 Divino Espírito Santo, aqui aprendeu a laçar,  
 A galope nas coxilhas, vive a nos abençoar,  
 Virou gaúcho conosco e até toma chimarrão,  
 /Divino Espírito Santo mora em nosso Coração/

Observou-se que a devoção do culto ao Divino Espírito Santo, pela população campeira de Vila Seca, reproduz-se ciclicamente por meio da reconstrução da memória coletiva e das relações de vizinhança entre seus membros. Constatou-se a permanência à adesão do culto ao Divino em ex-moradores do distrito, quando estes incorporam a figura do Alferes do Espírito Santo, e passam a ter a missão de convidar as famílias da nova comunidade a receber a visita da Bandeira do Divino. Os Alferes conduzem a comitiva de festeiros de Vila Seca às visitas de Louvação nas localidades na qual passaram a residir. Por meio deste caso, constata-se que, de tempos em tempos, o repertório de práticas dos fiéis passa por um processo de reconstrução para organizar e significar a vida comunitária. Segundo o sociólogo português Moisés Espírito Santo a compreensão da religiosidade popular,

[...] não está exclusivamente associada a uma classe social, econômica e culturalmente pobre; ela liga-se, sim, a um tipo de cultura que se transmite nas relações de vizinhança e na memória colectiva. [...] a religião popular é espontânea, de criação colectiva e pertencente ao fundo cultural da comunidade ou de uma classe popular homogênea, enquanto a religião católica e dominante obedece a esquemas intelectuais cuja trama é uma dogmática rígida e erudita. (ESPÍRITO SANTO, 1981, p. 15).

O fascínio que tenho em investigar as festas do Divino intensifica-se com a releitura que faço periodicamente de *As Formas* de Durkheim (2012). Para este teórico do totemismo, as representações religiosas não se bastam por si mesmas, uma vez que

não somente se mostram inseparáveis das experiências rituais, mas também exercem influência sobre um conjunto de crenças. A partir do entendimento de que a sociologia ocupa-se em explicar uma sociedade atual, considera-se que a análise do fenômeno religioso na contemporaneidade requer um estudo rigoroso acerca das práticas rituais (DURKHEIM, 2009, p. 313).

Os registros fotográficos e os relatos de moradores locais indicam que as festas em honra do Espírito Santo transcorrem em Vila Seva desde a década de 1930 (CERON, 2013).

Figura 1: Festa do Divino Espírito Santo em Vila Seca, em frente à Igreja matriz, 1930.



**Fonte:** Arquivo pessoal da senhora Elisete Medeiros Lauffer.

A elevação de Vila Seca à categoria de distrito está atrelada a criação do primeiro cartório de registros, possivelmente em 1911. A vida comunitária inicia-se no entorno de uma igreja que o povo local empenhou-se a construir. Em 06 de agosto de 1912 torna-se benta a primeira capela de madeira de Vila Seca (DALL' ALBA, et. al., 1987, p. 226-228).

A aproximação intensa entre os indivíduos, nos dias extraordinários que envolvem as festas religiosas, mobilizam as comunidades, sobretudo, modificam o conteúdo de suas

consciências, uma vez que se ativam sentimentos comuns que vivificam a identidade do grupo (DURKHEIM, 2009, p. 375-376).

Nos dias atuais, o período de festividades perdura cerca de 80 dias. As celebrações iniciam em fevereiro com a Missa Crioula, a entrega das Bandeiras do Divino aos quarenta de cinco Alferes e um jantar dançante. Durante os meses seguintes ocorrem as Louvações e a Cavalgada do Divino. As Louvações consistem em visitas da equipe de casais Festeiros de Honra e músicos da Comitiva das Festas do Divino Espírito Santo de Vila Seca nas residências, casas de comércio, indústrias e instituições públicas e privadas. A comitiva apresenta-se cantando a seguinte canção:

A Bandeira do Divino em nome da Providência  
Está pedindo licença pra entrar nesta residência  
O Divino Espírito Santo vem trazer fraternidade  
Vem trazer paz e saúde, amor e prosperidade, aí, aí.

As visitas missionárias são indicadas pelos casais de Alferes que habitualmente são pessoas que possuem “raízes” ligadas ao distrito de Vila Seca. Nos meses de fevereiro a maio, a comitiva faz cerca de oitocentas visitas à zona rural e urbana de Caxias do Sul e às cidades vizinhas, tais como São Marcos, São Francisco de Paula, Flores da Cunha, Sapiranga e Novo Hamburgo. Durante o rito de Louvação são declamadas músicas regionalistas de cunho religioso com a atuação de músicos que tocam gaitas e violão. Os Festeiros de honra fazem uma sequência de orações católicas, enquanto uma missionária dá a bênção à casa que os recebe conduzindo a Bandeira consagrada a todos os recintos e pessoas acamadas da família. Na ocasião das visitas os moradores ofertam uma refeição aos Festeiros de Honra e uma doação às festas de Vila Seca, que segundo Gonçalves e Contins (2008, p. 68), podem ser compreendidas como uma *contradáviva* oferecida ao Divino Espírito Santo, em recompensa às graças que serão concedidas. O rito se finda com a

despedida dos devotos ao estandarte do Divino e promessa de retorno no ano seguinte:

Deus vos salve os dedicados perante o Catolicismo.  
Preservando a liberdade, eliminando o escravismo.  
O Divino agradece a oferta recebida,  
Em troca estará presente todos os dias da sua vida, aí, aí.  
A Comitiva se despede, vai seguir o seu destino,  
Enquanto os devotos beijam o estandarte do Divino.  
O supremo lhe abençoe e os anjos digam amém.  
A bandeira vai embora pra voltar o ano que vem, aí, aí.

Em abril do ano corrente, acompanhou-se a comitiva dos casais festeiros de honra de Vila Seca, os músicos e os Alferes do Divino Espírito Santo em dois dias de Louvações nas cidades de Caxias do Sul, Sapiranga e Novo Hamburgo. Foram momentos de fé e de emoção em que os fiéis receberam em suas residências e estabelecimentos comerciais o cortejo de festeiros e o estandarte consagrado. A Bandeira de cor vermelha com a pomba branca ao centro traz os sete dons e carismas: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temos de Deus.

Figura 2: A senhora, há pouco tempo em viuvez, e seu pai recebem a comitiva de Vila Seca conduzida pelo Alferes do Espírito Santo.



Fonte: Acervo pessoal de Ana Carine Cerva.

Todo sistema de práticas que compõe as Louvações tem a finalidade de expor o sentimento e a ideia do sagrado, o qual se manifesta ao fiel no ato da visitação da Bandeira, cuja representação é a própria presença do Espírito Santo. A função desta reunião de pessoas em estado extraordinário de culto, no caso específico da Louvação do Divino, desperta no fiel certo estado de força moral e de confiança, que é a função primordial do culto (DURKHEIM, 2009, p.421-422).

Outra manifestação que compõe as festas do Divino de Vila Seca é a Cavalgada do Espírito Santo que ocorre desde o ano de 1994. Ela reúne centenas de cavalarianos, motociclistas e ciclistas que levam as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul e os estandartes do Divino Espírito Santo. Na Alvorada, após as rezas de proteção, os cavalarianos partem da Paróquia de Nossa Senhora da Caravaggio, em Ana Rech, até Vila Seca, para a bênção em frente à Igreja do Espírito Santo e, logo após participam do almoço campeiro. A Cavalgada incorpora elementos do tropeirismo, as lidas

campeiras, o espírito de vizinhança, a atividade pecuária e a religiosidade popular.

Figura 3: Cavalgada do Divino Espírito Santo de Vila Seca, 2013.



Fonte: Acervo pessoal de Ana Carine Cerva.

Na obra *O Rio Grande do Sul: a terra e o Homem*, de Harnisch (1941, p. 122-123), o autor mostra-nos sua compreensão para o termo *o gaúcho*: “Um homem montado a cavalo ainda não é um gaúcho. A dualidade do homem mais o seu cavalo, fundidos numa unidade, num novo ser, dizem ser o gaúcho”. A Cavalgada do Espírito Santo de Vila Seca faz-se presente nas festas do Divino da localidade em vinte e duas edições.

Após os trabalhos missionários das Louvações, as festa ocorrem no período de Pentecostes, que liturgicamente acontece cerca de cinquenta dias após a Páscoa. Na primeira quinta-feira de maio celebra-se o 1º dia do Tríduo, com a realização da Missa de Ação de Graças para os Alferes e devolução das Bandeiras e jantar com culinária típica campeira. Na sexta-feira, 2º dia do Tríduo, ocorre a Missa Crioula e jantar dançante. No sábado, 3º dia do Tríduo, celebra-se a Missa das Famílias e jantar dançante. No

domingo ocorre a Missa Festiva com procissão e a apresentação dos novos Festeiros de Honra do ano seguinte. Logo a seguir, realiza-se um almoço tradicional, o rifão, o leilão de terneiros e demais animais doados à festa, e uma reunião dançante à tarde. Dois sábados depois acontece o bodo, que consiste numa refeição especial as crianças carentes de Vila Seca e o sorteio pela Loteria Federal da premiação da rifa. No Domingo subsequente, encerra-se a Festas do Divino com a celebração de uma missa na qual se proclama o novo casal festeiro de honra. Realiza-se benção dos prêmios da rifa pelo vigário local e um almoço de encerramento.

Todo o encanto e a plasticidade que o *elemento recreativo* das festas do Divino proporciona ao praticante do rito é um dos princípios mais atrativos do culto positivo. Denomina-se assim, o culto positivo a todo um sistema especial de ritos cuja função mostra-se em regular e organizar uma sociedade a partir de relações positivas e bilaterais. Nos dias de cerimônias religiosas o fiel afasta-se do mundo profano e, verdadeiras comunidades aproximam-se e movimentam-se em estados de efervescência geral. Ao executar o dever ritual o praticante retorna com maior ânimo e coragem à sua vida cotidiana (DURKHEIM, 2009, p. 417).

Ao observar as festas do Espírito Santo, em qualquer comunidade que as pratique, veremos uma diversidade de símbolos, entre os quais se destaca a Bandeira do Divino, que como vimos, representa a própria presença do Espírito Santo entre os crentes. Compreende-se que o sentido e a razão de existência do símbolo sagrado pressupõe que, ao analisá-lo substitua-o pela realidade o qual expressa. A partir daí entendemos que a força moral que o símbolo exprime nada mais é do que uma força real. Assim, podemos chegar à percepção durkheimiana do sentido da vida ritual “em termos leigos e sociais” de que “o princípio do sagrado não é outra coisa senão à sociedade hipostasiada e transfigurada”. Durkheim atribui ao ritual, em *As Formas*, a mesma concepção da linguagem, das ciências, das artes, das crenças da moral. Para o

sociólogo, todas as faculdades características da natureza humana vêm, portanto, da sociedade (DURKHEIM, 2009, p. 374).

No percurso que se traçou neste artigo demonstra-se a atualidade da última obra que Durkheim publica em vida, *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912). Procurou-se articular no estudo das práticas dos rituais do Espírito Santo, na América Meridional, à relação existente entre o fenômeno religioso e o fenômeno moral.

### **Considerações finais**

A partir deste artigo propõe-se refletir sobre as configurações do catolicismo popular latino-americano, recorrendo à contemporaneidade das concepções durkheimianas acerca da presença da religião na vida de certas comunidades. Busca-se na teoria sobre os rituais totêmicos australianos a compreensão das atuais festas populares do Divino Espírito Santo, no Sul do Brasil. Pretendeu-se conduzir o leitor ao entendimento de que o praticante do rito religioso comunitário é capaz de renovar a força moral e revivificar a identidade do grupo. Estes devotos do Divino constituíram-se a partir de diásporas, inclusive a luso-açoriana na América Meridional. Todavia, as festas do Espírito Santo inovam-se conforme a incorporação de elementos regionais, tais como as festas do Divino do Rio Grande do Sul. Estas ocasiões são momentos extraordinários que mobilizam sociedades em verdadeiros processos de efervescência geral. À vinculação dos fiéis do Espírito Santo às comunidades morais movem estas pessoas às práticas cíclicas deste ritual religioso popular. Tais ritos têm no atributo recreativo e na prática da fé a vivência de sentimentos e o reforço de ideais. As práticas religiosas populares restabelecem a moral comunitária, realizam valores impessoais e estreitam os laços de solidariedade entre os membros do grupo. Ao estudar o ritual religioso como um fenômeno constituído por ações morais, admite-se a construção social de tal evento.

## Referências

ANDRADE, Maria Filomena. **Isabel de Aragão: rainha santa, mãe exemplar.** Lisboa: Temas e Debates, 2014.

AZEVEDO, Rui Pinto. **O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente**, 1963. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/5053>. Acesso em 23 de jan. 2018.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Os Açorianos no Rio Grande do Sul/Brasil: uma presença desconhecida. In: SOARES, António. **Açorianos no Rio Grande do Sul-Brasil IV.** Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 2012, pág. 55-75.

BARROSO, Véra Lucia. Açorianos no Povoamento do Litoral Norte do Rio Grande dos Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.) **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Edições EST, 1997, p. 33-39.

CERON, Ida Tereza. **Devoção ao Divino Espírito Santo: folias e bandeiras.** Santa Maria: Associação Franciscana Madalena Damen, 2013.

CERVA, Ana Carine. **Construção, Reconstrução e Disputa pela Memória e Identidade Étnica nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul: distrito caxiense da Vila Seca.** Porto Alegre: UFGRS, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102204>. Acesso em 10 jan. 2018.

CUNHA, D. Rodrigo Da. **História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa**, 1642. Disponível em: <http://purl.pt/12033>. Acesso em 15 de fev. 2018.

DALL'ALBA, João Leonir; TOMIELLO, Antônio e outros. **História do Povo de Ana Rech: paróquia.** Volume I - Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

DALL'ALBA, João Leonir; TOMIELLO, Antônio e outros. **História do Povo de Ana Rech: distrito.** Volume II - Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ESPERANÇA, Frei Manoel. **Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal** – Segunda Parte, 1666. Disponível em: [http://purl.pt/20706/3/hg-1231-v/hg-1231-v\\_item3/index.html](http://purl.pt/20706/3/hg-1231-v/hg-1231-v_item3/index.html). Acesso em 21 de fev. 2018.

ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

FILHO, Arthur Ferreira. **História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FORTES, João Borges. **Casaes**. Rio de Janeiro [Editora s.n.], 1932.

GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira Iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. Entre o Divino e os Homens: a arte nas Festas do Divino Espírito Santo. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/ao4v14n29>. Acesso em jan. 2018.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul: a terra e o Homem**. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1941.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=31431&view=detalhes>

LACERDA, D. Fernando Correa de. **História da Vida, Morte e Milagres, Canonização, e Translado de Santa Isabel: Sexta Rainha de Portugal**, 1735. Disponível em:

[http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15220K858E2S5\\_5675&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!451843~!15&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Fernando+de+Lacerda&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15220K858E2S5_5675&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!451843~!15&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Fernando+de+Lacerda&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1) Acesso em 10 de jan. 2018.

MENDES, Lindomar Alves. Vila Seca dos Mananciais. Compact Disc “Cantando a Poesia” (2012).

PINHO, João Carlos Santos. **Freguesias de Eiras**: a sua história (do século décimo ao século XXI). Coimbra: Junta de Freguesia de Eiras, 2008.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

RIZZON, Luiz Antônio; POSSAMAI, Osmar João. **Historia de São Marcos**. São Marcos: Ed. dos autores, 1987.

VASCONCELOS, António de. **Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, versão fac-similada da edição de 1891-1984, 1993, v. I.



## Harmonia e unidade étnica em xeque: imigrantes alemães nos processos-criminais (Vila de São João de Santa Cruz, RS, 1879-1905)<sup>1</sup>

*Jéssica Fernanda Arend*<sup>2</sup>

### Introdução

- “Se meu pai se encontrar com José Heigl<sup>3</sup>, há de acontecer uma desgraça.
- Melhor deixar José Heigl em paz, todo mundo sabe que ele é homem corajoso”.<sup>4</sup>

Christiano Nievesbuy<sup>5</sup> havia aconselhado ao jovem Alfredo Theodoro Stiegmayer<sup>6</sup>. Porém, este respondeu levando sua mão à cintura e dizendo que para a famosa valentia de Heigl, ele possuía uma pistola de dois canos.<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma síntese da monografia de conclusão de curso realizada em 2017 na Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista CNPQ.

<sup>3</sup> Possuía cerca de 30 anos de idade, era solteiro, não está explícito no processo, mas ao que tudo indica, era austríaco.

<sup>4</sup> Procuramos atualizar a linguagem dos processos-crime para a ortografia atual.

<sup>5</sup> Possuía 22 anos de idade, era solteiro, brasileiro, oficial de ferreiro.

<sup>6</sup> Filho de Francisco e Barbara Stiegmayer, possuía 18 anos de idade, era solteiro, agricultor, brasileiro, nascido em Santa Catarina, não sabia ler e escrever.

<sup>7</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Caixa 509, Estante 125, Maço 44, Processo nº 1908, 1897.

No dia seguinte, foi encontrado na beira da estrada, perto da fábrica de cadeiras de Melchior, ao lado do portão das terras de Adão Paulus, um homem morto junto com seu cachimbo e chapéu. Ele possuía em sua cabeça um tiro de pistola. Nesta estrada de chão, em que o mato acompanhava toda a sua extensão, não havia nenhum morador por perto, na verdade, ninguém morava muito próximo um ao outro.

Naquele dia, uma série de fatos, desconfianças e fofocas percorreram a Picada<sup>8</sup> Velha<sup>9</sup> na Vila de São João de Santa Cruz, situada no interior do então, Rio Grande de São Pedro. Nos dias que se seguiram, os investigadores estiveram levantando fatos e inquerindo testemunhas. Aquele homem morto que foi encontrado na beira da estrada, foi visto na noite anterior ali deitado e roncando, porém, num primeiro momento, porque a noite estava muito escura, Luiz Hahr não havia identificado quem era o homem. Naquela manhã, ele descobriu que se tratava de José Heigl.

Imediatamente foram considerados como prováveis assassinos Francisco Stiegmayer<sup>10</sup> e seu filho Alfredo Theodoro Stiegmayer. As testemunhas informaram que Heigl e os Stiegmayer tinham uma inimizade de vários anos. Quem ainda não sabia dessa inimizade, a partir daquele dia, pelo menos havia ouvido falar. O velho Antônio Marx<sup>11</sup> contou em seu depoimento que José Heigl estava na sua venda<sup>12</sup> durante à tarde e que quando anoiteceu, ele

---

<sup>8</sup> Picada, Linha ou Travessa é como se chamava “a forma de organização social” dos colonos imigrantes (DREHER, 2014, p. 137). A Picada era uma forma de penetração na floresta que buscava abrir lotes em que os imigrantes se instalavam. A geografia do local que determinava o tamanho de cada comunidade, normalmente os limites das picadas eram delimitados por rios que atravessavam o local ou pelos morros. A partir da Picada, uma espécie de trilha, os núcleos humanos se instalavam e com o tempo construíam um templo religioso, uma escola, cemitério, a residência do professor ou do líder religioso e um salão de festas da comunidade. Cada Picada também possuía uma casa comercial. “Dito de outra forma, a *Picada* foi um espaço constituído por uma estrada única e central, tendo os lotes coloniais localizados à sua margem” (MÜHLEN, 2017, p. 45, grifo da autora).

<sup>9</sup> Hoje ela é denominada de Linha Santa Cruz.

<sup>10</sup> Filho de Mathias e Catharina Stiegmayer, possuía 49 anos de idade, era casado, relojoeiro, natural da Áustria, brasileiro naturalizado, sabia ler e escrever uma e outra coisa.

<sup>11</sup> Possuía 50 anos de idade, era casado com Gertrudes Marx, natural da Prússia, hoteleiro/vendedor.

<sup>12</sup> A venda é uma casa comercial onde os moradores da Picada vendiam a sua produção excedente e compravam aquilo que não era produzido na comunidade (SEYFERTH, 1974), “era a porta de

resolveu ir embora. Estava um tanto bêbado, porém, mesmo convidado, não quis pernoitar na casa de Marx.

A venda, até fins do século XX era o local mais importante da Picada. Era um lugar de sociabilidade, mas, principalmente de transações comerciais (SEYFERTH, 1974; NORONHA, 2012; DREHER, 2014; WITT, 2008; MÜHLEN, 2017; MUGGE; 2012). Podemos imaginar que, possivelmente, durante o dia ela era iluminada apenas pela luz que adentrava as janelas e o cheiro do lugar provavelmente era de fumo seco e de fumo em corda – utilizado no palheiro – que se misturavam com os cheiros de salames e rapaduras. Homens que viviam na Picada se encontravam para beber cachaça e talvez alguns mordiscavam linguças ou folhas de fumo, enquanto isso, jogavam conversa fora e até mesmo um carteadado. Pois, este era um local de lazer, e, obviamente, era também nesse espaço que surgiam conflitos (CHALHOUB, 2001; MÜHLEN, 2017), que homens tomavam partido em relação a questões políticas, e onde também realizavam acordos e “briques” (MUGGE, 2012).

Provavelmente, entre as preocupações que corriam nas conversações dentro daquela venda eram sobre o tempo, o início da safra do tabaco e a vida alheia dos vizinhos. Era a partir desse espaço que chegavam as novidades dos mais diversos temas para os colonos. E foi nesse momento, enquanto os homens bebericavam uma cachaça e tragavam um palheiro, que Francisco Stiegmayer chegou e começou a trocar palavras ofensivas com José Heigl, ambos se exaltaram visivelmente, os rostos provavelmente se enrubesceram devido à situação. E, quando o promotor público perguntou a Marx sobre o que haviam falado, este respondeu que não conseguiu entender pois falaram em austríaco.

Marx se encontrava em uma situação de difícil resolução, talvez o ideal era ele falar o menos possível para a Justiça (FAUSTO,

---

comunicação da Picada com o mundo exterior” (DREHER, 2014, p. 138). Normalmente se vendiam como produção excedente “feijão, batata, milho, ovos, galinhas, banha, couros, queijos manteiga” (p. 140). Se comprava “sal, temperos, louças, chapéus, utensílios para a cozinha” (p. 140). Santa Cruz vai se destacar principalmente na produção de fumo e banha (NORONHA, 2012).

2014). Provavelmente, ele não queria desonrar a memória daquele homem, porém, ao mesmo tempo não queria se indispor com a família dos Stiegmayer, afinal, ali todos eram conhecidos e, sua esposa Gertrudes, era amiga de Barbara Stiegmayer.

Cerca de dois meses antes, episódio semelhante à discussão na venda ocorreu também na cervejaria de Christiano Becker. Estava Stiegmayer bebendo cerveja quando Heigl, acompanhado de Jorge Müller e Otto Lau, chegou na mesma cervejaria e os dois homens trocaram palavras furiosas um contra o outro. A discussão foi tão acalorada que Becker teve que interferir, dizendo que lá não era lugar de briga, então, o velho Francisco retirou-se do local, porém, antes de ir embora, disse que iria vingar-se de Heigl. Alguns dias antes do assassinato, a esposa de Francisco, Barbara Stiegmayer, estava conversando com Gertrudes Marx<sup>13</sup>, e naquela ocasião havia dito para ela que odiava tanto José Heigl que seria capaz de lhe dar uma bordoadas mesmo depois de morto.

Estes são alguns dos fatos de um crime por homicídio ocorrido na Picada Velha, Santa Cruz, no ano de 1897, entre dois imigrantes “alemães”<sup>14</sup>. Gostaríamos de trazer na sequência uma breve citação pertencente à dita historiografia clássica da imigração ou historiografia da valorização étnica<sup>15</sup>:

quanto ao valor moral do elemento imigratório, valor que poderosamente influiu no desenvolvimento da colônia, foi ele sempre, elevado, conforme se verifica em numerosos atestados de autoridades contemporâneas. Homens simples e rudes, sua honradez, seu amor à família, dedicação ao trabalho, seu espírito ordeiro e pacato, contribuíram muito para que a ordem e tranquilidade, bases para a atividade profícua e eficiente, reinassem sempre nas zonas onde se estabeleciam. (PETRY, Leopoldo, 1964, p. 40 apud. TRAMONTINI, 2000a, p. 114).

---

<sup>13</sup> Possuía 48 anos de idade, era casada com Antônio Marx, brasileira.

<sup>14</sup> Quando nos referimos à “imigrantes alemães”, sabemos que dentro desse grupo havia diferenças étnicas, linguísticas e de costumes. Porém, como veremos ao longo deste estudo, muitas vezes essa heterogeneidade foi ignorada, tanto pela justiça oficial quanto pela própria historiografia.

<sup>15</sup> Ver mais em: TRAMONTINI (2000a); DREHER (2014); MUGGE (2012).

Após lida esta citação, nos perguntamos onde está o espírito ordeiro e a tranquilidade da picada no crime acima relatado? Houve discussões acaloradas e trocas de insultos em lugares públicos, como a venda e a cervejaria, houve ameaças e um assassinato à queima roupa. Pois bem, será que essa pacata vila de colonização alemã chamada São João de Santa Cruz não era assim tão pacífica ou seria esse um caso excepcional? Por um lado, mesmo que este seja um caso excepcional de conflito e violência envolvendo imigrantes alemães, a historiografia do crime já demonstrou esse certo subregistro (CARNEIRO, 2004; MÜHLEN, 2017; VENDRAME, 2007; 2013). Portanto, desde que bem amparado pela historiografia e com cruzamento das fontes, um caso “excepcional” já poderia ser suficiente para reconsiderar a citação acima referida. Contudo, a análise das nossas fontes relativas à Santa Cruz, mostra que estes temas são recorrentes nos processos criminais.

Pesquisar a criminalidade entre os imigrantes alemães na colônia teuto-brasileira de Santa Cruz entre os anos de 1879 a 1905, tendo como objetivos refletir acerca do mito do bom imigrante – ordeiro, pacífico e harmonioso – e identificar alguns comportamentos que estes colonos deixaram transparecer nos processos-crime, tem se demonstrado um desafio. Porém, ao mesmo tempo, é extremamente instigante a leitura dos processos criminais, pois, conhecemos essa região e muitos dos costumes e modos de pensar e se comportar permanecem até os dias atuais nas ações das pessoas que vivem lá, o que acaba nos permitindo enxergar o desenrolar daquela história para além da formalidade do processo criminal. Enfim, conseguimos imaginar como era o lugar onde o crime ocorreu – às vezes o conhecemos – assim como, as atitudes das pessoas envolvidas durante o decorrer do processo, e o fato de que o que aconteceu na picada vai correr por toda a vizinhança, invadindo as reuniões de família e as conversas nas vendas e outros locais de sociabilidade. Às vezes, nas leituras dos processos, parece que estamos tendo um *déjàvu*, porém, é só a

recordação de uma história que nossos avós contaram no último domingo.

### **A construção do mito do bom imigrante: leis evolucionistas, historiografia de valorização étnica e os novos debates historiográficos**

É fundamental discutirmos acerca da construção do mito do bom imigrante. Esta tem como base as leis evolucionistas do século XIX e também a historiografia de valorização étnica. Diante disso, se mostra pertinente abordarmos a historiografia recente acerca da imigração que também têm buscado questionar sobre este mito.

A discussão que propomos aqui é importante neste trabalho à medida que através das vertentes das leis evolucionistas e da historiografia clássica possamos perceber padrões identitários de valorização étnica, que, nossas fontes criminais permitem que questionemos tais idealizações propagadas. Portanto, estes padrões serviram como categorias de análise para o desenvolvimento deste trabalho, são elas: índole pacífica do imigrante, imigrantes ordeiros e, harmonia e unidade étnica. Para este breve artigo, trazemos apenas a síntese referente à categoria de análise “harmonia e unidade étnica”. Encaixamos nesta categoria os processos que nos permitiam uma leitura de casos em que a harmonia e as relações sociais foram rompidas dentro de um grupo (étnico, familiar, comunitário). Alguns desses rompimentos estavam ligados às questões de defesa da honra masculina, como veremos adiante.

Escolhemos estas categorias porque elas são recorrentes na historiografia clássica e também, porque é perceptível nessa mesma historiografia uma espécie de busca em invisibilizar os imigrantes que tiveram uma conduta oposta a isto e também uma certa procura em contrapor o imigrante europeu e o trabalhador nacional, onde o primeiro é visto como naturalmente operoso e a preguiça inata é o que classificaria o trabalhador nacional (CHALHOUB, 2001).

A primeira das vertentes que vamos mencionar aqui é a construção do imigrante ideal realizada por Silvio Romero (1906) e Oliveira Vianna (1923; 1959), baseados nas teorias da superioridade das raças<sup>16</sup>. Esta é ligada às ciências sociais do final do XIX e início do XX – concepções evolucionistas/raciais. Também está extremamente ligada com a construção da nação, ou seja, quando se busca nacionalizar o país e alcançar o progresso, o qual ocorreria apenas com o branqueamento da população, ou seja, a miscigenação, através da imigração europeia.

A segunda é a relativa as vertentes historiográficas ligadas diretamente aos descendentes de imigrantes, que buscaram legitimar e construir um padrão identitário. Martin Dreher (2014) identifica quatro matrizes, entretanto, vamos nos centrar apenas na matriz do Instituto Histórico e Geográfico, onde se destacaram autores como Aurélio Porto (1934), Francisco de Leonardo Truda (1930) e Ernesto Pellanda (1924).

Os imigrantes europeus de origem germânica foram considerados os imigrantes “ideais”, por serem brancos e eram considerados trabalhadores, “esta imigração deveria fazer aportar ao país gente trabalhadora, disciplinada, industriosa” (PICCOLO, 1997, p. 168). Portanto, acreditava-se que através da miscigenação, poder-se-ia branquear e civilizar a população brasileira (PICCOLO,

---

<sup>16</sup> No Brasil essas teorias foram adaptadas para a realidade brasileira (COSTA, 1999). Porém, vale lembrar que essas teorias são bastante complexas havendo várias linhas de pensamento. Elas viam na miscigenação, o caso brasileiro, como algo bastante ruim. Nesse sentido, as linhas de pensamento que entraram no país são o darwinismo social, positivismo e o evolucionismo. As teorias das superioridades das raças entendiam que quão mais pura a raça, mais superior ela era. Entendiam que o indivíduo não possuía arbítrio próprio, mas o que determinava o seu comportamento e afins era a qual raça ele pertencia. Dentro disso, o clima, o solo, etc., também vão ser vistos como determinantes para a evolução de um povo. Além disso, o conceito de raça não vai ter uma definição apenas biológica, vai ser estendido para as questões de cunho político, cultural e social. Também entendiam que todas as sociedades deveriam passar por etapas evolucionistas, portanto, algumas já estavam mais avançadas do que outras. Dentro dessas diferentes vertentes, Lília Schwarcz (1993) explica que os estudiosos poligenistas, que acreditavam em várias raças, diferentes dos monogenistas – acreditavam que havia apenas uma raça, mas que as sociedades estavam em estados evolutivos diferentes –, entendiam que havia três grandes raças: a branca, a negra e a amarela. Estes pensadores europeus entendiam que “os grupos negros, amarelos e miscigenados” eram inferiores, incivilizáveis. (SCHWARCZ, 1993, p. 62). Ver mais em: SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

1997; CARNEIRO, 2004). Porém, como os resultados dessa imigração em outras regiões do Brasil não foram satisfatórios, preferiu-se a imigração para colônias no Sul do Brasil, pois, supunha-se que os alemães se adaptariam mais rapidamente ao clima do Sul do que no restante do país (VIANNA, 1959; PICCOLO, 1997). Posteriormente, isto foi visto como uma má ideia, pois, estes colonos ficariam concentrados numa única região, como aponta Helga Piccolo (1997; 2000) e Giralda Seyferth (1994; 2000), o que para as autoridades brasileiras seria problemático para uma efetiva construção da identidade nacional, uma vez que vai se confrontar com o *deutschtum* e depois com o *deutschbrasilianer*.

Para legitimar e justificar as imigrações europeias – teuta e italiana, sobretudo – criou-se uma historiografia baseada nas ideias raciais e eugenistas. No Rio Grande do Sul, um intelectual que trabalhou tais ideias neste contexto foi Jorge Salis Goulart (1985), o qual defendia que o branqueamento da população sul-rio-grandense iria evoluir o povo gaúcho graças aos colonos italianos e alemães. No contexto nacional destacam-se Sylvio Romero (1906) e Oliveira Viana (1952; 1959). Neste sentido, foram criados mitos acerca destes imigrantes, sobretudo, os alemães. Inclusive, Oliveira Vianna (1959) apontou em seus livros que o Rio Grande do Sul possuiria, portanto, uma sociedade mais evoluída, justamente devido ao seu branqueamento.

Vale destacar que, tanto Silvio Romero quanto Oliveira Vianna eram a favor da imigração europeia, porém, não exatamente da alemã, devido às dificuldades de integração que teriam com o restante da população por causa da língua. Eram antes, favoráveis às imigrações portuguesas ou italianas, que se integrariam mais rapidamente ao restante da população, porém, entendiam que “as características raciais do germânico desempenhariam um papel de peso na tarefa de arianização, bem como para o desenvolvimento econômico do país, em virtude de sua inata operosidade” (CARNEIRO, 2004, p. 56).

Em relação à historiografia clássica própria à imigração, Martin Dreher (2014) traz uma breve análise acerca dos principais estudiosos que escreveram sobre a imigração alemã. Ele aponta como marco importante para esta historiografia no Rio Grande do Sul o francês Jean Roche. Antes de Jean Roche, no período entre guerras, a historiografia da imigração alemã fora construída ao mesmo tempo em que as questões de “etnicidade, cidadania e nacionalização” eram debatidas no Brasil. O que permeava “a disputa política que [envolvia] segmentos sociais, políticos e religiosos no seio das comunidades de imigrantes e no todo da sociedade sul-riograndense”, e ali que “foi sendo legitimado e defendido padrão identitário e criada matriz interpretativa” (DREHER, 2014, p. 11).

Dreher (2014) explica que na matriz ligada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, encontramos os elementos mais famosos que foram reproduzidos na historiografia de forma estereotipada: “Os imigrantes alemães são ordeiros, operosos, amantes do progresso, mas infelizmente não receberam a devida atenção de parte dos governantes”, devido a isso, teriam se isolado e mantido seus costumes e idiomas, não contribuindo suficientemente para o progresso do país, “Em suma, poderiam ter branqueado mais o Brasil” (DREHER, 2014, p. 13).

Essa historiografia moldou o mito do bom imigrante e é lembrada até hoje, sendo reproduzida por memorialistas e historiadores locais que visavam fazer a história da sua cidade, e, é essa a história que marca e persiste no senso comum. Porém, sabemos que as sociedades são complexas e que não são homogêneas, ou seja, “o mundo social não é perfeitamente integrado, [...] todos os sistemas de normas são fraturados por incoerências”, é a heterogeneidade que prevalece em todas as sociedades (ROSENTAL, 1998, p. 155).

Vários trabalhos já foram realizados visando desmistificar essa visão, normalmente fundamentados pela micro-história italiana. Neste sentido, torna-se válido citar alguns: Marcos Justo

Tramontini com sua tese *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira* (2000); Deivy Carneiro com sua dissertação *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921)* (2004), Marcos Antônio Witt que desenvolveu a sua tese *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grando do Sul, século XIX* (2008); Miquéias Mugge com seu trabalho *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania* (2012); Caroline von Mühlen com sua dissertação *Degradados e Imigrantes: Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional* (2013) e sua tese *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã* (2017). No momento, vamos citar apenas estes trabalhos, pois estes se mostraram importantes para o desenvolvimento dessa monografia, assim como os trabalhos de Maíra Vedrame em relação aos imigrantes italianos: sua dissertação *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins* (2007) e, sua tese *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil* (2013).

Enfim, os autores que aqui trouxemos são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa justamente por nos proporcionar um amplo diálogo acerca da criminalidade envolvendo os imigrantes, tanto alemães quanto italianos, afinal, estamos analisando não apenas imigrantes, mas sobretudo, uma cultura camponesa (VENDRAME, 2013). Todos estes trabalhos visam complexificar a história da imigração, que até então dificilmente era mencionada e, através da análise de processos-crime, jornais e outras fontes judiciais e criminológicas, os imigrantes que fugiram do padrão social e moral esperado são visibilizados na historiografia. Os conflitos em que se envolveram possuem motivações diversas tais como a pobreza, forma de resistência, busca de direitos e participação política, defesa da honra e reparação. Essa historiografia recente tem conseguido perceber através da

ocorrência de crimes e delitos a reivindicação de direitos, busca pela sobrevivência, estratégias, costumes, valores e normas sociais, contrapondo o mito do bom imigrante, pacífico e harmonioso. O que significa que o cotidiano destes imigrantes também era marcado por conflitos diários, brigas entre vizinhos, rixas por questão de terras e demarcações, alcoolismo e conduta sexual ilegal, justamente, o que a historiografia clássica procurou esconder.

### **Conflitos em família e na vizinhança: a harmonia e unidade étnica do imigrante**

Carlos Wild<sup>17</sup>, estava vestindo um casaco de paletó sobre um colete quando foi à casa de seu genro, por volta das 13 horas da tarde, acertar algumas contas. Carlos Wild foi um importante negociante<sup>18</sup> em Santa Cruz. Ele havia voltado de viagem de Porto Alegre e, acompanhado de Antônio Francisco Borges, escrivão do Juízo de Paz, foi acertar algumas contas que havia pago para seu genro na capital<sup>19</sup>.

Seu genro, José Krein<sup>20</sup> era médico e possuía uma botica integrada à sua casa. Passava o balcão e estava no interior do seu lar. Estavam ambos conversando pacificamente apoiados no balcão enquanto Wild lhe mostrava os recibos que havia pago em Porto Alegre, quando, de repente, Krein mudou radicalmente de humor, avançou para dentro de sua casa e voltou com uma espingarda de dois canos e disparou-a para cima de Wild.

---

<sup>17</sup> Possuía 47 anos de idade, era casado, filho de Guilherme Wild, natural da Prússia, negociante.

<sup>18</sup> Segundo Noronha (2012, p. 364), ele pertence à primeira geração de empresários da Colônia de Santa Cruz, sendo proprietário do Armazém Wild de Secos & Molhados. Além disso, segundo Aurélio Porto, no ano de 1881 ocorreu a Exposição brasileira-alemã, onde Carlos Wild figura como um dos expositores de fumo.

<sup>19</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo nº 1776, 1879.

<sup>20</sup> Possuía 34 anos de idade, era casado, médico, residia na Vila de Santa Cruz há cerca de 5 anos, filho de Jacob Krein, natural da Baviera, nascido em Aschaffenburg, sabia ler e escrever.

De repente, sem ter havido precedente ou desinteligência no ajuste das contas, agarrou o dito seu genro em uma arma de dois canos que tinha em seu quarto, e, fazendo pontaria sobre ele, ofendido, apenas teve tempo de pular pela porta fora na ocasião em que ele desfechou o tiro, sentindo ele passar a bala pelas costas encostando na sua roupa.

Daniel Houser<sup>21</sup>, seu vizinho de frente, disse que na hora que se deu o tiro, foi possível sentir as vibrações na janela de sua casa. No momento da sua prisão, Krein disse que não queria ter feito nada daquilo, alegando que estava louco.

Quando Wild deu seu depoimento, disse que não sabia os motivos pelos quais Krein havia agido daquela forma contra a sua pessoa. Krein relatou, por sua vez, que ele havia perguntado para Wild, seu sogro, como estavam sua esposa e seus filhos ao que Wild respondeu que aquilo não era da sua conta. Foi aí que Krein teve um acesso de fúria e buscou em seu quarto sua arma de caçar. Segundo Krein, sua intenção não era matar seu sogro, apenas assustá-lo.

Nos relatos de algumas testemunhas, elas falaram sobre desentendimentos que estavam ocorrendo entre Krein e seus sogros. Parece que dois dias antes, no domingo, sua sogra estava o visitando, quando por algum motivo não mencionado no relato da testemunha, Krein mandou sua sogra sair de sua casa. Ao que ela respondeu que ele não era mais o dono daquela casa. No dia seguinte, seus sogros foram até a sua residência e buscaram a esposa dele e seus filhos e os levaram embora.

Krein disse em seu depoimento que atirou em Wild para ver se ele nunca mais voltava a sua casa, assim como sua esposa e outros da família. Krein disse que eles, seus sogros, eram o pomo da discórdia entre ele e sua esposa, a qual havia sido levada embora por seus pais, mesmo contra a sua vontade.

Dentro dessa categoria de análise, harmonia e identidade étnica, dividimos os processos-crime que permitem que

---

<sup>21</sup> Possuía 32 anos de idade, era sapateiro, casado, natural da Alemanha.

visualizemos o rompimento dessa harmonia e até da sua unidade e solidariedade étnica. No caso, temos uma briga dentro de uma família que se se constituiu de imigrantes e, se espera que os integrantes formem uma rede de solidariedade e ajuda mútua, porém, como pudemos ver, em determinado momento, essa harmonia e unidade étnica pode acabar sendo rompida.

A harmonia étnica é frequentemente mencionada para essa etnia. Balduíno Rambo (p. 84) afirma que a “sociabilidade e cooperação espontânea na construção de escola e igreja e na solução de problemas comuns [é] um traço hereditário” tanto nos imigrantes alemães quanto nos italianos. De fato, no início da colonização a unidade étnica e cooperação foram fundamentais para o desenvolvimento das colônias e é comum que no meio rural se desenvolvam redes de solidariedade e cooperação, porém, não podemos afirmar que tais características sejam inatas ou hereditárias a esse grupo. Houve momentos que tal unidade e harmonia acabaram sendo rompidas.

Não temos os motivos exatos do rompimento explícitos no processo analisado, porém, temos algumas pistas. Pode ser que essa estranheza entre a família da esposa com o seu genro seja por questões econômicas, tendo em vista as contas que o médico devia ao seu sogro. Porém, estas provavelmente eram mais antigas, considerando que a sua sogra já havia o ameaçado quando disse que a casa que ele morava não era mais dele, o que ocorreu antes do conflito que levou Krein à prisão em flagrante. Por último, a sua esposa e seus filhos foram buscados pelos seus pais e levados embora, o que parece ser o motivo que levou Krein à explosão súbita de ódio. Porém, não encontramos motivos evidentes para tal atitude de Wild, tendo em vista que após o casamento, a responsabilidade sobre a mulher é transferida do pai para o marido, portanto, a família da esposa, não poderia mais interferir na relação do casal.

Suponhamos que Wild tenha retirado sua filha da tutela do marido por alguma questão econômica. Quando Krein perguntou sobre ela e seus filhos, Wild negou a ele o conhecimento sobre eles.

Além de Krein não exercer seu poder como marido e pai, lhe é negado também o conhecimento sobre sua esposa e sua prole. A honra de Krein como homem, é ferida duas vezes. É bastante provável que após sua esposa e filhos terem ido embora, este devia ser o assunto principal nas fofocas dentro daquela comunidade. Portanto, mesmo que no exato momento não houve público, dificilmente o caso ficaria em silêncio. É possível que este acontecimento tenha sido um escândalo naquela época. Neste sentido, vale lembrar que homicídios e tentativas de homicídios são frequentes quando o assunto é honra masculina (CHALHOUB, 2001; FAUSTO, 2014; CARNEIRO, 2004). Além disso, como tem apontado Maíra Vendrame (2013), a opinião dos vizinhos é fundamental para a harmonia dentro das comunidades de imigração.

Neste sentido, Boris Fausto (2014), explica que a “violência é também a forma legítima de responder à ofensa a certos atributos preciosos cuja inteireza vem restaurar, caso típico da honra masculina, em um *continuum* que vai das bofetadas ginásianas ao colega ofensor da seriedade moral materna à possível liquidação, mais tarde, da mulher presumivelmente infiel” (p. 109, grifos do autor). O autor destaca também, que muitas vezes o homicídio ou a tentativa deste, é um “ato explosivo não premeditado que abala o agressor”, logo, portanto, nem sempre a agressão foi previamente formulada, mas sim, foi uma resposta imediata à alguma situação momentânea. Vale destacar que Carneiro (2004) percebeu em sua dissertação que

Entre os processos levantados, em 62,5% dos casos o tema da honra familiar ou pessoal era o eixo central, seja porque a ação se voltava contra terceiros a partir da inserção da vítima na esfera familiar, seja porque ocorriam entre os membros da família. Os motivos alegados pelas partes mostram também que o significado do tema da honra estava, quase invariavelmente, ligada à família. Eram as situações em que o acusado vingava a honra familiar, seja reagindo a ofensas contra membros da família ou atacando membros da família que ofenderam a honra pessoal do indiciado (CARNEIRO, 2004, p. 87).

Não nos cabe descobrir a verdade do ocorrido (CHALHOUB, 2001), porém, ao simularmos motivos e situações, podemos realizar uma leitura acerca daquela sociedade e de seus atores sociais, demonstrando o amplo campo de possibilidades e de ações destes, assim como, de situações e de motivações, o que amplia o nosso entendimento acerca dessa sociedade.

Caroline von Mühlen (2017), aponta em sua tese que crimes violentos eram frequentes entre pessoas que se conheciam, normalmente entre familiares ou vizinhos. Boris Fausto (2014), quando analisa a criminalidade e cotidiano em São Paulo, percebe também que grande parte dos homicídios ocorrem entre conhecidos, sendo 14% entre parentes. Neste sentido, Carneiro (2004) percebe que os conflitos violentos entre os germânicos se mostraram como forma de exteriorizar rixas entre pessoas que dividiam o mesmo espaço, tanto social quanto geográfico:

percebe-se que os homicídios envolvendo germânicos, longe de manifestarem comportamento de delinquentes (sic) profissionais, ocorriam como forma de exteriorizar elementos conflitivos entre pessoas que se conheciam e que compartilhavam o mesmo espaço geográfico e social, sendo na maior parte das vezes, vizinhos, colegas de trabalhos e parentes. Esses fatos ajudam a generalizar a hipótese acima mencionada de que, diferentemente do que pensa o senso comum, os homicídios e tentativas de homicídios ocorrem entre pessoa conhecidas que, por algum motivo, entraram em conflito (CARNEIRO, 2004, p. 86).

Neste processo, por fim, vale lembrar que temos dois homens que, provavelmente são influentes na Vila. Tendo em vista que Carlos Wild compareceu como testemunha em outros processos criminais. Isso ilustra a importância do negociante/vendeiro na organização da sociedade, ainda mais que Wild vai até Porto Alegre para realizar negócios e quitar contas, e não apenas para ele mesmo, mas também para as pessoas que pertencem a sua rede de relações, entre elas, o seu genro.

Entretanto, não foi apenas nesse caso que famílias entraram em desarmonia. Outra situação ocorreu entre tio e sobrinho, João Schaeffer e Pedro Kist. No qual, este último, tenta assassinar seu tio pelas costas para vingar-se de uma bofetada que havia recebido três anos atrás em um baile público, onde é visível a questão da busca pela reparação da sua honra<sup>22</sup> (AREND, 2017). Como já mencionamos ao longo deste trabalho, é comum que conflitos ocorram entre sujeitos que se conhecem e possuem alguma relação (familiar ou de vizinhança). Lembramos, que a honra e a embriaguez, em alguns momentos, foram o estopim do conflito, Carneiro (2004), inclui algumas razões que podiam eclodir em conflitos violentos:

a provocação por uma das partes e a bebedeira eram as razões mais frequentes nas eclosões momentâneas que incluíam, além destes, outras razões nada fúteis, como principalmente a defesa da honra individual e da família ou “*azedar-se com brincadeiras e caçadas*”. Todos estes dados caracterizam o homicídio ou tentativa de homicídio como uma agressão resultante da explosão de um descontentamento, como uma resposta violenta a uma contrariedade momentânea ou anterior (CARNEIRO, 2004, p. 87).

O conflito entre tio e sobrinho também aconteceu na estrada. Estava Schaeffer retornando para sua casa, montado a cavalo, quando foi agredido por Pedro Kist, o seu sobrinho. A motivação do crime foi por uma bofetada que Pedro Kist havia levado de seu tio num espaço público, ou seja, num baile. Kist provavelmente se sentiu imensamente ofendido e após três anos resolveu vingar-se de seu tio. Nos relatos das testemunhas, elas afirmaram que Kist nutria ódio por seu tio há alguns anos e dizia que quando tivesse a oportunidade, iria amarrar seu tio num cavalo e arrastá-lo por toda a picada até que seu corpo se desfizesse. Segundo Vendrame (2013, p. 376) “As trocas de insultos entre conhecidos, vizinhos ou entre

---

<sup>22</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo nº 1778, 1879.

aqueles que possuíam algum vínculo parental, geralmente acabavam em vinganças que se davam em emboscadas nas estradas”, fato que aconteceu neste crime, a estrada se tornou o palco escolhido para a perpetuação da vingança.

Mas não são apenas dentro das famílias que ocorrem conflitos violentos. No caso a seguir, está em jogo a solidariedade étnica entre os vizinhos para alcançar o progresso. No ano de 1878, Luiz Zilmen conseguiu obter da Comarca Municipal uma autorização para tapar um caminho que fora aberto por seus vizinhos em suas terras. Terminado o serviço, apareceram cinco de seus vizinhos, Ferdinand Hintz, Carlos Hintz, Guilherme Kopp, Germano Steffen e Augusto Kotzlauf<sup>23</sup>, que espancaram Zilmen. Conforme a denúncia, estes colonos desrespeitaram assim não apenas a propriedade do colono Zilmen, mas também a ordem legal da Comarca<sup>24</sup>.

Neste último crime que trazemos aqui, possui como motivação a abertura de uma estrada. A estrada é fundamental para qualquer organização social, pois é ela que vai evitar o isolamento dos sujeitos e comunidades, uma vez que se trata do único meio de comunicação com o meio exterior. Além disso, era através dela que normalmente se transportavam os produtos excedentes para a venda. Assim como, é ela que facilita o deslocamento dos indivíduos. Neste sentido, frequentemente veremos as estradas, construção ou manutenção, serem objetos de conflito entre a comunidade e as autoridades responsáveis pela administração da colônia (VENDRAME, 2007). Nesta lógica, a estrada as vezes vai funcionar como um jogo de interesses, pois, à medida que alguns colonos se beneficiam com a abertura, outros se veem prejudicados, como neste caso que acabamos de ver.

Podemos perceber a partir deste conflito, que os colonos poderiam se mobilizar para alcançar seus interesses, quando insistiam com a abertura ou fechamento da estrada, recorrendo às

---

<sup>23</sup> Eram todos colonos e alemães.

<sup>24</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo nº 1769, 1878.

autoridades quando necessário. Não sabemos se este caso resultou na abertura ou fechamento da estrada, tendo em vista que também haviam pontes, as quais, o proprietário da terra já havia derrubado. Por fim, vale lembrar que “No mundo rural, estabeleciam-se fortes vínculos de ajuda e solidariedade entre os vizinhos, e a prosperidade, o sucesso, ou o fracasso de uma família estavam relacionados à colaboração da população de forma geral” (VENDRAME, 2007, p. 205), porém, facilmente tais solidariedades e harmonias podiam ser rompidas devido à conflito de interesses, disputas entre vizinhos as vezes ocasionados por pequenos desentendimentos (VENDRAME, 2016). Além disso, nesse crime vimos que a violência, cinco homens contra um, fora empregada para alcançar certos objetivos, ou seja, a abertura da estrada.

Por fim, analisamos aqui três processos-crime que tiveram uso da violência entre pessoas que se conheciam e que deveriam ter vínculos de solidariedade e unidade, ou seja, deveriam em suas relações se comportarem harmoniosamente. Neste sentido, vimos uma desavença entre genro e sogro, onde o primeiro disparou uma arma para cima do segundo, porém, só para assustar, não causando graves ferimentos. Ambos são de origem teuta. No segundo caso, o sobrinho buscou vingar-se violentamente de seu tio o atacando por trás com uma pancada na cabeça. E, no último caso, analisamos uma briga entre vizinhos ocasionada por conflitos de interesses, ou seja, a abertura de uma estrada na propriedade de um deles. Neste sentido, podemos perceber que a solidariedade e unidade étnica foram sim fundamentais para a organização colonial, como é apontado por vários autores. Porém, houve momentos em que tal unidade e harmonia não puderam prevalecer, como pode acontecer em qualquer outra sociedade ou comunidade, ou seja, onde há relações sociais, há a possibilidade de se gerarem os mais diversos conflitos com diferentes elementos motivacionais.

## Conclusão

Frequentemente o imigrante teuto é definido como uma “raça” com um *ethos* superior. Acreditamos que isso ocorra por uma questão política ligada essencialmente a entrada no Brasil das leis evolucionistas que entendiam a raça como determinante para o comportamento de um povo, afora também o contexto de substituição do trabalho escravo pelo livre. Porém, tais classificações não se restringiram apenas às ciências sociais do final do século XVIII e início do XIX, a historiografia clássica, ou seja, de valorização étnica, também procurou criar um padrão identitário que valorizasse tais características, destacando também a operosidade e vontade inata ao trabalho, contribuiriam assim para a evolução do país, tanto no sentido moral e civilizatório, quanto no ideal econômico. Nesta linha, se destacaram os trabalhos de Aurélio Porto (1996), Francisco Leonardo Truda (1930) e Ernesto Pellanda (1925).

Nisto, os processos-criminais foram nossa fonte principal, a qual propiciou que discutíssemos e questionássemos as características acima mencionadas que normalmente são atribuídas aos imigrantes e seus descendentes. Não buscamos realizar tais análises com intento de mostrar que os imigrantes são ou não são de tais jeitos, mas sim, mostrar que as colônias de imigração também são complexas, como qualquer outra sociedade. Ou seja, elas são extremamente ricas em diversidade de comportamentos e nossas análises não podem ser concluídas ou restringidas em padrões e classificações pré-determinados.

Pudemos perceber o uso da violência para a resolução de conflitos, ou seja, nem sempre as disputas e ofensas entre vizinhos, familiares ou conhecidos foram resolvidos pacificamente. Também pudemos notar que a estrada foi local privilegiado para a ocorrência de disputas ou para ser o motivo das desavenças. Observamos também que houve conflitos tanto em lugares públicos como em lugares privados. Verificamos através da análise conflitos que ocorreram dentro de relações tidas como importantes no mundo

rural, ou seja, a relação entre vizinhos e a relação dentro das famílias. Pudemos verificar que estas também estavam sujeitas à sérios conflitos que acabavam rompendo o ideal de harmonia dentro destes grupos. Portanto, nossos sujeitos não correspondiam ao ideal do bom imigrante que tanto fora propagado.

## Referências

AREND, Jéssica F. **Ordens e desordens: assassinatos, agressões e desvios na Vila de São João de Santa Cruz, RS (1879-1905)**. Monografia de conclusão de curso em História. Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

\_\_\_\_\_. Entre calúnias, terras e vizinhos: o crime dentro da comunidade teuto-brasileira de Santa Cruz do Sul na segunda metade do século XIX. In: WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo L. dos; MÜHLEN, Caroline von (Orgs.). **Migrações históricas e recentes**. Lajeado: Editora da UNIVATES, 2017, p. 293-302.

BARTMANN, Tatiane. Industrialização e imigração no Rio Grande do Sul: um estudo historiográfico. In: **Anais XI Encontro Estadual de História: história, memória, patrimônio**. Rio Grande: Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 2012, p. 1095-1102.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921)**, 2004. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, Daniela V. de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: os conflitos e as relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885 a 1915). Dissertação de mestrado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

- CUNHA, Jorge L. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fomicultura** – Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 1849-1881. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.
- \_\_\_\_\_. Imigração e colonização alemã. In.: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (coords.). PICCOLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. (dir.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.
- DREHER, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimento e lembranças**. 3 ed. ver. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)**. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- GIL, Tiago Luís. **Infieis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810)**. IFCS/UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado.
- GOULART, Jorge S. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- KUHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MENEZES, João B. de. **Município de Santa Cruz**. 2ª ed. texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- MUGGE, Miquéias H. **Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- MÜHLEN, Caroline von. **Degradados e Imigrantes: Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

- \_\_\_\_\_. 2017. **Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)**. Tese de doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.
- NORONHA, Andrius E. **Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese de doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.
- OSÓRIO, Helen. **Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço Platino**. Porto Alegre: História - CPGH/UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado.
- PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.
- PESAVENTO, Sandra J. **História da indústria sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.
- \_\_\_\_\_. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs). **RS: Imigração & Colonização**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- PICCOLO, Helga I. Imigração alemã e construção do estado nacional brasileiro, Rio Grande do Sul, século XIX. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1997, p. 165-178.
- \_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul, século XIX: a imigração alemã e o processo de construção de identidades. A questão da nacionalidade. In: **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 18, 2000, p. 131-140.
- PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I**. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ROMERO, Sylvio. **O allemanismo no sul do Brasil**, publicado pelo jornal do Commercio, do Rio de Janeiro em 1906.

- ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In.: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998
- SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim – um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.
- \_\_\_\_\_. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: Zarur, G. de C. Leite. (Org.). **Região e Tradição na América Latina**. 1ed. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 81-109.
- \_\_\_\_\_. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Anais do XVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 1993.
- TRAMONTINI, Marcos J. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000a.
- TRUDA, Francisco de Leonardo. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.
- VENDRAME, Maíra I. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- \_\_\_\_\_. Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. In: **MÉTIS: História & Cultura**. V. 12, n. 23, 2013a, p. 218-232.
- \_\_\_\_\_. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

\_\_\_\_. **Raça e assimilação.** 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

VOGT, Olgário P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993).** Dissertação de mestrado em história pela Universidade Federal do Paraná, 1994.

WITT, Marcos Antonio. **Em busca de um lugar ao sol:** estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

### **Fontes documentais**

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo n<sup>o</sup> 1769, 1878.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo n<sup>o</sup> 1777, 1879.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 66, Maço 38, Processo n<sup>o</sup> 1778, 1879.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Caixa 509, Estante 125, Maço 44, Processo n<sup>o</sup> 1908, 1897.

## **L'italia Sulla Tavola: a cultura alimentar de imigrantes italianos nas cidades brasileiras (1946-1976)**

*Leonardo de Oliveira Conedera*<sup>1</sup>

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial – que interrompeu os deslocamentos durante a vigência dos conflitos – a imigração italiana recomeçou. Sabe-se que nas cidades dos Estados de Rio de Janeiro (capital e Niterói) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre) desde os últimos decênios do oitocentos radicaram-se peninsulares provenientes da Calábria. Vale lembrar as pesquisas de Vittorio Cappelli, Núncia Santoro de Constantino, dentre outros autores, que ressaltaram em seus estudos as cadeias migratórias estabelecidas por peninsulares provenientes da Calábria para os centros urbanos brasileiros.

As pesquisas a respeito dos imigrados calabreses no Brasil alertam para a manutenção de laços identitários com a cultura dos seus *paesi*<sup>2</sup> de origem. Os signos mais fortes de *italianità* e *calabresità* constituíram-se por intermédio de hábitos alimentares.

Vale lembrar que a comida, ou melhor, o tipo de alimentação pode ser considerado um significativo elemento cultural. A preferência de alguns alimentos em detrimento de outros encontra-

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: [leocones@hotmail.com](mailto:leocones@hotmail.com)

<sup>2</sup> *Paese* refere-se à pequena cidade que se encontra no interior da Itália.

se diretamente relacionada a uma questão cultural. Cada cultura possui um tipo de código de costumes alimentares. Tal aspecto é determinado por uma multiplicidade de fatores, como componentes geográficos, ambientais, econômicos, históricos, dentre outros, que podem caracterizar uma cultura alimentar.

No presente texto, portanto, pretende-se tratar sobre a imigração de italianos originários da Calábria que se inseriram nos centros urbanos do Rio de Janeiro e Porto Alegre. A partir das narrativas orais de imigrantes do pós-Segunda Guerra Mundial, visa-se apresentar como os alimentos e pratos típicos da península viabilizaram a preservação de sentimento e traços de italianidade entre os emigrados e seus descendentes.

### **Imigração italiana no Brasil (1946-1976)**

A imigração italiana possui visibilidade significativa, porque em termos quantitativos se consolidou como a segunda corrente migratória para o Brasil, principalmente nos Estados do Sudeste e Sul do país. Nas pesquisas sobre o fenômeno, ocorrido no “período áureo” da imigração<sup>3</sup> e nas décadas subsequentes, percebem-se poucas pesquisas que tenham como enfoque a presença de peninsulares, no período do pós-Segunda Guerra Mundial no país (CONEDERA, 2012, p. 65).

Posteriormente ao final do conflito, a via diplomática obstaculizou a imigração, como no caso das pendências ocorridas durante a guerra. A legislação e os órgãos brasileiros também não ajudaram para o ingresso de estrangeiros (CERVO, 1992, p. 196). Manuel Diégues Júnior lembra que:

A política migratória do Brasil não foi das mais felizes, nem das mais razoáveis, reservando todos os princípios restricionistas que,

---

<sup>3</sup> Diégues Júnior chama de “período áureo” da imigração no país os anos compreendidos entre 1888 e 1914. Nesse espaço de tempo, o Brasil recebeu, aproximadamente, 2.594.720 imigrantes (DIÉGUES JUNIOR, 1964. p. 64).

a partir de 1930, começaram a marcar a entrada dos imigrantes no país. [...] Em nenhum ano, entre o término da Guerra e 1958, se alcançou um total de 100 mil imigrantes; o máximo atingido foi de pouco mais de 88 mil. É certo que tem predominado, em nossas estatísticas de imigração, a condição de “espontâneos” dos imigrantes. A entrada de imigrantes dirigidos anda, relativamente, pela casa dos 15%, considerando todo o período de 1946-1958. (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p. 307).

Apesar da escassez de estímulos para a imigração no território nacional, em 1949, a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração italiana foi criada a partir de um convênio, a fim de direcionar o fluxo migratório. A Companhia iniciou a formação de um centro modelo de colonização. Pode-se destacar que a ideia do empreendimento era transportar imigrantes para zonas inóspitas para se dedicarem ao setor agrícola (CENNI, 1975, p. 401). A Companhia desenvolveu um total de doze projetos importantes; entretanto, a maioria deles não foi bem-sucedida (CERVO, 1992, p. 196-197).

Além disso, o Acordo Emigratório de 1950 viabilizaria duas modalidades de emigração: individual (baseada em atos de chamada e ofertas de trabalho), por intermédio de grupos e cooperativas (especialmente para a colonização agrícola), e subvencionada. O tratado firmado antevia que o Brasil realizaria regularmente pedidos de mão de obra divididos por profissão (TRENTO, 1989, p. 412).

Esse Acordo foi bastante discutido no parlamento italiano, porque os imigrantes (com qualificação profissional) seriam destinados para colônias agrícolas em áreas isoladas e inexploradas. Mesmo com diversas reivindicações de alguns deputados, o parlamento aprovou o Acordo entre os dois governos em 1951 (DE CLEMENTI, 2010, p. 52).

Sabe-se que alguns imigrantes que se fixaram em Porto Alegre no pós-guerra não vinham somente através do chamado de parentes e amigos, havendo também determinadas empresas, cujos

proprietários eram italianos. Pode-se citar, nesse caso, as Massas Adria, que se responsabilizaram pela estadia e pela oferta de serviço para um grupo de peninsulares que desembarcou na capital gaúcha para trabalhar na fábrica (ZAMBERLAM, 2010, p. 62).

O órgão do governo brasileiro responsável pela imigração era o Conselho de Imigração e Colonização (CIC)<sup>4</sup>. Dentre os pré-requisitos do CIC, o imigrante necessitaria demonstrar boa saúde física e mental. Então, diversos estrangeiros passaram por seleções médicas. Os indivíduos eram submetidos à realização de exames em seu próprio país e precisavam da liberação médica para partir para o seu novo destino (FACCHINETTI, 2004, p. 78).

No caso italiano, outra premissa estabelecida pelo governo era o “atestado de boa conduta”, a saber, o emigrado não poderia ser comunista. Os órgãos de imigração italianos efetuavam uma seleção ideológica. Muitos peninsulares precisavam ter o visto do padre afirmando que o sujeito era um “bom cristão”. A polícia também concedia o passaporte ao requerente somente após o indivíduo receber a garantia do clérigo. Da mesma maneira, as autoridades brasileiras tinham o cuidado de restringir a entrada de pessoas de ideologia socialista ou comunista (FACCHINETTI, 2004, p. 80).

Durante o pós-guerra, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME<sup>5</sup>) foi órgão importante na cooperação para a imigração individual e dirigida. Os deslocamentos dirigidos eram conduzidos normalmente para núcleos rurais. Contudo, o órgão enfrentou diversas adversidades para constituir uma imigração agrícola assalariada, porque o Brasil não apresentava uma estrutura adequada. O CIME também atuou na mobilidade de operários e técnicos industriais, no âmbito do plano MOPC (Mão de

---

<sup>4</sup> O Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão federal, subordinado ao Ministério da Agricultura, e ao Departamento de Colonização e Terra (FACCHINETTI, 2004, p. 78).

<sup>5</sup> O CIME foi fundado em 1951, em Bruxelas, e se encarregou do recrutamento e transporte de imigrantes de diversas nacionalidades europeias. O órgão encarregava-se da pré-seleção e dos cursos profissionalizantes na pátria de origem do imigrante. No Brasil, o CIME assumiu a maioria das funções anteriormente realizadas pelas autoridades brasileiras. Na Itália, era responsável pela seleção técnica dos candidatos. (CONEDERA, 2012, p. 69).

Obra Pré-Colocada). Assim, o governo brasileiro repassava, periodicamente, listas de profissões e ofícios para os quais havia necessidade (TRENTO, 1989, p. 416). Trento frisa que:

O CIME cuidava, na Itália, da seleção técnica, controlando se a qualificação dos aspirantes correspondia a uma das profissões requisitadas. Chegava-se, assim, à compilação de uma lista, em cujo âmbito as empresas de além-mar podiam escolher os nomes que pareciam mais adequados às suas necessidades, mediante pagamento de uma pequena soma reembolsável, se, após um período de experiência de sessenta dias, o operário não tivesse proporcionado resultados satisfatórios. (TRENTO, 1989, p.416).

Entre 1952 e 1958, o CIME proporcionou a entrada de 72.277 imigrantes no Brasil: 48.269 italianos, 5.435 gregos, 4.791 espanhóis, 3.299 alemães, 2.936 austríacos, 1.548 holandeses e 5.999 de outras nacionalidades. Nesse contexto, o mesmo órgão também favoreceu o fluxo de 855.000 indivíduos (CENNI, 1975, p. 409). A maioria dos imigrantes que desembarcaram no país eram agricultores. Todavia, 15,7% eram técnicos qualificados. O grupo italiano contribuiu com o maior contingente de operários qualificados (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p. 303-308). Trento aponta:

A incerteza do pós-guerra e o difícil momento de reconversão – e, também, depois, da reconstrução – levavam muitos jovens, e não tão jovens, com um diploma no bolso a buscar melhor sorte no estrangeiro. No Brasil, eles chegavam através de “atos de chamada” e contratos fictícios, ou, simplesmente, passando através das malhas da seleção na Itália, escondendo seus diplomas e declarando aptidões e profissões que não tinham. Uma vez chegados, conseguiam se arranjar até encontrar ocupações e empregos, consoantes, com a sua preparação. (TRENTO, 1989, p. 442-443)

Portanto, não era incomum os peninsulares enfrentarem dificuldades nos primeiros tempos na nova pátria. Especialmente imigrantes que não contavam com a solidariedade de conterrâneos

passavam por provações, pois precisavam dialogar sozinhos com uma outra cultura e sociedade.

### **Imigração italiana no Rio de Janeiro**

A imigração italiana no Rio de Janeiro já se evidenciava no princípio do século XIX. Dentre as décadas de 20 e 40, a capital do império recebeu diversos carbonários que tiveram de se exilar da Península. A exemplo de Garibaldi e tantos outros exilados que alimentavam o desejo de promover a Unificação italiana.

O crescimento da mobilidade de peninsulares no Rio de Janeiro ocorreu a partir da vinda da princesa napolitana Teresa Cristina. Entretanto, em termos quantitativos, a imigração italiana tornou-se mais vultosa no princípio do novecentos. Em 1906, na capital carioca, os italianos somavam 25.557, correspondendo a 12,14% dos estrangeiros residentes na capital federal (CAPPELLI, 2013, p. 15).

No contexto da Grande emigração na Itália, inúmeros imigrantes originários, sobretudo, da Calábria, Campania e Veneto ingressaram no território fluminense e carioca (CAPPELLI, 2013, p. 26).

No Estado do Rio de Janeiro, os imigrantes peninsulares não se fixaram somente na capital, como também nas cidades do interior. Niterói, Petrópolis também receberam italianos desde o século XIX (VANNI, 2000, p. 95). O fluxo migratório para âmbito urbano possuía um caráter majoritariamente espontâneo. Vittorio Cappelli assinala:

O principal catalizador dessa imigração é ainda um resquício do próspero ciclo econômico do café fluminense, que se combinam com as indústrias têxteis e o desenvolvimento de núcleos urbanos, de Niterói, de Petrópolis, de Nova Friburgo até a mais distante Valença. (CAPPELLI, 2013, p. 27).

Grande parte dos italianos que se radicaram em Niterói era proveniente do Mezzogiorno<sup>6</sup>, especialmente da Calábria, onde, nos anos do pós-guerra, as adversidades nos campos apresentavam um horizonte de poucas perspectivas de trabalho. Assim, mais uma vez muitos calabreses buscaram ativar as antigas redes de solidariedade. Os imigrantes vinham, sobretudo, dos *paesi* de Fuscaldo e Paola, localizados na província de Cosenza, como também alguns de Sacco, situados na província de Salerno (VANNI, 2000, p. 102).

Niterói foi a localidade que mais acolheu imigrantes italianos dentre os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A proximidade com a capital carioca, assim como a existência da hospedaria da Ilha das Flores, favoreceram para que diversos estrangeiros se instalassem na cidade fluminense (VANNI, 2000, p. 99).

Empreendedores peninsulares como Giuseppe Scarsi e Vittorio Migliora estabeleceram-se em Niterói nos últimos decênios do século XIX. Os dois italianos fundaram a fábrica de fósforos Fiat Lux, onde empregaram diversos patrícios. Além disso, a partir de 1893, Migliora tornou-se agente consular na cidade fluminense, e tal fato também favoreceu o deslocamento de muitos patrícios para o município (VANNI, 2000, p. 99-100).

Os imigrantes espalharam-se por vários setores profissionais da sociedade niteroiense desde o final do século XIX. Os italianos competiam principalmente com os portugueses em inúmeros segmentos, como o da construção civil, indústria, no porto e no comércio. Vale lembrar que os portugueses eram o principal e o maior grupo de estrangeiros existentes em todo Estado do Rio de Janeiro (VANNI, 2000, p. 99).

A arquitetura de várias edificações de Niterói reflete também a influência italiana. O arquiteto italiano Pietro Campofiorito desenvolveu diversos projetos, como as construções em torno da

---

<sup>6</sup> Italianos oriundos do Sul da Itália.

Praça da República (como o Arquivo Estadual) (VANNI, 2000, p. 101).

Sabe-se que no período do pós-guerra era grande o fluxo migratório, sendo a América do Sul uma meta preferencial para muitos, uma vez que os Estados Unidos restringiam a entrada de novos imigrantes. Até 1948, inclusive, o Brasil teve posição chave, visto que na Argentina somente posteriormente à ascensão de Péron, em 1946, uma nova política começou a vigorar, favorecendo a entrada de novas levas migratórias (CASTRO, 1999, p. 20).

### **Imigração italiana na capital do Rio Grande do Sul**

Desde a segunda metade do século XIX, Porto Alegre era uma cidade em transformação. Nas esferas comercial e industrial desenvolviam-se modificações significativas, cuja influência advinha, especialmente, da participação exercida por estrangeiros alemães e italianos, instalados no Estado no desenrolar do oitocentos. Diégues Junior recorda que:

Nas Capitais, de modo geral, o imigrante foi introdutor de novos hábitos e de costumes novos, que, em grande parte, vieram modificar a estrutura luso-brasileira, baseada quase sempre em hábitos e costumes sob certos aspectos rurais, tendo em vista a transferência de populações desses meios para os novos núcleos urbanos. (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p. 245).

Em meio às mudanças urbanas implementadas na capital gaúcha, entre as últimas décadas do oitocentos e os primeiros anos do novecentos, vislumbrava-se também um recrudescimento populacional consistente. O censo de 1872 informava o número de 35 mil habitantes. Já em 1890, seriam 52 mil, e, em 1916, existiriam 179 mil almas (BORGES, 1993, p. 27). Isto é, a população de 1872 até 1916 quintuplicou. Os imigrantes foram elementos essenciais para a quantificação do número de residentes no período (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p. 245).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a capital do Rio Grande do Sul iniciou a transição para a moderna metrópole. O aumento demográfico entre os decênios de 1940 a 1950 foi de 45 %, isto é, neste período, a população cresceu de 272.000 para 394.000 habitantes (CONEDERA, 2012, p. 85).

A maioria dos italianos que se radicaram em Porto Alegre desde o último quartel do oitocentos era proveniente da Itália meridional (CONSTANTINO, 2008, p. 12). Durante o pós-guerra, os italianos que eram oriundos do Sul da península continuavam a ser preponderantes entre os peninsulares que se instalavam nos centros urbanos brasileiros (CONEDERA, 2012, p. 83).

A imigração peninsular caracterizava-se por ser espontânea e era auxiliada, na maioria das vezes, pelos próprios italianos que já residiam no Brasil. O motor das emigrações em vários espaços é motivado pela própria emigração. Franco Ramella refere que

[...] a ativação por parte dos indivíduos e das famílias como elos mais ou menos selecionados pelas redes sociais que são a parte reguladora do movimento, o organiza, o canaliza para certas direções e não a outras. (RAMELLA, 2002, p. 143).

Os meridionais emigrados em Porto Alegre compartilham uma série de laços, a saber, cada imigrante representa um elemento importante na rede social<sup>7</sup> estabelecida entre ele e seus compatriotas que residem no município. As redes sociais encontram-se alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. A maioria encontrava na família a base da rede de solidariedade, já que ela representava o grupo social do estrangeiro na nova sociedade (LOMNITZ, 2009, p. 20).

---

<sup>7</sup> Rede social é um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem definido e limitado, senão uma abstração que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. (LOMNITZ, 2009, p. 18).

A imigração em cadeia por intermédio de redes de solidariedade não é uma característica particular da coletividade italiana da capital gaúcha. Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro existem estudos que identificam a mobilidade incentivada por peninsulares que imigraram anteriormente à Segunda Guerra, ou mesmo pelos indivíduos que vieram nos primeiros fluxos do pós-guerra<sup>8</sup> (CONEDERA, 2012, p. 88).

Sabe-se que o ingresso de peninsulares no pós-guerra deve-se, majoritariamente, à existência de compatriotas residindo na capital do Rio Grande do Sul. Ao longo do período do Entre Guerras (1919-1938), a imigração persistiu no país, mas com uma entrada mínima em relação aos índices registrados antes do princípio da Grande Guerra.

No Rio Grande do Sul havia 24.549 e 15.003 italianos, respectivamente, segundo os registros dos Censos de 1940 e de 1950. Os dados apontavam os peninsulares como o maior grupo de imigrantes habitando no Estado. Nos Censos subsequentes, os italianos mantiveram números significativos na comparação com outros estrangeiros; no entanto, acabaram superados por levas de uruguaios e alemães<sup>9</sup>.

Os peninsulares, em meados do século passado, prosseguiram tendo, em Porto Alegre, um caráter empreendedor comercial. A maioria dos imigrantes queria possuir seu próprio negócio. Assim, os muitos italianos abriram suas oficinas (marcenaria, mecânicas), casas lotéricas, açougues, fruteiras, mercearias, lojas, entre outros empreendimentos pretendendo o comércio de varejo.

---

<sup>8</sup> Ver as obras de FACHINETTI e GOMES. FACHINETTI, Luciana. **Parla!** O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos. São Paulo: Angellara, 2004; GOMES, Angela de Castro (Org.). **História de família:** entre Itália e Brasil. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1999.

<sup>9</sup> IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

## Narrativas e Identidade sobre a mesa

O presente estudo valoriza a narração de imigrantes italianos provenientes da Calábria, que disponibilizaram seu tempo para dialogarem sobre suas trajetórias da Península até os anos vivenciados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Porto Alegre. Constantino recorda que:

Preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns. (CONSTANTINO, 2006, p. 69).

A autora frisa que os relatos dos migrantes permitem ao historiador, pesquisador da imigração, compreender e reconstruir historicamente os complexos fenômenos da experiência migratória.

Para vários italianos a casa era o lugar de trabalho, como também o da família e das festas para diversas famílias. Os entrevistados narram sobre os almoços apetitosos onde saboreavam o gosto da *pasta* de seu país natal que degustavam aos domingos. Além disso, o domingo era dia de reunir os amigos em casa e compartilhar o vinho com familiares e amigos. Para muitos meridionais de Fuscaldo e Paola instalados no Rio de Janeiro e Niterói, o Natal era a grande festa<sup>10</sup>, da mesma maneira que os aniversários, a festa de São Francisco de Paola, em maio, e de Nossa Senhora dos Anjos, em agosto (GOMES, 1999).

---

<sup>10</sup> Vale salientar um ditado popular italiano: *Natale con tuoi, e la Pasqua con qui vuoi* (Natal com a família, e a Páscoa com quem quiser). Esse ditado reforça e demonstra o Natal como uma data importante para a reunião da família.

Os moraneses de Porto Alegre, assim como seus compatriotas de Niterói, possuíam suas festas. Em julho, os imigrantes e seus descendentes (por vezes amigos brasileiros) festejam a *Madonna del Carmine* desde os anos 50. Sabe-se que o Centro Calabrês<sup>11</sup> foi outro espaço constituído pelo grupo de calabreses para cultivar as amizades, bem como preservar e dialogar sobre os aspectos culturais de sua Região.

Após a chegada ao Brasil, na capital carioca ou em Niterói, os imigrantes peninsulares contavam com solidariedade da família e da comunidade de seus compatriotas. Eles tinham onde morar e, no caso, a alternativa era dupla. Normalmente, os imigrantes permaneciam na casa de parentes já radicados. Essa situação era temporária, mas seu tempo de duração não era previsível e correspondia a uma etapa necessária para muitas famílias recém-chegadas (GOMES, 1999). A senhora Filippina Chinelli – que nasceu em Fuscaldo (província de Cosenza) e imigrou em 1948 – narra que:

Pela casa do tio Pascoal<sup>12</sup> passaram muitas pessoas da nossa família: primeiro meu pai, depois meu tio Rafael, que mais tarde voltou para a Itália. Também meu tio Umberto, outro irmão da minha mãe, que acabou ficando no Brasil, e a sua mulher tia Rosa. E, finalmente, uma das irmãs do meu pai. Enfim, todos moraram algum tempo naquela casa. Minha avó e a irmã de minha mãe – tia Annina – também; todos passaram por lá de alguma forma. Nós, por exemplo, ficamos lá por oito anos, de 1953 a 1961. (CHINELLI apud GOMES, 1999, p. 117-118).

Como a senhora Chinelli e sua família, diversas famílias vivenciaram um percurso semelhante em outros centros urbanos. Em Porto Alegre, vários imigrantes e suas famílias narram experiências análogas à da família Chinelli. A Senhora Concetta

---

<sup>11</sup> O Centro Calabrês foi criado na década de 1980. Nos últimos anos, a sociedade organiza chás para as senhoras do grupo e jantares nos dias 29 de cada mês oferecendo *gnocchi* e outros pratos e doces típicos da região de origem no cardápio.

<sup>12</sup> O tio Pascoal comentado pela depoente foi o responsável pela vinda da família da imigrante e de outros familiares.

Immacolata Mainieri Morelli – que nasceu em Morano Calabro (província de Cosenza) e imigrou em 1948 – comenta que:

Chegamos em setembro, no porto aqui de Porto Alegre. Era um dia lindíssimo, ensolarado. E toda aqueles... Ah! Parentes do meu pai, e parte de minha mãe, já que a minha mãe tinha umas irmãs aqui. [...] O meu tio, Rocco, nos recebeu. A esposa fez um almoço muito bonito e quase a toda a parentela da parte da minha mãe foram todos na casa dela. Aí começou a minha vida, porto-alegrense e brasileira. (MORELLI, 2003, p. 4).

Os encontros familiares, onde normalmente persistia uma gastronomia da Calábria, são locais e momentos de identificação e reforço de sua identidade do grupo e de seus componentes<sup>13</sup>.

Para muitos italianos a mesa era um espaço comum e de integração para diversos italianos que emigraram da península. O fato de *stare a tavola* com parentes ou amigos constituía-se singular pelo fato de todos os patrícios migrantes estarem dividindo a comida e, então, agregando um aspecto de pertencimento a uma comunidade (PAOLINI; SEPILLI; SORBINI, 2002, p. 42).

Sabe-se que a comida assumia uma dimensão de objeto símbolo para os imigrantes de grande valor emocional, por isso vários peninsulares continuavam e perpetuavam os hábitos culinários nas sociedades de destino (PAOLINI; SEPILLI; SORBINI, 2002, p. 41). A saber, os italianos buscavam preservar os seus laços com a terra de origem por meio da sua alimentação.

Vale recordar que em um recente artigo, Antonio de Ruggiero destaca a nostalgia dos sabores de casa que os imigrantes no período da Grande Emigração sentiam da comida e dos produtos alimentares italianos. O autor enfatiza – por meio de documentação epistolar e literaturas de viagem – os sentimentos e a falta da alimentação típica características dos *paesi* de origem dos

---

<sup>13</sup> Sobre este tema ver: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianidade(s): imigrantes no Brasil Meridional. In: CARBONE, Florence & MAESTRI, Mario (Orgs.). **Raízes italianas do RS 1875-1997**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000. p. 67-82.

imigrantes, bem como frisa o aparecimento e comercialização de produtos importados da península que eram trazidos e destinados em grande parte para as centenas de peninsulares que residiam especialmente nos centros urbanos brasileiros. A partir de sua pesquisa de Ruggiero identifica que:

Inicialmente percebida como uma forma de resistência cultural e de defesa das tradições mais íntimas, ao longo dos anos a gastronomia italiana contribuiu, ao mesmo tempo, para fomentar processos de integração e interação, construindo novas identidades culinárias transnacionais, na sua fusão com as diversas culturas gastronômicas de um país multiétnico como o Brasil. (DE RUGGIERO, 2018, p. 135).

As narrativas dos imigrantes calabreses que se instalaram nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul frisam a tendência e manutenção de costumes culinários vinculados à terra natal. Por exemplo, entre os calabreses era normal se alimentarem do *Rascatelli* (um tipo de massa característica da cidade de Morano Calabro). Em Niterói, nas festas da família Chinelli (de Fuscaldo), Filippina narra que:

Comia-se o fissuraglie. Fissuraglie é o seguinte: você derrete o toucinho do porco para fazer a banha e aí ficam no fundo do tacho uns fiapos de carne do porco. Com isso se fazia uma espécie de um patê camponês. Era uma delícia! Então era isso que a gente comia nas nossas ocasiões especiais. O pão, muitas vezes, era feiro em casa mesmo. [...] comia-se muito *pasta e fasoli*, que é o macarrão com o feijão. Era uma espécie de sopa, que tinha feijão e macarrão. (CHINELLI apud GOMES, 1999, p. 122-123).

Portanto, como as famílias Chinelli e Morelli, outras famílias italianas que desembarcaram nas cidades brasileiras buscaram manter seus laços de italianidade e vínculo com a sua terra de origem e a Itália por intermédio da manutenção dos seus costumes culinários na sociedade de adoção.

## Considerações finais

A imigração italiana apresentou características muito similares entre Porto Alegre, Rio de Janeiro e Niterói. A maioria dos peninsulares era originária da Itália meridional e se instalou no país por intermédio do chamado de parentes e amigos já residentes na sociedade de destino. Além disso, nesses centros urbanos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os calabreses fixaram-se em certos nichos econômicos. O comércio das bancas de jornal nos municípios fluminenses; os açougues e casas lotéricas na capital gaúcha.

A comida é um dos muitos signos (como a língua, a religião, a música) pelos quais os italianos expressaram a sua italianidade e a forma que muitos encontraram para amenizar a nostalgia que sentiam de sua terra de natal.

A partir das narrativas dos imigrantes calabreses que se inseriram no Rio de Janeiro, Niterói e Porto Alegre, no contexto do pós-guerra (1946-1976) a preservação de uma alimentação muito relacionada com a terra natal. Portanto, muitos imigrantes italianos procuraram diminuir as saudades da cidade natal e preservar os seus laços por meio dos alimentos e dos momentos que passavam juntos *a tavola*.

## Referências

BORGES, Stella. **Italianos**: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993.

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes migratórias da Itália meridional às “outras Américas”. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 7-37, jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **La Belle Époque italiana di Rio de Janeiro**: volti e storie dell'emigrazione meridionale nella modernità carioca. Catanzaro: Rubbettino, 2013.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Martins, EDUSP, 1975. 438 p.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre e Brasil e Itália:** o papel da diplomacia. Brasília: UNB, 1992.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre:** memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976). 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão:** vozes, imagens, histórias. Porto Alegre: Biblos, 2004a. 238 p.

\_\_\_\_\_. Imigrantes italianos: partir, transitar, *chegar*. In: RECKIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul.** República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. p. 395-418. 1072 p.

\_\_\_\_\_. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. **Revista Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, 2006.

\_\_\_\_\_. **O italiano da esquina:** meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses. Porto Alegre: EST, 2008. 174 p.

\_\_\_\_\_. **O italiano na cidade.** Passo Fundo: UPF, 2000. 85 p.

CORTI, Paola. **Storia degli migrazioni internazionali.** Bari: Laterza, 2007. 147 p.

DE CLEMENTI, Andreina. **Il prezzo della ricostruzione:** le emigrazione italiana nel secondo dopoguerra. Bari: Laterza, 2010.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). **Revista PRÂKSIS (FEEVALE)**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 121-138, 2018.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização:** estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964. 385 p.

FACCHINETTI, Luciana. **Parla!** O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos. São Paulo: Angellara, 2004.

- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: Garamond, 2004.
- GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. Uno sguardo a um secolo e mezzo di emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **Storia dell'emigrazione italiana**: Partenze. Roma: Donzelli, 2002. p. 45-60.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). **História de família**: entre Itália e Brasil. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1999. 310p.
- LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- PAOLINI, Davide; SEPPILLI, Tulio; SORBINI, Alberto. **Migrazioni e culture alimentari**: I quaderni del Museo dell'Emigrazione. Foligno: Editoriale Umbria, 2002.
- RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **Storia dell'emigrazione italiana**: Partenze. Roma: Donzelli, 2002. p. 143-160.
- SAYAD, Abdelmalek. **Imigração**: paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa**: russos e ucranianos em Porto Alegre: 1948. 1996. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização. In: GERTZ, René E. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 291-313. 578 p.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. 574 p.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **50 anos de serviço com os migrantes**: paróquia da Pompéia - Missão Scalabriniana. Porto Alegre: IMPA, 2010. 125 p.

### **Fontes Orais:**

DI MARTINO, Dalva Cassarà. **Projeto mulheres imigrantes do Mercosul** [jun. 2010]. Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

MORELLI, Conceta Immaculata Mainieri. **Projeto mulheres imigrantes do Mercosul** [jun. 2003]. Entrevistador: André Cardoso Lopes. Porto Alegre.

**4<sup>a</sup> parte**

**Memória**



## **O lembrado, o esquecido e o enaltecido: construção de memórias e vestígios do passado-presente em Estrela-RS**

*Bibiana Werle<sup>1</sup>*

### **Considerações iniciais**

Iniciada pelo Decreto-Lei 383, de abril de 1938, assinado por Getúlio Vargas, mas intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados, em 1942, a Campanha de Nacionalização (CN), efetivou-se através da intervenção do Estado em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa de língua não vernácula e na proibição do uso cotidiano do idioma alemão. Elaborada durante a ditadura varguista, a CN tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira e, entre as ideias que orientaram as ações do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros, estava a de dissolver a possibilidade de formação de enquistamento étnico nas regiões de imigração, que eram marcadas por traços culturais característicos dos lugares de onde provinham os imigrantes.

A maneira autoritária como se efetivaram as ações “nacionalizantes” foi sentida de modo mais abrupto no Rio Grande do Sul. De acordo com os estudos de Valquíria E. Renk (2005) e

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Neide Almeida Fiori (2005) que pesquisaram a nacionalização do ensino nos estados do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente, a intervenção através de uma legislação que restringia as escolas étnicas desenvolveu-se desde o início do século XX nestes estados. No caso paranaense, leis e decretos estaduais estimularam uma educação que despertasse o patriotismo e que exigisse o ensino em vernáculo desde 1917<sup>2</sup>, ano em que já constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras. Quanto à anterioridade nas ações nacionalizantes, o estado catarinense não foi muito diferente pois, “[...] no decorrer da década de 1910, o estado de Santa Catarina já havia exercido liderança, no campo estadual e nacional, no que diz respeito à nacionalização do ensino”. (FIORI, 2005, p. 107).

Há de se destacar, no entanto, o número expressivo de escolas fechadas em Santa Catarina no ano de 1938: quinhentas e cinco escolas primárias. Ao comparar os números lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 1941, Fiori apresenta um quadro no qual Paraná e Rio Grande do Sul possuem um número inferior ao do estado catarinense no que tange ao fechamento das escolas. Uma explicação para este cenário, segundo Fiori, está na razão de que o estado paranaense foi receptor de “um grupo bem aquinhoado [de imigrantes alemães] em termos de poder aquisitivo e teve um caráter acentuadamente urbano.” (FIORI, 2005, p. 118). Já o estado do Rio Grande do Sul, que contava com significativa proporção de imigrantes alemães, teve um número menor de escolas fechadas em virtude da articulada forma como as oposições político-partidárias se enfrentavam no estado. As diversas facções políticas gaúchas permitiriam um jogo de forças que tivesse melhores condições para “frear” o ritmo das ações nacionalizadoras. Assim, as oposições políticas e econômicas catarinenses, resultantes de apenas dois polos bem marcados – os *Ramos* e os *Konder* – enfraqueciam as lutas em torno das atitudes tomadas e permitem a

---

<sup>2</sup> Leis e decretos (Paraná): 09/01/1917: Decreto estadual n° 17 – o ensino deveria despertar o patriotismo; 09/04/1920: Lei n° 2.005, escolas particulares estrangeiras são obrigadas a ensinar em vernáculo; 08/04/1922: Decreto estadual Lei n° 2.157 – exigência do ensino em vernáculo.

Fiori apontar o modelo como a CN se implantou em Santa Catarina como “[...] todo poderoso, sem precisar fazer composição de forças ou conviver com oposição” (FIORI, 2005, p. 119).

Podemos afirmar que essa articulação de forças de oposição na política estadual gaúcha, porém, não foi benéfica e nem pacificadora quanto à instituição das medidas da CN no estado. Tal organização política resultou uma Campanha que se efetivou de maneira inesperada pela população de descendência alemã, e as narrativas analisadas neste trabalho são testemunhas deste fato. É importante ressaltar, entretanto, como afirma Lúcio Kreutz, que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino.” (KREUTZ, 2005, p. 85). A questão no Rio Grande do Sul foi que a CN precipitou tal processo, que vinha ocorrendo aos poucos.

Após o dez de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, a população imigrante do Rio Grande do Sul passou a sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas, além da proibição, neste caso, da fala em idioma alemão. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, Secretário de Educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a CN passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação dos “deutscher fresser”<sup>3</sup>, os “comedores de alemães”.

## **Narrando um passado**

Para estudar o processo de nacionalização forçada no município de Estrela, as narrativas obtidas através das entrevistas realizadas sob a metodologia da história oral possibilitaram uma análise sobre representações atuais acerca daquele momento

---

<sup>3</sup> “Deutscher Fresser” é tradução alemã que os entrevistados utilizam para a expressão “comedor de alemão” – eles seriam os delatores a quem os teuto-brasileiros deveriam ficar atentos durante as ações da CN.

histórico. A inexistência de um arquivo histórico no município, segundo Werle (2017), teve como consequência uma busca intensificada por fontes que trouxessem aspectos referentes ao Estado Novo. Assim, além de documentos cedidos por moradores, como é o caso de um cartaz da época que proibia a fala nos idiomas alemão, italiano e japonês, também foi possível encontrar documentos na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do município, em arquivos históricos de cidades vizinhas e ainda a nas páginas de um jornal que foi salvaguardado pelo filho do antigo sócio do semanário. Somadas a essa documentação, a análise das narrativas dos entrevistados adquire sentidos que possibilitam novas chaves de compreensão sobre aquele processo histórico. As narrativas e os documentos investigados nos permitem observar como o final da década de 1930 e o início dos anos 1940 foram momentos de repressão e, ao mesmo tempo, de resistência de práticas culturais locais, como a manutenção em segredo do idioma alemão, as reuniões de associações culturais de cunho étnico teuto-brasileiro, e as festividades também de caráter teuto-brasileiro.

Ao narrar fatos do passado, compreendemos que o entrevistado o faz em relação ao presente, por isso que a ideia de traçar uma memória sobre a Campanha de Nacionalização requer considerar o que é falado no sentido de uma narrativa, uma representação do passado. Assim, ao utilizarmos a metodologia da história oral, nem sempre é possível avaliar se o relato está certo ou errado, mas sim ponderar sobre quem fala, de onde fala, quando fala, para quem fala e analisar ali as diferentes maneiras de se representar um passado. Como afirma Maria Paula Araújo:

Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. (ARAÚJO, 2012, p. 19).

Se tratando de pessoas que tinham mais de oitenta anos no momento da entrevista, as narrativas que compõem este texto se tratam de memórias relacionadas ao tempo da infância e juventude dos entrevistados, quando tinham entre onze e vinte e quatro anos em 1942 - ano da intensificação da repressão aos teuto-brasileiros<sup>4</sup>. Quando se refere às memórias de criança, Halbwachs (2006, p. 82) afirma que a sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, faz a criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que à nossa volta todos se preocupavam com ele [o fato]. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê”. Podemos dizer, então, que os entrevistados se lembram de tais episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período” (HALBWACHS, 2006, p. 82).

Antes de partirmos para as análises, observamos o quadro abaixo, que se refere aos entrevistados, sua idade e ocupação no ano de 1942, (quadro 1):

Quadro 1: Relação dos entrevistados

| Nome                     | Idade em 1942 | Ocupação em 1942                                   |
|--------------------------|---------------|--|
| Serenita Ruschel         | 24            | Dona de casa                                       |
| Sonha Emília Balensifer  | 22            | Dona de casa                                       |
| Eugênio Noll             | 20            | Estudante e ajudante do pai em uma fábrica de café |
| Helga Maria Schnorr      | 17            | Dona de casa                                       |
| Silvino Birck            | 16            | Estudante  |
| Álvaro Romualdo Noschang | 15            | Seminarista - atualmente é padre                   |

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas entre 2010 e 2011, no município de Estrela-RS.

|                     |    |  |
|---------------------|----|--|
| Antônio Vítor Bohn  | 14 | Estudante e cozinheiro de um professor – atualmente é pastor |
| Hertha Regina Birck | 13 | Estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães     |
| Eli Hart            | 11 | Estudante  |

Fonte: A autora (2013)

### **Intervenções, convivência e resistência dos teuto-brasileiros**

Durante a CN, uma das primeiras medidas adotadas pelos delegados municipais era a proibição da fala em idioma alemão nas regiões marcadas pela imigração alemã. Em relação a essa intervenção ao idioma em Estrela, quando perguntados sobre as lembranças referentes a esse período, observamos que os entrevistados mais idosos dificilmente estabelecem uma relação entre o contexto político nacional da época e a proibição em si. Enquanto que Serenita<sup>5</sup>, com 24 anos em 1942, expressa: “[...] prendiam muito os que falavam alemão. Simplesmente não podia falar alemão, só português.”; Eugênio compreende a questão como um problema local do município de Estrela: “Ora, [...] a questão muito foi daqui da localidade, não era em toda parte [...]”; e Dona Sonha lembra vagamente que foi na época do governo de Getúlio Vargas que ocorreu a proibição. Já os outros entrevistados relacionam o contexto histórico da proibição de acordo com o regime político marcado pela repressão. A divulgação da proibição na cidade através de cartazes é lembrada por Silvino e Antônio Vítor, que narra:

Essa proibição veio com cartazes pra tudo que é lado, quando o Brasil entrou em guerra [estava escrito nos cartazes:] ‘proibido falar em alemão, italiano e japonês’ [...] eram colados em toda parte porque era ditadura e ninguém podia protestar. (Veja cartaz na figura 1).

<sup>5</sup> Utilizo o primeiro nome para me reportar aos entrevistados.

Figura 1 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês.



Fonte: Documento cedido por Flávio Jaeger, morador do município de Estrela.

As narrativas analisadas encontram, em muitos casos, semelhanças com aquelas observadas por Fiori (2005) em Santa Catarina. Situações inusitadas descritas pelas entrevistas concedidas no estado catarinense também aparecem na fala dos entrevistados no município de Estrela, e se referem às estratégias utilizadas pelos policiais e pelos delatores (os “deutscher fresser”) para espionar os “alemães”. Segundo os entrevistados, os delatores ficavam escondidos atrás de muros e matagais à espreita de uma ocasião: “Eles se preparavam, ficavam de tocaia”, diz, Eugênio. Os cuidados com estes “fiscais” eram grandes, por isso cabia aos “alemães” ficarem atentos – “Então a frase era: ‘está vindo um deutscher fresser’ [...] ó, da kommt ein deutscher Fresser”, afirma Helga.

Outra constatação feita por Fiori e que também é observada em Estrela, refere-se à articulação entre poder central e local. No caso catarinense, Fiori justifica esta situação pelo caráter oligárquico ligado ao poder dos “coronéis”. A autora coloca esta questão como sendo um diferencial da região sul do Brasil, devido à grande autonomia adquirida pelos policiais durante o Estado Novo. Citando a valorização da figura do inspetor, um agente a mais para vigiar os imigrantes, Fiori afirma que esta rede “Tratava-se, de fato, [de] uma

verdadeira pirâmide de poder em cuja base, em contato direto com os que devia inspecionar, estava o inspetor.” (FIORI, 2005, p. 111).

No caso de Estrela, não encontramos nas narrativas a palavra inspetor, mas sim a palavra “fiscal”, ou então a menção à expressão “deutscher Fresser”, que seriam civis ajudantes da polícia, ou até civis que ganhavam dinheiro com delações. Quando perguntados sobre o porquê dessa participação dos civis, os relatos de cinco entrevistados se referem aos “lusos” como delatores em função da inveja que estes tinham da prosperidade que os “alemães” vinham obtendo na agricultura:

Era uma gente lusa que tinha muita raiva dos alemães, muita inveja. Então naturalmente aquela inveja deles desde o começo [quando os alemães chegaram ao Brasil] persistiu, porque os alemães vinham aqui, faziam agricultura e prosperavam, tinham casa bonita e tudo [...] e os outros queriam sombra e água fresca. Tinha gente que não era autoridade nem nada, mas iam denunciar. Nas estradas, se alguém dizia ‘guten morgen’, ao invés de bom dia, já chegava. Não precisava nem de testemunha, ia lá, denunciava e eram presos. (Antônio Vítor).

Era, como eu posso te dizer, ciúmes, inveja. Os alemães estavam indo muito bem e eles, pra trás, né. (Eugênio).

Graças aos estrangeiros que vieram pra cá que o nosso Brasil é fantástico, né. Apesar de tanta pilantragem e tudo, mas graças aos imigrantes que vieram de fora. Mas é o poder. Tem uma frase de Abraham Lincoln: ‘se queres conhecer o homem, dê-lhe o poder’, é uma coisa assim. (Eli).

A lembrança do cuidado que se deveria ter com a fala em língua alemã também é referida quando os entrevistados narram sobre os bailes de Kerb`<sup>6</sup>, as missas e cultos, afinal, segundo um comunicado oficial de 1939, as prédicas religiosas deveriam ser realizadas somente no idioma nacional<sup>7</sup>. Tal determinação, segundo

<sup>6</sup> Bailes considerados pelos entrevistados como típicos germânicos. São bailes embalados por bandas que tocam músicas germânicas.

<sup>7</sup> “Somente o idioma nacional será usado no púlpito das Igrejas”. O PALADINO, ano XVIII, n. 893, p.2, 11 nov. 1939.

os entrevistados, trouxe dificuldades para aqueles que ainda não tinham aprendido a falar em português, principalmente os mais idosos, como é possível verificar na fala de Álvaro:

[...] E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada [...] porque as pessoas não entendiam o português, né.

Antônio Vítor traz consigo a lembrança da fiscalização das igrejas, que era contada na roda de amigos do professor Eidt, onde trabalhava como cozinheiro:

Em Arroio do Meio na igreja eles entravam nos domingos pra ver quem tinha livro de reza em alemão e conforme a conversa lá [na casa do Eidt], ainda levavam junto [prendiam], se alguém protestava.

O patriotismo, que tomava conta também nas igrejas, é recordado por Silvino:

Cantávamos em alemão na Igreja. Depois foi mudado e a Igreja foi obrigada a botar a bandeira brasileira de um lado do altar e a outra do estado, algo assim. Mas tinha que ter, era obrigado a ter uma bandeira do Brasil, lá no altar.

As memórias dos bailes de Kerb`s, em Estrela e nos municípios vizinhos, são bastante curiosas. Sete dos nove entrevistados contam histórias que ficaram sabendo sobre prisões em bailes. Os depoentes afirmam que, como as bandinhas tocavam músicas alemãs, a tática dos músicos era apenas tocar a base instrumental da música. Vejamos alguns casos narrados:

Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão, era só bandinha. Banda não cantando não tem problema. [...] Mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo. (Eli).

Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e ‘papapa’ em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. [risos] No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas, pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura. (Silvino).

Nesta fala de Silvino, podemos observar a maneira de atuação policial que discutimos anteriormente. Ela se dava às escondidas, de modo que os policiais se camuflavam próximo aos locais onde aconteciam os bailes para flagrar a utilização do idioma alemão em momentos propícios para isso: quando os imigrantes e descendentes estavam bêbados e sem controle do que e como falavam. Talvez seja possível deferir daí que os policiais “procuravam” momentos ideais para sua ação. Na fala a seguir, de Antônio Vítor, observamos que havia ocasiões em que a polícia acompanhava os considerados “alemães” no próprio baile, fazendo com que a sensação de vigilância ocorresse inclusive nos momentos de divertimento:

[...] lá em Corvo só tinha um brigadiano, ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] E esse alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho ‘floriado’, né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta e falou: ‘para de cantar em alemão’ e ele não parou, aí [o brigadiano] bateu no rosto dele, aí ele [o “alemão”] disse em português bravo: “bate aqui também” [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa). Na volta pra casa do baile, ele [o “alemão”] não pode nem voltar pra casa dele, o caminhão passou na frente da casa dele, foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos [...]. (Antônio Vítor).

Entrando no tema das alterações ocorridas no ambiente escolar, a maioria dos entrevistados mais jovens (Eli, Hertha, Antônio Vítor, Álvaro e Silvino) narra que a proibição do idioma alemão ocorreu de modo abrupto e, além disso, o que também é interessante de ser observado nos relatos trata-se das falas sobre a hora cívica, que se tornou obrigatória nas escolas. Lembrando que os entrevistados passavam pela fase de transição do ensino nos dois idiomas (alemão e português), para as aulas apenas em português. Essa situação está presente, por exemplo, na fala de Silvino:

Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época [...]. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão.

Herta recorda ainda da programação escolar acerca da hora cívica:

Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa). Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira [...] isso a gente sabia na ponta da língua.

Um caso de intervenção de uma fiscal da Secretaria da Educação foi relatado por Álvaro que conta a situação da seguinte forma:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um

castigo pra não esquecer'. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza [...] (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né.

Antônio Vítor ainda demonstra o perigo em que se encontrava quando viu o professor (em cuja casa trabalhava) ser preso: “Não me levou preso [o policial] porque eu era menor, se não naquele dia eu também ia junto. [...] De repente podiam ter me levado, porque na ditadura vale tudo né”.

Quando acham graça de determinadas situações, como é o caso do relato de Álvaro ao falar sobre o colega da escola que foi punido por falar em alemão, ou quando Silvino e Antônio Vítor contam as histórias de prisões nos bailes, podemos observar a questão dos “muitos tempos da memória” (PINTO, 1998). O distanciamento entre o acontecido e a narração do fato possibilita que, neste último momento, os entrevistados deem risadas do que narram, algo que provavelmente era visto com temor durante o tempo do acontecido.

Ao se referirem aos “lusos” como invejosos dos “alemães”, vemos que uma representação do alemão como trabalhador e agente do progresso da cidade é um fenômeno construído coletivamente entre os entrevistados. Esta também é uma maneira de observamos a questão de como a memória traz aspectos das formas de identificação de um grupo, como é o caso das identificações étnicas que, apesar de fundarem-se no ideal de um passado comum, são reelaboradas constantemente a fim de delimitar e defender suas diferenças em relação a outros grupos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

### **Reorganização do grupo étnico a partir de ativações patrimoniais**

Através das narrativas analisadas, podemos observar como a presença do narrador e, conseqüentemente, a transmissão oral das experiências, vêm se modificando nas últimas décadas. Algumas maneiras como as pessoas vêm se comunicando atualmente, através dos meios virtuais, por exemplo, faz com que se diferencie tanto as formas de se narrar os fatos, como os sentidos agregados ao que era comunicado oralmente: as histórias de famílias transmitidas de geração em geração são um exemplo das narrativas que, de maneira geral, são experienciadas de novas formas – novas tecnologias que possibilitam a diminuição do tempo da informação produzem nos seres humanos a percepção de aceleração da história (Nora, 1993). Nesse sentido, a pesquisa que envolve a metodologia da história oral oportuniza um contato direto com os narradores e suas representações sobre o passado. Como afirma Alberti, “[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis [...]” (2004, p. 9). As memórias narradas pelos senhores e senhoras que partilharam suas memórias “do tempo de criança” sobre a Campanha da Nacionalização, se traduzem em momentos de transmissão de experiências que, em função de nossa distância temporal em relação ao Estado Novo, se tornarão cada vez mais raros. Perderemos, aos poucos, a possibilidade de “ouvir contar” aqueles que viram, ouviram e sentiram a intolerância étnica praticada pelos homens naquele período.

Ao mesmo tempo em que nos distanciamos daquele passado de perseguição étnica, observamos, no município de Estrela, as tentativas a que o poder público e instituições locais lançam mão para construir um passado apagado de conflitos no tempo presente. Roteiro turístico com percursos coloniais e um conjunto de festas comemorativas enaltecem uma cultura germânica com a justificativa de que a mesma foi a propulsora do progresso na região. Além disso, as festividades constituídas por gastronomia, música e grupos de danças folclóricas tendem a maquiar aquele passado de tensões sociais, com o agravante de excluírem os demais grupos

étnicos que compõem a sociedade local. Aliando interesses políticos e econômicos, essas comemorações também são responsáveis pela construção de uma consciência histórica sobre o município, que está alijada de uma análise histórica fundamentada nos vestígios do passado: Estrela, por exemplo, está entre os noventa e sete por cento de municípios sem um arquivo histórico municipal<sup>8</sup>, como mencionamos anteriormente.

Compreendido num cenário mais amplo de revalorização étnica a partir das décadas de 1960 e 1970 (ZANINI; SANTOS, 2013, p.3), que envolveu demais municípios do sul do país marcados pela imigração do século XIX, o município de Estrela conta atualmente com o projeto de percurso colonial chamado “Roteiro Turístico Delícias da Colônia”, no qual, segundo o site da Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales (AMTURVALES), “Nos passeios, os visitantes contemplam desde as pastagens aos casarios de época, passando por locais que exaltam a gastronomia típica e a hospitalidade interiorana”<sup>9</sup>, ou seja, uma vida social harmonicamente construída. Além do percurso, Estrela também é sede do mais antigo Grupo de Danças Folclóricas Alemãs do Brasil, criado em 1964. Observamos, através do histórico do Grupo descrito em seu site oficial, que o mesmo foi criado com o intuito de reintroduzir danças consideradas típicas alemãs na sociedade local: “Os jovens da época não sabiam mais dançar valsas, polkas e schottisch. Aquelas danças antigas estavam se perdendo no esquecimento do tempo”<sup>10</sup>, a ideia de perda das tradições combinada com uma reinvenção das mesmas. Atualmente, o Grupo conta com cerca de 420 componentes, com idade entre três e oitenta anos, e

---

<sup>8</sup>Matéria veiculada pelo Arquivo Nacional, em dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2224&sid=119>. Acesso em 22 abr. 2016.

<sup>9</sup>AMTURVALES, disponível em: <http://www.amturvales.com.br/roteiros/roteiro-turistico-delicias-da-colonia>. Acesso em 13 mai. 2016.

<sup>10</sup>Histórico do Grupo Folclórico de Estrela, disponível no site: <http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>. Acesso em 13 mai. 2016.

realiza apresentações em âmbito nacional e internacional. O evento principal em que o Grupo participa, no entanto, é o Festival do Chucrute de Estrela<sup>11</sup> que, desde 1965, é comemorado no complexo que envolve atualmente a Maifest (festa de aniversário do município), a Park Chopp Fest (festividade que envolve os jogos germânicos) e a Brotfest (a festa que enaltece o pão como alimento). Vejamos que o mote étnico germânico se transformou naquele que representa a cultura local, de acordo com o poder público municipal.

Em maio de 2013, por exemplo, um jornal local reproduziu a fala do prefeito do município, ao ser questionado sobre as festividades, no que este respondeu: “Admiro os estrelenses pela paixão que têm pela cultura germânica. Observar toda essa gente que compareceu para prestigiar a abertura de nossa festa me dá muito orgulho”<sup>12</sup>. O informativo também discorreu sobre a programação do evento e anunciou: “Até o dia 26, a cultura alemã seguirá sendo cultuada por meio de músicas, dança e gastronomia típica”<sup>13</sup>. Essas festividades, que celebram uma suposta cultura germânica, fomentando a construção de uma identificação étnica, ratificam a ideia de que esta é dinâmica e constantemente reatualizada conforme o contexto histórico em que o grupo étnico é inserido (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p.11). Estabelecem fronteiras étnicas, buscam uma coesão social, mas, simultaneamente, enquadram uma versão do sobre o passado. Segundo Ferreira:

A grande preocupação dos historiadores profissionais é que as comemorações são momentos de vulgarização do conhecimento histórico, que muitas vezes permitem a reprodução de

---

<sup>11</sup>No site oficial do Festival do Chucrute de Estrela, os turistas são convidados a participar do evento: "Venha viver a Alegria do mais tradicional Festival de Folclore Alemão do Estado do Rio Grande do Sul, animado com muita Música, Dança e Gastronomia Típica". Disponível em: <http://www.festivaldochucrute.com.br/> Acesso em 13 mai. 2016.

<sup>12</sup> “Começa a Maifest dos 137 anos”. O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013, Matéria Local.

<sup>13</sup> Idem.

informações sem avaliações críticas. As comemorações funcionam como instrumentos de exaltação de trajetórias individuais ou eventos sem o necessário distanciamento e a produção de uma investigação aprofundada (2012, p. 119).

Distante de uma investigação histórica aprofundada acerca dos vestígios deixados pelo passado, as comemorações podem ser situadas como objeto de análise de historiadores que as problematizam em relação ao “passado racionalmente verificável” abordado pela historiografia (KOSELLECK, 2014, p. 267). No caso do município de Estrela, a falta de um arquivo histórico municipal pode não ter prejudicado integralmente, mas proporcionou obstáculos à pesquisa histórica sobre o período da Campanha da Nacionalização, por exemplo. Contar com a “sorte”, com os “acazos” e ações de “salvamento” de documentos escondidos, perdidos ou prestes a serem expurgados, não deveria ser prática comum do ofício do historiador, pois, situações assim, além de dificultarem suas investigações, representam a não garantia de um direito do cidadão – o livre acesso aos documentos de caráter público, estabelecido pela Lei de Acesso à Informação<sup>14</sup> -, além de um desrespeito à Lei de Arquivos<sup>15</sup>.

### **Considerações finais**

Analisar um período de repressão da cultura teuto-brasileira em um município específico, através das narrativas que relatam a proibição do idioma, o fechamento de escolas e de associações de caráter étnico num período como o Estado Novo, e refletir sobre a maneira como esse grupo étnico se reorganizou para que houvesse uma reformulação desses traços culturais no tempo presente demonstra, além da resistência dos teuto-brasileiros, as formas de reconstrução dessa identificação étnica através de novas ativações

---

<sup>14</sup> Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

<sup>15</sup> Lei federal nº 8.159, de 1991.

patrimoniais, como é o caso dos roteiros turísticos, da criação do Grupo Folclórico de Danças Alemãs, do Festival do Chucrute e demais festividades que ocorrem no município. Sendo a identificação étnica um processo de constante reelaboração de acordo com diferentes contextos históricos, assim como os processos de patrimonialização, entretanto, não podemos nos furtar da reflexão de que estas ativações patrimoniais contemporâneas no município obedecem não apenas uma nova ordem de tempo pautada numa aceleração da história e direcionada ao mercado turístico, como também na ideia de que o patrimônio cultural procura positivar os grupos aos quais se remete, harmonizando uma trajetória histórica nem sempre marcada por momentos festivos – como as narrativas sobre a Campanha de Nacionalização testemunham. No caso de Estrela, por exemplo, ao mesmo tempo em que o poder público apoia e enaltece estas festividades com a justificativa de estar valorizando e preservando a história local, o descaso sobre o patrimônio documental do município é patente na medida em que não incentiva ações como a criação de um arquivo público no município e se exime do dever de salvaguardar a memória local.

### **Referências:**

- AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.
- ARAÚJO, M. P. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. In.: *Revista História Oral*, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 11-31.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FERREIRA, Marieta de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

- FIORI, Neide Almeida. A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural. In.: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p.105-120.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo – Estudos sobre História*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Contraponto, 2014.
- KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In.: *Fronteira: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p.65-89.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2016.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n.17, p.203-211, nov. 1998.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
- RENK, Valquíria E.. A nacionalização do ensino no Paraná. In.: *Fronteira: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p. 91-104.
- ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, M. O. As Festas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): historicidade, mensagens, memórias e significados. *Artelogie*, n. 4, p. 1-13, 19 jan. 2013.
- WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- WERLE, Bibiana. Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 429 - 449. maio/ago. 2017.

**Fontes orais:**

BALENSIFER, Sonha Emília. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Silvino. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

HART, Eli Esaias. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOLL, Eugênio. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

RUSCHEL, Serenita. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

SCHNORR, Helga Maria. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.



***Memórias, registros biográficos  
e percursos de vida:  
os afrodescendentes  
no Vale do Paranhana (RS/Brasil)***

*Daniel Luciano Gevehr<sup>1</sup>  
Greice Caroline Santellano<sup>2</sup>*

**O cenário da pesquisa: o contexto afro-brasileiro na região do Vale do Paranhana**

Busca-se analisar a trajetória dos afro-brasileiros no Vale do Paranhana, focando principalmente no século XXI. Faz-se, num primeiro momento, uso de artigos relacionados ao assunto e relatos recolhidos durante entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa “*Nós Estamos Aqui: Registros de memórias e registros bibliográficos de afrodescendentes no Vale do Paranhana*”, constituído pelo Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Para que se possa entender sobre a situação atual do negro na sociedade brasileira, e principalmente na região do Vale do Paranhana (RS), faz-se necessário retroceder no tempo, destacando alguns fatos importantes na trajetória afro-brasileira, como, por

---

<sup>1</sup> Doutor em história e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara; bolsista FAPERGS.

exemplo, a criação da Lei Áurea (1888), a trajetória dos quilombos, entre outros fatores, muitos dos quais a população ainda não é ciente, ou tenta esconder.

A história regional do Rio Grande do Sul é marcada por conflitos, desde o início da sua “colonização” por portugueses e espanhóis, as terras sulinas assistiram à conflitos que visavam definir as posses das fronteiras, sem importar-se com quem já estava lá.

Com certeza, aqueles que mais sofreram com o passar dos anos, desde a conquista do território e a introdução de diferentes projetos políticos e econômicos, foram os índios e os negros. Colocados de lado, não tinham voz para clamar por seus direitos. Até que, a partir de uma série de movimentos, mas principalmente com a morte de Zumbi dos Palmares, a situação mudara. A população negra passou, desde o período colonial, a expor suas indignações e reivindicações. Em 1888, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, decretara a abolição da escravidão, inserido em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas do país.

O preconceito existente em relação ao negro, no Rio Grande do Sul e em diferentes partes do mundo, ainda é bastante presente. As elites brancas ignoram, muitas vezes, a presença do negro na sociedade, desmerecendo-os e fazendo com que cada vez mais sejam postos de lado, sem empregos, sem liberdade. Há sim movimentos que vão em confronto com tais atitudes, mas estes, assim como os movimentos feministas, merecem mais atenção, para que os grupos considerados, ainda, como inferiorizados, possam tomar seu lugar de direito, e em especial, seu direito à memória.

Deste modo, passamos a analisar o que define a Lei Áurea, e quais foram os seus reflexos frente aos grupos de pessoas que ela atingia, a analisar dados obtidos em entrevistas realizadas nos anos de 2016 e 2017 pela Faculdades Integradas de Taquara, além de contextualizar a situação e a trajetória afro no estado do Rio Grande do Sul.

## A trajetória do negro no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, mesmo no início de sua formação, contava com o trabalho escravo, embora até pouco tempo atrás este fato fosse mascarado e até omitido. Estâncias e charqueadas eram os locais onde havia grande número de escravos, porém, estes estavam presentes em todos os locais possíveis. Como Xavier (2010, p.21) diz, “Sublinharam-se, para o caso do Rio Grande do Sul, as charqueadas que, com seu incremento, teriam impulsionado a formação de uma sociedade escravista”, concordando com a afirmação dada anteriormente. De forma geral, os escravos eram especializados, podendo cuidar apenas de uma coisa dentro das charqueadas ou outros locais, um escravo podia ser ordenado para apenas cuidar de determinada plantação, enquanto outros cuidariam de outras atividades, por exemplo.

Os escravos eram trazidos diretamente da África, porém, em 1830 esta prática foi abolida, porém, não foi extinta. Xavier (2010, p.17) afirma que, “após 1830, com a proibição deste comércio, o tráfico continuaria intenso mesmo na ilegalidade. O sul do Brasil continuou a receber africanos.” A partir de 1850 o tráfico escravista passou a ser reprimido, porém, a comercialização continuou internamente. As pessoas que eram “importadas” da África eram escolhidas pelos senhores por sua idade, de modo com que aprendessem rapidamente as atividades exercidas no plantio. O Rio Grande do Sul perdeu grande número de escravos com o comércio interprovincial.

Em 1931 criou-se a *Fundação Negra Brasileira*, na cidade de São Paulo, expandindo-se rapidamente para outros estados brasileiros, pois havia diversos associados. Em 1936 ela tornou-se partido político. Mas a FNB não era a única associação negra existente, em São Paulo havia também o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, o Centro Literário dos Homens de Cor, a Sociedade Propugnadora 13 de Maio, entre outros. No Rio de Janeiro havia o Centro da Federação dos

Homens de Cor, em Pelotas, a Sociedade Progresso da Raça Africana, e em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza.

No início da década de 1970, em meio a ditadura militar, as comunidades afro-brasileiras uniram-se contra o racismo e o preconceito, criando teatros, clubes e até mesmo jornais, mostrando o seu poder perante à elite que até então os reprimira.

A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras. (PEREIRA, 2011, p.14)

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 ainda hoje, 2018, não é bem aplicada pelas escolas. Os professores, geralmente, em sua formação acadêmica não recebem o preparo necessário para lecionar sobre assuntos como este. Além de haver poucos cursos relacionados ao ensino afro e indígena.

Faz-se necessária a conscientização sobre o assunto, incluindo nas redes municipais e estaduais projetos que estimulem o aprendizado, que seja contada a História de todos os lados, para que o preconceito existente hoje possa ser combatido, que as causas sociais sejam apoiadas e que, principalmente, a diversidade seja respeitada. Alguns professores possuem receio em ensinar a história como ela foi, pois, até pouco tempo atrás, intelectuais, como diz ZARTH (2010, p.182):

[...] desenvolveram a tese da pouca importância da escravidão nas estâncias, que, quando existente, seria tão amena a ponto de descaracterizar sua condição, transformando o escravo num homem quase livre, bem alimentado e bem relacionado com seus proprietários.

A luta pela igualdade afro-brasileira possibilitou aos seus militantes alguns direitos e, teoricamente, igualdade. Embora ainda haja muito a se lutar, se faz necessário lembrar que os primeiros passos em busca da igualdade racial já foram dados, e a continuação desta luta é que resultará em um Brasil de brasileiros e não de determinada classe ou etnia.

A abolição da escravatura deu-se em 1888 através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. Contudo, não fora realmente o fim do abuso para com os. Como FREITAS (2016, p.04) diz, o negro após ser libertado do cativo, não recebera instrução, invisível às elites:

No pós-abolição, a “invisibilidade” que foi criada para o negro, fica estampada nas políticas públicas que foram empregas na República a partir de 1889. Partindo da necessidade de um branqueamento na população do Brasil e na reorganização do meio urbano, visando dar ênfase para o desenvolvimento econômico e social, a exclusão das classes desfavorecidas foi marcada pelo preconceito e racismo. Nesse contexto o negro ficou a mercê das dificuldades de manutenção social e familiar, de falta do reconhecimento de sua mão de obra e principalmente a desvalorização e o preconceito sofrido pela cor da pele.

Ocorrera também, na virada do século XIX para o XX, a criação da ideia de que o negro era predisposto a cometer crimes. A cidade de Taquara, localizada no Rio Grande do Sul, analisada entre os anos 1888 e 1920, demonstra uma sociedade racista e preconceituosa, onde há relatos de práticas como a segregação em clubes e eventos, além de locais específicos onde os negros podiam cortar o cabelo, frequentar, e principalmente, viver. Concordando com esta ideia, Nunes, Magalhães e Rocha (2013, p.275) falam sobre Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, “A separação rígida do mundo dos brancos e dos negros não ocorria apenas às portas fechadas dos estabelecimentos e instituições, ampliava-se para as formas de ocupação dos espaços públicos”. Vê-se que a segregação fazia, e ainda faz, parte da sociedade sul rio-grandense.

Os alemães recebem grande destaque nas pesquisas sobre a colonização do Vale do Paranhana desde o princípio. A figura indígena e afro-brasileira são colocadas de lado, de modo com que quase ou nunca apareçam nas historiografias regionais. O negro fora trazido a força pelos europeus, foram escravizados, e, ainda assim, contribuíram de diversas formas para a formação social e econômica da nossa região.

### **O caso do Clube Flor do Sul**

Em 1970 fora criado o clube Flor do Sul, um clube onde negros residentes da cidade de Taquara e região iam para poder passar o tempo, se reunir, discutir sobre diversos assuntos, e principalmente, serem tratados de forma igualitária.

O clube hoje, 2018, já não existe, restando apenas o terreno em que estivera estruturado. Assim, poucas são as pessoas que falam sobre a importância dele dentro da sociedade taquarense. “Sabemos que a memória é um veículo de comunicação para além do individual e das dificuldades em estabelecer a transmissão destas memórias coletivas com o passar dos anos, principalmente ao segmento jovem, com novas aspirações e interesses” BARDONI (2016, p.04).

A cultura é passada de geração em geração, quando não há registro, e o desinteresse surge, fatos importantes se apagam na história. É missão do historiador e da sociedade não permitir que isto ocorra, de diferentes formas pode-se contribuir para a preservação destas memórias, seja ouvindo, registrando e até mesmo disseminando as histórias que lhe são contados por seus avós, parentes e pessoas próximas.

O Clube Flor do Sul foi criado por uma mulher, negra, chamada Palmira Antônia de Souza. Ela era neta de um imigrante que se casara com uma ex-escrava. Fluente em alemão, Palmira mudou-se para Taquara junto de seu esposo, Manoel de Souza.

Já haviam outros clubes em Taquara quando o Flor do Sul fora criado. Havia uma imensa segregação racial na cidade, onde nem

mesmo negros com uma condição financeira avantajada poderiam frequentar os mesmos clubes que os brancos, algumas vezes menos abastados. BARDONI (2016, p.04) diz-nos claramente o objetivo da criação do Clube Flor do Sul, onde “A falta de um lugar onde os filhos pudessem se divertir sem serem discriminados foi um dos motivos que a levaram a iniciar suas atividades.”

O Clube começou pequeno, era um salão de madeira, porém, em pouco tempo crescera, sendo necessário sua ampliação. No Brasil haviam outros clubes afros, como, por exemplo, o Clube Renascença, no Rio de Janeiro. A partir dos estudos realizados por Bardoni, que se fez das pesquisas de Giacomini, o clube Renascença foi criado para preencher o vazio que existia na população brasileira, de modo a contribuir para que houvessem mudanças sociais em relação ao negro.

A parcela da população que era de origem africana era discriminada, havendo em diversos pontos do país, cidades que realizavam a prática da segregação. Deste modo, o Clube Renascença era uma resposta a todos estes fatores que atingiam negativamente o afro-brasileiro.

Em Taquara havia, nas primeiras cinco décadas do século passado, alguns clubes como, o dos ferroviários e atiradores, Clube 5 de maio e o Clube comercial. Todos estes eram proibidos para a população negra, estes só podiam entrar nestes espaços como subalternos, realizando serviços de limpeza e, raramente, de garçons. A filha da matriarca do Clube Flor do Sul, conta que a segregação racial era muito forte na cidade de Taquara, de modo com que, se havia um branco em uma calçada, era dever do negro sair da mesma.

Sobre a formação da cidade de Taquara fora escrito um livro com dois volumes em seus 120 anos, o Raízes de Taquara, mas neste não há quase a presença do negro na formação social do taquarense. “Há um artigo de uma página, com total falta de aprofundamento no assunto, sobre a existência de um lugar no qual os habitantes se intitulam descendentes de escravizados” BARDONI (2016, p.09) O

local referido é o Quilombo do Paredão Baixo, local onde diversas famílias lutam para a sua sobrevivência.

São muitos os casos de preconceito para com o negro em danceterias, em padarias, escolas e demais localidades comuns da vida urbana. Sem o registro de sua história, o Clube Flor do Sul acabará por ser esquecido da história pela população taquarense. A preservação da memória é uma tarefa de todos os habitantes, e principalmente daqueles que frequentavam o Clube.

### **Um espaço africano: o Quilombo Paredão Baixo, de Taquara**

Há não interior de Taquara, um lugar que se constitui como um importante lugar de memória dos afrodescendentes. Trata-se do quilombo chamado *Paredão Baixo*, um quilombo remanescente que precisa ser pesquisado – para que sua presença não caia no esquecimento e, também, para que os moradores da própria região do Vale do Paranhana, saibam da sua existência e de sua singularidade histórica, no contexto da presença africana na região.

De modo geral, Taquara antes de ser colonizada por imigrantes europeus que buscavam uma melhora de vida, era um local fechado com grandes matas. Porém, com a chegada destes grupos imigrantes, quase tudo fora derrubado e desmatado, para que fossem feitas as inovações, Ramos e Smaniotto (2014, p.219) dizem-nos que, “a frente de expansão foi responsável pela derrubada das matas e pela preparação de terrenos. Iniciou-se, gradativamente, o ciclo de valorização de terras.” Deste modo, o escravo negro sempre esteve presente, pois eram utilizados na mão de obra necessária para todos os tipos de serviços existentes.

O *quilombo do Paredão*, como é chamado, foi resultado de diversas fugas de escravos das fazendas Fialho. Embora tenha sido reconhecido, o quilombo sobrevive com diversas dificuldades, pois lá, as famílias são compostas por diversos integrantes, o trabalho é escasso e a colheita depende do clima para ser bem-sucedida. No quilombo do Paredão Baixo, por exemplo, a maioria de seus

habitantes sobrevive da agricultura e de trabalhos domésticos em localidades próximas e em pedreiras.

As habitações são em madeira e mal estruturadas, de modo com que algumas casas acabam cedendo para um lado, literalmente entortando. Além disto, o Paredão Baixo conta com uma Sede, onde a prefeitura teoricamente mandaria recursos para que fosse construído e lá fossem organizados os eventos da comunidade, como a festa de São João e as missas de domingo. Porém, o barracão não está concluído ainda, pois faltam recursos para o término da obra.

Moram aproximadamente 170 pessoas no Quilombo do Paredão, dito isto, coloca-se em questão o número de crianças e jovens presentes lá, estas crianças muitas vezes têm de trabalhar com seus pais para que haja comida na mesa, pois geralmente têm vários irmãos e sendo assim, possuem mais bocas para alimentar. Algumas crianças não vivem sua infância, trabalhando desde cedo, o tempo se torna escasso. Os jovens têm seus filhos muito cedo, não possuindo muitas vezes a estrutura necessária para saber como lidar com as situações geradas a partir disto. Através de um projeto realizado pelo curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara, realizou-se a doação de diversos livros infantis sobre a cultura afro no Brasil, buscando assim estimular as crianças e jovens à leitura e, fazer com que saibam que todos eles são importantes na história do município e do país.

Portanto, a comunidade quilombola Paredão Baixo, localizada no Distrito da Fazenda Fialho, em Taquara- RS é de suma importância para que a memória dos africanos e dos afro-brasileiros seja preservada, assegurando, com isso, o direito à memória do grupo étnico.

### ***Percursos de vida: as entrevistas com afrodescendentes***

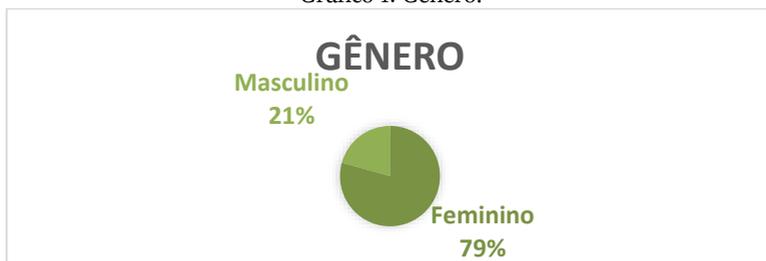
Foram realizadas, entre 2016 e 2017, várias entrevistas com afrodescendentes, residentes nos municípios do Vale do Paranhana e, também dos Sinos, de modo com que diversas pessoas, com

trajetórias bastante distintas e contextos de vida diversos, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo principal desta etapa da pesquisa, foi “dar voz” aos protagonistas desta história, objetivando, como já mencionado várias vezes, fazer uso do direito de memória do grupo, fazendo com que eles falem de si, sobre suas próprias opiniões e perspectivas de pensamento.

Vale retomar que, as entrevistas foram realizadas durante os períodos de 2016 e 2017 por alunos e professores do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara. Estes alunos, também residentes do Paranhana, tiveram a oportunidade de conhecer diferentes pessoas, modos de viver e ser, além de novas localidades, pois alguns foram até outras cidades para entrevistar.

O grupo principal, escolhido para as entrevistadas, foi constituído por mulheres. Essa definição se deu, especialmente, em razão de acreditar-se que as mulheres, muitas vezes silenciadas na história, precisam, cada vez mais, de voz ativa, garantindo a elas, o direito de opinião e de registro de suas memórias. Assim sendo, nesta pesquisa, optou-se por registrar a memória biográfica de 23 mulheres e 6 homens, somando um total de 29 entrevistados, durante os dois anos de coleta de dados em campo. Como mostra o gráfico abaixo, apenas 21% dos entrevistados eram homens.

Gráfico 1: Gênero.



Fonte: Dados de pesquisa.

Destas 29 pessoas, muitas nasceram em localidades próximas, porém, a maioria não nascera no local onde vivem atualmente, embora nove delas se originem de Taquara-RS, um número

relativamente grande. Algumas pessoas mudaram-se por conta de seus maridos ou esposas, porém, outras trocaram a sua cidade natal em busca de um emprego melhor e mais oportunidades no mercado, em busca de uma vida melhor. Embora algumas não encontrassem o que buscavam, continuaram nas localidades onde residem hoje, pois, embora as expectativas não fossem de fato atingidas, a vida era melhor.

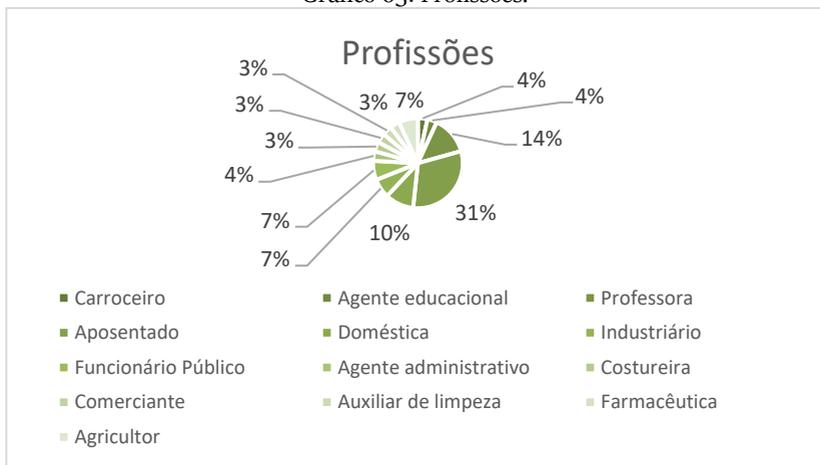
Gráfico 2: Local de origem.



Fonte: dados da pesquisa.

Sobre suas profissões, a maioria dos entrevistados atualmente exerce a profissão de professor, dentro deste grupo, há uma professora de música, duas de linguagens e uma de história, além de professores, há também, em mesmo número, funcionários públicos, em sua maioria aposentados. Em contrapartida, vê-se que ainda hoje há pessoas que sobrevivem da agricultura, pois não há outra opção para elas, nem recursos para ir até os locais de trabalho.

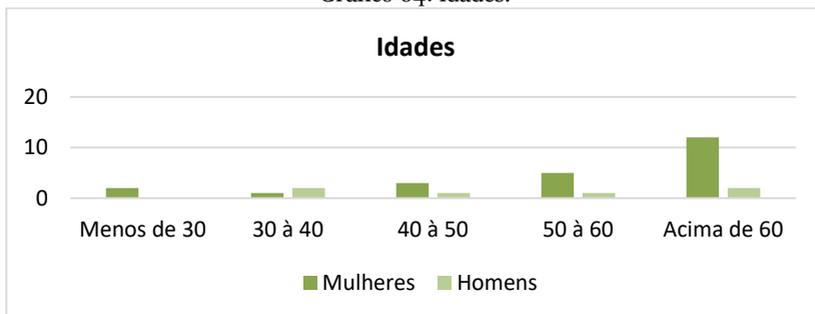
Gráfico 03: Profissões.



Fonte: dados da pesquisa.

Na questão que diz respeito à idade dos entrevistados, essa variou bastante, de modo com que as pesquisas abrangeram pessoas novas, de mais ou menos 30 anos de idade, até idosos, como por exemplo, uma senhora de 95 anos, residente de São Francisco de Paula. Assim sendo, a pesquisa contou com diversas faixas etárias, embora ainda se faça necessário trabalhar com crianças e adolescentes.

Gráfico 04: Idades.

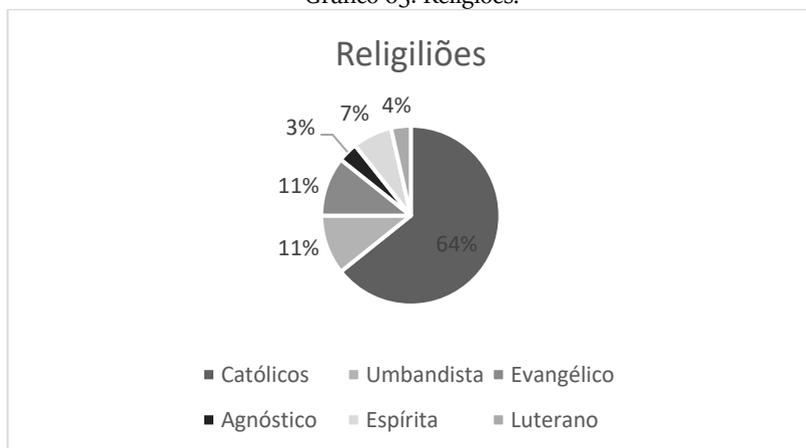


Fonte: dados da pesquisa.

Através do gráfico acima, vê-se que o número de entrevistados da terceira idade é muito maior do que os demais participantes, o que explica as informações sobre a maioria dos entrevistados serem aposentados.

A maioria destes sabe ler e escrever, mas há casos, no quilombo do Paredão, onde teve-se de pedir aos filhos assinarem as autorizações. Dentre estes que não foram alfabetizados, fora perguntado a eles se possuíam vontade de aprender a ler e escrever, e a resposta fora positiva, de modo com que a escrita e a leitura dão mais autonomia para o indivíduo.

Gráfico 05: Religiões.



Fonte: dados da pesquisa.

Como vê-se no gráfico acima, a maioria dos entrevistados considera-se católico, são poucos aqueles que seguem as religiões com matriz africana, tal como a umbanda e o candomblé. Este fato se dá devido à cristianização presente desde o início da formação do nosso estado do Rio Grande do Sul, pois, com a Companhia de Jesus, as práticas religiosas que aqui entraram em declínio, em relação à prática. Pois, quando fora perguntado qual a religião do entrevistado, muitos apresentaram receio em dizer-nos que são espíritas e umbandistas. Desta forma, faz-se presente o preconceito

que está imposto perante religiões que não o luteranismo, o catolicismo e o evangelismo.

Estes dados servem para compreendermos um pouco sobre os hábitos e olhares de mundo do afro-brasileiro para com a sociedade em que este vive, suas influências e tradições ao longo do tempo.

Como fora dito anteriormente, foram entrevistadas diversas mulheres, de diversas idades, profissões e modos de viver. Será exposta a seguir, uma das entrevistas realizadas para que se possa compreender melhor como essas mulheres vivem e como se relacionam.

A entrevistada é a Dona Vera Maria Brito Rodrigues, e as pesquisadoras foram as graduandas em história Lorena Maria Brito Rodrigues e Greice Caroline Santellano e as professoras do curso de História, Elaine Smaniotto e Dalva N. Reinheimer. Dona Maria nasceu na cidade de São Francisco de Paula, no dia 13 de setembro de 1948. A entrevista foi realizada no dia 13 de setembro de 2017, aniversário de D. Vera. A senhora descreve sua cidade natal como sendo uma boa cidade, pois, embora tenha saído dela durante a sua vida, ela voltara, e vê que a cidade está aos poucos evoluindo. Ela saiu de S. Francisco em 1979 por conta do seu emprego de Técnica de Fazendário, mudando-se para a cidade de Paráí. Ficou lá por 9 meses, e após, fora transferida para Cambará do Sul, trabalhando lá por 7 anos. Após, voltou para a cidade de São Francisco. Sobre as festas em São Chico, Dona Vera conta-nos sobre o Carnaval, e além deste, cita os bailes de fim de ano.

Seu pai era bilheteiro, vendia diversos tipos de bilhetes, como jogo do bicho e loteria. Ele morrera quando Vera Maria tinha 8 anos de idade. Já a sua mãe era do lar, trabalhava em casa. Ela tinha nove irmãos, sendo estes, sete homens e duas mulheres. Sobre a sua infância, conta que haviam diversas brincadeiras, e à noite, realizavam-se rodas de música, onde a vizinhança inteira reunia-se para cantar e dançar. Além disto, diz que não haviam diferenças entre as brincadeiras de meninas e meninos, todos brincavam juntos.

Sobre a presença do negro na cidade, Vera conta que antigamente haviam mais pessoas afros, e que agora, devido à miscigenação, este número tem entrado em declínio. Além de que muitas pessoas morreram e outras vão embora da cidade.

Dona Vera no primeiro momento de sua vida fora professora, na cidade de Lajeado Grande. Ela trabalhava com os anos iniciais, com a alfabetização. Porém, ela não gostou, pois além de ser em uma serraria, todas as séries, de 1<sup>a</sup> à 5<sup>a</sup>, estavam reunidas em uma única sala. Ela relata que os alunos eram muito pobres, não tinham agasalho e possuíam bichos em seus corpos, e, além de ter que caminhar todos os dias 5 km a pé para chegar na escola, ficou 9 meses sem receber, uma vez que a prefeitura não tinha o dinheiro. Após este episódio, a professora passou a trabalhar em um escritório de contabilidade na cidade de São Francisco, ficando 5 anos neste emprego.

Vera estudara na escola Cenesista, com uma bolsa de estudos. Ela fez até o 2<sup>o</sup> grau do ensino médio. Como era adulta já quando estudara, não relata qualquer tipo de preconceito dentro do ambiente escolar.

Sobre seus filhos, conta que sua filha quando mais nova fora chamada de negra na escola pela filha de uma professora, e, segundo ela, como a filha era explosiva, deu “nos beijos” da colega. Atualmente, sua filha, Cassiane, faz Direito, e seu filho Éderson formou-se em administração.

Dona Vera Maria conta-nos que sua filha fora rainha do carnaval no ano de 2007, embora atualmente já não goste mais destas tradições. Também conta que fora a primeira rainha do carnaval do morro, em 1995. “Bota pra quebrar” era o nome dado ao bloco apenas de mulheres, de 14 a 30 anos de idade. Eram 4 dias e noites de festa. “Bloco do macacão” era o bloco formado apenas de homens. Todas as fantasias eram confeccionadas pelas mulheres, a bateria era responsabilidade dos homens, mas, com o passar dos anos, as mulheres conquistaram o direito de fazer parte da mesma também. Além disto, eram realizadas buchadas, galetos e outras

coisas para a interação da comunidade. Atualmente, o carnaval não existe mais, ficando registrado na memória e em fotos dos moradores de São Francisco.

### **Considerações finais**

Entre os entrevistados é possível ver que, apesar de hoje terem conquistado o seu lugar na sociedade, estas pessoas passaram por diversas coisas ao longo de suas vidas, tais como segregação, preconceito e racismo. É fato que estas práticas ainda não acabaram. Na escola, no trabalho e até mesmo na rua, o preconceito e o racismo acompanham a rotina do afro-brasileiro.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo mostrar aos residentes do Vale do Paranhana e de cidades próximas que o afro-brasileiro continua sendo explorado e tratado com diferença em diversos locais. É visto de forma diferente por aquele que atravessa a rua, que estuda na mesma escola ou que simplesmente é dono de uma loja. A visão errônea que se tem sobre todo um povo faz-nos ver que precisa-se com urgência expor aquilo pelo que passaram, para que gerações futuras saibam o significado de respeito e empatia, de modo com que o preconceito e a segregação racial não sejam heranças herdadas, mas sim descartados.

Jovens desconhecem a existência de diversos locais e eventos realizados pelos afro-brasileiros nas cidades em questão, como exemplo, na localidade de Parobé-RS, a festa afro, que ocorreria este ano, 2018, não recebera a divulgação necessária, e por isso, poucas são as pessoas que foram até o local prestigiar a festa. Assim como muitas pessoas desconhecem o fato de que em São Francisco de Paula ocorria o Carnaval com seus próprios blocos, o carnaval era todo feito por pessoas negras, do primeiro ao último dia, desde a comida às fantasias.

Para que estas tradições não sejam apagadas da memória da sociedade, e para que talvez algum dia retornem a fazer parte ativamente desta, é necessário que tais práticas sejam disseminadas,

registradas e principalmente apoiadas. Portanto, este projeto serve para que isto ocorra, procurando fazer as histórias individuais e coletivas serem ouvidas, registradas e respeitadas, pois o racismo e o preconceito em todas as suas formas e graus, precisam chegar à um fim rapidamente.

## Referências

- BARDONI, Ediane E. A. Flor do Sul e amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento – Taquara/RS – 1975/2014. **Protestantismo em Revista**, v.41, mai/ago. 2016, p. 03-15.
- FREITAS, Ubiratã F. História, pós-abolição e cotidiano; o negro livre na sociedade branca no município de taquara (1888-1920). XIII **Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, jul. 2016, p.01-17.
- NUNES, Margarete F; MAGALHÃES, Magna L.; ROCHA, Ana L. C. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de vó Nair. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, 2013, p. 269-292.
- PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011, p.01-15.
- RAMOS, Andrea; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. **Universo Acadêmico**, v.07, n.01, jan/dez. 2014. p.215-230.
- XAVIER, Regina. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Pereira *et al.* (org.). **RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 15- 31.
- ZARTH, Paulo. Escravidão nas estâncias pastoris da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimor (orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: EDUPF, 2010. p.181-211.